

**PROJETO INTEGRADO DE APOIO AO PEQUENO  
PRODUTOR RURAL - PRO-RURAL  
AVALIAÇÃO DO IMPACTO REGIONAL  
2ª Fase**

**CURITIBA**

**JULHO 1992**

159p Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômi-  
co e Social

Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor  
Rural - PRO-RURAL : avaliação do impacto regio-  
nal - 2ª fase / Instituto Paranaense de Desenvol-  
vimento Econômico e Social. - Curitiba : IPARDES,  
1992.

252p.

1.Projeto de desenvolvimento. 2.Agricultura.  
3.Paraná. I.Título.

CDU 338.28:63(816.2)

verso

#### **SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL**

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Secretário

FERDINANDO SCHAUENBURG - Diretor Geral

#### **INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES**

MARIANO DE MATOS MACEDO - Diretor-Presidente

Nei Celso Fatuch - Diretor Administrativo-Financeiro

Elvina Maria Soares Chaves - Diretora do Centro de Pesquisa

Emílio Carlos Boschilia - Diretor do Centro Estadual de Estatística

Jorge Khalil Niski - Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

#### **EQUIPE TÉCNICA**

Vanessa Fleischfresser (socióloga) - Coordenadora

Maria José Navarro Alves (socióloga), Nadia Zaizuk Raggio (socióloga), Paulo Roberto Delgado (sociólogo)

Elvina Maria Soares Chaves (socióloga), Jorge Sebastião de Ben (sociólogo) - participação parcial

#### **APOIO TÉCNICO OPERACIONAL**

Maria Dirce Botelho Marés de Souza (normalização bibliográfica)

Maria Cristina Ferreira (editoração), Estelita Carneiro Leão (revisão), Léia Rachel Castellar (operação e processamento de texto), Eliza Ito (capa), Edson Luiz Rigoni (reprodução)



**verso**

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE QUADROS.....	xix
LISTA DE GRÁFICOS.....	xxi
LISTA DE MAPAS.....	xxiii
APRESENTAÇÃO.....	xxv
INTRODUÇÃO.....	1
1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	5
2 O PRO-RURAL E OS ORGANISMOS MULTILATERAIS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO.....	15
2.1 ORGANISMOS MULTILATERAIS: UMA VISÃO AMPLA.....	15
2.2 O PRO-RURAL: OBJETIVOS E RESULTADOS.....	22
2.3 O PRO-RURAL: INVESTIMENTOS.....	31
3 PERFIL PRODUTIVO DA REGIÃO PROGRAMA.....	45
3.1 TRANSFORMAÇÕES NA BASE PRODUTIVA ESTADUAL: CONTEXTO E REFLEXOS SOBRE A REGIÃO PROGRAMA.....	47
3.2 AGROPECUÁRIA: ALGUNS ASPECTOS DE SUA EVOLUÇÃO NA REGIÃO PROGRAMA.....	60
3.2.1 Restrições do Quadro Natural.....	66
4 DINÂMICA POPULACIONAL, POBREZA RURAL E PEQUENA PRODUÇÃO NA REGIÃO PROGRAMA.....	71
4.1 POPULAÇÃO E POBREZA RURAL.....	71
4.2 EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA E OCUPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA RURAL...	81
4.3 PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS.....	88
5 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA REGIÃO PROGRAMA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRO-RURAL.....	103

5.1	INCORPORAÇÃO DE NOVAS ÁREAS AOS ESTABELECIMENTOS	
	RURAIS E USO DA TERRA.....	106
5.2	PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	113
6	ANÁLISE DA INTERVENÇÃO ESTATAL ATRAVÉS DOS	
	SUBPROJETOS.....	141
6.1	SUBPROJETOS DE APOIO AO PROCESSO PRODUTIVO AGRO-	
	PECUÁRIO.....	142
6.1.1	Subprojeto de Crédito Rural.....	145
6.1.2	Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão	
	Rural.....	153
6.1.3	Subprojeto de Fomento Agropecuário.....	163
6.1.4	Subprojeto de Reflorestamento.....	167
6.1.5	Subprojeto de Pesquisa Agropecuária.....	170
6.1.6	Subprojeto de Regularização Fundiária.....	178
6.2	SUBPROJETOS SOCIAIS.....	180
6.2.1	Subprojeto de Saúde.....	182
6.2.2	Subprojeto de Educação.....	189
6.2.3	Subprojeto de Saneamento.....	200
6.3	SUBPROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À COMERCIALI-	
	ZAÇÃO AGROPECUÁRIA.....	207
6.3.1	Subprojeto de Abertura e Melhoramento de Estradas..	209
6.3.2	Subprojeto de Armazenagem Coletora.....	212
6.3.3	Subprojeto de Apoio ao Cooperativismo.....	220
6.3.4	Subprojeto de Comercialização de Hortigranjeiros...	232
6.3.5	Subprojeto de Classificação de Grãos.....	237
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	239
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	249

## LISTA DE TABELAS

1 - Distribuição dos investimentos do PRO-RURAL, por subprojetos produtivos e por fonte de recursos, segundo uso dos recursos, no Paraná - 1981-87.....	34
2 - Distribuição dos investimentos do PRO-RURAL, por subprojetos de infra-estrutura e por fonte de recursos, segundo uso dos recursos, no Paraná - 1981-87.....	36
3 - Distribuição dos investimentos do PRO-RURAL, por subprojetos sociais e por fonte de recursos, segundo uso dos recursos, no Paraná - 1981-87.....	39
4 - Participação percentual das sub-regiões, região programa, Curitiba e Restante do Estado, no valor adicionado total e setorial do Paraná - 1974-1987....	55
5 - Participação percentual dos setores na composição do valor adicionado total, segundo as sub-regiões, região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná - 1974-1987.....	56
6 - Participação percentual da região programa, Curitiba e Restante do Estado nos gêneros da indústria paranaense, segundo importância dos gêneros - 1987...	58
7 - Participação percentual dos gêneros no produto industrial da região programa, Curitiba e Restante do Estado.....	58
8 - Áreas de lavouras, número de tratores e áreas médias de lavouras por tratores, segundo a região	

programa e o Restante do Estado do Paraná - 1970-1985.....	63
9 - Participação relativa da região programa e do Restante do Estado na área total do Paraná, de acordo com as características do relevo - 1980.....	67
10 - Composição da área total da região programa, Res- tante do Estado e total do Paraná, de acordo com as características do relevo - 1980.....	68
11 - Variação absoluta e relativa da população resi- dente total, urbana e rural, segundo sub-regiões, total da região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná - 1970-80 - 1980-90.....	76
12 - Famílias cujo chefe tem atividade principal na agropecuária, extração vegetal e pesca; número de pessoas total, média por família e participação percentual na população total; rendimento familiar per capita (médio e mediano) em salários-mínimos; proporção de pessoas em situação de pobreza e par- ticipação percentual no total da população pobre do Estado que depende de atividades rurais, segun- do as microrregiões da região programa e total do Paraná - 1980.....	80
13 - Variação absoluta e relativa do número de estabe- lecimentos e pessoal ocupado, na região programa e Restante do Estado - 1970-1985.....	82
14 - Evolução relativa do número e área dos estabele- cimentos por estratos de área, na região programa- 1970-1985.....	83

15 - Participação percentual dos estratos de área no número e área total dos estabelecimentos e área média, na região programa - 1970-1985.....	84
16 - Participação percentual no total de estabelecimentos e área, evolução absoluta e relativa nos períodos censitários, e área média, por categoria de produtor, na região programa - 1970-1985.....	85
17 - Evolução absoluta e relativa da população ocupada em atividades agropecuárias, por categoria de mão-de-obra - 1970-1985.....	85
18 - Distribuição dos imóveis pesquisados por sub-regiões da região programa, segundo as situações verificadas em campo, no Paraná - 1982.....	89
19 - Distribuição dos imóveis pesquisados por estratos de área e total, segundo situações verificadas em campo, na região programa, no Paraná - 1982.....	91
20 - Número e participação das unidades produtivas agropecuárias no total amostral, por sub-regiões da região programa, segundo estratos de área, no Paraná - 1982.....	92
21 - Número de unidades produtivas agrícolas, total e com subdivisão de explorações; número de proprietários com outras terras próprias, total e exploradas pelos proprietários; e número de proprietários que exploram terras de terceiros, segundo sub-regiões e total da região programa, no Paraná-1980-81.....	94
22 - Número e área média das unidades produtivas agrícolas; número, participação percentual no estrato	

e área média de outras terras pertencentes aos produtores e de produtores que exploram terras de terceiros, na região programa, segundo estratos de área, no Paraná - 1980-81.....	95
23 - Área ocupada com lavouras entre os estabelecimentos explorados pelos proprietários, por sub-região, segundo estratos de área, no Paraná - 1980-81.....	96
24 - Número de produtores que informaram recorrer ao crédito oficial na safra 80/81, participação no estrato, no total de tomadores de crédito e no volume de crédito, conforme sub-regiões e segundo estratos de área da população-alvo do projeto, no Paraná - 1980-81.....	98
25 - Distribuição percentual do tipo de força motriz empregada pelos produtores, conforme procedência, e segundo estratos de área do público-alvo e total da região programa, no Paraná - 1980-81.....	99
26 - Participação percentual dos produtores que informaram em cada sub-região, utilizar trator, próprio ou alugado, segundo estratos de área do público-alvo e total das sub-regiões, no Paraná - 1980-81....	100
27 - Participação percentual dos tipos de mão-de-obra utilizada pelos produtores, segundo estratos de área do público-alvo e total da região programa, no Paraná - 1980-81.....	101
28 - Participação percentual dos produtores que contratam mão-de-obra para complementar a familiar, conforme as principais sub-regiões, e segundo	

estrato de área do público-alvo do PRO-RURAL e	
total da região programa.....	101
29 - Área explorada total, área explorada pelo público-alvo, área selecionada pelo projeto e área a ser incorporada dos principais produtos cultivadas pelo público-alvo.....	104
30 - Área total dos estabelecimentos, variação relativa e participação na área com potencial agrícola, segundo a região programa, Restante do Estado e total do Paraná - 1980-1985.....	106
31 - Variação absoluta e relativa da área total dos estabelecimentos rurais, segundo sub-regiões da região programa, no Paraná - 1980-1985.....	107
32 - Área trabalhada total, evolução e participação na área total dos estabelecimentos, segundo sub-região, região programa, Restante do Estado e total do Paraná - 1980-1985.....	108
33 - Participação da área com lavouras, pastagens e florestas plantadas na área trabalhada total, segundo a região programa, Restante do Estado e total do Paraná - 1980-1985.....	110
34 - Área trabalhada por tipo de uso da terra e participação das sub-regiões, região programa, Restante do Estado, no total do Paraná - 1980-1985.....	111
35 - Participação relativa da região programa e do Restante do Estado no valor da produção agropecuária do Paraná, por classes de atividades -1980....	115
36 - Participação relativa das classes de atividades econômicas no valor total da produção agropecuária	



ria do Paraná, Restante do Estado região programa - 1980.....	116
37 - Área média colhida, rendimento médio e participação no valor total da produção agrícola da região programa e Paraná - 1980-82 - 1986-88.....	119
38 - Participação relativa da produção média das sub-regiões no total da região programa, por principais produtos - 1980-82 - 1986-88.....	129
39 - Participação relativa dos produtos que representam mais de 80% do valor da produção das sub-regiões da região programa - 1980- 1988.....	130
40 - Participação média relativa da produção pecuária e derivados no valor da produção agropecuária do Paraná e evolução relativa do valor médio da produção - 1980-82 - 1987-89.....	132
41 - Participação relativa da região programa (rp) no efetivo da pecuária estadual, e índice do efetivo da pecuária da região programa e Paraná (PR), conforme tipo de rebanho - 1980-88.....	132
42 - Participação relativa da região programa (RP) na produção estadual de leite e ovos e índice da produção de leite e ovos da região programa e Paraná (PR) - 1980-88.....	135
43 - Participação relativa das sub-regiões no efetivo de aves, suínos, bovinos e vacas ordenhadas e na produção de leite e ovos da região programa - 1980-1988.....	136
44 - Distribuição dos investimentos do PRO-RURAL por subprojetos de apoio ao processo produtivo agropecuário, segundo rubricas - no Paraná - 1981-87.....	144

45 - Número de projetos e recursos aplicados em crédito de custeio e investimento, no Paraná - 1982-86.....	149
46 - Número de contratos oficiais e número de contratos recuperados - PRO-RURAL, no Paraná - 1982-86.....	150
47 - Distribuição do crédito dos contratos recuperados por sub-regiões, no Paraná - 1982-86.....	151
48 - Distribuição do crédito dos contratos recuperados por destino, custeio e investimento, segundo sub-regiões, no Paraná - 1982-86.....	152
49 - Público a assistir, por estrato, durante a vigência do projeto.....	154
50 - Resumo das metas alcançadas pelo subprojeto de assistência técnica e extensão rural- 1981-86.....	155
51 - Número de técnicos atuantes no subprojeto de assistência técnica, número de produtores assistidos, número de donas-de-casa assistidas, área assistida e rebanho assistido, segundo sub-regiões, total da região programa, restante do estado e total do Paraná - 1982-1986.....	156
52 - Número de estabelecimentos até 50 ha, número de técnicos atuantes no subprojeto de assistência técnica e extensão rural, relação entre o número de estabelecimentos por técnico, segundo sub-regiões, total da região programa, restante do estado e total do Paraná -1980-1982-1985-86.....	157
53 - Distribuição do crédito dos contratos recuperados, por produtos e atividades, no Paraná - 1982-86.....	161

54 - Estabelecimentos de saúde cadastrados segundo sub-regiões, total da região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná - 1982-1987.....	184
55 - Leitos privados contratados pelo INAMPS e públicos e número de leitos, segundo sub-regiões total da região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná - 1981-1986.....	186
56 - Total de estabelecimentos públicos de ensino de 1º grau por zona, segundo as sub-regiões, total da região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná - 1981-1988.....	190
57 - Relação matrícula inicial por pessoal docente nas escolas públicas de 1º grau por zona, segundo as sub-regiões, total da região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná- 1981-1988.....	191
58 - Participação percentual da qualificação dos docentes de 1º grau com dependência administrativa pública por zona e formação, segundo as sub-regiões, total da região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná 1981-1988.....	192
59 - Taxa de reprovação e taxa de evasão do ensino público de 1º grau por zona segundo as sub-regiões, total da região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná-1980-1988.....	195
60 - Participação percentual da qualificação dos docentes de 1º grau, com dependência administrativa pública rural por formação, segundo os	

	municípios com escolas consolidadas, outros municípios e total da região programa-1981-1988.....	198
61 -	População rural de 7 a 14 anos, taxa de reprovação, taxa de evasão e taxa de escolarização segundo os municípios com escolas consolidadas, outros municípios e total da região programa - 1980-1988.....	198
62 -	Taxa de escolarização do ensino público de 1º grau por zona, segundo as sub-regiões, total da região programa, Curitiba, Restante do Estado e total do Paraná - 1980-1988.....	199
63 -	Expansão da rede de água na zona rural, com recursos do PRO-RURAL, segundo as sub-regiões, e total da região programa - 1981-89.....	200
64 -	Situação de atendimento dos programas de rede de água, segundo as sub-regiões, total da região programa, Restante do Estado e total do Paraná - 1981-1989.....	202
65 -	Situação de atendimento dos serviços públicos de esgoto por total de economias existentes, economias residenciais, população atendida e percentual de atendimento segundo as sub-regiões, Restante do Estado e total do Paraná-1981-1989.....	203
66 -	Total de economias residenciais, população urbana abastecida e atendida e percentual da população atendida com rede de água e esgoto, segundo as sub-regiões, total da região programa, Restante do Estado e total do Paraná-1981.....	204

67 - Total de economias residenciais e estimativas de população atendida, segundo a região programa e total do Estado - Paraná - 1989.....	205
68 - Abertura, melhoramento e revestimento primário executado pelo PRO-RURAL, segundo os municípios, sub-regiões e total da região programa, Paraná -1982-88.....	211
69 - Distribuição das unidades de armazenagem construídas pelo subprojeto de armazenagem coletora, por entidades beneficiadas, segundo municípios, no Paraná - 1983-87.....	214
70 - Evolução da capacidade estática de armazenagem por entidade e tipo e total por tipo, segundo o total da região programa, Restante do Estado e total do Paraná, 1981-1988.....	216
71 - Total da produção agrícola de soja e milho e total da armazenagem adequada a esses produtos por região programa, Restante do Estado e total do Paraná - 1981-1988.....	217
72 - Total da produção agrícola e total da armazenagem adequada a esses produtos por região programa, Restante do Estado e total do Paraná-1981-1988.....	217
73 - Percentual da capacidade estática de armazenamento de sacaria e granel por região programa, municípios selecionados e total do Paraná - 1981-1988.....	218
74 - Capacidade de armazenagem por entidade e tipo e total por tipo, segundo as sub-regiões e	

principais municípios e total da região programa, no Paraná - 1981.....	218
75 - Capacidade de armazenagem por entidade e total por tipo, segundo as sub-regiões e principais municípios e total da região programa, no Paraná - 1988.....	219
76 - Acréscimos na capacidade de armazenamento da região e armazenagem construída pelo PRO-RURAL, por sub-regiões e total da região programa, no Paraná, nos anos de 1981 e 1988.....	220
77 - Número de produtores total, número de produtores filiados às cooperativas, segundo região programa, Restante do Estado e total do Paraná na década de 80 - Paraná.....	224
78 - Valor total dos produtos comercializados in natura e industrializados, segundo o total da região programa, Restante do Estado e total do Paraná - 1980-1988.....	225
79 - Valor total dos produtos comercializados in natura e industrializados, segundo cooperativas pertencentes às colônias de imigrantes e às demais da região programa - 1980-1988.....	226
80 - Número de produtores associados às cooperativas por estratos de área, segundo grupos de cooperativas, e participação percentual por grupos - 1980-1988.....	227
81 - Recursos repassados às cooperativas e associações de produtores pelo subprojeto de apoio ao cooperativismo - Paraná - 1983-87.....	230

82 - Distribuição dos financiamentos do subprojeto de apoio ao cooperativismo para as coopera- tivas agropecuárias e associações de produ- tores agrícolas entre 1982 e 1987, no Paraná.....	231
---	-----

## LISTA DE QUADROS

1 - Municípios que compõem as sub-regiões do PRO-RURAL- 1982.....	3
2 - Distribuição dos investimentos do PRO-RURAL, por fonte e por instituições beneficiárias, segundo grupos de subprojetos, no Paraná - 1981-87.....	142
3 - Obras, localização, data de conclusão e metragem por atividade do subprojeto fomento agropecuário.....	165
4 - Atividades desenvolvidas e área atingida pelo sub- projeto de regularização fundiária - 1981-86.....	180
5 - Distribuição dos investimentos do PRO-RURAL por subprojetos sociais, segundo rubricas, no Paraná - 1981-87.....	182
6 - Distribuição dos investimentos do PRO-RURAL por subprojetos de infra-estrutura de apoio à comercia- lização agropecuária - Paraná - 1981-87.....	209
7 - Distribuição das obras, veículos e equipamentos por municípios e tipo de obras, realizados pelo subpro- jeto de comercialização de hortigranjeiros, Paraná- 1985-87.....	235



verso

## LISTA DE GRÁFICOS

1 - índice simples de evolução da área colhida, produção e rendimento de trigo, na região programa (RP) e Paraná (PR) - 1980-88.....	120
2 - índice simples de evolução da área colhida, produção e rendimento de fumo, na região programa (RP) e Paraná (PR) - 1980-88.....	122
3 - índice simples de evolução da área colhida, produção e rendimento de feijão, na região programa (RP) e Paraná (PR) - 1980-88.....	123
4 - índice simples de evolução da área colhida, produção e rendimento de arroz, na região programa (RP) e Paraná (PR) - 1980-88.....	124
5 - índice simples de evolução da área colhida, produção e rendimento de soja, na região programa (RP) e Paraná (PR) - 1980-88.....	125
6 - índice simples de evolução da área colhida, produção e rendimento de milho, na região programa (RP) e Paraná (PR) - 1980-88.....	127
7 - índice simples de evolução da área colhida, produção e rendimento de batata, na região programa (RP) e Paraná (PR) - 1980-88.....	128

verso

## LISTA DE MAPAS

1 - Área de abrangência do PRO-RURAL e suas sub-regiões - 1982.....	2
2 - Taxa geométrica de crescimento anual da população por município - 1980-1991.....	75

verso

## APRESENTAÇÃO

Em 1981, o governo do Estado do Paraná assinou um acordo de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a implementação do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural/PRO-RURAL. Desde a data de sua assinatura até o ano de 1987, o projeto envolveu um montante de recursos efetivamente aplicados da ordem de US\$ 197.886.000. Deste montante, 40% foram de recursos aportados pelo BID e 60% de contrapartida dos governos federal e estadual.

Este relatório faz parte de um processo de estudo composto de duas fases, cujo objetivo é realizar uma avaliação do impacto regional do PRO-RURAL. A primeira fase, *ex-ante*, foi realizada entre 1983 e 1984, e a segunda, *ex-post*, realizada em 1991, conclui o referido estudo.

O tempo decorrido entre a primeira e a segunda fase do estudo faz parte dos procedimentos metodológicos, que prevêm justamente a comparação de indicadores nesses dois momentos: o primeiro antes da implementação do Programa e o segundo após.

Assim, o primeiro relatório tem como objetivo central o levantamento e sistematização de uma série de dados, os quais são atualizados e analisados neste relatório.

verso

## INTRODUÇÃO

Os objetivos e orientações do PRO-RURAL são, de maneira geral, similares aos demais Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), implementados com aporte do BID para as áreas rurais consideradas deprimidas dos países latino-americanos. Tais programas, negociados principalmente na década de 70 entre os governos nacionais e o BID, procuravam, via intervenção do Estado nas esferas produtiva, de infra-estrutura e social, superar as condições de atraso de determinadas regiões rurais e os fatores que determinavam a baixa produtividade e pobreza entre os produtores nelas localizados.

O PRO-RURAL abrange uma área de 65.020 km<sup>2</sup> da parte leste do Estado, compreendendo 61 municípios das sub-regiões do Litoral, Alto Ribeira, Alto e Médio Iguaçu, Alto e Médio Tibagi e Região Metropolitana de Curitiba (mapa 1 e quadro 1).

A seleção dos municípios a serem abrangidos pelo Programa foi feita após diagnóstico elaborado pelo governo.<sup>1</sup> Para esse diagnóstico, foram escolhidos indicadores sócio-econômicos, os quais revelaram que esses municípios apresentavam desempenhos inferiores à média estadual. A partir desse diagnóstico e de uma estratégia<sup>2</sup> para a solução dos problemas detectados, o governo negociou o acordo de empréstimo com o BID.

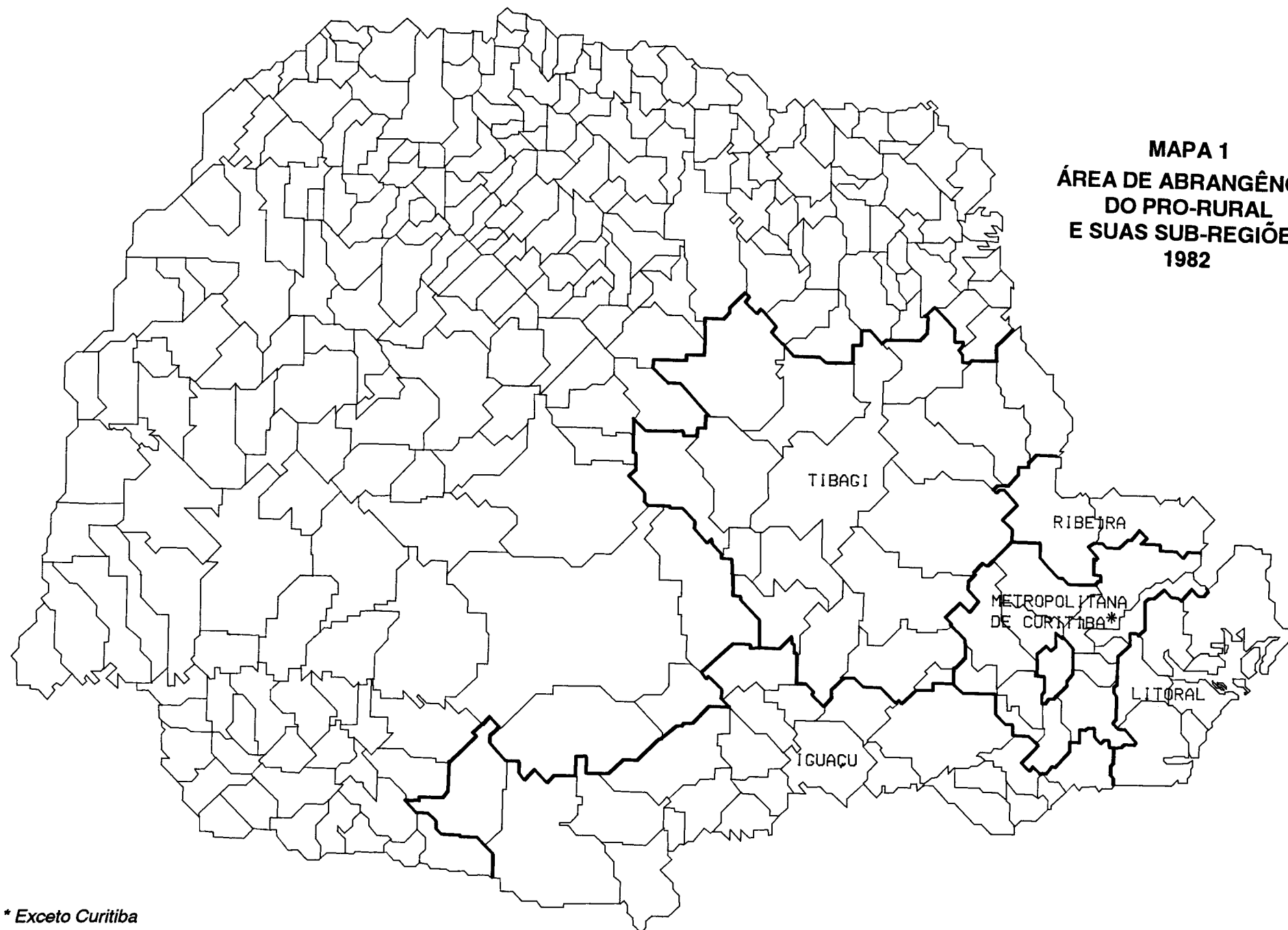
---

<sup>1</sup>PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL : versão preliminar. s.l., mar. 1980. 3v.

<sup>2</sup>O detalhamento da estratégia técnica de intervenção governamental pode ser observado em publicação do próprio governo. Esta, composta de vários volumes, aborda, para cada subprojeto, a forma de atuação da respectiva entidade responsável pelo mesmo. Ver: PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. s.l., jun. 1980.



**MAPA 1**  
**ÁREA DE ABRANGÊNCIA**  
**DO PRO-RURAL**  
**E SUAS SUB-REGIÕES**  
**1982**



**\* Exceto Curitiba**

QUADRO 1 - MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM AS SUB-REGIÕES DO PRO-RURAL - 1982

SUB-REGIÕES MUNICÍPIOS	SUB-REGIÕES MUNICÍPIOS	SUB-REGIÕES MUNICÍPIOS
Metropolitana de Curitiba	Iguaçu	Tibagi
Almirante Tamandaré	Agudos do Sul	Arapoti
Araucária	Antônio Olinto	Cândido de Abreu
Balsa Nova	Bituruna	Castro
Bocaiúva do Sul	Campo Tenente	Imbituva
Campina Grande do Sul	Cruz Machado	Ipiranga
Campo Largo	General Carneiro	Ivaí
Colombo	Irati	Jaguariaíva
Contenda	Lapa	Ortigueira
Mandirituba	Mallet	Palmeira
Piraquara	Mangueirinha	Piraí do Sul
Quatro Barras	Palmas	Ponta Grossa
Rio Branco do Sul	Paula Freitas	Porto Amazonas
São José dos Pinhais	Paulo Prontin	Reserva
Litoral Paranaense	Piên	Sengés
Antonina	Porto Vitória	Teixeira Soares
Guaraqueçaba	Quitandinha	Telêmaco Borba
Guaratuba	Rebouças	Tibagi
Matinhos	Rio Azul	
Morretes	Rio Negro	
Paranaguá	São João do Triunfo	
Alto Ribeira	São Mateus do Sul	
Adrianópolis	Tijucas do Sul	
Cerro Azul	União da Vitória	

PONTE: IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL : avaliação do impacto regional, 1ª fase. Curitiba, 1983. 4v. em 5. v.1, p.vi

Dentre as várias cláusulas do contrato, consta que o governo deve apresentar ao BID uma "Compilação de Dados e Relatório de Avaliação" (Cláusula 6.08). No que se refere ao Relatório de Avaliação foi estabelecido que: Antes do 5º (quinto) ano, contado a partir da data do último desembolso do financiamento, o mutuário deverá apresentar ao Banco um relatório de avaliação dos resultados de execução do Projeto, com base em metodologia e normas acordadas com o Banco. Com o objetivo de cumprir essa cláusula, o IPARDES elaborou uma proposta de avaliação do PRO-RURAL, a qual foi discutida e aprovada pelos representantes do BID e do governo do Paraná.<sup>3</sup>

<sup>3</sup>FUNDAÇÃO IPARDES. Avaliação ex-post do PRO-RURAL : proposta de estudo. Curitiba, 1981. p.5.

Em linhas gerais, a proposta contemplava as duas exigências colocadas pelo BID. Uma delas dizia respeito ao acompanhamento do Programa, com ênfase nos aspectos internos de execução e acompanhamento, tais como registro e controle dos recursos financeiros, monitoria e controle das programações mensais e anuais e outras medidas de acompanhamento. Dadas as características dessas atividades, tal avaliação ficou afeta à Coordenação Geral do Programa, no caso a Unidade Técnica Administrativa do PRO-RURAL.

Quanto à outra exigência, de uma avaliação que transcendesse a execução do Programa em si mas verificasse os reflexos do Programa sobre os problemas levantados no diagnóstico, considerou-se que essa deveria ficar sob a responsabilidade de um órgão não ligado diretamente à execução do Programa. Assim, de sua ótica externa - com o objetivo de verificar o impacto regional do Programa -, a avaliação ficou sob a responsabilidade do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

## 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em 1983, ao ser iniciada a primeira fase do processo de avaliação do Impacto Regional do PRO-RURAL, procedeu-se a um detalhamento da proposta original. Considerou-se inicialmente que, para atingir seu objetivo, essa fase deveria conter dois grandes parâmetros de referência, um contemplando informações secundárias e um outro informações primárias.

O objetivo desses dois grandes blocos de informações foi montar quadros de referência, visando obter um perfil sócio-econômico da Região Programa o mais abrangente e completo possível, antes da implementação do PRO-RURAL.

Esse perfil é composto de dois níveis: o primeiro, designado por Informações Básicas Regionais, contém informações macroeconômicas obtidas através de dados censitários, em particular do Censo Agropecuário, e de outras fontes oficiais. O segundo, designado por Análise das Unidades Produtivas Agropecuárias, contém informações primárias em nível micro, coletadas através de formulários aplicados entre os produtores rurais, localizados na área de abrangência da Região Programa.<sup>4</sup>

Durante o levantamento e sistematização das informações, a preocupação central foi definir variáveis que, após atualizadas na fase *ex-post* do processo de avaliação, se traduzissem em indicadores da evolução regional em níveis macro e micro.

Em 1991, ao iniciar a 2ª fase do processo de avaliação, foram retomadas algumas questões de ordem metodológica, dadas

---

<sup>4</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural-PRO-RURAL : avaliação do impacto regional, 1ª fase. Curitiba, 1983. 4v. em 5.

suas implicações sobre a Avaliação. Tais questões, já levantadas na 1ª fase do processo de estudo, foram assim explicitadas: [...] apesar de nas últimas décadas ter havido uma proliferação, nos países ditos atrasados, de Programa de Desenvolvimento destinado a regiões e grupos sociais excluídos do processo de desenvolvimento, não existe, ainda, uma formulação teórica ou metodológica que norteie a elaboração e operacionalização de um processo de avaliação para programas deste tipo.<sup>5</sup>

O levantamento bibliográfico realizado naquele momento revelou que a bibliografia existente, composta das mais diversas correntes de pensamento, quando não se reduz à tradicional análise de custo-benefício, refere-se a experiências isoladas de avaliação e acompanhamento.<sup>6</sup>

Nem mesmo no contrato de empréstimo entre o governo do Estado e o BID são indicados com precisão e clareza o instrumental metodológico e os objetivos da avaliação. Avaliação esta que o próprio BID exige, a ponto de estabelecê-la em cláusula contratual a ser cumprida pelo tomador do empréstimo.

Partindo desse quadro de relativo vazio metodológico é que a proposta de avaliação se pautou na análise comparativa, tendo como parâmetro de referência a evolução do perfil sócio-econômico da Região Programa e o confronto dessa evolução com a das demais regiões do Estado, antes e depois do Programa. Além disso, considerou-se que:

O confronto da posição da Região Programa com o Resto e Total do Estado, nos dois momentos, não tem somente o objetivo de se constituir em parâmetros de avaliação. É, também, um recurso no sentido de que, na análise posterior, não se atribua ao PDRI todas as modificações ocorridas na Região, na medida em que se poderá aferir o desempenho de regiões situadas fora da área de interferência do Programa. Pois até este momento não se elaborou um esquema que permita separar os efeitos do PDRI-PR de outras medidas de política econômica, de caráter estadual ou federal, que igualmente produzirão impacto sobre a situação regional.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Projeto Integrado de Apoio ..., v.1, p.1.

<sup>6</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Projeto Integrado de Apoio ..., v.1, p.1.

<sup>7</sup> IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Projeto Integrado de Apoio ..., v.1, p.8.

Assim, se a análise comparativa se apresenta como instrumento que permite estabelecer conexões de sentido a partir da evolução e do confronto de indicadores, o resultado final do processo de avaliação deve estabelecer ou não uma relação de causa e efeito entre as evoluções observadas e as ações do PRO-RURAL. Logo, para alcançar essa dimensão da avaliação, é necessário não só constatar que as mudanças sociais ocorreram, se foram positivas ou negativas, mas também concluir se ocorreriam ou não caso o Programa não tivesse sido implementado.

É nesse sentido que autores como M. FIGUEIREDO e A. FIGUEIREDO se referem à Avaliação de Impacto das políticas públicas com propósitos de mudanças nas condições sociais.

Diz-se que essas políticas obtiveram sucesso quando se pode imputar a elas a condição de causa necessária, quando não suficiente, de uma mudança observada. Ou seja, a constatação de que ocorreram mudanças não é suficiente para concluir-se pelo sucesso do programa: é necessário demonstrar que elas não ocorreriam (total ou parcialmente) sem o programa. Em outros termos, é necessário demonstrar que a atuação do programa é empiricamente relevante na determinação da mudança observada.<sup>8</sup>

Sendo assim, deve ser considerado que não basta constatar que o PRO-RURAL cumpriu todas as metas físicas dos subprojetos, nem que os indicadores macroeconômicos sinalizam mudanças positivas e significativas, para deduzir que ocorreram mudanças sociais no mesmo sentido e com a mesma intensidade sobre o público-alvo, ou ainda, que as mudanças positivas podem ser totalmente atribuídas ao Programa.

É possível deduzir que certas ações dos PDRI, ligadas às obras físicas, são inegavelmente positivas para a produção agropecuária em geral, tais como estradas e armazéns, e outras são positivas para a população rural em geral, tais como es-

---

<sup>8</sup>FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Angelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas : um quadro de referência teórica. São Paulo : IDESP, 1986. 57p. p.16.

colas e postos de saúde. Existem, ainda, ações de fomento que incidem, em princípio, positiva e particularmente sobre a produção agropecuária do público-alvo, tais como o crédito rural e serviços de mecanização, uma vez que consta da proposta do Programa que as ações de fomento seriam dirigidas aos produtores selecionados como beneficiários dessas.

Todavia, apesar dessas deduções, não se pode afirmar que essas ações determinem condições suficientes para atingir os objetivos gerais do Programa, na medida em que estes extrapolam as possibilidades de intervenção da esfera estadual:

Criar a base de infra-estrutura e Apoio Institucional necessário para que o setor agrícola possa incrementar a produção local de alimentos, ao mesmo tempo que eleve o nível de renda do trabalhador rural da região.

Pretende-se obter, com a implantação do projeto, os seguintes resultados sociais e econômicos:

- a) redução das disparidades regionais existentes no Estado, pela incorporação das áreas menos dinâmicas no processo de desenvolvimento;
- b) melhor aproveitamento do potencial de recursos existentes;
- c) acesso das populações carentes aos benefícios que integram o processo de desenvolvimento econômico;
- d) criação de novas oportunidades econômicas, favorecendo a absorção de mão-de-obra desocupada e subocupada;
- e) aumento da participação de produtores rurais, em melhores condições de vida;
- f) fixação do homem ao campo, favorecendo o alívio das tensões sociais;
- g) afirmação de vocação econômica do Estado como fornecedor de produtos alimentares;
- h) aumento da produção e da produtividade agrícola da região.<sup>9</sup>

Note-se que o desenvolvimento agrícola de uma região nos moldes pretendidos pelos objetivos do Programa está associado à política agrícola nacional, pois é na esfera do poder político federal que se determina o acesso aos recursos produtivos - terra e financiamento - e se regula as condições de comercialização entre os produtores agropecuários e o mercado. Além disso, é na esfera do poder federal que são estabelecidas as regras da distribuição setorial e pessoal da renda e da riqueza no país.

---

<sup>9</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Fazenda (Coord.). Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Curitiba, out. 1980.

Em resumo, o conhecimento acumulado não permite desconhecer que a Região Programa faz parte de uma dinâmica estadual, a qual se insere num contexto nacional e mundial, sofrendo, portanto, profundas influências deste. Avançando nesse raciocínio, é justamente o estudo da evolução histórica de uma região que torna possível traçar cenários, com alguns limites, sobre seu futuro. Aliás, exatamente quando o desenrolar desse futuro previsível apresenta graves distorções é que se acionam políticas públicas ou projetos como o PRO-RURAL, que pretendem alterá-las ou corrigi-las. Então, para se concluir pelo seu sucesso, é necessário demonstrar que a intervenção estatal foi concretamente relevante na alteração dessa trajetória.

Empiricamente, não há maiores problemas em se implementar ou avaliar políticas ou projetos que busquem aumentar os níveis de produção, pois esse objetivo em si é facilmente quantificável. A dificuldade se apresenta no momento de avaliar ou mesmo delimitar os segmentos sociais que se beneficiaram ou não dessa intervenção estatal.

O que está em questão é como medir os resultados de um projeto que busca o aumento da produção com a inclusão de determinado segmento social, mas que, na sua implementação, exclui parcela desse segmento por esta não preencher determinadas condições, definidas *a priori*, para se incorporar ao programa, tornando-se, dessa forma, relativamente mais pobre.

Esse fenômeno, comum nos programas que envolvem a concessão de crédito ou outras ações que prevêm retorno financeiro, apresenta-se como uma das contradições do PRO-RURAL, porque, em princípio, se dirige a todos os produtores com uni-



dades até 50 ha. Todavia, esse segmento não é homogêneo, sendo composto, em sua maioria, por produtores sem condições materiais para corresponder às exigências dos empréstimos.

Além disso, em relação aos impactos sócio-econômicos mais amplos, mesmo que os estímulos dos programas provoquem aumentos de produção significativos, não necessariamente os diferenciais de rendimento são incorporados pelos produtores menores e, principalmente, pelos trabalhadores. Deve-se considerar a participação dos setores da indústria, comércio ou bancos que, pelo seu poder econômico, criam formas de apropriação dos rendimentos provenientes de aumentos na produção.

O que se deseja salientar é que essa trajetória de exclusão social não é nova. Faz parte da própria história do crescimento econômico do Brasil e, na última década, vem se acentuando pelo aprofundamento da crise econômica. Nesse período, vários financiamentos internacionais foram contratados, mas pode-se afirmar que pouco contribuíram para alterar essa trajetória, pois não contemplam ações específicas que integrem os segmentos mais pobres; ou seja, não estabelecem ações ou programas de caráter compensatório para esse público.

Tal situação é reconhecida pelos próprios representantes dos bancos de fomento internacionais. Tanto é assim que, em documento do Banco Mundial, em que consta uma proposta de PDRI para o Nordeste do Brasil, é feita uma avaliação crítica no sentido de assumir que esses programas não estão voltados para o "cerne da pobreza rural" - produtores sem terra e pequenos proprietários. A justificativa apresentada no documento, para a exclusão desse segmento de produtores, está no fato de estes

não apresentarem potencial para o aumento da produção e nem sequer a segurança da posse da terra.<sup>10</sup>

Essa posição paradoxal talvez seja a razão de as propostas de PDRIs não delimitarem e definirem com exatidão os objetivos dos programas e, conseqüentemente, de não explicitarem com clareza os critérios e a metodologia das avaliações.

No sentido de enfrentar essas limitações de ordem metodológica - cujo ponto frágil está na dificuldade de estabelecer uma relação direta e linear entre a evolução regional constatada e as ações do PRO-RURAL e entre estas e o pleno alcance dos objetivos gerais e específicos do Programa, particularmente daqueles que previam mudanças sociais -, decidiu-se pelo esclarecimento da problemática subjacente ao próprio Programa.

Tomada essa decisão, foram selecionados alguns temas cujas análises concorram para esse esclarecimento. O primeiro, apresentado no item 2 deste trabalho, aborda questões relativas ao contexto e à concepção dos Bancos Multilaterais de Fomento ao Desenvolvimento, no período em que estimularam os PDRIs, vistos como solução para o desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos. Consta também desse item uma análise do PRO-RURAL da ótica de seus objetivos, da alocação dos investimentos e dos resultados esperados.

No terceiro item é analisado o Perfil Produtivo da Região Programa, com destaque para as transformações recentes na sua base produtiva, em particular da agropecuária, com a intenção de verificar suas tendências e as possibilidades de mudança de trajetória via PRO-RURAL; ou seja, sob efeito direto dessa intervenção estatal.

---

<sup>10</sup>WORLD BANK. Rural development issues and options in Northeast Brazil. Washington, 1973. Citado por WILKINSON, J. O estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo : HUCITEC; Salvador : CEPA, 1986. p.38.

Durante essa análise, que aborda as transformações na base produtiva estadual, bem como o contexto e o reflexo dessas transformações sobre a Região Programa, são levantados os pressupostos relativos à concepção do PRO-RURAL e às estratégias de intervenção do poder público sobre as situações consideradas como um problema social, no momento de concepção do Programa. Em outras palavras, ao analisar a evolução produtiva da Região, procura-se verificar o porquê de, na época das negociações do PRO-RURAL, o governo do Estado e o BID terem julgado que alguns municípios do Estado e os pequenos produtores ali localizados eram um problema. Procura-se verificar, também, porque decidiram por tais soluções e/ou ações para resolvê-lo, alocando, para tanto, um volume determinado de recursos.

Nessa perspectiva, pretende-se maior transparência quanto aos limites e possibilidades de êxito do Programa, dimensionando o problema e/ou esclarecendo os contornos do que foi diagnosticado. Assim procedendo, tem-se elementos para identificar os fatores ou circunstâncias que, simultaneamente ao PDRI, interferem sobre a dinâmica estadual.

O item 4 segue na mesma direção dos itens anteriores e esclarece sobre o rumo e os ritmos da evolução populacional do Estado, indicando as tendências particulares da Região Programa, bem como suas relações com as condições de produção e trabalho das parcelas mais carentes da população rural. Encerram este item algumas evidências empíricas sobre os pequenos produtores rurais na Região.

Em resumo, tais procedimentos permitem uma leitura atualizada e contextualizada do passado recente, destacando os aspectos vinculados à problemática em questão. Esse distan-

ciamento dos acontecimentos permite, por um lado, abstrair as antigas influências de caráter ideológico e, por outro, incorporar os avanços no conhecimento.

Tendo essas análises por quadro de referência, seguem-se os estudos de caráter avaliativo. No item 5, verifica-se o comportamento da produção agropecuária da Região Programa, durante o período de vigência do PRO-RURAL, comparando essa evolução com a do Restante do Estado. O objetivo desse item é verificar os possíveis reflexos das ações de caráter produtivo do Programa.

No item 6, é realizada uma análise da intervenção do Estado, através das ações do PRO-RURAL. Nesse, são analisados os três conjuntos de subprojetos: os de apoio ao processo produtivo agropecuário, os sociais e os de apoio à comercialização agropecuária. De modo geral, adotou-se como procedimento verificar, em primeiro lugar, os objetivos e a estratégia de intervenção, o volume e a alocação dos investimentos, para em seguida problematizar sobre as questões dos limites e a possibilidade dos objetivos serem atingidos. Foram utilizados, sempre que disponíveis, dados e informações que permitissem elaborar indicadores de forma a dimensionar os reflexos das diversas ações sobre os problemas que buscavam solucionar e o público que pretendiam beneficiar.

As considerações finais do relatório tratam de uma série de reflexões baseadas nas análises realizadas ao longo do trabalho e nas conclusões particulares de cada tema abordado.

verso

## 2 O PRO-RURAL E OS ORGANISMOS MULTILATERAIS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO

### 2.1 ORGANISMOS MULTILATERAIS: UMA VISÃO AMPLA

O projeto PRO-RURAL foi financiado, no início dos anos 80, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do governo do Estado, para a região sudeste do Paraná, com o objetivo pretendido de aumentar a produção agropecuária da Região, o nível de renda dos produtores e, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

Esses objetivos enquadram-se nos programas tradicionalmente financiados pelo Banco para os vários países da América Latina. Tais programas geralmente assumem um caráter modernizante das atividades econômicas ou da infra-estrutura e, por isso, são considerados produtivos ou se destinam à criação ou ampliação de serviços básicos para a população em geral, constituindo-se, desse modo, em programas sociais.

Exatamente em razão dessa concepção dos fins ou papéis dos subprojetos, a origem dos recursos e as condições de pagamento são diferenciadas. Assim, foram assinados dois contratos entre o governo do Estado e o BID, os quais somaram US\$ 197,468 mil. Os recursos destinados pelo BID, na ordem de US\$ 80,000 mil, compreendiam:

- a) um empréstimo (nº 69IC-BR) no valor de US\$ 50.000 mil para os subprojetos produtivos, que deverá ser amortizado até abril do ano 2006, mediante pagamento de prestações semestrais. Os juros sobre os saldos

devedores, a partir de outubro de 1981, são de 8,20% a.a. Esse empréstimo será debitado da conta do "capital inter-regional" do Banco, formada a partir dos recursos tomados pelo Banco nos mercados internacionais de capital. Cada vez mais essas agências dependem desses mercados para recompor suas finanças e, por essa razão, constantemente atualizam o custo desses recursos. Isto significa que o país tomador assume o compromisso de repassá-los para atividades que possam gerar retornos, como condição de viabilizar o pagamento dos empréstimos.

- b) um segundo empréstimo (nº 640SF-BR), no valor de US\$ 30,000 mil, para realizar a cobertura dos subprojetos sociais. Este empréstimo também deverá ser amortizado até abril do ano de 2006, mas, com juros sobre os saldos devedores de apenas 3% a.a., a partir da mesma data. Diferentemente, esse empréstimo tem origem no "fundo de operações especiais", composto pelas contribuições dos países-membros do BID. Esses recursos são administrados fora do circuito financeiro e podem ser repassados, em termos de custos, em condições muito mais favoráveis. Por isso, são geralmente destinados às atividades que não apresentam condições de gerar retornos.

Desde o início dos anos 60, o BID, criado como instituição de desenvolvimento regional voltada principalmente para as questões da América Latina, vem atuando no mesmo sentido de outras agências multilaterais e, particularmente, do Banco Mundial. Essas agências nasceram e se consolidaram depois da

Segunda Guerra, capitaneadas por uma instituição maior, o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A missão inicial dessas agências e do Fundo era a de criar um ambiente internacional favorável à emergência dos EEUU no papel de motor da recuperação mundial. Dessa maneira, os Estados Unidos se propunham a ocupar o vazio econômico e político, dado o debilitamento europeu, e a dificultar a expansão da União Soviética. De maneira genérica, o governo norte-americano postulava uma política liberal do comércio internacional, visando eliminar as barreiras comerciais decorrentes das políticas protecionistas vigentes nos demais países, com a finalidade de abrir novos mercados aos produtos norte-americanos, viabilizando e acelerando a expansão do grande capital internacional.

A partir desse momento, os organismos multilaterais, via financiamentos, apoiaram e difundiram essa posição e, via programas, contribuíram no sentido de inserir alguns países subdesenvolvidos nesse processo. Essa inscrição ocorreu baseada no grau de desenvolvimento dos países componentes dos fundos. Verificou-se uma tendência de os investimentos se concentrarem nos países que já detinham uma certa base industrial.

Esses organismos atuaram, juntamente com o apoio dos governos receptores, sobre duas áreas aparentemente distintas. Por um lado, buscaram impulsionar os setores-chaves da economia em cada etapa do desenvolvimento, direcionando recursos à expansão da infra-estrutura e/ou à modernização de certos ramos da indústria e/ou agricultura. Esses investimentos, em setores específicos, tinham também o papel de polarizar ou sinalizar investimentos privados, estabelecendo conjuntamente um processo de crescimento de setores econômicos chaves.



Por outro lado, buscaram intervir sobre situações socialmente precárias, promovendo programas cujo objetivo básico era melhorar as condições de vida de segmentos mais pobres da população.

Empiricamente, observa-se que o potencial desses programas foi limitado para reverter essas desigualdades sociais. Embora os programas explicitassem preocupações com a situação de carência social da população, na sua resolução e implantação não questionavam e não propunham ações sobre os problemas sociais crônicos dos países subdesenvolvidos - como a concentração da renda e/ou propriedade -, definidores dos perfis de carências sociais de grande parcela da população.

As agências multilaterais buscavam alterar essa trajetória de exclusão social, colocando em marcha, basicamente, programas para elevar a produção e/ou a produtividade do setor que mais afetava as populações carentes. Ou seja, para essas instituições, as questões sociais e econômicas se resumem em apenas uma - permanecendo o objetivo estratégico de correção do "estilo" de desenvolvimento -, a de incentivar o crescimento econômico de alguns setores da economia.

Historicamente, é possível perceber as mudanças táticas que particularmente o FMI e o BM realizaram, buscando atingir esse objetivo considerado estratégico.<sup>11</sup>

Nos seus primeiros vinte anos, essas instituições, em particular o Banco Mundial, estimularam o processo de recons-

---

<sup>11</sup>No livro Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial Estratégias e Políticas do Poder Financeiro, os autores traçaram uma trajetória das respectivas instituições. Construíram uma periodização, tendo por base um estudo das ações ou funções das instituições nos vários momentos, e concluíram que essas mudanças foram fundamentais para a construção da moderna internacionalização do sistema econômico. (LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Monica. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial : estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo : Brasiliense, 1987. p.186

trução econômica dos países europeus, via investimentos em infra-estrutura básica. A partir dos anos 60, com mais ênfase, repassavam essa linha de ação para os países atrasados, entendendo a disponibilidade de infra-estrutura como requisito básico para impulsionar o capital privado. Essas condições deveriam ser suficientes para estimular o "desenvolvimento", entendido como a "industrialização" dos países subdesenvolvidos. Ou seja, nessa etapa as agências buscavam dirigir a transformação das economias de base agrícola para uma outra, de tipo industrial.

Nos anos 70, gradativamente, os financiamentos se destinaram a outros setores. A partir de um diagnóstico (Informe Pearson) sobre as formas adquiridas pelo processo de industrialização e de uma avaliação realizada na gestão Mc Namara, a qual apontava para um recrudescimento da crise internacional e para um incremento das lutas de libertação, com conseqüentes mudanças sociais nos países da América Latina, entre outros países, essas instituições admitiram que os benefícios do crescimento econômico não chegaram à maioria da população, nos países subdesenvolvidos. Então, propunham como medida melhorar as condições de vida das camadas mais pobres, ou seja, "satisfazer as necessidades básicas" da população. Portanto, as instituições multilaterais buscaram empreender, por um lado, programas que elevassem a produtividade das atividades econômicas, destacando-se, enquanto programa produtivo para as áreas rurais, a proposta de modernização denominada "revolução verde", que consistia na introdução de padrões agrícolas caracterizados pelo uso intensivo de fertilizantes, máquinas e equipamentos, irrigações e novas variedades de sementes.

Igualmente mereceu destaque a difusão dos serviços sociais básicos como água, esgoto e desenvolvimento urbano. Especificamente, os programas de saúde e educação foram difundidos incorporando conteúdos programáticos embaixadores das práticas do controle de natalidade.

Nessa época, o BID compartilhava dessas preocupações e proposições. Segundo seu parecer, embora com grandes diferenças entre os países e internamente aos países, a América Latina sofria modestas taxas de crescimento agrícola e elevadas taxas de crescimento populacional. Portanto, passou a financiar os Programas de Desenvolvimento Rural Integrados, os quais, em conformidade com a atuação das demais instituições multilaterais, combinavam o financiamento para as áreas de saúde e educação com a perspectiva de influenciar a redução dos níveis de natalidade e, ainda, para o setor agrícola, com ações que abrangiam desde a preparação e ampliação de terras cultiváveis com base na incorporação de sementes, fertilizantes e equipamentos até a ampliação da rede de armazenagem, estradas, eletrificação, etc.

Os PDRIs, destinados às áreas rurais, não tinham apenas o objetivo de sanear a situação de pobreza identificada nos países de industrialização retardatária, mas também o de estimular o setor rural, que se tornou o principal setor de operações dos organismos multilaterais porque estes, nesse momento, buscavam a consolidação do processo de industrialização. Assim, para financiar esse processo, esses países necessitavam garantir níveis crescentes da produção agropecuária, tanto para viabilizar a exportação líquida dos produtos como para abastecer o mercado interno. Em síntese, segundo essa

visão, o setor rural dependia de níveis crescentes de produção para não se tornar o "ponto de estrangulamento" das economias latinas.

Nos anos 80, a conjuntura de crise financeira e endividamento se acentua nos países subdesenvolvidos, ameaçando a própria estabilidade do sistema financeiro internacional. Por essa razão, as políticas e ações dos organismos multilaterais é mais uma vez redirecionada. Torna-se prioritário, nesse momento, avaliar o desempenho macroeconômico, na perspectiva de induzir o reequilíbrio financeiro e não apenas de incentivar, via programas setoriais, a industrialização e/ou modernização das atividades econômicas.

Ou seja, as agências passam a atuar condicionando os novos financiamentos ao comportamento de indicadores globais que incluem comércio exterior, política fiscal, monetária e de salários. A partir da avaliação dos resultados apresentados por esses indicadores, realizam o financiamento de setores que possam contribuir para a geração de superávits na balança comercial, transferíveis para o exterior.

Da ótica dessas instituições o saldo parece estar sendo favorável, na medida em que está contribuindo para reduzir os riscos de uma disrupção financeira em nível global. Todavia, não está ocorrendo o mesmo internamente aos países devedores, que caminham a passos rápidos para a desorganização financeira.

Essa evolução demonstra a estratégia, por parte das instituições multilaterais, no sentido de impulsionar os setores-chaves nos países subdesenvolvidos em cada etapa do desenvolvimento capitalista, corrigindo seus rumos e ritmos e colocando-os em conformidade com a dinâmica ditada pelos países centrais.

Ainda, estimulam ações que procuram melhorar as condições de vida das camadas mais pobres sempre e quando não comprometem o processo e o estilo de crescimento propriamente dito.<sup>12</sup>

Desse modo, mais recentemente pretendem intervir sobre as causas domésticas que concorrem para a crise da balança de pagamento, a fim de restabelecer ou regularizar os fluxos financeiros para o exterior, ainda que à custa da desorganização interna dos países em termos da capacidade de financiamento do Estado e da economia.

## 2.2 O PRO-RURAL: OBJETIVOS E RESULTADOS

Pode-se entender o PRO-RURAL, financiado pelo BID para a região sudeste do Paraná, numa perspectiva ainda dos PDRIs, que predominaram até o final dos anos 70. Tais programas buscavam estabelecer uma política setorial ou, mais especificamente, atuar sobre o setor agrícola no sentido de que este elevasse seus rendimentos e, conseqüentemente, alterasse os níveis de vida da população localizada numa determinada região do Paraná.

Foi estabelecido como objetivo geral do PRO-RURAL criar a base de infra-estrutura e Apoio Institucional necessário para que o setor agrícola possa movimentar a produção local de alimentos, ao mesmo tempo que eleve o nível de renda do trabalhador rural da região.<sup>13</sup>

A partir do momento em que o programa fosse implantado,

---

<sup>12</sup>LICHTENSZTEJN; BAER, p.186.

<sup>13</sup>Nos vários documentos, os resultados ou objetivos esperados não mantêm uma mesma formulação, como se pode observar nos documentos seguintes, entre outros: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Projeto Integrado de Apoio do Pequeno Produtor Rural (PRO-RURAL) : projeto preliminar. Curitiba, maio 1979; PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986; PARANÁ. Governo do Estado. Contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Estado do Paraná - Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. Madrid, 1981. 10p.

atingindo esse objetivo geral, alguns resultados sociais e econômicos eram esperados:

- a) redução das disparidades regionais existentes no Estado, pela incorporação das áreas menos dinâmicas no processo de desenvolvimento;
- b) melhor aproveitamento do potencial de recursos existentes;
- c) acesso das populações carentes aos benefícios que integram o processo de desenvolvimento econômico;
- d) criação de novas oportunidades econômicas, favorecendo a absorção de mão-de-obra desocupada e subocupada;
- e) aumento da participação de produtores rurais, em melhores condições de vida;
- f) fixação do homem ao campo, favorecendo o alívio das tensões sociais;
- g) afirmação da vocação econômica do Estado como fornecedor de produtos alimentares;
- h) aumento da produção e da produtividade agrícola da região.<sup>14</sup>

Esses resultados foram estabelecidos a partir de um diagnóstico,<sup>15</sup> no qual explicitou-se que as disparidades de renda entre as regiões do Estado tinham se exacerbado com o crescimento da agricultura especializada, no norte do Estado, e com o crescimento industrial de Curitiba. Em relação à produção agrícola do Estado, o diagnóstico destacava que 1/3 provinha da parte norte do Estado, onde a agricultura tendia a ser mais eficiente em terras novas, cultivadas principalmente a partir de 1930. Na área do Programa, de ocupação mais antiga, a produção tinha origem em fazendas relativamente menores, tocadas por métodos agrícolas tradicionais, e visavam a uma economia de subsistência, ao invés de uma economia de mercado moderno.

Aprofundando a análise da agropecuária na Região Programa, o documento enfatiza as questões relativas às técnicas agrícolas, apontando que, para a quase totalidade das unidades produtivas, o sistema de cultivo utilizava apenas o

---

<sup>14</sup>PARANA. Governo do Estado. Síntese do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRO-RURAL). Curitiba, jun. 1980.

<sup>15</sup>PARANA. Governo do Estado. Relatório de Projeto BR-0059 - Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Sudeste do Paraná. Curitiba, ago. 1980. p.8, 10-11. Documento preparado pelo Comitê de Projeto constituído em agosto de 1980.

pousio como prática de recuperação da fertilidade do solo. Geralmente, a conservação e a fertilização do solo não eram conhecidas nem utilizadas pelos produtores. Ao contrário, a prática de "queimas" havia empobrecido o solo, reduzindo a quantidade de matéria orgânica nele encontrada. Havia relativamente pouca mecanização, além de debulhadoras, predominando a tração animal.

A população rural ocupada encontrava-se, em sua maior parte, nas pequenas unidades; o documento considerava então que o subemprego e a baixa produtividade eram os principais problemas encontrados pelos trabalhadores. Desse modo, a produção agrícola por trabalhador, inclusive a produção para o consumo doméstico, era mais baixa quanto menor fosse a unidade produtiva, na faixa entre 0 e 50 ha.<sup>16</sup>

Ainda na ótica desse documento, a carência de infraestrutura e de serviços contribuía para o relativo atraso da agricultura da Região Programa. Ou seja, a produtividade era baixa em virtude dos serviços insuficientes de extensão e de crédito. Os pequenos produtores quase que inevitavelmente recebiam preços muito abaixo dos níveis de preço por atacado, pela falta de acesso a instalações de classificação, canais adequados de informação de mercado, de armazenagem e comercialização de suas colheitas. Na maioria dos casos os produtores não tinham outra opção a não ser vender a intermediários precisamente na época em que os preços estavam mais baixos. O resultado combinado desses fatores era renda inferior e menores incentivos econômicos para produzir mais. Além desses problemas, enfrentavam a precariedade das estradas, carência de

---

<sup>16</sup>Informações trabalhadas a partir do Censo Agropecuário de 1970.

serviços de água e saneamento, instalações médicas inadequadas e deficiências do sistema escolar.

Em suma, o objetivo do Programa era alterar a trajetória da Região - contribuindo para reduzir as disparidades econômicas e sociais aí presentes, aproximando-a das demais regiões do Estado -, consolidando-a como produtora de alimentos a partir da expansão da pequena produção.

O público-alvo do Programa seria, particularmente, os produtores com até 50 ha, que receberiam o apoio necessário para expandir sua produção, especificamente a de alimentos. Através dos subprojetos de apoio ao processo produtivo, a saber, pesquisa, extensão e crédito, os produtores obteriam apoio técnico e financeiro para aumentar suas áreas de cultivo e, ao mesmo tempo, incrementar o rendimento das terras em exploração. Os subprojetos de infra-estrutura de apoio à comercialização contribuiriam para reduzir as perdas pós-colheita e aumentar as margens de lucro no preço final da produção. Os subprojetos do tipo reflorestamento e piscicultura complementariam a renda dos produtores.

Os critérios contidos no Plano de Produção, elaborado pela Secretaria de Estado da Agricultura,<sup>17</sup> permitiram estabelecer, além do público-alvo e do respectivo tamanho da propriedade, as culturas e tecnologias que deveriam ser implementadas. Em relação ao público-alvo, não seria contemplado o universo de produtores que ocupava o estrato com até 50 ha, dados os critérios de receptividade a uma nova tecnologia e da possibilidade de acesso aos imóveis. Assim, o número de produtores a ser

---

<sup>17</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. 118p. p.57



atendido seria reduzido praticamente em 50%, de 103.686 para 49.895.<sup>18</sup>

Estava previsto que o aumento da produção se daria por duas vias. A primeira, pela incorporação de áreas ociosas existentes nas propriedades passíveis de serem utilizadas no processo produtivo. Tais áreas eram estimadas em 106.890 ha.<sup>19</sup> A outra via resultaria do aumento de rendimentos de terra, cuja tecnologia recomendada não pretendia grandes alterações ou mudanças em relação às já existentes. As novas tecnologias deveriam ser apenas adicionadas às já utilizadas pelos produtores e pretendiam apenas a conservação e melhoria de fertilidade do solo através de adubação verde e orgânica; o controle e prevenção da erosão; a correção da acidez; o uso adequado de defensivos e a análise do solo.<sup>20</sup>

Essas duas vias responderiam por um acréscimo da produção estimado em 400 mil toneladas de alimentos básicos, ou por uma produção 55% superior em relação à prevista para 1985, sem a implantação do Programa.

A partir dessa síntese do Programa, pretende-se, a seguir, discutir os problemas relacionados aos objetivos e resultados contidos na proposta do PRO-RURAL. Apontar esses problemas significa introduzir parâmetros para esclarecer o potencial de mudanças do Programa, possibilitando o estudo de seus possíveis impactos.

Cabe esclarecer que o Programa proposto no fim dos anos

---

<sup>18</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. 118p. p.51 e 57.

<sup>19</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. 118p. p.59.

<sup>20</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. 118p. p.71.

70 apresentou, em primeiro lugar, um diagnóstico muito limitado sobre o desenvolvimento rural,<sup>21</sup> uma vez que não captou, com a devida profundidade, o processo que estava ocorrendo desde os anos 60 na agricultura brasileira e em particular na do Paraná, e que se manifestava na Região Programa de modo específico.

Em nenhum momento o diagnóstico evidencia a percepção de que, com mais ênfase nos anos 70, um processo de modernização da agricultura se estabelecia a passos largos, englobando uma nova performance da produção agrícola e novas relações entre este setor e os demais setores da sociedade.

Nesse período, a agricultura já não poderia se expandir apenas pela incorporação de novas terras, encontrando-se, por isso, num momento favorável de renovação de sua base técnica. A essa condição somou-se a expansão do setor industrial e a disponibilidade do crédito rural. Assim, tornou-se acessível, aos produtores, a aquisição de máquinas, insumos e outras tecnologias oriundas da indústria, que puderam garantir aumentos significativos de produtividade e produção agropecuária.

Ao mesmo tempo, outros segmentos industriais se estabeleceram e a grande maioria dos produtos agrícolas passou a ser processada industrialmente, pelo menos em alguns níveis. Esse novo patamar de integração agricultura-indústria redefiniu as históricas divisões existentes de produtos tradicionais *versus* modernos, produtos domésticos ou alimentares *versus* de exportação. De um modo geral, a produção agrícola tornou-se matéria-prima passível de agregar valor a partir da industrialização.

O mercado de intermediação e mesmo o mercado de consumo

---

<sup>21</sup>Existem outros aspectos relacionados com o desenvolvimento da Região Programa que não foram considerados nesse diagnóstico e que serão apresentados e discutidos no item 3 deste trabalho.

acompanharam as mudanças ocorridas na produção e no processamento. O produto *in natura* ficou cada vez mais distante, incorporando as novas exigências de homogeneização ou padronização.

Esse processo de modernização marcou profundamente a agricultura paranaense na década, gerando mudanças na pauta de produtos de origem agrícola, no montante da produção, nas condições e no processo de trabalho (desaparecem trabalhadores que detinham apenas a posse da terra, surgem os bóias-frias) e na redução da população rural.

Evidentemente esse processo não foi generalizado, isto é, não incorporou ou não foi incorporado pelos produtores em geral, mas apenas pelos que apresentaram algum potencial, dadas suas condições anteriores, as quais podiam ser variadas e combinadas - atividade produtiva, condição do solo e tamanho da propriedade, capital acumulado -, para dar um salto qualitativo na forma de produzir.

O diagnóstico não apreendeu que essas transformações já se difundiam pela Região Programa, assumindo, contudo, características particulares<sup>22</sup> - expansão da soja, do trigo, do reflorestamento/papel e celulose, dos produtores de leite, de sericultores, dos hortigranjeiros -, dada a presença significativa de solos de baixa fertilidade e de topografia acidentada. Provavelmente, a difusão mais acelerada e generalizada desse processo, na Região Programa, esbarrou no custo de produção mais elevado da incorporação de novas terras ou tecnologias.

O diagnóstico não reconheceu esse processo localizado de mudanças e, portanto, não estabeleceu essas diferenças entre os vários ramos da produção agropecuária, tratando como um todo a

---

<sup>22</sup>Essas características são apresentadas e analisadas no item 3 deste trabalho.

Região Programa, caracterizada pelo atraso e pelo grande número de pequenos produtores que viviam uma economia de subsistência.

De certo modo, o diagnóstico expressava o pensamento de alguns segmentos técnicos e burocráticos do Estado, que percebiam, naquele momento, a vulnerabilidade sócio-econômica do segmento de pequenos produtores, porém não a relacionavam com as mudanças que se processavam na estrutura produtiva e buscavam alternativas que o viabilizassem.

Esses técnicos construíram o conceito de pequeno produtor ou de pequena produção para designar o segmento possuidor de pequena parcela de terra, gerador de pouca produção - em geral para a subsistência - e conseqüentemente de baixa renda. A partir daí, esse segmento social passou a ser objeto de estudos e projetos que buscavam, por um lado, reverter suas condições precárias de sobrevivência e, por outro, fortalecer sua importância econômica, pois os técnicos consideravam que, embora fosse pequeno e atomizado o somatório do excedente da produção, este garantia a oferta urbana de alimentos baratos. Ou seja, esses estudos e projetos percebiam a vulnerabilidade desse segmento e propunham programas de apoio para viabilizar sua sobrevivência, sem observar o alcance e os limites dessas intenções, dado que, num quadro sócio-econômico em mudança, rapidamente estava sendo superada aquela forma de produzir.

Assim, em segundo lugar, o PRO-RURAL estabeleceu seus objetivos e resultados, sem considerar que novos segmentos de produtores tinham passado a responder pela produção, inclusive de alimentos, a partir da alteração de sua base produtiva e de sua entrada nos circuitos industriais, financeiros e comerciais, integrados nacionalmente e, ainda, sem considerar que os

produtores, ao não alcançar esses novos esquemas, empobreciam gradativamente.

Em outras palavras, não apreendeu que um mesmo processo gerara, num mesmo espaço, uma evolução diferenciada para os vários segmentos de produtores rurais. Reverter a situação dos que empobreciam significava atuar sobre um quadro social mais amplo e mediante decisões que buscassem alterar significativamente a base técnica de produção desse segmento. Ou seja, significava colocar o público-alvo dentro de um patamar tecnológico médio difundido nas demais regiões do Estado.

Esta não foi a visão do Programa nem a opção de intervenção. O PRO-RURAL buscou alterar as condições de produção de um segmento social específico, mas não de forma a colocá-lo num mesmo patamar tecnológico dos produtores que estavam respondendo às novas condições de produção, comercialização e consumo que se instalavam na economia. Não buscou introduzi-lo nos novos circuitos produtivos a partir da alteração da base produtiva.

Da forma como foi concebido, o Programa pode ter contribuído no sentido de viabilizar a reprodução de parte do segmento eleito como beneficiário, sem, no entanto, acionar instrumentos que contribuíssem para alcançar seu objetivo mais expressivo, o de alterar os níveis de vida e de produção presentes, consolidando a Região Programa como produtora de alimentos.

Sendo assim, o Programa não apresenta condições suficientes para alterar a trajetória histórica da Região Programa, onde a atividade rural se dá em espaços combinados de produção dinâmica e produção simples de pequenos produtores.

Evidentemente, as condições naturais têm um papel funda-

mental na definição dos limites e potencialidades do Programa. Além disso, o predomínio das condições desfavoráveis tem permitido, à Região, abrigar um contingente significativo dos segmentos mais pobres do campo.

Vale enfatizar o pressuposto de que o PRO-RURAL, através das ações de apoio à produção e comercialização, pode ter contribuído ao menos para que alguns produtores e respectivas unidades de produção dessem um salto qualitativo, mas não para imprimir um movimento mais significativo que permitisse nova performance à Região Programa.

Considere-se que, mesmo antes das ações do Programa, a região havia passado por transformações, devido aos efeitos do processo de modernização que se encontrava em curso e que já tinha alterado alguns setores da produção agrícola. A importância que o Programa e o processo de modernização tiveram na evolução social e econômica da Região, durante os anos 80, será analisada neste estudo.

### 2.3 O PRO-RURAL: INVESTIMENTOS

Neste item será feita a apresentação do quadro de investimentos do PRO-RURAL, ressaltando os vínculos entre a alocação dos recursos e o diagnóstico do Programa, analisado no item anterior.

Inicialmente, será apresentado o grupo dos subprojetos produtivos, por este pretender mais diretamente viabilizar e sustentar a produção agropecuária, e por ter absorvido a maior parcela de recursos. Neste conjunto destaca-se o Crédito Rural, subprojeto que apresenta algumas especificidades, pois individualmente absorveu maior parcela de recursos, sendo estes ori-

ginários apenas de fonte local ou dos cofres da União. Esses recursos foram colocados diretamente à disposição dos produtores através das agências do Banco do Brasil.

Seu objetivo, explicitado no relatório,<sup>23</sup> era "criar condições" favoráveis à introdução de métodos racionais de produção capazes de viabilizar as transformações tecnológicas programadas pelos demais subprojetos. Segundo o Plano de Produção,<sup>24</sup> as transformações tecnológicas não deveriam ser tão profundas a ponto de alterar significativamente as condições de produção. Essa prática de investimentos reduzidos pode ser confirmada pela informação de que, do total de recursos creditícios disponíveis, apenas 1/3 foi destinado a investimentos e o restante aos gastos de custeio. É importante, no entanto, esclarecer que em nenhum momento as normas para distribuição do crédito rural foram diferenciadas para atender as especificidades dos produtores da Região Programa. Elas não se diferenciaram da política estabelecida pelo governo federal e os tomadores ficaram sujeitos, portanto, aos critérios e flutuações implícitos na política nacional vigente. Vários estudos já criticavam a política creditícia dos anos 70 e 80, apontando seus limites em abranger equitativamente os vários segmentos rurais. De fato, essa política foi detonadora da grande expansão agrícola dos anos 70. No entanto, foi extremamente seletiva quanto a produtores e produtos e raramente direcionada para atender aos produtores que não dispusessem de uma base produtiva que preenchesse as condições estabelecidas pelo Banco

---

<sup>23</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de Atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. 185p.

<sup>24</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. 118p.

e pelos grandes mercados intermediários. Nos anos 80, anos de crise e escassez de recursos, essas características seletivas da política creditícia se acentuaram, tornando os financiamentos ainda mais inacessíveis aos segmentos mais pobres. Sendo assim, pode-se supor que, por seguir a política creditícia corrente, o crédito ofertado pelo Programa não atingiu a população-alvo. Apenas os produtores "potencialmente mais aptos" e detentores de bens hipotecáveis tiveram acesso a esse instrumento detonador do processo de produção agropecuária.

Outros subprojetos, considerados produtivos, dizem respeito à Extensão Rural, Fomento Agropecuário e Pesquisa. Estes tinham como função básica e mesmo estabelecida nos seus objetivos promover a geração de tecnologia adequada aos pequenos produtores, a partir do conhecimento agroecológico e sócio-econômico da Região Programa. O serviço de extensão levaria essa tecnologia às unidades produtivas, adaptando-as e maximizando o potencial dos seus recursos internos. O fomento complementar esses estímulos, criando e ofertando serviços de motomecanização e gradeação, entre outros, e, ainda, comercializando sementes e insumos.

Estas ações, se realmente efetivadas - junto a um número abrangente de produtores identificados como público-alvo -, deveriam contribuir para incrementar a produção de alimentos básicos, elevar a renda dos produtores e, conseqüentemente, viabilizar a reprodução da pequena produção.

Conforme a tabela 1, para realizar essas ações a origem e a distribuição dos recursos foram as seguintes: o subprojeto de Extensão Rural recebeu US\$ 1,202 mil provenientes do BID e US\$ 14,236 mil do Tesouro. Os recursos do BID foram utilizados



com máquinas e equipamentos, construções e mais de 50% somente em veículos, enquanto os recursos do Estado foram utilizados de modo concentrado: 23% com gastos operacionais e 77% com salários de pessoal.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRO-RURAL, POR SUBPROJETOS PRODUTIVOS E POR FONTE DE RECURSOS, SEGUNDO USO DOS RECURSOS, NO PARANÁ - 1981-87

(US\$ 1.000)

ROBRICA	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA		PESQUISA AGROPECUÁRIA		EXTENSÃO RURAL		FOMENTO AGROPECUÁRIO		REFLORES-TAMENTO		CRÉDITO RURAL		TOTAL	
	BID	Local	BID	Local	BID	Local	BID	Local	BID	Local	BID	Local	BID	Local
Máquinas e Equip.	190	-	1.002	-	285	-	6.344	-	15	-	-	-	7.836	-
Construções	-	-	649	326	245	-	2.105	32	-	-	-	-	2.999	358
Veículos	266	-	406	-	672	-	1.451	-	63	-	-	-	2.858	-
Admin. e Engenharia	-	-	-	46	-	2	-	162	-	-	-	-	-	210
Gastos Operacionais	-	859	-	1.641	-	3.285	-	-	-	175	-	-	-	5.960
Treinamento	-	-	-	11	-	-	-	12	-	-	-	-	-	23
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	162	-	-	-	-	-	162
Capital de Giro	-	-	-	-	-	-	-	975	-	-	-	-	-	975
Pessoal	-	3.361	-	2.051	-	10.949	-	-	-	582	-	-	-	16.943
Material	53	-	-	167	-	-	-	-	2.069	-	-	-	2.122	167
Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.658	-	32.695	-	36.353
Serv. de Consultoria	737	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	737	-
Obras de Estrada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obras de Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.246	4.220	2.057	4.242	1.202	14.236	9.900	1.343	2.147	4.415	-	32.695	16.552	61.151

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. 185p.

O subprojeto de Fomento absorveu grande parte dos recursos: US\$ 9,900 mil originários do BID e apenas US\$ 1,343 mil do Tesouro do Estado. Dos recursos da fonte internacional, 79% foram gastos com máquinas, equipamentos e veículos e o restante com construções. Dos recursos do Tesouro, 73% foram aplicados como capital de giro, e a parcela restante distribuída em compra de terrenos, veículos e construções. Essa parcela de gastos do Estado foi em parte redirecionada, em 1983, para atender às solicitações dos movimentos organizados da Região Programa. Nesse ano, com a mudança do poder político estadual,

foram estabelecidas novas estratégias e, em nível do PRO-RURAL, o governo pretendeu atender mais concretamente aos interesses das parcelas mais carentes da população rural, passando a consultá-las sobre os destinos dos novos investimentos. No entanto, as novas prioridades assim indicadas tinham como limite as negociações já realizadas com o BID. Dessa forma, pode-se supor que as atividades introduzidas - em particular nesse subprojeto -, entre elas a implantação de estruturas destinadas à produção de alevinos para repasse aos produtores e à coleta e beneficiamento de mel, não alteraram significativamente as diretrizes do Programa.

Ao subprojeto de Pesquisa Agropecuária foi destinado um montante relativamente bem menor de recursos. O BID investiu US\$ 2,057 mil e o Tesouro US\$ 4,242 mil. Os recursos do BID foram aplicados em três rubricas: máquinas e equipamentos (49%), construções (32%) e veículos. Ou seja, os recursos foram utilizados no sentido de adequar a estrutura do órgão de pesquisa (IAPAR) de forma que este executasse as atividades programadas. Dos recursos do Tesouro, 48% custearam o pagamento de salários, 39% foram destinados a outros gastos operacionais e o restante foi praticamente destinado a construções e materiais de trabalho.

No interior do grupo dos subprojetos produtivos, mais dois buscaram contemplar os pequenos produtores da Região. Um deles foi o de Reflorestamento, que absorveu US\$ 2,147 mil do BID e US\$ 4,415 mil do Tesouro. Os recursos do BID, quase na sua totalidade (96%), foram consumidos na criação e produção de mudas florestais e sementes, enquanto os do Estado corresponderam, em mais de 83%, a crédito de médio e longo prazos. Este programa buscava a implantação de reflorestamento em pequenas

propriedades rurais, visando à reposição de matas nativas e à produção de bracatinga para fins energéticos.

O outro subprojeto, de Regularização Fundiária, absorveu US\$ 1,246 mil do BID e US\$ 4,220 mil do Tesouro. Em torno de 60% da dotação do BID voltou-se para pagamento de serviços de consultoria, possivelmente de empresas especializadas que realizaram atividades de apoio geodésico, medição, demarcação e cadastro técnico rural. Dos recursos do Estado, 80% destinaram-se a pagamento de salários e o restante a gastos operacionais.

Um outro conjunto de subprojetos, conforme a tabela 2, caracteriza-se pela destinação dos recursos à ampliação ou construção de armazéns e/ou de cooperativas, à classificação de grãos e construções de estradas e obras de arte. Estes subprojetos têm em comum a intenção de realizar a produção agropecuária dos numerosos pequenos produtores da Região Programa.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRO-RURAL, POR SUBPROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E POR FONTE DE RECURSOS, SEGUNDO USO DOS RECURSOS, NO PARANÁ - 1981-87

(US\$ 1.000)

RUBRICA	COMERCIALIZAÇÃO		ARMAZENAGEM		CLASSIFICAÇÃO		COOPERATIVISMO		ESTRADAS RURAIS		TOTAL	
	BID	Local	BID	Local	BID	Local	BID	Local	BID	Local	BID	Local
Máquinas e Equip.	82	7	392	-	414	-	-	-	12.381	1.398	13.269	1.405
Construções	266	48	4.856	369	-	-	-	-	3.152	-	8.274	417
Veículos	180	-	398	-	140	-	-	-	-	-	718	-
Admin. e Engenharia	-	124	-	433	-	-	-	-	-	-	-	557
Gastos Operacionais	-	10	-	-	-	73	-	-	-	-	-	83
Treinamento	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	16
Terrenos	-	39	-	59	-	-	-	-	-	-	-	98
Capital de Giro	-	80	-	107	-	5	-	-	-	-	-	192
Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Material	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Crédito	-	-	-	-	-	-	-	3.196	-	-	-	3.196
Serv. de Consultoria	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obras de Estrada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.328	-	18.328
Obras de Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	528	308	5.646	968	554	94	-	3.196	15.533	19.726	22.261	24.292

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. 183p.

Destaca-se, no conjunto, o subprojeto Abertura e Melhoria de Estradas, que, depois do Crédito Rural, absorveu o maior montante de recursos. Da fonte internacional o subprojeto recebeu US\$ 15.533 mil, dos quais 75% foram gastos na compra de máquinas e equipamentos apropriados à execução, melhoria e revestimento das estradas. Os restantes 25% foram gastos em construção. O recurso investido pelo Estado foi de US\$ 19.726 mil, aplicados quase que em sua totalidade na execução específica das obras. Ou seja, os recursos aplicados nesse subprojeto foram divididos, na prática, em dois tipos de ações: na compra do material ou equipamento que viabilizaria a proposta e na construção dos vários tipos de estradas e obras de arte.

Outros três subprojetos tiveram por objetivo reestruturar as condições de comercialização. O de armazenagem absorveu US\$ 5.646 mil dos recursos do BID e US\$ 968 mil de contrapartida estadual, que tinham por destino a ampliação da capacidade estática das unidades, assim como dos equipamentos necessários ao beneficiamento da produção. Mais de 80% dos recursos do BID e 40% dos recursos do Estado foram empregados na construção dos armazéns. Os recursos restantes do BID foram empregados em equipamentos e veículos, mais tarde comodados às cooperativas e associações de produtores.

O subprojeto de Comercialização recebeu relativamente poucos recursos: US\$ 528 mil do BID e US\$ 308 mil do Estado. Enquanto os recursos do BID se concentraram nas rubricas de construção e equipamentos e veículos, os do Estado foram mais distribuídos, sendo que 40% concentraram-se na administração e engenharia dos projetos de construção. O subprojeto de Cooperativismo recebeu apenas recursos do Estado (US\$ 3,196 mil) na

forma de crédito. O Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP) administrou e repassou os recursos às cooperativas e associações, com juros e taxas subsidiados.

Esse montante de recursos, dirigido aos subprojetos de comercialização com a finalidade de ampliar e reequipar a infra-estrutura de comercialização, foi condicionado a que as unidades que se beneficiassem com recebimento de recursos deveriam, em contrapartida, incorporar em seus quadros novos beneficiários, particularmente pequenos produtores que se caracterizassem como população-alvo.

Com a perspectiva de garantir melhores condições de comercialização, o subprojeto Classificação de Grãos recebeu US\$ 554 mil do BID e US\$ 94 mil de recursos do Estado. A totalidade dos recursos internacionais foi gasta em equipamentos e veículos, para que os técnicos da entidade executora desempenhassem as atividades de classificação e fiscalização dos produtos; da contrapartida estadual, 78% foi destinado aos gastos operacionais.

Os grupos de subprojetos Produtivos e de Infra-Estrutura resultaram na disponibilidade de recursos de investimentos para os produtores, para as instituições estatais, no sentido de estas realizarem atividades de pesquisa e difusão de tecnologias, e para o apoio à produção através da construção de armazéns e estradas. Da ótica das instituições multilaterais, esses subprojetos são considerados suficientes para mudar as condições de produção, garantindo ganhos de rentabilidade e/ou produtividade das atividades rurais e, portanto, para aumentar os rendimentos dos produtores.

No entanto, não foram considerados outros fatores que intervêm sobre a produção e a rentabilidade agrícola: por um

lado, as políticas relativas a preço de insumos e produtos e, por outro, as condições de consumo da população, especificamente o poder de compra dos salários. Além dessas políticas que efetivamente poderiam estimular a produção agrícola, deve-se considerar que o aumento de renda dos produtores ou da margem de lucro não depende apenas do maior montante produzido, mas da organização e capacidade de pressão do conjunto dos produtores junto aos comerciantes ou demais demandantes da produção agropecuária. Em síntese, não existe uma relação direta entre aumento da produção e maiores rendas para os produtores.

Outro tipo de apoio ao desenvolvimento da Região Programa, principalmente no sentido de melhorar as condições de vida da população rural, está relacionado com a execução dos subprojetos sociais. A distribuição dos recursos está apresentada na tabela 3.

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRO-RURAL, POR SUBPROJETOS SOCIAIS E POR FONTE DE RECURSOS, SEGUNDO USO DOS RECURSOS, NO PARANÁ - 1981-87

(US\$ 1.000)

RUBRICA	SANEAMENTO		EDUCAÇÃO		SAÚDE		TOTAL	
	BID	Local	BID	Local	BID	Local	BID	Local
Máquinas e Equipamentos	-	-	1.826	-	3.998	-	5.824	-
Construções	-	-	6.767	800	5.654	1.131	12.421	1.931
Veículos	92	-	2.494	-	-	-	2.586	-
Administração e Engenharia	-	239	-	257	-	405	-	901
Gastos Operacionais	-	-	-	-	-	2.714	-	2.714
Treinamento	-	69	212	3.360	-	27	212	3.456
Terrenos	-	57	-	-	-	1.896	-	1.953
Capital de Giro	-	595	-	-	-	-	-	595
Pessoal	-	1.010	-	9.925	-	1.834	-	12.769
Material	-	-	549	98	-	-	549	98
Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviço de Consultoria	-	-	-	-	-	-	-	-
Obras de Estrada	-	-	-	-	-	-	-	-
Obras de Saneamento	6.004	4.362	-	-	-	-	6.004	4.362
TOTAL	6.096	6.332	11.848	14.440	9.652	8.007	27.596	28.779

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. 185p.

Destacadamente, o subprojeto Educação se coloca entre os que mais receberam recursos, a saber, US\$ 11.848 mil vindos do BID e US\$ 14,440 mil de contrapartida local. Dos recursos internacionais, 57% foram aplicados na construção de escolas e a maior parte do restante na compra de materiais (livros e manuais) e veículos (microônibus). A participação do Estado se deu com a aplicação de 70% dos recursos em custeio de pessoal, 23% em treinamento de pessoal e o restante em construções.

O subprojeto de Saúde recebeu US\$ 9,652 mil do BID e US\$ 8,007 mil de contrapartida local. Do mesmo modo que no subprojeto anterior, 60% dos recursos originários do BID foram gastos na construção de postos e centros de saúde e, o restante, em equipamentos e materiais necessários ao funcionamento das unidades. Dos recursos locais, 23% foram gastos em custeio de pessoal, 24% na compra de terrenos, 34% em gastos operacionais ou repasse de verbas para pagamento de serviços de terceiros e o restante das verbas foi investido em construções.

Os gastos sociais finalizam com os recursos aplicados em Saneamento, dos quais o BID financiou US\$ 6,096 mil e o Estado US\$ 6,332 mil. O montante foi assim dirigido: 98% dos recursos internacionais e 70% dos recursos locais em obras de saneamento ou introdução e construção dos serviços de água potável. Uma outra parte significativa dos recursos locais destinou-se ao pagamento de pessoal e serviços de engenharia.

Em síntese, a tônica dos subprojetos foi a ampliação da oferta desses serviços, através da construção dos equipamentos. Os gastos de custeio e manutenção ficaram a cargo do Estado. Da ótica das instituições multilaterais, esses serviços são fundamentais para servir de apoio e permitir que as atividades eco-

nômicas potencializem seus resultados. Além disso, geralmente a expansão desses serviços está associada à divulgação de um conteúdo cuja primazia histórica foi dada ao controle demográfico, o qual, da ótica dessas instituições, ao ser assimilado pelas entidades financiadas, reforçaria o processo de crescimento econômico ao atenuar as pressões sobre o circuito da produção e, ao mesmo tempo, qualificaria os serviços básicos. Esse direcionamento parece não ter ocorrido em relação ao PRO-RURAL, mesmo porque a população paranaense tinha apresentado, na década de 70, uma taxa de crescimento bastante inferior à taxa brasileira (1,0% e 2,4%, respectivamente). O fenômeno migratório foi o responsável por essa performance. A redução da população rural, nessa década, inverteu a composição da população em várias regiões do Estado, tornando a grande maioria predominantemente urbana.<sup>25</sup>

Talvez em razão dessa evolução, os subprojetos relativos à Educação e à Saúde apresentaram conteúdos particulares. O subprojeto de Educação criou a figura das escolas consolidadas, que tinha dois objetivos básicos: primeiramente, o de colocar-se como centro de várias outras escolas rurais - estruturadas apenas com o ensino básico - para possibilitar às crianças a continuidade escolar, até a conclusão do primeiro grau. Além disso, havia o objetivo de colocar-se como centro da "comunidade", oferecendo outros equipamentos que pudessem ser utilizados pela população, inclusive espaço para reuniões.

Em relação ao subprojeto de Saúde, os investimentos do PRO-RURAL contribuíram para viabilizar uma nova idéia sobre o

---

<sup>25</sup>Maiores informações sobre o comportamento da população paranaense encontram-se no estudo IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Curitiba, 1983. 81p. Convênio SEPL.



atendimento médico. Esta surgiu no início dos anos 80, com a criação dos Serviços Unificados e Descentralizados de Saúde (SUDS). O financiamento dessa nova estrutura sofreu modificações no sentido de reforçar o atendimento preventivo, além do curativo, através da construção e expansão de postos e centros de saúde. Estes serviços, considerados simples, se complementariam numa rede que englobaria os serviços mais complexos.

Pode-se concluir, dada a destinação total dos recursos, pela importância do Programa no sentido de recuperar a capacidade de investimento do setor público ou, no mínimo, de evitar maior deterioração na prestação de serviços das entidades que se beneficiavam com os recursos do Programa. Os recursos do BID foram absorvidos por quatro tipos de despesas: duas delas absorveram 75% do total dos recursos e cobriram as compras de máquinas e equipamentos das instituições para que estas realizassem suas atividades rotineiras, tanto de pesquisas quanto de extensão rural. Um outro item de despesa importante foi o de construção, ampliação ou reforma das escolas e postos de saúde, custeados em sua maior parte apenas pelo BID.

Os recursos do governo do Estado e a contrapartida financeira estabelecida no Contrato de Empréstimo tiveram uma destinação mais diversificada, embora apenas três rubricas tenham absorvido 70% dos recursos. O Crédito Rural - via Banco do Brasil - respondeu pela parcela mais significativa dos recursos. Excluindo-o do total - já que foi composto por recursos federais e destinado diretamente aos produtores -, as demais despesas realizadas com recursos do Estado assim se destacaram: os gastos com pessoal, mais especificamente o pagamento de salários e o repasse para pagamento de terceiros

(gastos operacionais) foram os mais significativos; a seguir, os investimentos se destinaram para a construção e melhoramento das estradas; as demais rubricas receberam relativamente poucos recursos.

Deve-se considerar, ainda, que o montante de investimentos do PRO-RURAL (US\$ 197,4 mil) teve seu impacto reduzido, na medida em que foram distribuídos entre 61 municípios ao longo de cinco anos e, ainda, segundo vários subprojetos. Essa fragmentação dos recursos reforça a idéia de que estes, por si sós, não parecem suficientes para transformar a Região Programa, modernizar a atividade agrícola e reduzir os níveis de pobreza. Esses objetivos são amplos e dependem da ação conjunta de outras políticas, particularmente as de caráter nacional, para se concretizarem.

De qualquer modo, há três motivos para se considerar que os recursos do PRO-RURAL desempenharam algum papel positivo sobre a economia e a sociedade paranaenses durante a primeira metade dos anos 80.

O primeiro, como já foi descrito, foi o seu impacto sobre a máquina estatal, recuperando e refazendo sua capacidade de investir em políticas públicas.

O segundo refere-se à capacidade intrínseca ao PRO-RURAL de polarizar outros investimentos. Esse processo pode ter ocorrido na Região Programa, na medida em que a expansão de alguma atividade induzida pelo PRO-RURAL tenha atraído outros investimentos, ampliando seu dinamismo.

A última razão baseia-se no pressuposto de que as mudanças esperadas por programas da natureza do PRO-RURAL, financiados por agências multilaterais, não são produto de apenas um

empréstimo. Ao contrário, essas poderão acontecer de modo gradual, acompanhando os vários financiamentos contraídos. Na perspectiva de modernizar o campo ou de melhorar as condições de infra-estrutura urbana, o governo do Paraná contratou, na década de 80, diretamente na condição de tomador, quatro empréstimos de agências multilaterais, para os seguintes programas: PRO-RURAL, Paraná Rural, PRAM e PEDU.

Sendo assim, é esse conjunto de investimentos que, por ter seus reflexos também conjugados, poderá produzir alguns efeitos sobre a base produtiva estadual e, conseqüentemente, sobre a qualidade de vida da população.

A análise dos possíveis impactos de cada um dos subprojetos do PRO-RURAL será realizada no item 6, quando serão utilizadas outras informações, que complementarão o quadro apresentado.

### 3 PERFIL PRODUTIVO DA REGIÃO PROGRAMA

Neste item são abordados alguns condicionantes e aspectos da evolução da base produtiva da Região Programa, no contexto de modernização da economia paranaense. Espera-se, com isso, agregar elementos para a apreciação do próprio diagnóstico do PRO-RURAL e, conseqüentemente, para a verificação da adequação da estratégia técnica de intervenção quanto ao impacto esperado em nível regional, especialmente sobre os aspectos considerados responsáveis pelo atraso e pobreza rural, particularmente as condições de produção predominantes entre os produtores-alvo do Programa.

A citação seguinte oferece uma síntese expressiva da visão que orientou o diagnóstico do PRO-RURAL, elaborado pelo governo, e as razões que levaram à estratégia de intervenção estatal do Programa.

Por serem de colonização antiga e de agricultura tradicional, as sub-regiões referidas perderam o dinamismo em relação à grande expansão de áreas mais novas, como o Norte, Noroeste e Sudoeste do Estado. Atualmente, apresentam características econômicas e sócio-culturais típicas de um baixo grau de desenvolvimento. Em decorrência de uma atividade econômica pautada numa agricultura de mera subsistência, resultam baixo nível de renda individual, insatisfatórios indicadores de saúde e educação, baixa percentagem de população jovem e elevado grau de sazonalidade. Além disso, a região do projeto apresentou nos últimos anos, um valor de renda adicionado "per capita" muito abaixo da média geral do Estado.<sup>26</sup>

Atualmente, é difícil compartilhar esta interpretação, quer se objetivasse com ela expressar a realidade regional, quer se pretendesse apenas descrever o quadro da agropecuária dessa área, ainda mais quando se considera que foi realizada no

---

<sup>26</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Curitiba, out. 1980. 3v.

final da década de 70, posteriormente, portanto, a um período de profundas alterações em todas as regiões do Estado.

Não há como negar que era desigual o ponto de partida das diversas regiões quando das transformações ocorridas nos anos 70, dada uma série de circunstâncias, algumas ligadas às condições anteriores de ocupação. Porém, esse período foi de profunda integração econômica, não apenas em nível interestadual mas também em nível nacional, o que prejudica qualquer análise que se restrinja a buscar no passado da Região Programa a base de seu estágio atual.

Embora as diversas frentes de ocupação do território paranaense, ao conformarem estruturas sócio-econômicas diferenciadas, tenham condicionado a inserção dessas áreas ao processo recente de modernização da economia estadual<sup>27</sup> - e parece ser com base em tais condicionantes que o diagnóstico caracteriza a Região Programa como uma área deprimida -, o fato é que os determinantes desse processo operavam em escala maior, no sentido do aprofundamento do desenvolvimento capitalista no país.

Por desconsiderar esse contexto mais amplo, no qual foram estabelecidas e determinadas as transformações da base produtiva estadual em suas diversas áreas sócio-econômicas, o diagnóstico deixou de apreender as principais tendências quanto ao desenvolvimento da Região Programa. Com isso, a caracterização da chamada agricultura tradicional, objeto da ação governamental, ficou prejudicada em dois aspectos: quanto à sua

---

<sup>27</sup>Sobre esta questão, é útil verificar os trabalhos: IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982; \_\_\_\_\_. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba, 1983. e FLEISCHPRESSER, Vanessa. Modernização tecnológica da agricultura. Curitiba : Livraria do Chaim : CONCITEC : IPARDES, 1988, os quais permitem observar como as diversas frentes de ocupação, ao conformarem certas estruturas sócio-econômicas, estabeleceram as condições diferenciadas de inserção das diversas áreas do Estado no seu processo de desenvolvimento. Por outro lado, esses mesmos trabalhos apontam na direção das mudanças que vinham ocorrendo, as quais, entre outras consequências, tendiam a aprofundar a integração da economia estadual (intra e inter-regional).

expressão em termos da economia regional e quanto ao espaço efetivo para sua reprodução no contexto da modernização agrícola.

Com o objetivo apenas de destacar os aspectos que mais diretamente repercutiram sobre as questões acima é que se abordará, a seguir, o processo de redistribuição espacial das atividades produtivas, bem como seu impacto sobre a base produtiva estadual, com particular atenção sobre seus reflexos na Região Programa. Num segundo momento, serão levantadas algumas questões sobre o desempenho do setor agropecuário nesta região, a fim de destacar algumas semelhanças e particularidades da modernização agrícola na Região Programa em relação à situação do Restante do Estado. Um dos principais fatores que concorreram para as especificidades do desenvolvimento agropecuário nesta região são as características do seu quadro natural; sob este aspecto, se procurará evidenciar de que modo, nessa região, a expansão agrícola adequou-se a esse quadro.

### 3.1 TRANSFORMAÇÕES NA BASE PRODUTIVA ESTADUAL: CONTEXTO E REFLEXOS SOBRE A REGIÃO PROGRAMA

A expansão econômica que marcou a economia brasileira nos anos 70 foi acompanhada por importantes alterações na distribuição geográfica das atividades produtivas. Assistiu-se à reversão de uma tendência secular de concentração e aglomeração econômica em São Paulo. No período, houve redução na participação deste Estado na produção industrial e agropecuária.<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup>As questões relacionadas à desconcentração regional de produção e as informações sobre esse processo têm por base os seguintes trabalhos: DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Maurício Borges. *Mudança do padrão regional brasileiro : determinantes e implicações. Análise Conjuntural*, Curitiba, v.8, n.2, p.32-42, fev. 1986 e \_\_\_\_\_. *Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil*. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Planejamento. *Para a década de 90 : prioridades e perspectivas de políticas públicas: população, emprego, desenvolvimento urbano e regional*. Brasília : IPEA/IPLAN, 1990. 289p.

A redistribuição geográfica da produção, devido a uma conjunção de fatores,<sup>29</sup> atingiu desigualmente as várias regiões e estados da Federação. Nesse processo, o Paraná foi duplamente beneficiado. Quando se trata de observar setorialmente a desconcentração relativa da produção, tem-se que a expansão agropecuária antecedeu em algumas décadas a reversão registrada no caso da indústria. O Paraná constituiu-se na fronteira desse processo, com a expansão cafeeira a partir dos anos 40.

Mais recentemente, o Paraná beneficiou-se da desconcentração da indústria de transformação. Os indicadores sobre a evolução deste setor na década de 70 mostram que a Região Sul do país foi a principal beneficiária desse movimento. Nesse mesmo período, a indústria paranaense registrou um significativo incremento na sua participação no total da indústria brasileira.

Na realidade, a inserção do Paraná no processo de desconcentração das atividades produtivas foi facilitada quer por sua base de recursos naturais, quer pela conjunção de fato-

---

<sup>29</sup> Diniz e Lemos agruparam os fatores que intervêm sobre a distribuição geográfica da produção em três conjuntos, conforme se relacionem com a base de recursos naturais, com o padrão locacional da indústria ou com a intervenção estatal. Nesse último caso, encontra-se a política pública (em seus vários níveis) de investimento, quer em infra-estrutura sócio-econômica, quer em atividades produtivas, e os vários instrumentos de política econômica disponíveis para contrarestar/accentuar a tendência à concentração espacial da produção. Em relação à base de recursos naturais, há que se considerar que a maior demanda por recursos naturais, como consequência do crescimento econômico, implica decisões estratégicas acerca da fonte desses recursos, envolvendo a avaliação dos vários fatores (características da demanda, custos de transporte, produtividade natural da fronteira, possibilidade de intensificação de uso dos recursos já incorporados) que pesam sobre a oportunidade de abertura de novas fronteiras. Há que se considerar, também, a possibilidade de essa base atrair indústrias cuja característica seja seu estreito vínculo às fontes de matéria-prima (indústrias weberianas). Por fim, há fatores associados ao padrão locacional das indústrias, ou seja, a tendência à concentração das atividades industriais devido à importância das relações interindustriais ou, quando este não é o caso, à relativa independência em relação à base de recursos naturais (indústrias não-weberianas). Tal concentração pode ser revertida pela conjunção de fatores de expulsão (relacionados a custos advindos do processo de urbanização) e de atração (dotação, em áreas periféricas, de infra-estrutura que suporte a diversificação de indústrias e serviços).

res de atração, tais como sua proximidade com São Paulo, núcleo dinâmico da economia brasileira, e a dotação de infra-estrutura sócio-econômica.

O significado maior dessas mudanças na distribuição espacial da produção está no estabelecimento de um novo marco em termos das possibilidades de integração econômica. As alterações estruturais na economia brasileira e o seu impacto sobre a localização geográfica da produção estabeleceram as condições para a integração nacional com base na especialização regional. Conforme Diniz e Lemos, dadas as escalas crescentes tanto industriais como dos efeitos urbano-cumulativos e a interação física do mercado nacional, torna-se gradativamente superada a idéia de integração dentro de um ponto (região) no espaço e cada vez mais necessário o desenvolvimento da idéia de integração entre os vários pontos (regiões) no espaço.<sup>30</sup>

Nesse sentido, pretende-se destacar que, embora não homogeneamente, a Região Programa passou por redefinições nas suas condições de integração à economia estadual e nacional, quer por alterações na ocupação produtiva da terra, quer pela expansão industrial verificada.

A análise da base produtiva do Estado nos anos 70 revela que este foi um período de grandes transformações, cujo dinamismo e sentido acompanhou e em alguns casos até superou o da economia brasileira.<sup>31</sup> Tanto é assim que [...] apesar das taxas de crescimento da indústria nacional, no período, serem extremamente elevadas, a participação do Paraná na produção nacional dobra entre 1970 e 1980, pois salta de 2,96% para 6,13%.<sup>32</sup>

Se até fins dos anos 60 o crescimento da economia paranaense foi comandado pelo seu setor agrícola, a partir dos anos

---

<sup>30</sup>DINIZ; LEMOS. Mudança do padrão..., p.40.

<sup>31</sup>IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982.

<sup>32</sup>IPARDES. Paraná: economia..., p.43.



70 tal crescimento é comandado pela expansão industrial. A evolução na participação relativa dos setores na geração da renda interna do Estado atesta o predomínio da produção industrial sobre a produção da agricultura. Em 1970, a agricultura era responsável por 25,17% da renda interna e a indústria por 16,62%; em 1980 este quadro se reverte, com a indústria respondendo por 28,07% e a agricultura por 18,53%. Nesses anos, os serviços respondem por mais de 50%.<sup>33</sup>

As mudanças no parque industrial do Estado não foram apenas quantitativas. As principais transformações foram qualitativas, dadas as mudanças na própria estrutura industrial. Os gêneros industriais se diversificaram com a introdução de setores modernos como os de material elétrico e de telecomunicações, química, material de transporte e fumo, em particular.

Os gêneros tradicionais, igualmente, passaram por transformações qualitativas, com a introdução de tecnologias avançadas e reorganização das escalas de produção. O gênero de Produtos Alimentares, além de manter expressiva participação no valor adicionado da indústria de transformação (17,03%, em 1979), registrou incremento na participação de produtos com maior grau de elaboração industrial. O mesmo se passou com a madeira, outro importante gênero tradicional da indústria paranaense.

Na realidade, como se depreende do comportamento desses gêneros, mas não apenas deles, as mudanças que marcaram estiveram bastante relacionadas ao fortalecimento e diversificação de complexos agroindustriais, com importante repercussão sobre a produção agropecuária estadual.

---

<sup>33</sup>IPARDES. Paraná: economia..., p.42, tab. 2.24.

Em relação à agropecuária paranaense, apesar de sua queda relativa na geração da renda interna estadual, o período dos anos 70 caracterizou-se por expressiva expansão produtiva, condicionada não mais apenas à incorporação de terras ao processo produtivo mas à incorporação de inovações técnicas e de diversificação na pauta de produtos.<sup>34</sup>

Em 1970, a área ocupada com estabelecimentos agropecuários era de 14.625.000 ha, passando, em 1980, para 16.380.000 ha. Nesse mesmo período, a área trabalhada<sup>35</sup> dos estabelecimentos passa de 7.624.000 ha para 10.696.000 ha, ou seja, a incorporação de área aos estabelecimentos foi de cerca de 1.750.000 ha, enquanto que a incorporação de área ocupada com lavouras permanentes, temporárias, florestas e pastagens plantadas foi de aproximadamente 3.000.000 ha.<sup>36</sup>

Nesse período, o grande motor da expansão na área trabalhada foi o aumento nas áreas com as lavouras de soja, de aproximadamente 1.680.000 ha, e com pastagens plantadas, de 1.285.000 ha.

Nos anos 80, a economia brasileira em geral não sustentou o ritmo de crescimento dos anos 70. O Paraná em particular seguiu a mesma tendência, porém com menor intensidade.<sup>37</sup> Enquanto a expansão média da economia brasileira nos anos 80 foi de 2,9% a.a., a paranaense foi de 5,6%, no mesmo período.

---

<sup>34</sup>FLEISCHFRESSER. Modernização tecnológica...

<sup>35</sup>O conceito refere-se às áreas que efetivamente incorporam capital e trabalho, ou seja, às áreas com lavouras, florestas e pastagens plantadas.

<sup>36</sup>FLEISCHFRESSER. Modernização tecnológica..., p.28, tab.2.

<sup>37</sup>IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Diagnóstico da base produtiva do Paraná : anos 80. Curitiba, 1991. 129p.

O comportamento menos desfavorável da economia paranaense decorreu, fundamentalmente, das características específicas de sua estrutura produtiva - diferente da nacional -, na qual predominam a agropecuária e a agroindústria.<sup>38</sup>

Assim, o fato de a base produtiva estadual estar vinculada, direta e indiretamente, à produção agropecuária, repercutiu positivamente sobre seu comportamento. Em outros termos, apesar das sucessivas crises gerais, a oferta agropecuária estadual se expandiu e o processo de agroindustrialização teve continuidade.<sup>39</sup>

Tais circunstâncias permitem deduzir que os anos 80, no Paraná, foram de consolidação do modelo agropecuário baseado nos complexos agroindustriais. Reforça essa dedução a observação de que apesar das mudanças negativas na política de financiamento da produção agropecuária, tem prosseguimento a resposta positiva dos produtores rurais<sup>40</sup> frente às demandas do mercado, com crescente padronização da produção e elevação da produtividade.

Reflete o aumento na padronização da produção agropecuária o destino agroindustrial de determinados produtos, conforme se observa pelo desempenho dos gêneros agroindustriais da indústria de transformação. No caso dos produtos alimentares, sua participação no valor adicionado da indústria passa de uma média trienal de 18,87, entre 1980 e 1982, para 21,19, entre 1986 e 1988, com ganhos de produtividade significativos, na maioria de seus segmentos, da ordem de 17% para o gênero como um todo.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> IPARDES. Diagnóstico da base..., p.25.

<sup>39</sup> IPARDES. Diagnóstico da base..., p.27.

<sup>40</sup> Isto não se aplica, evidentemente, à generalidade dos produtores, mas àqueles segmentos capitalizados e/ou integrados à agroindústria.

<sup>41</sup> IPARDES. Diagnóstico da base..., tabela 1 e p.55.

Do gênero química, tiveram desempenho positivo dois segmentos: o primeiro, que abrange elementos e produtos químicos não-derivados do petróleo, tem como principal atividade a produção de álcool a partir da cana-de-açúcar. [...] O segundo, que abrange a produção de óleos vegetais em bruto e subprodutos, refletindo no Estado o processamento da soja [...].<sup>42</sup>

A elevação na produtividade agropecuária pode ser observada através do desempenho deste setor na economia estadual.<sup>43</sup> A taxa de crescimento anual da agropecuária, nos anos 80, foi de 6,4%, bem superior à da indústria e do comércio, 4,7% e 5,3%, respectivamente.<sup>44</sup> Ressalte-se que tal crescimento do setor agropecuário se deu independentemente da pequena expansão da área ocupada com atividades agropecuárias.

Dada a preocupação deste item, de verificar a aderência do diagnóstico, essas particularidades recentes da economia paranaense se mostram importantes, pois implicam continuidade nos elementos condicionadores da integração intersetorial, técnica e financeira da produção agropecuária aos complexos agroindustriais.

Atualmente, não é mais possível negar estas circunstâncias ou ignorá-las, pois isso significa negar as próprias evidências da realidade e mesmo certas tendências da dinâmica regional e da unificação do espaço nacional numa perspectiva de conjunto.

---

<sup>42</sup>IPARDES. Diagnóstico da base..., p.54.

<sup>43</sup>Determinar com exatidão os níveis de produtividade da produção agrícola é tarefa difícil, na medida em que se trata de uma atividade fortemente influenciada por fatores climáticos e pela política agrícola. Portanto, dependendo dos anos tomados como referência, o resultado pode ser positivo para alguns produtos e negativo para outros. Em relação à política agrícola e às diversidades climáticas, ver: BAGGIO, Elisabeth Cosmala. Agricultura nos anos 80; PASSOS, Carlos Roberto. A política agrícola na década de 80. Análise Conjuntural, Curitiba, v.12, n.2, p.4-6, fev. 1990.

<sup>44</sup>IPARDES. Diagnóstico da base..., p.27.

A partir dessa ótica, é possível contestar diagnósticos que situem grande parte do Estado como uma região que ficou à parte das transformações verificadas nas duas últimas décadas, ainda mais quando a dinâmica dessa região pode ser considerada urbano-industrial, como é o caso da Região Programa.

A Região Programa concentra o pólo agroindustrial de Ponta Grossa e, além disso, sofre significativa influência do maior pólo industrial do Estado, localizado no município de Curitiba, também o maior centro urbano do Estado. Apesar de não estar incluída na área de abrangência do Programa, Curitiba localiza-se geograficamente no interior da Região Programa.

O fato de a dinâmica regional ser considerada tipicamente urbano-industrial não significa que ocorreu uma perfeita homogeneização de seu espaço, mesmo porque esta Região possui sub-regiões e municípios com grande diversidade entre si. Com o objetivo de observar mais detalhadamente esses aspectos da dinâmica regional, serão analisados alguns indicadores, desagregados para as sub-regiões, Região Programa, Restante do Estado e Total do Paraná.

Tomando-se como indicador da base produtiva o valor adicionado setorial,<sup>45</sup> a primeira observação a ser feita refere-se à participação da Região Programa no total do Estado. Verifica-se que há oscilação no desempenho da Região: após apresentar um salto significativo no período de 1974-80, quando chegou a responder por um terço do valor total gerado, sua participação ficou, em 1987, em torno de 26% (tabela 4).

---

<sup>45</sup>Observe-se que as informações sobre o terciário se restringem ao comércio.

TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS SUB-REGIÕES, REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA E RESTANTE DO ESTADO, NO VALOR ADICIONADO TOTAL E SETORIAL DO PARANÁ - 1974-1987

SUB-REGIÃO	1974				1980				1987			
	Prim.	Ind.	Com.	TOTAL	Prim.	Ind.	Com.	TOTAL	Prim.	Ind.	Com.	TOTAL
Metropolitana	0,88	6,99	1,35	2,80	1,14	35,37	4,78	17,13	1,01	22,99	9,01	13,70
Litoral	0,24	0,86	11,43	3,42	0,20	2,49	9,25	3,61	0,19	2,32	3,15	2,04
Alto Ribeira	0,03	0,33	0,02	0,11	0,06	0,36	0,02	0,18	0,04	0,16	0,02	0,09
Iguaçu	2,76	6,10	2,60	3,70	3,92	3,22	2,59	3,26	3,11	2,85	2,11	2,70
Tibagi	4,62	14,80	6,51	8,11	6,87	9,25	5,80	7,62	6,68	9,24	7,62	8,16
Total da Região Programa	8,53	29,08	21,91	18,14	12,19	50,69	22,44	31,80	11,04	37,56	21,92	26,70
Curitiba	0,96	23,09	20,77	13,00	0,47	21,77	21,76	15,76	0,10	30,15	27,65	22,16
Restante do Estado	90,51	47,02	57,32	68,86	87,34	27,54	55,80	52,44	88,86	32,29	50,43	51,14
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: Economia Paranaense : Estatística Econômico-Financeira - SEFA

A perda de participação relativa da Região Programa, assim como do Restante do Estado, se deve ao aumento na participação do município de Curitiba, de aproximadamente 16% para 22%, no período de 1980-87.

Esse peso relativo do município de Curitiba, dentro da estrutura produtiva estadual, é o motivo de, apesar de estar localizado no Restante do Estado, ser apresentado em separado nas tabelas aqui analisadas.

As variações analisadas expressam as mudanças já observadas no padrão da indústria paranaense, a qual tendeu a se concentrar em Curitiba e em alguns municípios da Região Metropolitana, estes incluídos na Região Programa; em 1987, concentrava-se aí a metade do produto industrial paranaense. Trata-se de uma área com industrialização diversificada e com estreitos vínculos técnicos e espaciais. Por outro lado, é necessário destacar que no período recente observou-se um tímido movimento no sentido da difusão da indústria para o Restante do Estado, possivelmente devido ao bom desempenho, nos anos 80, das indústrias produtoras de alimentos e têxtil, que se diversificaram e modernizaram, e das unidades produtoras de álcool, instaladas

por ocasião do PRO-ÁLCOOL, segmentos setoriais nos quais o Restante do Estado tem participação significativa.

Um outro aspecto que merece menção é o incremento na participação da Região Programa no setor primário. Embora insuficiente para alterar a predominância do Restante do Estado na produção primária, o salto apresentado pela Região Programa entre 1974 e 1980 reflete a importante expansão da produção agropecuária em algumas de suas sub-regiões, salientando-se que no período posterior ela manteve sua posição.

Quando se observa a participação dos setores no produto total, verifica-se como tendência geral a crescente importância da indústria. Novamente, é preciso destacar a situação do Restante do Estado, onde o setor primário ainda é responsável por boa parte da renda gerada. No caso da Região Programa, assim como de Curitiba, em torno de 2/3 da renda advém da indústria (tabela 5).

TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SETORES NA COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1974-1987

SUB-REGIÃO	TOTAL	1974			1980			1987		
		Prim.	Ind.	Com.	Prim.	Ind.	Com.	Prim.	Ind.	Com.
Metropolitana	100,0	13,80	73,30	12,90	2,00	90,60	7,40	1,79	79,53	18,68
Litoral	100,0	3,10	7,40	89,50	1,60	30,30	68,00	2,30	53,82	43,88
Alto Ribeira	100,0	10,20	84,00	5,70	9,80	86,40	3,70	11,84	82,52	5,64
Iguaçu	100,0	32,70	48,40	18,90	35,50	43,40	21,10	27,84	49,98	22,18
Tibagi	100,0	25,00	53,50	21,50	26,60	53,20	20,20	19,82	53,66	26,52
Total da Região Programa	100,0	20,60	47,00	32,40	11,30	70,00	18,70	10,02	66,67	23,31
Curitiba	100,0	3,24	53,97	42,79	0,91	61,75	37,34	0,10	64,47	35,43
Restante do Estado	100,0	57,65	20,05	22,30	48,94	22,94	28,12	42,09	29,92	27,99
TOTAL	100,0	43,80	29,40	26,80	29,50	43,90	26,60	24,22	47,39	28,39

PONTE: Economia Paranaense : Estatística Econômico-Financeira - SEFA

É preciso certo cuidado na leitura da tabela acima, pois, como já se observou, as informações sobre o terciário não

incluem os serviços em expansão na última década.<sup>46</sup> Entretanto, as informações aqui trabalhadas permitem uma aproximação com relação ao perfil produtivo do Estado e suas regiões.

Após ampliar expressivamente sua participação no produto industrial estadual, a Região Programa viu tal participação cair nos anos 80. Tal participação, contudo, ainda é expressiva, situando-se acima de 35% (ver tabela 4).<sup>47</sup> A importância da indústria da Região pode ser melhor avaliada quando se considera sua participação em nível dos gêneros. Tomando-se apenas os três principais gêneros da indústria paranaense, que juntos respondem por aproximadamente 50% do valor adicionado total da indústria, verifica-se que a Região Programa participa com 2/3 do total dos gêneros química e papel e papelão (tabela 6). Além disso, sua participação é expressiva nos gêneros madeira, minerais não-metálicos, metalurgia, produtos de matéria plástica, mobiliário, perfumaria, sabões e velas, produtos farmacêuticos e medicinais.

Considerando-se, agora, a participação dos gêneros no produto industrial da Região Programa, tem-se que apenas quatro gêneros respondem por 3/4 da produção (química, papel e papelão, minerais não-metálicos e produtos alimentares), sendo que o gênero química equivale a 40% (tabela 7).

---

<sup>46</sup>A participação dos serviços no PIB paranaense em 1988, incluindo o comércio, foi de quase 60% (IPARDES. Diagnóstico da base..., p.20).

<sup>47</sup>A queda relativa não significa necessariamente redução da indústria da Região Programa. Na realidade, o que se verificou nos anos 80 foi que os gêneros da indústria que apresentaram bom desempenho concentraram-se no Restante do Estado (produtos alimentares e têxtil) ou em Curitiba (metal-mecânica). No caso da Região Programa, é importante observar que embora esta concentre um gênero que teve crescimento significativo nessa década (papel e papelão), outro segmento no qual o peso da região é expressivo (química) foi prejudicado pela queda nos seus preços relativos. (IPARDES. Diagnóstico da base..., subitem Indústria).



TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA E RESTANTE DO ESTADO NOS GÊNEROS DA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO IMPORTÂNCIA DOS GÊNEROS - 1987

GÊNERO	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO GÊNERO			
	Região Programa	Curitiba	Restante do Estado	TOTAL do Paraná
Química	(1)73,5	5,7	20,8	100,0
Produtos Alimentares	17,1	8,7	(1)74,2	100,0
Papel e Papelão	(1)73,7	11,8	14,5	100,0
Madeira	35,9	34,8	29,3	100,0
Material de Transporte	3,3	(1)91,2	5,5	100,0
Mecânica	11,5	(1)76,0	12,5	100,0
Minerais Não-Metálicos	(1)73,3	13,4	13,3	100,0
Têxtil	15,7	2,0	(1)82,3	100,0
Material Elétrico e de Comunicação	10,8	(1)82,5	6,7	100,0
Metalurgia	(1)54,3	35,0	10,7	100,0
Fumo	10,2	(1)89,5	0,3	100,0
Produtos de Matéria Plástica	46,5	44,7	8,8	100,0
Mobiliário	30,7	22,7	46,6	100,0
Bebidas	2,7	(1)67,6	29,7	100,0
Vestuário, Calçados, Art. Tecidos	6,3	17,4	(1)76,3	100,0
Couros, Peles e Similares	4,4	25,2	(1)70,4	100,0
Diversos	36,7	(1)58,6	4,7	100,0
Editorial e Gráfica	12,6	(1)56,5	30,9	100,0
Borracha	4,7	(1)67,0	28,3	100,0
Perfumaria, Sabões e Velas	(1)64,8	27,4	7,8	100,0
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	43,7	(1)54,4	1,9	100,0

FONTE: Economia Paranaense : Estatística Econômico-Financeira - SEFA

<sup>1</sup>Destaque para os casos em que uma região tem peso superior a 50% do gênero.

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS GÊNEROS NO PRODUTO INDUSTRIAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA E RESTANTE DO ESTADO

GÊNERO	REGIÃO PROGRAMA	CURITIBA	REST. DO ESTADO	TOTAL DO PARANÁ
Minerais Não-Metálicos	11,4	2,6	2,4	5,7
Metalurgia	5,5	4,4	1,3	3,8
Mecânica	1,9	15,7	2,5	6,3
Material Elétrico e de Comunicação	1,2	11,4	0,9	4,2
Material de Transporte	0,6	19,9	1,1	6,6
Madeira	6,6	8,0	6,4	7,7
Mobiliário	1,7	1,6	3,1	2,2
Papel e Papelão	14,3	2,8	3,3	7,3
Borracha	0,1	1,0	0,4	0,4
Couros, Peles e Similares	0,9	0,6	1,7	0,8
Química	40,0	3,8	13,4	20,5
Produtos Farmacêuticos e Medicinais	0,2	0,3	0,0	0,1
Perfumaria, Sabões e Velas	0,5	0,3	0,1	0,3
Produtos de Matéria Plástica	2,8	3,3	0,6	2,3
Têxtil	2,1	0,3	13,1	5,1
Vestuário, Calçados, Art. de Tecidos	0,2	0,5	2,2	0,9
Produtos Alimentares	8,7	5,5	45,0	19,2
Bebidas	0,1	4,1	1,7	1,8
Fumo	1,0	11,0	0,0	3,7
Editorial e Gráfica	0,3	1,4	0,7	0,7
Diversos	0,7	1,5	0,1	0,8
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Economia Paranaense : Estatística Econômico-Financeira - SEFA

Um aspecto importante quanto à difusão espacial da indústria se refere a certa especialização no caso do Restante do Estado. Observa-se, na tabela 6, que sua participação é expressiva nos gêneros processadores de matéria-prima agropecuária (produtos alimentares; têxtil; vestuário, calçados e artigos de tecidos; couros, peles e similares). Na realidade, apenas as indústrias têxtil e processadora de alimentos respondem por cerca de 60% do produto industrial do Restante do Estado, sendo que o outro gênero que aí se destaca é a química, no caso a produção de álcool.

Procurou-se, até aqui, destacar alguns dados que permitem situar a Região Programa no contexto da economia paranaense e verificar algumas das alterações pelas quais passou. Constatou-se que sua participação na produção estadual é expressiva, e que tal performance está associada principalmente ao desempenho do setor industrial. É interessante observar que o diagnóstico do PRO-RURAL não deu o devido relevo às mudanças no padrão da indústria paranaense. Não considerou os impactos da tendência à desconcentração econômica e espacial da produção industrial sobre essa Região. Ainda, deixou de perceber a natureza das relações que passaram a se estabelecer entre a agricultura e a indústria, as quais condicionam qualquer estratégia de intervenção sobre o setor agropecuário. Essa nova indústria apresenta fortes vínculos com a produção agropecuária estadual e se constituiu num dos principais fatores de indução à modernização desta produção.

Um aspecto ainda não abordado é o da diversidade das sub-regiões que constituem a área do PRO-RURAL. Tomando-se como indicador dessa diversidade a participação das sub-regiões no valor agregado total da Região Programa, tem-se que apenas a Metropolitana e a Tibagi respondem por 82% desse valor. No caso

da primeira, sua participação se deve basicamente à produção industrial vinculada espacialmente à de Curitiba e do segmento processador de minerais não-metálicos. No caso da sub-região do Tibagi, os três setores possuem uma participação expressiva no valor adicionado: a produção industrial, responsável por metade do valor agregado, está associada ao processamento de matéria-prima florestal e aos gêneros química e produtos alimentares. É expressiva, também, a participação das atividades comerciais, devido principalmente ao fato de Ponta Grossa se constituir num importante pólo estadual. Por fim, as atividades agrícolas também apresentam bom desempenho, sendo interessante notar que é nesta sub-região que se concentram as principais faixas de terras da Região Programa aptas à mecanização agrícola.

A sub-região Iguaçu apresenta também uma situação em que os três setores contribuem expressivamente para a agregação de renda. No caso do Litoral, sua participação deve-se basicamente às atividades industriais e de serviços comerciais ligadas à zona portuária. Por sua vez, a sub-região Ribeira apresenta a situação mais precária: praticamente toda a sua renda advém de um único estabelecimento industrial do gênero metalurgia, sendo inexpressiva sua participação no valor adicionado total da Região Programa. Estas duas sub-regiões constituem as áreas com maior restrição ao uso agrícola em todo o Estado.

### 3.2 AGROPECUÁRIA: ALGUNS ASPECTOS DE SUA EVOLUÇÃO NA REGIÃO PROGRAMA

A visão sobre o setor rural da Região Programa, vigente quando da formulação do PRO-RURAL, merece ser revista quanto à concepção do atraso desse setor em relação ao dinamismo que se observava no Restante do Estado, alicerçado na forte expansão das lavouras temporárias, principalmente da soja, na década de

70. Um fato geralmente apontado para comprovar essa situação de atraso era a persistência, nessa Região, da produção de alimentos básicos - feijão e milho - desenvolvida por pequenos produtores segundo o padrão técnico tradicional.

Contudo, há razões para se rever este tipo de formulação. Por um lado, não é verdadeiro que o setor rural dessa Região tenha ficado imune às transformações ocorridas no Estado. Se se considerar não apenas a área ocupada com lavouras mas também aquela ocupada com pastagens e florestas plantadas, verifica-se o quanto foi significativa a expansão produtiva nessa Região. Por outro lado, mesmo quando se considera apenas a produção agrícola, verifica-se que é necessário relativizar a idéia do predomínio da produção tradicional.

Antes de analisar algumas informações sobre o setor rural da Região, é preciso esclarecer os pressupostos que norteiam o questionamento que se segue. O dinamismo apresentado pela agricultura nas últimas décadas esteve relacionado à redefinição das relações entre este setor e a indústria. O setor rural não apenas passou a demandar bens industriais, mas passou a ser um mercado fornecedor de bens à agroindústria. Comentando a retomada do dinamismo do setor agrícola brasileiro a partir de meados dos anos 60, WILKINSON destaca essa característica não esperada: o papel decisivo do setor rural como um mercado interno para a acumulação industrial ressurgiu [...] na forma não prevista de um mercado de insumos para um setor agroindustrial.<sup>48</sup> Várias foram as conseqüências dessa rearticulação, sendo interessante, aqui, destacar uma delas: cada vez mais, a produção agrícola se transforma na produção de matéria-prima para a agroindústria. Este aspecto é fundamental do ponto de

---

<sup>48</sup>WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria..., p.18.

vista da avaliação do PRO-RURAL, pois a estratégia do Programa pressupunha a destinação da produção de alimentos diretamente ao consumo. Entretanto, o que se tem observado mais recentemente é que os denominados produtos alimentares básicos têm passado por crescente processo de elaboração industrial, o que tem implicações sobre o processo produtivo dessas culturas, e mesmo sobre a antiga relação entre a pequena produção rural e a produção de alimentos básicos.

Entretanto, a questão dos complexos agroindustriais é importante, também, por permitir rever as considerações sobre o dinamismo do setor rural dessa Região. Geralmente, tais considerações tinham por parâmetro principal a expansão da área com lavoura. Porém, se o que determina essa dinâmica é a articulação da agropecuária à indústria, e se uma das características dessa articulação é a crescente demanda de matéria-prima oriunda do setor rural pela indústria, um parecer mais apropriado quanto ao dinamismo desse setor deve considerar, também, a demanda por matéria-prima animal e florestal.

Assim, se se recorrer ao conceito de área trabalhada<sup>49</sup> para avaliar a expansão produtiva dessa Região, verifica-se que esta foi espetacular durante os anos 70. Enquanto para todo o Estado essa expansão foi, no período 1970-80, de aproximadamente 40%, no caso da Região Programa o crescimento foi superior a 100%. No quinquênio seguinte, a Região Programa respondeu, juntamente com as microrregiões Pitanga e Campos de Guarapuava, por quase 70% da expansão da área trabalhada no Estado.

---

<sup>49</sup> O conceito engloba as áreas com lavouras temporárias e permanentes, pastagens plantadas e florestas plantadas.

A participação da Região Programa no total da área trabalhada do Estado passou de 11%, em 1970, para 17%, no final dessa década. Em 1985, verificou-se essa mesma participação.

Essa expansão ocorreu em conformidade com as características ambientais dessa Região, no bojo da redistribuição espacial das atividades agropecuárias ocorrida nos anos 70. No caso da Região Programa, a incorporação de novas áreas se deu principalmente com florestas e pastagens plantadas. No período de 1970-80, a participação dessas atividades na área trabalhada total da Região Programa passou de 31,9% para 44%. Observe-se, porém, que no mesmo período a área com lavouras temporárias apresentou crescimento de quase 60%.

Do mesmo modo, verificou-se, nessa região, crescente mecanização das atividades agrícolas. Tomando-se o uso de tratores nas tarefas agrícolas como referência de mecanização, verifica-se que a Região Programa seguiu a tendência observada no Restante do Estado, no sentido da redução da área média de lavouras em relação ao estoque de tratores, o que significa o recurso mais intenso à motomecanização (tabela 8).

TABELA 8 - ÁREAS DE LAVOURAS, NÚMERO DE TRATORES E ÁREAS MÉDIAS DE LAVOURAS POR TRATORES, SEGUNDO A REGIÃO PROGRAMA E O RESTANTE DO ESTADO DO PARANÁ - 1970-1985

REGIÃO/ANO	ÁREA DE LAVOURAS	NÚMERO DE TRATORES	ÁREAS MÉDIAS (ha)
<b>Região Programa</b>			
1970	576.077	2.563	224,7
1975	809.614	6.283	128,8
1980	984.368	11.932	82,5
1985	1.050.931	14.432	73,0
<b>Restante do Estado</b>			
1970	4.142.520	16.056	258,0
1975	4.817.921	46.215	104,2
1980	5.100.138	67.750	75,3
1985	5.077.761	84.711	60,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Agropecuário - IBGE

Isso não significa que tenha sido completa a homogeneização das novas formas de produzir na Região Programa, na medida em que também não foi completa a integração interseccional e técnica para todos os tipos de produtos e de produtores.

A área com lavouras temporárias, naquele período, aumentou apenas em duas sub-regiões - Tibagi e Iguaçu. A expansão da soja ficou restrita a alguns municípios dessas sub-regiões, enquanto nas demais predominavam as tradicionais culturas de milho e feijão.

Do mesmo modo, a difusão do progresso técnico ocorreu de modo desigual entre as sub-regiões. Considerando-se novamente o estoque de tratores, tem-se que, em 1980, as sub-regiões Litoral e Ribeira dispunham de apenas 4,7% do total de tratores da Região Programa; nestas sub-regiões a relação entre área trabalhada/número de tratores era de 233 hectares/trator e 878 hectares/trator, respectivamente, enquanto a média regional era de 146 hectares/trator.

Uma das consequências da modernização da base produtiva agropecuária foi o aprofundamento do processo de diferenciação social entre produtores, como resultado de alterações nas relações de produção e de trabalho. Na Região Programa, esse processo não se apresentou com a mesma intensidade observada no Restante do Estado, verificando-se, mesmo, no período 1970-80, o aumento da população ocupada em atividades agropecuárias, inclusive o trabalho familiar.

Entretanto, a manutenção da produção familiar, nessa Região, foi concomitante ao aumento do assalariamento da produção capitalista e da

produção familiar tecnificada,<sup>50</sup> ou seja, diferentemente do que foi observado em outras regiões do Estado, na região do PRO-RURAL - mesmo naquelas áreas onde a modernização foi mais intensa, como a sub-região Tibagi -, ao mesmo tempo em que se observou o avanço de formas de produção e relações de trabalho modernas, verificou-se a permanência de importante contingente de produtores tradicionais.

Essa questão da diferenciação social é importante quando se trata da caracterização da população-alvo do PRO-RURAL, os produtores com até 50 ha. O diagnóstico acentua o caráter tradicional desses produtores. Entretanto, é possível encontrar situações muito díspares nesse estrato; há desde produtores com algum grau de tecnificação do processo produtivo até aqueles que enfrentam uma situação extrema de proletarização. Sabe-se, por exemplo, que significativa parcela dos tratores disponíveis no Estado encontrava-se, em 1980, nos menores estabelecimentos (até 50 ha). Porém, essa participação dos estratos menores se devia, basicamente, aos estabelecimentos de 20 a 50 ha.<sup>51</sup> Esse aspecto é importante, pois possivelmente esta diferenciação deve ter condicionado o usufruto dos benefícios gerados pelo PRO-RURAL.

Um último aspecto a ser destacado é quanto ao caráter da produção de alimentos básicos. O diagnóstico do PRO-RURAL destacava o caráter residual da oferta desses produtos, associando-o à produção de subsistência. Entretanto, os dados do Censo de 1980<sup>52</sup> sugerem que certas qualificações são necessá-

---

<sup>50</sup>FLEISCHFRESSER. Modernização tecnológica..., p.35.

<sup>51</sup>FLEISCHFRESSER. Modernização tecnológica..., p.35.

<sup>52</sup>IPARDES. Diagnóstico da base..., subitem Setor agropecuário, tabela 13.



rias. Por um lado, parece correta a afirmação de que parcela importante dos produtores que cultivam esses produtos fazem-no com fim de autoconsumo; no caso do feijão e arroz, 30% e 80%, respectivamente, daqueles que cultivaram esses produtos, não informaram tê-los comercializado. Entretanto, do volume total produzido, 93% e 57%, respectivamente, foi comercializado. Esses dados indicam que a oferta desses produtos não depende da produção para autoconsumo.

### 3.2.1 Restrições do Quadro Natural

As características ambientais naturais se constituem num dos fatores fundamentais para se entender o porquê do comportamento diferenciado da Região Programa. Como se sabe, a capacidade de intervenção sobre essas condições foi exponenciada pela introdução, nos anos 60 e 70, de novas tecnologias mecânicas, químicas e biológicas. Porém, as características permanentes, como o relevo, as de difícil remoção ou controle como os déficits e excessos hídricos - que requerem grandes investimentos para implantar obras de irrigação ou drenagem - e ainda algumas temporárias ou de fácil remoção continuam a exercer um importante controle sobre as atividades agrícolas.<sup>53</sup> Apesar de seu caráter geral, essas considerações são especialmente úteis para se focalizar as especificidades da Região Programa.

A área abrangida pelo PRO-RURAL, aproximadamente 65 mil km<sup>2</sup>, corresponde à terça parte do território paranaense. Exatamente esta porção do território concentra as faixas de terra com maiores restrições de uso. Do total da área do Estado com declividade igual ou superior a 45%, cerca de 83% encontra-se

---

<sup>53</sup> ANGULO, R.J. A agricultura paranaense e os recursos naturais. Análise Conjuntural, Curitiba, v.8, n.4, p.14-18, abr. 1986.

localizada na Região Programa. Se se considerar a área do Estado com várzeas, o índice é de quase 60% para essa Região. O contraste se acentua quando se considera a área total do Estado com possibilidade de mecanização (0-20%) e quando se verifica que a participação da Região é de apenas 27,7% (tabela 9).

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA REGIÃO PROGRAMA E DO RESTANTE DO ESTADO NA ÁREA TOTAL DO PARANÁ, DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS DO RELEVO - 1980

ESPECIFICAÇÃO	ÁREAS COM POTENCIAL AGRÍCOLA				> 45% <sup>1</sup>
	Várzeas	0 - 20% <sup>1</sup>	20 - 45% <sup>1</sup>	TOTAL	
Região Programa	58,4	27,7	38,3	30,8	82,5
Restante do Estado	41,6	72,3	61,7	69,2	17,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1982. tabela 2-17

<sup>1</sup>Declividade.

Entretanto, as diferenças mais significativas surgem quando se verifica a composição da Região e do Restante do Estado em termos do relevo. Considerando-se as áreas com potencial agrícola,<sup>54</sup> observa-se que enquanto este potencial corresponde à quase totalidade da área do Restante do Estado (98,5%), no caso da Região Programa o índice é de 83,7%. Mais ainda: enquanto 2/3 da área total do Restante do Estado são passíveis de mecanização, apenas a metade da área da Região Programa é mecanizável. Por outro lado, enquanto 14% da área total da Região Programa apresenta declividade igual ou superior a 45%, apenas 1,5% da área total do Restante do Estado apresenta declividade semelhante (tabela 10).

---

<sup>54</sup>Inclui áreas de várzeas, áreas aptas à mecanização e áreas com declividade do relevo entre 20% e 45%.

TABELA 10 - COMPOSIÇÃO DA ÁREA TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ, DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS DO RELEVO - 1980

ESPECIFICAÇÃO	ÁREAS COM POTENCIAL AGRÍCOLA				45% <sup>1</sup>	ÁREA TOTAL
	Várzeas	0 - 20% <sup>1</sup>	20 - 45% <sup>1</sup>	Total		
Região Programa	3,7	56,0	24,0	83,7	14,0	100,0
Restante do Estado	1,4	76,8	20,3	98,5	1,5	100,0
TOTAL	2,2	69,7	21,5	93,4	5,8	100,0

FONTE: IPARDES. Paraná: economia..., tab. 2-17

NOTA: A horizontal não totaliza 100% devido à exclusão da área urbana da RMC e da área de influência marinha.

<sup>1</sup>Declividade.

Saliente-se que as observações anteriores têm por base apenas a declividade do relevo. Agregando-se outros fatores - solo e clima - que intervêm na definição das unidades ambientais naturais, verificam-se outras restrições ao uso agropecuário, como a generalizada presença de solos com baixa fertilidade natural e a ocorrência de geadas em quase todas as subunidades ambientais da Região Programa.

Há que se considerar, ainda, a heterogeneidade das sub-regiões da Região Programa quanto às características geomorfo-estruturais e climáticas. Do ponto de vista do potencial agrícola e, principalmente, da possibilidade de motomecanização das atividades produtivas, há uma concentração das faixas de terras aptas nas sub-regiões Tibagi e Iguaçu.

Um outro aspecto a ser destacado, relacionado às características acima mencionadas, refere-se à aptidão agrosilvopastoril. Apesar da diferenciação interna, a Região Programa se destaca do Restante do Estado, apresentando-se como uma área predominantemente apropriada para culturas típicas de clima temperado e, dadas as restrições do relevo, para o desenvolvimento de reflorestamento. As exceções ficam por conta de uma pequena faixa no litoral com aptidão para culturas tropicais, e

de algumas faixas de terra no Alto e Médio Tibagi<sup>55</sup> com certa expressão regional, apropriadas para culturas de clima subtropical, como é o caso da soja.

Embora não se pretenda atribuir apenas às características ambientais naturais as diferenças observadas no desenvolvimento do setor rural da Região Programa, é indubitável que tais características concorreram bastante para diferenciá-lo do Restante do Estado. Ainda, é com base nesse quadro que se pode afirmar que a expansão produtiva verificada naquela região adequou-se às suas características ambientais naturais.

Essa adequação, evidentemente, está relacionada ao padrão tecnológico disponível, e se apresenta basicamente em duas direções: através da adaptação às características "permanentes" do meio físico e pelo controle ou modificação daquelas de "fácil remoção".<sup>56</sup> No caso da Região Programa, esse processo ocorreu pela expansão da área ocupada com lavouras temporárias sobre os terrenos planos e através da expansão da área com pastagens e florestas nas áreas com relevo acidentado.

---

<sup>55</sup>Fundamentalmente a região dos Campos Gerais e o extremo norte da sub-região Alto e Médio Tibagi.

<sup>56</sup>ANGULO. A agricultura...

verso

#### 4 DINÂMICA POPULACIONAL, POBREZA RURAL E PEQUENA PRODUÇÃO NA REGIÃO PROGRAMA

No item anterior, buscou-se apreender as transformações recentes da economia paranaense, em particular sua concretização nos limites da Região Programa. Através da análise de algumas variáveis demográficas, pretende-se, a seguir, verificar como estas alterações se refletiram na dinâmica e na distribuição da população no Estado e, em particular, na Região Programa.

Ademais, como o Programa se voltava para um segmento populacional específico - a população de baixa renda no meio rural -, procurou-se analisar alguns indicadores sobre a participação deste segmento no conjunto populacional da Região Programa, e outros que permitissem verificar as condições em que este segmento mais pobre se reproduz e se insere produtivamente nesta Região.

##### 4.1 POPULAÇÃO E POBREZA RURAL

Os resultados do Censo Demográfico de 1991<sup>57</sup> confirmaram as tendências da dinâmica populacional recente, mas surpreenderam pela magnitude da variação dos componentes demográficos.

No Brasil, observa-se que o ritmo de redução do crescimento populacional continua acelerado. Essa redução não pode ser imputada nem ao fenômeno imigratório, que não é significa-

---

<sup>57</sup>Os resultados do Censo Demográfico de 1991 referentes à população total por sexo são preliminares e estão sujeitos a possíveis correções e confirmações.

tivo em nível internacional, nem à taxa de mortalidade, historicamente decrescente. Nas últimas décadas, a evolução das taxas anuais de crescimento (2,9% no período 1960-70; 2,5% no período 1970-80 e 1,9% no período 1980-91) está relacionada com a queda acentuada da taxa de fecundidade da mulher brasileira.

Do mesmo modo, no Paraná a tendência foi de redução do crescimento populacional, acompanhando a evolução da década anterior e colocando o Paraná nos anos 80, como o Estado que apresentou a menor taxa de crescimento (0,8% a.a.) entre todos os Estados da Federação.

Pode-se associar essa evolução, em parte, à queda da fecundidade, mas componente determinante da redução populacional foi a migração. O diferencial das taxas de crescimento (0,8% e 1,9% a.a., respectivamente para o Paraná e Brasil) aponta o peso da migração no Paraná, na medida em que se toma a taxa de crescimento brasileira como parâmetro do crescimento natural.

A magnitude do processo migratório, nos anos 80, superou as expectativas pois duas condições faziam supor um menor ritmo de redução da população. Em primeiro lugar, a migração nos anos 70 já tinha incorporado um volume significativo de população rural, reduzindo o estoque potencialmente disponível para a formação de novos fluxos. Esse movimento se refletiu na taxa de urbanização, que era em 1970 de 36,1%, e em 1980, 58,6%, assegurando uma nova face ao Estado.

A elevação acentuada da taxa de urbanização, que incorporava uma redução absoluta de população rural, seria indicativa de um processo migratório mais lento nos anos 80. Uma segunda condição reafirmaria essa possibilidade; a crise econômica disseminada nos vários setores.

Durante a década anterior, pode-se relacionar o esvaziamento das áreas rurais ao dinamismo da economia brasileira e paranaense, aos seus reflexos sobre a agropecuária, introduzindo profundas alterações no processo de produção e relações de trabalho.

A não persistência, nos anos 80, do dinamismo anterior,<sup>58</sup> o recrudescimento da recessão e a redução dos níveis de investimento faziam supor uma inflexão dos processos de saída rural. Isso porque se supunha que as unidades produtivas, fundamentalmente as pequenas, que persistiam no campo abrigando um contingente elevado de pessoas, estariam menos suscetíveis às pressões do processo de concentração fundiária e da expansão de investimentos, próprios dos períodos expansivos.

No entanto, essas condições presentes nos anos 80 não foram suficientes para assegurar maior estabilidade para a população rural e um montante, próximo do nível da década anterior, deixou as regiões do Norte, Noroeste, Oeste e Sudoeste do Estado. Os migrantes que ficaram no Paraná reforçaram o crescimento de algumas cidades, particularmente as periféricas de pólos regionais como os de Londrina, Maringá, Cascavel, Toledo e Curitiba. O resultado desse movimento foi a confirmação da urbanização do Paraná, que atingiu a taxa de 73,4% em 1991.

Diferentemente das demais regiões do Estado, nos últimos vinte anos a Região vem apresentando um crescimento positivo de população. Durante os anos 80, considerando a taxa geométrica de crescimento anual de população (mapa 2), apenas três municípios da Região Programa apresentaram um crescimento abaixo da

---

<sup>58</sup>Um estudo específico sobre a crise econômica anos 80, no Paraná ver IPARDES. Diagnóstico da base...

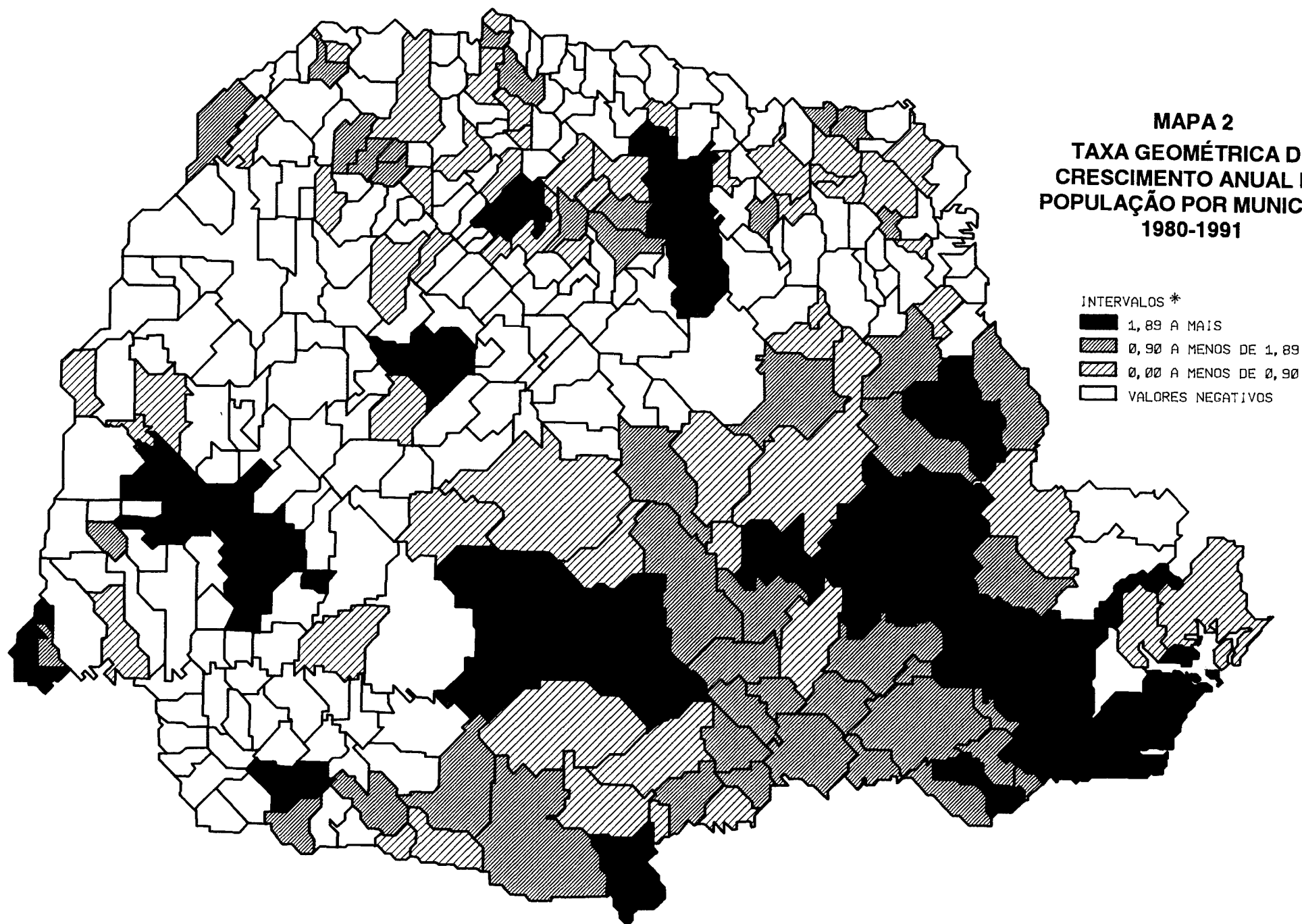


média do Estado e um número significativo apresentou taxas muito acima da média brasileira. Nas demais regiões do Estado, com exceção dos municípios-pólos, a grande maioria vem perdendo população, apresentando taxas menores do que a média do Estado e, principalmente, taxas negativas.

Cabe lembrar, aqui, que embora o município de Curitiba tenha sido excluído quando da delimitação da Região Programa, ele encontra-se incluído geograficamente na Região. Tal dado deve ser considerado quando são tratadas as questões populacionais, uma vez que, dada a importância do município, este exerce forte poder de atração populacional, não só em sua própria direção mas também em direção aos municípios vizinhos.

Esse fenômeno se reflete no comportamento populacional das últimas décadas, período cuja principal característica, na Região Programa, é o aprofundamento do processo de urbanização. Os dados da tabela 11 demonstram que a sub-região metropolitana respondeu pela maior evolução relativa de população urbana entre 1970 e 1980, a saber, 317,2%. Em 1990, segundo estimativa do IPARDES, 43,3% da população urbana do Estado estava concentrada na Região Programa, incluindo Curitiba (ver tabela 11). Nesse sentido, observa-se o papel particular da Região Programa que, juntamente com Curitiba, concentra grande parte do parque industrial paranaense, estipulando uma base mais complexa das atividades econômicas tipicamente urbanas, substrato do crescimento populacional acelerado.

**MAPA 2**  
**TAXA GEOMÉTRICA DE**  
**CRESCIMENTO ANUAL DA**  
**POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO**  
**1980-1991**



\* Os intervalos positivos foram estabelecidos a partir da taxa geométrica de crescimento anual do Brasil, 1,89% A.A. e da taxa geométrica de crescimento anual do Paraná, 0,90% A.A.

TABELA 11 - VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, URBANA E RURAL, SEGUNDO SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1970-80 - 1980-90

SUB-REGIÃO	1970-80						1980-90 <sup>1</sup>					
	TOTAL		URBANA		RURAL		TOTAL		URBANA		RURAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Metropolitana	203.444	95,9	228.312	317,2	(24.868)	(17,7)	228.597	55,0	228.826	76,2	(229)	(0,2)
Litoral	24.709	22,0	26.903	34,6	(2.194)	(6,4)	44.602	32,6	45.758	43,7	(1.156)	(3,6)
Ribeira	1.196	4,0	787	31,9	409	1,5	(1.528)	(4,9)	4.991	153,2	(6.519)	(23,4)
Iguaçu	45.138	14,7	49.979	51,8	(4.841)	(2,3)	72.778	20,7	65.134	44,4	7.644	3,7
Tibagi	123.958	29,1	108.782	55,6	15.176	6,6	118.469	21,6	142.886	46,9	(24.417)	(10,0)
Total da Região												
Programa	398.445	36,7	414.763	93,3	(16.318)	(2,6)	462.918	31,2	487.595	56,7	(24.677)	(4,0)
Curitiba	415.949	68,3	440.494	75,4	(24.545)	0,0	524.689	51,2	524.689	51,2	-	-
Restante do Estado	(114.870)	(2,2)	1.112.926	(75,4)	(1.227.796)	(32,7)	583.344	11,4	1.204.699	46,5	(621.355)	(24,6)
TOTAL	699.524	10,1	1.968.183	78,6	(1.268.659)	(28,7)	1.570.951	20,6	2.216.983	49,6	(646.032)	(20,5)

FONTE: Censo Demográfico - IBGE

<sup>1</sup>1990 - Projeção IPARDES.

Estudos recentes, baseados nos resultados do Censo de 1991, demonstram que na década de 80 declinou o crescimento demográfico dos pólos regionais em favor dos municípios vizinhos, na maioria das Regiões Metropolitanas do Brasil. Esse comportamento se verifica na Região Metropolitana de Curitiba: parte da população se dirige aos municípios vizinhos e parte acompanha a própria expansão das atividades produtivas, as quais se desconcentram do município pólo; a maioria, porém, busca loteamentos populares que viabilizem a habitação com custos relativamente mais baixos, sujeitando-se a maiores deslocamentos para trabalhar.

Na Região Programa observam-se ainda outras aglomerações urbanas em expansão na sub-região do Litoral, as cidades de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba, que concentram atividades portuárias e turísticas.

Na sub-região Tibagi, os municípios de Ponta Grossa e Castro crescem a taxas superiores à média brasileira, indicando um processo de consolidação de cidades com características de

pólos regionais concentradores e processadores de produtos agrícolas.

Nos últimos vinte anos, a Região Programa se distinguiu, ainda, pelo processo menos acelerado de redução de população rural, relativamente ao Restante do Estado.

A área de abrangência do PRO-RURAL, que representa 1/3 do total do Estado, absorvia, até 1990, 23,9% da população rural total, segundo estimativa do IPARDES. Esta relação evidencia uma densidade demográfica rural relativamente baixa. A forma histórica de ocupação do espaço - em que predominou a pecuária extensiva e o extrativismo vegetal - resguardou amplas áreas da ocupação massiva.

Esta situação não se reverteu nos anos recentes. O que se verifica hoje é um crescimento populacional localizado espacialmente e restrito socialmente. Nos anos 70, a sub-região Tibagi possibilitou o crescimento de população rural. Nos anos 80, a sub-região Iguaçu exerceu o papel de fronteira interna (ver tabela 11). Neste caso, vale destacar o município de Manguinhos, que apresentou um sensível crescimento populacional rural.<sup>59</sup> De um modo geral, os municípios que incorporaram a migração rural, nos últimos anos, apresentam baixos níveis de produção agrícola, principalmente pelas suas condições de solo e relevo. Nas demais áreas da Região Programa, onde se estabelece a agropecuária mais dinâmica (grãos, bacia leiteira e hortigranjeiros), a tendência quanto à absorção de mão-de-obra não se diferencia das demais regiões do Estado; o campo é o lócus do trabalho assalariado impulsionado e limitado pelos processos tecnológicos padronizados.

---

<sup>59</sup> Contribuiu para tal comportamento o fato de terem sido implantados vários assentamentos no município.

Em síntese, a Região Programa se distingue do Restante do Estado por apresentar, para vários municípios, taxas relativamente mais elevadas de crescimento populacional. Pode-se associar essa dinâmica a dois processos básicos na Região. Por um lado, tem-se a urbanização de alguns municípios-pólos, além de Curitiba e dos municípios que a circundam. Pode-se supor que essa urbanização se dá fundamentalmente pelo crescimento de segmentos sociais que buscam se incorporar ao mercado de trabalho na condição de assalariados. Esses segmentos, possivelmente, encontram-se com condições de vida menos precárias que os que permanecem no campo, vivendo em condições de subsistência. Essas condições estariam asseguradas menos pelo poder aquisitivo dos salários - decrescente durante a década de 80 - de que pela possibilidade de estes segmentos desfrutarem dos investimentos públicos em escolas, saúde e saneamento, que ainda se faziam presentes nos anos 80.

Por outro lado, o crescimento da população rural ocorreu basicamente nos municípios relativamente menos dinâmicos, por estes apresentarem as piores condições de solo e relevo e, conseqüentemente, as maiores restrições ao uso agrícola. Essa parcela da população, possivelmente formada por pequenos produtores e/ou assalariados rurais, buscou se reproduzir nessa região, de áreas relativamente mais baratas, fazendo provavelmente uma trajetória em que poucos escaparam de compor o conjunto mais pauperizado da população.

Historicamente, a reprodução sócio-econômica desses segmentos se deu no limite de subsistência, pouco se alterando nos últimos anos, mesmo após o intenso processo de modernização das atividades agropecuárias nos anos 70.

Um estudo das informações do Censo Demográfico de 80 (tabulação especial) demonstra esse distanciamento relativo entre os segmentos rurais e urbanos. Apesar da diminuição da desigualdade intersetorial em 1980, o rendimento médio no setor urbano ainda era mais que o dobro do rendimento médio no setor rural.<sup>60</sup> Além disso, o acelerado crescimento das atividades agropecuárias não resultou em maior equidade social, na medida em que as pessoas diretamente dependentes da agropecuária brasileira eram, em 1980, menos pobres do que em 1970, mas havia maior desigualdade na distribuição da renda.<sup>61</sup>

Essas condições de desigualdade e de relativa pobreza rural estão presentes na Região Programa, conforme informações do referido estudo, pelo qual se constata, nas várias microrregiões homogêneas (MRH), situações distintas quanto ao nível de pobreza (rendimento familiar per capita de 1/4 de salário-mínimo) e quanto à proporção de pobres sobre o total da população (tabela 12). Inicialmente, destacam-se as MRHs de Alto Ribeira e São Mateus, que apresentam os rendimentos médios e medianos mais baixos, bastante inferiores aos do Estado, em 1980. Além disso, essas microrregiões possuem uma proporção de pobres superior a 50%. No outro extremo, destaca-se a MRH de Ponta Grossa, com o rendimento médio mais elevado da Região Programa e do próprio Estado. Isso se deve ao fato de muitos grandes agricultores, cujas propriedades estão em outras microrregiões, residirem no município-pólo, contribuindo para aumentar o rendimento médio. Destaca-se, ainda, a MRH de Curitiba, com exceção do município de Curitiba, cujo rendimento médio relativamente mais elevado se deve às características da produção intensiva de hortigranjeiros dos municípios próximos à

---

<sup>60</sup>HOFFMANN, R. Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990. 565p. p.4.

<sup>61</sup>HOFFMANN. Distribuição de renda..., p.4.

capital. As demais MRHs situam-se entre esses dois extremos, com rendimentos médios geralmente abaixo da média do Estado e uma proporção de pobres acima da do Estado. Entretanto, observa-se que a grande maioria de pobres rurais, em 1980, encontrava-se no Restante do Estado; a Região Programa absorvia apenas 17% desse contingente.

TABELA 12 - FAMÍLIAS CUJO CHEFE TEM ATIVIDADE PRINCIPAL NA AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL E PESCA; NÚMERO DE PESSOAS TOTAL, MÉDIA POR FAMÍLIA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA POPULAÇÃO TOTAL; RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (MÉDIO E MEDIANO) EM SALÁRIOS-MÍNIMOS; PROPORÇÃO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DA POPULAÇÃO POBRE DO ESTADO QUE DEPENDE DE ATIVIDADES RURAIS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES DA REGIÃO PROGRAMA E TOTAL DO PARANÁ - 1980

MRH	NÚMERO DE FAMÍLIAS	PESSOAS			RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA EM SALÁRIO-MÍNIMO		PROPORÇÃO DE POBRES	PARTICIPAÇÃO NA POBREZA RURAL ESTADUAL %
		Número	Média por Família	% na Pop. TOTAL	Médio	Mediano		
Curitiba <sup>1</sup>	19.357	87.713	4,53	21,1	0,799	0,356	0,356	2,5
Litoral	4.258	20.167	4,74	14,7	0,432	0,291	0,438	0,7
Alto Ribeira	4.513	21.135	4,68	68,0	0,293	0,196	0,639	1,1
Alto Rio Negro	4.337	21.367	4,93	67,8	0,444	0,342	0,331	0,6
Campos de Lapa	7.208	33.759	4,68	38,5	0,664	0,355	0,343	0,9
C. Ponta Grossa	13.972	62.698	4,49	19,1	1,067	0,338	0,359	1,8
C. de Jaguariaíva	5.499	25.447	4,63	55,3	0,555	0,316	0,385	0,8
São Mateus do Sul	5.099	25.619	5,02	57,5	0,340	0,238	0,536	1,1
Colonial do Irati	15.933	75.645	4,75	50,9	0,425	0,293	0,428	2,6
Alto Ivaí	18.105	88.357	4,88	78,3	0,382	0,270	0,463	3,3
Médio Iguaçu	11.099	55.001	4,96	34,9	0,493	0,296	0,429	1,9
Paraná	618.571	3.087.862	4,99	40,5	0,618	0,314	0,399	100,0

FONTE: HOFFMANN, R. Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília: IPEA, 1990. 565p.

<sup>1</sup>Exclusivo município de Curitiba.

O autor do estudo procura explicações que permitam entender essa evolução tão desfavorável para a maioria dos indivíduos que dependem dos rendimentos das atividades agrícolas. Faz uma análise, com base num modelo econométrico, para estabelecer a relação entre a desigualdade da distribuição da renda e a distribuição da posse da terra. Os resultados confirmam que a concentração da posse de terra é um dos condicionantes básicos do nível de pobreza.

Além disso, realiza uma análise da distribuição da renda da população economicamente ativa, por categoria (empregados, autônomos e empregadores). Para tanto, o autor estabelece como indicador de pobreza o valor do salário-mínimo vigente no período; os trabalhadores com salários que não ultrapassassem este limite seriam classificados como pobres. Segundo esse indicador, constata-se que em 1970 a maioria dos pobres é composta por autônomos, isto é, parceiros, meeiros e outros trabalhadores por conta própria. Em 1980, passa a predominar entre os pobres a categoria de empregados. Assim, paradoxalmente, o processo de modernização - que não significa apenas maior uso de insumos e técnicas novas, mas a redução gradativa no número de produtores autônomos (pequenos produtores, parceiros, meeiros, arrendatários) frente ao crescimento de empregados e empregadores - recompõe a pobreza nos campos do país.

#### 4.2 EVOLUÇÃO FUNDIÁRIA E OCUPAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA RURAL

Inicialmente são analisados alguns elementos, de modo a contribuir para a compreensão das especificidades da Região Programa quanto aos impactos causados pela expansão e modernização das atividades agropecuárias em relação aos condicionantes da pobreza rural. Considerando-se esse processo no Restante do Estado,<sup>62</sup> tem-se que, de modo geral, a consequência da modernização tecnológica das atividades agropecuárias foi a concentração fundiária, devido à redução no número de estabelecimentos menores, principalmente de não-proprietários; migração da população residente no meio rural; e redução da população ocupada em atividades agropecuárias, com alteração do seu

---

<sup>62</sup>Na realidade, o Restante do Estado envolve situações microrregionais diferenciadas; no entanto, o comentário acima expressa o sentido assumido pelo processo de modernização agrícola naquela região, principalmente em suas porções norte/oeste.



perfil, devido à expulsão da mão-de-obra familiar e crescente assalariamento da força de trabalho.

A Região Programa, pelo contrário, apesar da expansão produtiva e da modernização da base técnica de parcela dos produtores, vem registrando aumento de população ocupada em atividades agropecuárias, inclusive familiar, e também no número de estabelecimentos menores de não-proprietários. Isto se dá até mesmo na sub-região Tibagi, onde a modernização foi mais intensa.

O esclarecimento desta aparente contradição auxilia a compreensão das condições que favoreceram a manutenção da pobreza rural nesta Região.<sup>63</sup> Serão trabalhadas algumas informações indicativas das condições de produção e de trabalho no meio rural, evolução da estrutura fundiária e pessoal ocupado.

Como se observa na tabela 13, o número de estabelecimentos rurais aumentou, entre 1975 e 1980, e o contingente ocupado em atividades agropecuárias, na Região Programa, tem crescido continuamente desde 1970.<sup>64</sup>

TABELA 13 - VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO, NA REGIÃO PROGRAMA E RESTANTE DO ESTADO - 1970-1985

PERÍODOS CENSITÁRIOS	REGIÃO PROGRAMA						RESTANTE DO ESTADO					
	Estabelecimentos				Pessoal Ocupado		Estabelecimentos				Pessoal Ocupado	
	Número		Área				Número		Área			
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
70-75	(8.911)	(10,1)	347.556	8,9	33.689	12,1	(67.124)	(14,4)	657.875	6,1	64.014	3,7
75-80	9.805	12,4	411.882	9,7	20.289	6,5	(34.155)	(8,5)	337.489	3,0	(291.637)	(16,5)
80-85	9.420	10,6	220.416	4,7	41.517	12,5	2.874	0,8	98.118	0,8	5.720	0,4

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

<sup>63</sup>No subitem anterior, procurou-se deixar claro que apesar de a pobreza rural no Paraná não estar concentrada na Região Programa, parcela significativa da população rural nesta região encontra-se nesta situação. Interessa, desse modo, esclarecer os fatores que contribuem para tal quadro de pobreza.

<sup>64</sup>A expansão produtiva e seu perfil nesta região são abordados no item 5.

Apesar de algumas sub-regiões apresentarem, em alguns períodos censitários, comportamento distinto da tendência apontada acima - Metropolitana e Iguaçu, com redução dos estabelecimentos no período de 1970-75, e Ribeira, com redução de estabelecimentos e de pessoal ocupado no período de 1975-80 -, o fato é que, aparentemente, na Região Programa como um todo, o impacto da expansão e modernização agrícola não foi tão acentuado como no Restante do Estado, no que se refere à exclusão de pequenos produtores.

O quadro acima corresponde apenas em parte à realidade. Na tabela 14, é possível verificar que, entre 1970 e 1975, os estabelecimentos situados nos menores estratos sofreram redução no número e na área. Afirmou-se, anteriormente, que esses resultados se devem em grande parte à evolução fundiária no período referido nas sub-regiões Metropolitanas e Iguaçu. No primeiro caso, um forte processo de especulação imobiliária provocou a redução de estabelecimentos rurais nos municípios no entorno de Curitiba, implicando mesmo uma diminuição na área total então ocupada. No Iguaçu, contribuíram para essa redução as desapropriações para a construção de hidrelétricas. Entretanto, ao contrário do que ocorreu na Metropolitana, novas áreas de terra foram incorporadas aos estabelecimentos rurais. Esta redução atingiu igualmente pequenos proprietários e não-proprietários (tabela 14).

TABELA 14 - EVOLUÇÃO RELATIVA DO NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS POR ESTRATOS DE ÁREA, NA REGIÃO PROGRAMA - 1970-1985

PERÍODOS CENSITÁRIOS	0 - 10		10 - 20		20 - 50		50 - +	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
70-75	(13,8)	(9,7)	(15,4)	(14,7)	(8,1)	(6,7)	6,9	15,9
75-80	24,2	14,4	8,8	8,4	(0,1)	(0,6)	4,2	11,5
80-85	18,1	13,7	7,3	7,3	3,0	2,8	1,8	4,4

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

Pode-se verificar ainda, na tabela 14, que o aumento no número de estabelecimentos, nos períodos censitários subsequentes, se concentrou no menor estrato de área (0 a 10 ha), sendo que a variação da área total deste estrato foi menor que a verificada no número de estabelecimentos. Isto implicou redução da área média dos estabelecimentos nos estratos de 0-10 ha, com esta passando de 5 ha, em 1975, para 4,5 ha, em 1985 (tabela 15).

TABELA 15 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTRATOS DE ÁREA NO NÚMERO E ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS E ÁREA MÉDIA, NA REGIÃO PROGRAMA - 1970-1985

ANOS CENSI- TÁRIOS	0 - 10			10 - 20			20 - 50			50 - 100		
	Estab. (%)	Área Total (%)	Área Média (ha)	Estab. (%)	Área Total (%)	Área Média (ha)	Estab. (%)	Área Total (%)	Área Média (ha)	Estab. (%)	Área Total (%)	Área Média (ha)
1970	43,7	4,7	4,8	20,0	6,6	14,5	23,4	16,5	31,2	7,3	11,6	70,1
1975	41,9	3,9	5,0	18,8	5,1	14,6	23,9	14,1	31,6	8,4	10,9	69,7
1980	46,3	4,3	4,6	18,2	5,3	14,6	21,2	13,3	31,5	7,2	9,6	69,9
1985	49,4	4,5	4,5	17,7	5,2	14,6	19,8	12,5	31,4	6,4	9,0	69,6

ANOS CENSI- TÁRIOS	100 - 200			200 e +			TOTAL	
	Estab. (%)	Área Total (%)	Área Média (ha)	Estab. (%)	Área Total (%)	Área Média (ha)	Estab. (%)	Área Total (%)
1970	3,3	10,3	139,0	2,3	50,3	963,7	100,0	100,0
1975	3,6	9,6	140,9	3,4	56,4	914,4	100,0	100,0
1980	3,4	9,1	139,3	3,5	59,4	887,2	100,0	100,0
1985	3,0	8,4	138,8	3,4	60,4	867,2	100,0	100,0

PONTE: Censo Agropecuário - IBGE

Assim, se na Região Programa os pequenos produtores ainda têm acesso à terra, este processo tem sido marcado pela crescente minifundização. Na realidade, persistiu o processo de concentração de terras nessa região, como se observa pela evolução do estrato de área acima de 200 ha (ver tabela 15). Por sua vez, os estratos médios (50 a 200 ha) vêm perdendo participação no total de estabelecimentos e área.

Além disso, o acesso à terra por parte desses proprietários tem se tornado mais precário, pois o crescimento relativo do número de estabelecimentos entre não-proprietários tem sido mais intenso (como sugerem os dados da tabela 16), elevando a participação dessa categoria no total de estabelecimentos.

TABELA 16 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA, EVOLUÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA NOS PERÍODOS CENSITÁRIOS, E ÁREA MÉDIA, POR CATEGORIA DE PRODUTOR, NA REGIÃO PROGRAMA - 1970-1985

ANO	PROPRIETÁRIOS							NÃO PROPRIETÁRIOS						
	Estabelecimentos			Área				Estabelecimentos			Área			
	% no Total	Evolução		% no Total	Evolução		Média (ha)	% no Total	Evolução		% no Total	Evolução		Média (ha)
		Abs.	%		Abs.	%			Abs.	%		Abs.	%	
1970	73,1	-	-	89,5	-	-	54,4	26,9	-	-	10,5	-	-	17,3
1975	72,4	(6.644)	(10,4)	90,6	359.392	10,3	67,0	27,6	(1.702)	(7,2)	9,4	(11.857)	(2,9)	18,1
1980	70,2	5.130	9,0	90,1	346.095	9,0	67,1	29,8	4.618	21,2	9,9	66.120	16,7	17,5
1985	68,5	4.880	7,8	88,8	139.194	3,3	64,3	31,5	4.540	17,2	11,2	80.812	17,5	17,5

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

A tabela 17 fornece a evolução da população ocupada em atividades agropecuárias na Região Programa. Observe-se que as várias categorias de mão-de-obra têm apresentado evolução positiva. Entretanto, maior regularidade se observa na evolução da mão-de-obra assalariada. Apesar das taxas relativas declinantes, o fato é que o assalariamento vem respondendo por parcela expressiva do incremento da população ocupada nesta região. Nos dois primeiros quinquênios, essa categoria respondeu por mais de 50% desse incremento e, no período de 1980-85, por aproximadamente um terço. Entre 1970 e 1985, dobrou a participação desta categoria de mão-de-obra no conjunto da população rural ocupada na Região Programa.

TABELA 17 - EVOLUÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA POPULAÇÃO OCUPADA EM ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, POR CATEGORIA DE MÃO-DE-OBRA - 1970-1985

PERÍODOS CENSITÁRIOS	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR			MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA			OUTRA CONDIÇÃO			TOTAL	
	Evolução		% na População Ocupada	Evolução		% na População Ocupada	Evolução		% na População Ocupada	Evolução	
	Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%
1970	-	-	89,1	-	-	10,0	-	-	0,9	-	-
1975	16.466	6,6	84,8	17.621	63,7	14,5	(398)	(15,4)	0,7	33.689	12,1
1980	2.040	0,8	80,2	17.891	39,5	19,0	358	16,4	0,8	20.289	6,5
1985	23.866	9,0	77,7	12.829	20,3	20,3	4.822	189,4	2,0	41.517	12,5

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

Quanto à mão-de-obra familiar, sua evolução não apresenta a mesma regularidade. O quadro se torna mais complexo quando se compara a evolução deste tipo de mão-de-obra, nos períodos censitários, com a evolução do número de estabelecimentos (tabela 13). No período de 1970-75, enquanto o número de estabelecimentos se reduz em 10%, essa categoria de mão-de-obra cresce em 7%. No período seguinte, a situação se inverte: o número de estabelecimentos aumenta em 12% e a mão-de-obra familiar não apresenta variação. Pelo padrão de crescimento dos estabelecimentos na Região Programa, era esperada uma relação direta na evolução das duas variáveis.

Quando se observa, porém, a variação de mão-de-obra familiar em nível de municípios e sub-regiões, o que se constata é que nos dois períodos censitários (1970-75 e 1980-85), em que houve acréscimo dessa categoria de mão-de-obra, esta se deu em regiões menos ocupadas e com maiores restrições ao uso agrícola. Assim, entre 1970-75, 80% do incremento verificado ocorreu em apenas 4 municípios: Cerro Azul, Adrianópolis, Cândido de Abreu e Ortigueira. No período de 1980-85, 82% do incremento da mão-de-obra familiar se concentrou nas sub-regiões Litoral e Iguaçu. Nesta, a metade dos municípios registrou incremento de mão-de-obra familiar.

O conjunto de informações acima permite qualificar a inserção da pequena produção na Região Programa, no contexto da modernização agrícola dos anos 70 e 80. Assim, observou-se que o crescimento de estabelecimentos menores tem ocorrido predominantemente em áreas de baixa ocupação agrícola e num quadro de crescente minifundização. Além disso, boa parte dos estabelecimentos incorporados são de não-proprietários, o que caracteriza um vínculo precário com a terra.

Esse quadro permite supor que a Região Programa "abriga" um contingente populacional nas suas áreas rurais em precárias condições de trabalho e de vida.

Na tentativa de verificar com mais elementos essas situações, será feita uma análise dos dados coletados em pesquisa de campo, realizada em 1982, com o objetivo de verificar as condições e diferenciações da pequena produção na Região Programa.

Antes, porém, cabe ressaltar alguns dos fatores que contribuíram para que essa Região apresentasse um comportamento diferenciado do Restante do Estado. O mais significativo deles está no quadro natural desta região, por constituir importante obstáculo ao avanço das atividades agrícolas nos padrões tecnológicos predominantes. Esse fator, ao mesmo tempo em que impediu a maior difusão dos processos tecnológicos modernos, limitou a valorização dos terrenos menos aptos à agricultura, favorecendo o assentamento de produtores familiares tradicionais e permitindo, inclusive, que a Região recebesse fluxos migratórios para sua área rural. Foram estas as áreas apropriadas no pós-anos 70; enquanto na Região Programa, em 1970, 66% da área com potencial para uso agrícola encontrava-se apropriada por estabelecimentos rurais, no Restante do Estado essa proporção era bem superior (84%). Importa salientar, ainda, que mesmo as áreas mais dobradas não constituem um recanto tranquilo para a produção familiar; essas áreas têm sido objeto de apropriação para fins de reflorestamento. Na realidade, o processo de concentração fundiária se acentuou nesta região.

Por outro lado, aquelas áreas aptas à agricultura moderna - predominantemente as áreas de campos - distinguiam-se de outras regiões do Estado que sofreram a modernização.

Enquanto no Norte do Estado predominava a cultura do café, com elevada demanda de mão-de-obra e relações de produção baseadas no colonato, nas áreas de campo da Região Programa a modernização ocorre a partir de uma estrutura produtiva assentada na pecuária extensiva, com baixo requerimento de mão-de-obra e num quadro fundiário altamente concentrado. Nesse sentido, os efeitos da modernização se diferenciam: a retomada de estabelecimentos cedidos e a adequação do tamanho das propriedades à escala requerida pelo novo padrão tecnológico não adquirem a mesma magnitude do Restante do Estado.

Além disso, a mudança na pauta de produtos, com a pecuária cedendo as melhores terras para as lavouras (no período 1970-85, a área destas cresceu 80% na Região programa, enquanto no Restante do Estado o crescimento foi de 21%), contribuiu para ampliar a demanda por mão-de-obra na Região Programa.

Esses fatores específicos, juntamente com outros de ordem macroeconômica já analisados, condicionaram os resultados da modernização na Região Programa.

#### 4.3 PEQUENOS PRODUTORES RURAIS: ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Em 1982, o IPARDES realizou um levantamento, junto aos produtores rurais da Região Programa, com o objetivo de proceder à caracterização de suas condições de produção e vida. A pesquisa teve por base uma amostragem, representativa do perfil fundiário de cada município da área de abrangência do Programa.<sup>65</sup>

---

<sup>65</sup>A descrição do processo de amostragem consta do relatório IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.1.

Inicialmente se analisa o registro das ocorrências<sup>66</sup> verificadas em campo, na medida em que permitem uma aproximação quanto ao uso das terras na Região Programa (tabela 18).

TABELA 18 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS PESQUISADOS POR SUB-REGIÕES DA REGIÃO PROGRAMA, SEGUNDO AS SITUAÇÕES VERIFICADAS EM CAMPO, NO PARANÁ - 1982

SITUAÇÃO VERIFICADA EM CAMPO	SUB-REGIÕES					TOTAL
	Metropolitana	Litoral	Ribeira	Iguaçu	Tibagi	
Número Total de Imóveis	394	104	61	580	474	1.613
Situação dos Imóveis						
Unidades Produtivas Agrícolas <sup>1</sup>	121	09	28	273	220	651
Produção para Cons. na Propriedade <sup>2</sup>	22	06	02	37	15	82
Outras Ocorrências						
Outra Exploração <sup>3</sup>	26	08	02	13	07	56
Não Explorado <sup>4</sup>	110	33	04	107	73	327
Não Explorado/Proprietário <sup>5</sup>	16	04	08	31	39	98
Não Pesquisado <sup>6</sup>	28	11	08	46	48	141
Outras Situações <sup>7</sup>	71	33	09	73	72	258

PONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.3, tabela 3.1

<sup>1</sup>Unidades produtivas que auferem rendimentos com a atividade agropecuária.

<sup>2</sup>Unidades produtivas que não auferem rendimentos com a atividade agropecuária.

<sup>3</sup>Imóveis com outro tipo de exploração (mineral, reforestamento, madeira, canil e haras).

<sup>4</sup>Imóveis sem exploração (lazer, não-habitado, habitado por caseiro, residência do proprietário).

<sup>5</sup>Imóveis explorados por posseiros, arrendatários, parceiros, parcial ou totalmente, mas sem exploração por proprietários.

<sup>6</sup>Imóveis não pesquisados por não-localização, recusa a responder, ou informações incompletas.

<sup>7</sup>Imóveis que sofreram descaracterização por desmembramento, incorporação, desapropriação, ou em situação de litígio.

Chama a atenção, inicialmente, o elevado número de imóveis sem exploração. Aproximadamente 20% da amostra (327 imóveis) encontrava-se nesta situação em 1982. A maior parte desses imóveis sequer era habitada, constituindo situação típica de reserva de valor. Outra porção expressiva (cerca de 1/5) dos imóveis sem exploração era utilizada como residência dos proprietários, os quais, em muitos casos, possuíam outras áreas de terra onde exerciam atividades agropecuárias. A

<sup>66</sup>O detalhamento dessas ocorrências, inclusive por sub-regiões e estratos de área, constam do relatório IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.3, subitem 3.1 e 3.2, especialmente as tabelas 3.1 e 3.3.



exceção fica por conta dos casos localizados na sub-região Metropolitana, em que muitos desses imóveis, embora cadastrados no INCRA, encontravam-se em áreas em processo de urbanização.

Algumas ocorrências refletem situações específicas das sub-regiões. Trata-se dos casos de imóveis desapropriados na sub-região Iguaçu, em decorrência da construção de hidrelétricas; ou em litígio, na sub-região Litoral, área com sérios problemas de regularização fundiária; e, ainda, de imóveis com exploração mineral na sub-região Metropolitana.

Apenas 57% dos imóveis amostrados eram explorados com atividades agrosilvopastoris. Observa-se isso, na tabela 18, pelo somatório das situações 1, 2 e 5 e partes das situações 3 e 7 - respectivamente, 37 imóveis com reflorestamento e 56 imóveis incorporados com agropecuária ou reflorestamento.

Observe-se que o número de imóveis cuja produção destinava-se apenas para o consumo na propriedade foi inexpressivo, aproximadamente 5% dos casos amostrados. Na realidade, esses proprietários tinham rendimentos de outras fontes, predominantemente de trabalho urbano e aposentadoria.

A distribuição dessas ocorrências segundo estratos de área encontra-se na tabela 19. É interessante observar que os imóveis com outros tipos de exploração (mineral, reflorestamento, madeireiras) apresentam elevada participação percentual nos estratos superiores a 50 hectares (41%), o que reflete a própria organização dessas atividades.

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DOS IMÓVEIS PESQUISADOS POR ESTRATOS DE ÁREA E TOTAL, SEGUNDO SITUAÇÕES VERIFICADAS EM CAMPO, NA REGIÃO PROGRAMA, NO PARANÁ - 1982

SITUAÇÃO VERIFICADA EM CAMPO	ESTRATOS DE ÁREA (ha)								TOTAL
	0--10	10--20	20--50	50--200	200--500	500--1000	1000--2000	2000--5000	
Número Total de Imóveis	569	280	430	241	64	21	04	04	1.613
Situação dos Imóveis									
Unidades Produtivas Agrícolas <sup>1</sup>	180	129	217	94	23	07	01	-	651
Produção para Cons. na Propriedade <sup>2</sup>	37	13	22	08	02	-	-	-	82
Outras Ocorrências									
Outra Exploração <sup>3</sup>	11	07	15	11	09	02	-	01	56
Não Explorado <sup>4</sup>	175	49	64	27	10	02	-	-	327
Não Explorado/Proprietário <sup>5</sup>	27	20	29	18	02	-	01	01	98
Não Pesquisado <sup>6</sup> /Outras Situações <sup>7</sup>	139	62	83	83	18	10	02	02	399

PONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.3, tabelas 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9 e item 3.2.3)

<sup>1</sup>Unidades produtivas que auferem rendimentos com a atividade agropecuária.

<sup>2</sup>Unidades produtivas que não auferem rendimentos com a atividade agropecuária.

<sup>3</sup>Imóveis com outro tipo de exploração (mineral, reflorestamento, madeira, canil e haras).

<sup>4</sup>Imóveis sem exploração (lazer, não-habitado, habitado por caseiro, residência do proprietário).

<sup>5</sup>Imóveis explorados por posseiros, arrendatários, parceiros, parcial ou totalmente, mas sem exploração por proprietários.

<sup>6</sup>Imóveis não pesquisados por não-localização, recusa a responder, ou informações incompletas.

<sup>7</sup>Imóveis que sofreram descaracterização por desmembramento, incorporação, desapropriação, ou em situação de litígio.

Por outro lado, entre os imóveis com explorações agropecuárias e com alguma vinculação ao mercado (situações 1 e 7), verifica-se que apesar do elevado número de pequenos imóveis, a concentração se dá nos estratos entre 20 e 500 hectares.

Sabe-se o quanto é acentuado o grau de concentração de terras na Região Programa, especialmente nas sub-regiões Litoral, Ribeira e Tibagi. O levantamento realizado pelo IPARDES revelou que 38% dos proprietários possuem mais de um imóvel, o que significa que a concentração fundiária é maior do que sugerem as estatísticas disponíveis. Esta ocorrência foi constatada nas várias sub-regiões e nos diversos estratos de área. Embora a incidência de casos de pequenos proprietários com mais de um imóvel tenha sido acentuada, situação que lhes permitia a prática do pousio como forma de manejo da terra, também foi elevado o registro de imóveis nos estratos menores, mas pertencen-

tes a grandes proprietários - principalmente de madeireiras e empresas reflorestadoras.

As Unidades Produtivas Agrícolas (UPAs), na tabela 18, são aquelas exploradas pelos próprios proprietários e cujos rendimentos dependem da atividade agropecuária, através da comercialização de sua produção. Representam quase 3/4 do total de imóveis amostrados com exploração agropecuária, sendo encontrado, neste segmento, o público-alvo do PRO-RURAL.

A tabela 20 mostra o número e a participação dessas unidades no total amostral, segundo sub-regiões e estratos de área. Pode-se perceber, inicialmente, que a participação das UPAs no total amostral, além de não alcançar 50%, varia bastante entre as sub-regiões. O Litoral apresenta a menor participação de imóveis com produção agropecuária, o que, mesmo que subestimado, reflete a reduzida ocupação produtiva nesta sub-região.

TABELA 20 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS AGROPECUÁRIAS NO TOTAL AMOSTRAL, POR SUB-REGIÕES DA REGIÃO PROGRAMA, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA, NO PARANÁ - 1982

ESTRATO (Em ha)	METROPOLITANA			LITORAL			RIBEIRA			IGUAÇU			TIBAGI		
	Total Amostra	Unidades Produtivas Agropec.		Total Amostra	Unidades Produtivas Agropec.		Total Amostra	Unidades Produtivas Agropec.		Total Amostra	Unidades Produtivas Agropec.		Total Amostra	Unidades Produtivas Agropec.	
		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%
0 -- 10	209	57	27,3	17	4	23,5	8	4	50,0	212	63	29,7	123	52	42,3
10 -- 20	66	34	51,5	23	3	13,0	5	-	-	96	55	57,3	90	37	41,1
20 -- 50	75	21	28,0	23	1	4,3	24	14	58,3	186	115	61,8	122	66	54,1
50 -- 200	33	8	24,2	25	1	4,0	18	8	44,4	68	34	50,0	97	43	44,3
200 -- 500	9	1	11,1	10	-	-	3	1	33,3	13	6	46,1	29	15	51,7
500 -- 1000	2	-	-	3	-	-	3	1	33,3	4	-	-	9	6	66,6
1000 -- 2000	0	0	0	1	-	-	0	0	0	1	-	-	2	1	50,0
2000 -- 5000	0	0	0	2	-	-	0	0	0	0	0	0	2	-	-
TOTAL	394	121	30,7	104	9	8,6	61	28	46,0	580	273	47,1	474	220	46,4

PONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio... Total Amostral v.1, p.13, Tabela 1.3

NOTA: Convenção - = Não houve ocorrência

0 = Não houve amostrado

Um outro aspecto que pode ser observado é a diferenciação dos sistemas de produção existentes na Região Programa. Na sub-região Metropolitana, praticamente todas as UPAs situam-se nos estratos com até 50 hectares; nela se destaca o estrato de 10 a 20 hectares, no qual a metade dos imóveis amostrados possui uma produção mercantil. Apesar da área reduzida dessas unidades produtivas, estas não necessariamente se enquadram no conceito de produção tradicional, pois, tal como se verifica mais adiante, a utilização de insumos modernos e de motomecanização era relativamente difundida entre as unidades dessa sub-região.

No outro extremo está a sub-região Tibagi, na qual se destaca o elevado número de imóveis nos maiores estratos de área. Os imóveis com mais de 50 hectares representam 30% do total de UPAs nesta sub-região, o que reflete sua estrutura fundiária. Além disso, são os estratos superiores que apresentam, proporcionalmente, maior incidência de unidades produtivas agropecuárias. Foi nesta sub-região que o processo de modernização encontrou condições mais propícias à sua difusão, dado o relevo propício às atividades mecanizadas.

Uma parcela expressiva dos produtores (34%) possui outras propriedades, sendo este percentual comum, com pequenas variações, às três principais sub-regiões (Tibagi, Iguaçu e Metropolitana). Em sua grande maioria, essas terras são exploradas pelos próprios proprietários (tabela 21).

TABELA 21 - NÚMERO DE UNIDADES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS, TOTAL E COM SUBDIVISÃO DE EXPLORAÇÕES; NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS COM OUTRAS TERRAS PRÓPRIAS, TOTAL E EXPLORADAS PELOS PROPRIETÁRIOS; E NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS QUE EXPLORAM TERRAS DE TERCEIROS, SEGUNDO SUB-REGIÕES E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, NO PARANÁ - 1980-81

SUB-REGIÃO	UNIDADES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS		OUTRAS TERRAS PRÓPRIAS		PROPRIETÁRIOS QUE EXPLORAM TERRAS DE TERCEIROS
	TOTAL	Subdivididas	Número	Exploradas p/Proprietário	
Metropolitana	121	07	39	29	17
Litoral	09	01	01	0	0
Ribeira	28	0	07	05	03
Iguaçu	273	20	103	89	45
Tibagi	220	32	73	59	35
TOTAL	651	60	223	182	100

PONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.4, tabelas A.01 (01 a 05)

A cessão de terras para terceiros é inexpressiva, conforme se verifica entre os imóveis pesquisados. Do total de UPAs, apenas 60 proprietários (9,2%) subdividiram seus imóveis para ser explorados por terceiros.

Do mesmo modo, entre os proprietários pesquisados, é pouco difundido o recurso a terras de terceiros, prática informada por apenas 15% do total de UPAs. O arrendamento é a forma predominante de acesso à terra, nesses casos.

Entre os produtores com outras terras próprias, aproximadamente 75% se encontram nos estratos de até 50 ha. Porém, quando se observa a participação de produtores com outras terras em cada estrato, verifica-se que essa participação é maior nos estratos médios e superiores. Assim, enquanto nos estratos menores (até 50 ha) o número de proprietários com outras terras próprias é de aproximadamente 1/3 do total desses estratos, nos maiores essa proporção aumenta, alcançado quase a metade dos produtores pesquisados no estrato de 50 a 200 ha (tabela 22).

TABELA 22 - NÚMERO E ÁREA MÉDIA DAS UNIDADES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS; NÚMERO, PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO ESTRATO E ÁREA MÉDIA DE OUTRAS TERRAS PERTENCENTES AOS PRODUTORES E DE PRODUTORES QUE EXPLORAM TERRAS DE TERCEIROS, NA REGIÃO PROGRAMA, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA, NO PARANÁ - 1980-81

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	UNIDADES PRODUTIVAS AGRÍCOLAS		OUTRAS TERRAS PRÓPRIAS			TERRAS DE TERCEIROS		
	Número	Área Média	Número	% no Estrato	Área Média	Número	% no Estrato	Área Média
0 -- 10	180	5,1	57	31,7	11,1	37	20,5	7,2
10 -- 20	129	14,6	47	36,4	32,6	19	14,7	9,6
20 -- 50	217	30,6	63	29,0	30,1	26	12,0	18,9
50 -- 200	94	93,3	44	46,8	131,9	13	13,8	76,4
200 -- 500	23	331,4	09	39,1	453,3	03	13,0	48,5
500 -- 1000	07	682,5	03	42,8	262,2	01	14,3	48,4
1000 -- 2000	01	1.882,7	-	-	-	01	100,0	406,6
2000 -- 5000	-	-	-	-	-	-	-	-

PONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.4, tabelas A.01 (01 a 05)

As informações sobre a área média das "outras terras" revela um aspecto interessante: nos estratos de 0 a 10 e de 10 a 20 hectares, as áreas médias das "outras terras" ultrapassam em muito a área média das unidades pesquisadas, sugerindo que pelo menos parte dos produtores amostrados nos mais baixos estratos situa-se, na realidade, nos estratos médios.

Os aspectos até aqui levantados quanto às diferenças entre as sub-regiões e a importância do acesso a outras terras serão objeto, mais adiante, de um comentário mais geral sobre a estratégia do PRO-RURAL. Antes, porém, cabe uma observação sobre a distribuição da área ocupada com lavouras temporárias segundo estratos de área.

As unidades de referência, na tabela 23 e seguintes, já não são mais os imóveis rurais, mas sim as parcelas desses imóveis exploradas pelos proprietários, ou seja, seus estabelecimentos. Verifica-se, novamente, que a sub-região Metropolitana se distingue das demais, concentrando a área com lavouras

temporárias nos menores estratos de área. Os dados sobre o Litoral apenas confirmam a inexpressividade da produção dessa sub-região.

TABELA 23 - ÁREA OCUPADA COM LAVOURAS ENTRE OS ESTABELECIMENTOS EXPLORADOS PELOS PROPRIETÁRIOS, POR SUB-REGIÃO, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA, NO PARANÁ - 1980-81

ESTRATOS DE ÁREA	ÁREA OCUPADA COM LAVOURAS TEMPORÁRIAS (ha)				
	Metropolitana	Litoral	Ribeira	Iguaçu	Tibagi
0 -- 10	132,1	7,0	14,3	216,3	148,2
10 -- 20	230,5	8,6	-	402,2	342,5
20 -- 50	258,7	-	71,3	1.153,2	718,2
50 -- 200	73,7	3,6	144,7	707,3	1.138,5
200 -- 500	24,2	-	55,7	381,6	944,5
500 -- 1000	-	-	72,6	-	376,2
1000 -- 2000	-	-	-	-	800,0
2000 -- 5000	-	-	-	-	-
TOTAL	719,2	19,2	358,6	2.860,6	4.468,1

FONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.4, tabelas 4.03 (01 a 05)

Nas demais sub-regiões, as áreas ocupadas com lavouras temporárias estão concentradas nos estratos médios: na Ribeira, 60% desta área encontra-se no estrato de 20 a 200 hectares; no Iguaçu, neste mesmo estrato encontra-se 65% daquela área; e no Tibagi, 41% da área com lavouras temporárias concentra-se no estrato de 20 a 200 hectares e 47% nos estratos superiores.

A análise anterior permite destacar dois aspectos quanto à possibilidade de sucesso da estratégia do PRO-RURAL. Para um projeto que não pretendia intervir sobre o quadro fundiário da região, a possibilidade de instaurar uma dinâmica modernizadora entre produtores com pequenas parcelas de terra implicaria concentrar ações em tipos de produção em que os ganhos de escala requeridos pela modernização não dependessem demasiadamente do fator terra. De certo modo, era isto que ocorria com

o segmento de produtores vinculados à produção de hortifrutigranjeiros, na sub-região Metropolitana.<sup>67</sup>

Por outro lado, ao objetivar ampliar as áreas de lavoura na Região Programa, o PRO-RURAL elegeu um público que, em sua maioria, não seria capaz de responder a tal propósito. O próprio critério para selecionar o público do Programa com base no tamanho limite de 50 hectares não beneficia a parcela dos produtores com unidades médias, responsáveis pela maior parcela da produção de lavouras temporárias na Região Programa,<sup>68</sup> conforme indica a pesquisa.

A seguir, serão repassadas algumas informações sobre uso de crédito, mão-de-obra e força motriz. Trata-se de verificar em que medida alguns elementos e mudanças característicos do processo de modernização da agricultura, no momento anterior ao do início do PRO-RURAL, encontravam-se difundidos entre o público-alvo do Programa, pois a Região Programa não permaneceu imune às transformações que marcaram o meio rural paranaense nos anos 70.

O crédito rural foi o principal instrumento viabilizador dos investimentos entre os produtores rurais, encontrando-se na base do processo de incorporação tecnológica então ocorrido. A

---

<sup>67</sup>WILKINSON, avaliando experiências de PDRI's no nordeste brasileiro, constatou que a dinâmica da modernização da pequena produção não elimina o problema da escassez de terras nos minifúndios, pois, ao ampliar a dependência do produtor e seus familiares da produção obtida no estabelecimento, frente a condições de preços tendencialmente desfavoráveis à produção agrícola, a escala mínima para a reprodução da produção familiar é deslocada para cima (WILKINSON. O estado, a agroindústria..., p.205). Por outro lado, há tipos de produção em que a articulação com o capital agroindustrial tem permitido a reprodução de produção familiar. Tem-se informação, por exemplo, de produtores familiares de alimentos básicos na Região Programa que buscam, mais recentemente, na integração com a indústria de fumo, condições para sua reprodução, principalmente numa conjuntura econômica que torna o acesso ao crédito inviável.

<sup>68</sup>Na Região Programa há que se relativizar o significado da área total dos estabelecimentos, uma vez que as condições desfavoráveis de relevo e solo de amplas faixas de terra inviabilizam a ocupação com produção agrícola de porções significativas dos terrenos. Assim, a disponibilidade de terras produtivas nos estratos médios pode ser bem menor do que sugere o posicionamento do estabelecimento na estratificação por área.



tabela 24 oferece algumas indicações a este respeito quanto aos produtores pesquisados com unidade até 50 hectares. Em nenhuma das sub-regiões, o percentual desses produtores que recorreram ao crédito oficial atingiu metade do total amostrado. A participação foi maior nas sub-regiões Tibagi e Iguaçu, onde aproximadamente 40% dos produtores utilizavam crédito.

TABELA 24 - NÚMERO DE PRODUTORES QUE INFORMARAM RECORRER AO CRÉDITO OFICIAL NA SAFRA 80/81, PARTICIPAÇÃO NO ESTRATO, NO TOTAL DE TOMADORES DE CRÉDITO E NO VOLUME DE CRÉDITO, CONFORME SUB-REGIÕES E SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA DA POPULAÇÃO-ALVO DO PROJETO, NO PARANÁ - 1980-81

ESTRATO DE ÁREA (ha)	METROPOLITANA				LITORAL				RIBEIRA			
	Nº	% no Estrato	% no nº de Inform.	% no Volume Crédito	Nº	% no Estrato	% no nº de Inform.	% no Volume Crédito	Nº	% no Estrato	% no nº de Inform.	% no Volume Crédito
0 -- 10	11	19,3	28,9	32,5	01	25,0	50,0	26,9	-	-	-	-
10 -- 20	16	47,0	42,1	37,1	01	33,3	50,0	73,1	-	-	-	-
20 -- 50	07	33,3	18,4	26,0	-	-	-	-	05	35,7	45,4	13,5
TOTAL	38	31,4	100,0	100,0	02	22,2	100,0	100,0	11	39,3	100,0	100,0

ESTRATO DE ÁREA (ha)	IGUAÇU				TIBAGI			
	Nº	% no Estrato	% no nº de Inform.	% no Volume Crédito	Nº	% no Estrato	% no nº de Inform.	% no Volume Crédito
0 -- 10	18	27,7	16,4	6,8	12	23,1	12,8	1,5
10 -- 20	26	44,8	23,6	7,3	17	42,5	18,1	1,5
20 -- 50	48	43,2	43,6	22,0	30	46,9	31,9	5,0
TOTAL	110	40,3	100,0	100,0	94	42,7	100,0	100,0

FONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.4, tabela A.18

Embora o público-alvo, em todas as sub-regiões, constitua a maior parcela dos tomadores de crédito, sua participação no volume de crédito apresenta importante variação entre as sub-regiões. Na Metropolitana, os produtores com até 50 ha ficaram com a quase totalidade do volume de crédito informado. Esta informação apenas reforça o comentário anterior sobre a "pequena" produção nessa sub-região; observe-se que no estrato de 10 a 20 hectares quase 50% dos produtores recorreram ao crédito.

No caso das sub-regiões Iguaçu e Tibagi, apesar da menor participação do público-alvo no volume de crédito, há que se observar que, nos estratos de 10 a 20 ha, a participação dos produtores com acesso ao crédito era igual ou superior à média observada para a sub-região, o que sugere que em algum grau esses produtores recorrem a insumos modernos para produzir. Na realidade, nestes estratos os insumos eram constituídos basicamente por sementes melhoradas e adubação química.<sup>69</sup>

A tabela 25 apresenta a parcela de produtores que possuíam algum tipo de máquina e equipamento de tração manual, animal e mecânica. Considerando apenas a força motriz de propriedade dos produtores, tem-se que a maior parcela destes dispunha tão-somente de tração manual e animal. Entretanto, considerando-se as diversas procedências dos instrumentos de trabalho e somando-se as várias combinações de força motriz em que algum tipo de tração mecânica está presente, tem-se que, nos estratos de 0 a 10, 10 a 20 e 20 a 50 havia, respectivamente, cerca de 40%, 44% e 56% dos produtores a utilizar algum instrumento de tração mecânica.

TABELA 25 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO TIPO DE FORÇA MOTRIZ EMPREGADA PELOS PRODUTORES, CONFORME PROCEDÊNCIA, E SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA DO PÚBLICO-ALVO E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, NO PARANÁ - 1980-81

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	PRÓPRIA						ALUGADA		CEDIDA
	Somente Manual	Somente Animal	Somente Mecânica	Manual e Animal	Animal e Mecânica	Animal/Manual/Mecânica	Animal	Mecânica	Animal
0 -- 10	5,0	16,1	11,1	27,8	2,2	7,8	2,8	19,4	5,0
10 -- 20	6,2	17,0	3,9	44,2	3,1	14,7	1,5	22,5	3,9
20 -- 50	8,7	15,2	5,5	32,5	5,1	20,7	-	24,9	2,3
TOTAL	6,3	14,0	11,0	31,2	4,0	17,0	1,1	22,4	3,1

FONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.3, tabelas A.05 (01 a 05)

NOTA: As linhas não totalizam 100%, pois um mesmo produtor pode ter informado possuir algum tipo de força motriz, e ainda alugado ou emprestado.

<sup>69</sup>O crédito oficial amarrava à sua liberação o consumo de insumos modernos. A informação sobre utilização de insumos encontra-se em IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.4, tabelas A.11 (01 a 05).

Verificando o uso de tratores em cada estrato de área, tem-se que apenas na sub-região Metropolitana este equipamento encontrava-se difundido entre o público-alvo. Nas demais sub-regiões, o acesso a tratores e, portanto, à mecanização do processo produtivo entre o público-alvo era bem restrito. Supondo-se que não há duplicação da informação (ou seja, casos de produtores que além de usar trator próprio, recorreram ao aluguel) nas sub-regiões Iguaçu e Tibagi, a parcela total de produtores que usava trator não ultrapassava 35%, sendo que esta participação aumenta nos estratos superiores (tabela 26).

TABELA 26 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTORES QUE INFORMARAM EM CADA SUB-REGIÃO, UTILIZAR TRATOR, PRÓPRIO OU ALUGADO, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA DO PÚBLICO-ALVO E TOTAL DAS SUB-REGIÕES, NO PARANÁ - 1980-81

ESTRATO DE ÁREA (ha)	METROPOLITANA		LITORAL		RIBEIRA		IGUAÇU		TIBAGI	
	Própria	Alugada	Própria	Alugada	Própria	Alugada	Própria	Alugada	Própria	Alugada
0 -- 10	29,8	1	25,0	1	-	1	6,1	1	1,9	1
10 -- 20	35,3	1	33,3	1	-	1	10,3	1	7,5	1
20 -- 50	52,4	1	-	1	-	1	18,0	1	7,8	1
TOTAL	36,4	24,7	22,2	-	-	3,4	18,7	16,1	18,6	17,3

Fonte: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.4, tabelas A.09 (01 a 05) e A.10

<sup>1</sup>A informação sobre aluguel de tratores não está disponível por estrato de área. Sabe-se, entretanto, que 80% dos que informaram recorrer ao aluguel de algum tipo de equipamento mecânico encontravam-se nos estratos com até 50 ha (IPARDES - relatório da fase ex-ante, v.4, tabelas A.05 01 a 05).

A maioria dos produtores situados nos estratos até 50 ha recorre apenas aos membros da família como mão-de-obra. Pode-se observar, porém, que a combinação entre trabalho familiar e contratado adquire expressão conforme se passa do estrato inferior para os superiores (tabela 27).

TABELA 27 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS TIPOS DE MÃO-DE-OBRA UTILIZADA PELOS PRODUTORES, SEGUNDO ESTRATOS DE ÁREA DO PÚBLICO-ALVO E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, NO PARANÁ - 1980-81

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	TIPO DE MÃO-DE-OBRA				
	Somente Familiar	Somente Contratada	Familiar/Troca Dias	Familiar/Contratada	Familiar/Troca Dias/Contratada
0 -- 10	70,5	1,7	7,8	14,4	3,3
10 -- 20	64,3	2,3	8,5	21,7	5,4
20 -- 50	53,4	0,9	10,1	24,9	4,6
TOTAL	54,5	2,3	7,8	27,0	5,2

FONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.4, tabelas A.04(01 a 05)

A participação do trabalho contratado, como forma de complementação da mão-de-obra familiar, é diferenciada entre as sub-regiões. Observe-se, na tabela 28, que na sub-região Metropolitana este tipo de complementação de mão-de-obra é mais expressivo entre o público-alvo do Programa, principalmente no estrato de 10 a 20 ha, onde 35% dos produtores recorrem ao trabalho contratado. Por outro lado, quando se considera a totalidade dos produtores, a maior participação de produtores que recorrem à complementação de mão-de-obra, através da contratação, se dá na sub-região Tibagi, com quase 40% dos produtores fazendo uso desse tipo de mão-de-obra.

TABELA 28 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTORES QUE CONTRATAM MÃO-DE-OBRA PARA COMPLEMENTAR A FAMILIAR, CONFORME AS PRINCIPAIS SUB-REGIÕES, E SEGUNDO ESTRATO DE ÁREA DO PÚBLICO-ALVO DO PRO-RURAL E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA

ESTRATOS DE ÁREA (ha)	METROPOLITANA		IGUAÇU		TIBAGI	
	Familiar/Contratada	Familiar/Troca Dias/Contratada	Familiar/Contratada	Familiar/Troca Dias/Contratada	Familiar/Contratada	Familiar/Troca Dias/Contratada
0 -- 10	22,8	1,7	12,3	4,6	9,6	3,8
10 -- 20	29,4	5,9	19,0	5,2	17,5	5,0
20 -- 50	23,8	4,8	28,8	2,7	25,0	7,8
TOTAL	28,1	3,3	26,4	4,0	30,0	7,7

FONTE: IPARDES. Projeto Integrado de Apoio..., v.4, tabelas A.04 (01 a 05)

O destaque dado às informações sobre crédito, uso de tratores e o recurso à mão-de-obra temporária, entre o público-alvo do projeto, deveu-se ao fato de que geralmente há uma forte ligação entre esses elementos, no processo de modernização da produção familiar. Assim, verificou-se, nas principais sub-regiões, que entre o público-alvo havia um segmento importante de produtores que, em algum grau, encontrava-se inserido na dinâmica da modernização agrícola.

Porém, a grande maioria do público-alvo, com exceção da sub-região Metropolitana, apesar de possuir uma produção mercantil, permanecia à margem daquele processo. As informações disponíveis não permitem maior inferência sobre a real inserção desses produtores tradicionais. Do mesmo modo, como os produtores foram tabulados com base apenas nas terras de seu estabelecimento amostrado, a caracterização do segmento de produtores com até 50 ha e com base técnica moderna fica prejudicada, pois os dados sugerem uma forte relação entre a disponibilidade de outras terras e a incorporação dos elementos próprios à modernização agrícola.

Considerando-se o conjunto de ações do PRO-RURAL, essas informações reforçam o fato de que, da perspectiva dos produtores alvo, as condições de acesso aos benefícios do projeto eram bastante diferenciadas.

Embora houvesse ações previstas para atuar sobre algumas das limitações presentes entre a população-alvo, tais como crédito, motomecanização, pesquisa e extensão, as indicações são de que essas foram insuficientes para reverter o quadro de desigualdade.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup>Ver avaliação de subprojetos produtivos e de infra-estrutura, subitens 6.1 e 6.3 deste trabalho.

## 5 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DA REGIÃO PROGRAMA NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRO-RURAL

Com a implementação do PRO-RURAL, era esperado que o mesmo contribuísse para a ampliação da produção de alimentos na Região Programa, através da incorporação de novas áreas ao processo produtivo e da melhoria da produtividade.

O Plano de Produção<sup>71</sup> do Programa previa, para o quinto ano de sua execução, um incremento de 109 mil ha da área ocupada com os produtos que compõem os principais sistemas produtivos encontrados entre sua população-alvo. Essa incorporação de terras implicaria a ampliação de 20% da área selecionada para atuação do projeto, a qual totalizava, em 1979, quase 535 mil ha (tabela 29). O aumento da área explorada, juntamente com algumas mudanças no padrão de produção do público-alvo, deveria propiciar um incremento da produção de aproximadamente 440 mil toneladas.

A verificação destas metas exige, evidentemente, disponibilidade de informações que permita observar a evolução da produção em relação aos diversos segmentos de produtores.

Todavia, essas informações desagregadas por municípios e por estrato de área não são encontradas nas publicações existentes. Nem mesmo os relatórios oficiais das entidades envolvidas no PRO-RURAL fazem qualquer referência à evolução da produção entre o público-alvo do Programa, e conseqüentemente ao atingimento das metas do Plano de Produção.

---

<sup>71</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. Apêndice.

TABELA 29 - ÁREA EXPLORADA TOTAL, ÁREA EXPLORADA PELO PÚBLICO-ALVO, ÁREA SELECIONADA PELO PROJETO E ÁREA A SER INCORPORADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADAS PELO PÚBLICO-ALVO

(Em ha)

PRODUTO	ÁREA EXPLORADA TOTAL (A)	ÁREA EXPLORADA DE ESTRATO DE ATÉ 50 HA	ÁREA EXPLORADA SELECIONADA (B)	ÁREA A SER INCORPORADA (C)	C/B	C/A
Arroz	73.882	41.581	29.034	5.807	20,0	7,8
Banana	4.015	2.853	2.567	513	20,0	12,8
Batata	30.181	6.662	4.668	934	20,0	3,1
Feijão	190.930	147.020	102.122	20.424	20,0	10,7
Fruticultura	4.276	800	640	128	20,0	3,0
Mandioca	2.296	1.857	1.313	262	20,0	11,4
Milho	456.078	325.721	222.815	44.563	20,0	9,8
Olericultura	7.155	3.900	3.120	624	20,0	8,7
Pastagens	1.261.755	275.293	140.377	28.075	20,0	2,2
Soja	274.902	38.867	27.800	5.560	20,0	2,0
Trigo	80.789	13.932	10.000	2.000	20,0	2,5
TOTAL	2.305.470	844.554	534.456	108.890	20,0	4,7

FONTE: PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. 188p. Apêndice 03, tabelas 3 e 10

Como forma de contornar essa deficiência de informações e tecer algumas considerações acerca dos objetivos do Plano de Produção, será feita uma verificação do comportamento da produção agropecuária da Região Programa, considerando-a em relação à situação observada em nível de Estado, com base nas informações disponíveis do IBGE.

Apesar de as metas de produção serem modestas,<sup>72</sup> no sentido de que não alterariam o quadro da produção agrícola regional, há indícios, como se verá a seguir, de que neste aspecto o Programa não foi plenamente bem sucedido. Na realidade, ocorreram algumas mudanças importantes na produção regional, com vários produtos apresentando crescimento, no período, mas este desempenho não dependeu do Programa. Em geral, os produtos com desempenho positivo foram aqueles que contaram, no período, com condições de mercado favoráveis, devido à sua vinculação ao mercado externo e/ou à sua crescente transformação

<sup>72</sup>Pela tabela 29, verifica-se que a incorporação de nova área pelo projeto implicaria o incremento de 4,7% da área explorada total dos produtos selecionados; em termos de produção, o incremento seria de aproximadamente 15%.

em matéria-prima industrial (soja, trigo, milho, fumo, algodão). Por outro lado, culturas como o feijão, arroz e mandioca, na Região Programa, apresentaram queda de produção, quer em função de redução de área, quer devido à queda na produtividade.

Há que se ter cautela, porém, quanto à questão da participação do público-alvo nos resultados da produção agropecuária regional. Além da diferenciação que há entre os próprios produtores-alvo do projeto, existem importantes diferenças edafo-climáticas em nível das sub-regiões, que condicionam a inserção desse segmento de produtores na produção regional. Além disso, esta inserção também é afetada pelo processo de industrialização da produção agropecuária, o qual, ao interferir sobre o processo produtivo, acaba por selecionar/privilegiar certas categorias de produtores.

Outra questão que nem sempre é possível depreender apenas da observação da evolução da produção agropecuária refere-se aos impactos localizados decorrentes da infra-estrutura e do apoio propiciado pelo Programa. Este parece ser o caso da produção da sub-região Litoral, que apresentou como tendência a especialização no cultivo de banana, em expansão no período aqui analisado. A proximidade desta sub-região com o principal núcleo urbano do Estado (Curitiba e municípios limítrofes) garantiu-lhe um mercado regional. Porém, pode ter corrido para essa expansão a infra-estrutura fornecida pelo Programa, através do PRO-HORTA, que propiciou alguma garantia de escoamento e preço a essa produção.<sup>73</sup>

Na seqüência, serão examinadas algumas informações sobre

---

<sup>73</sup>Algumas indicações neste sentido são encontradas na publicação IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. APA de Guaraqueçaba : caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Curitiba, 1989. 87p.



o processo de incorporação de terras ao processo produtivo, e a evolução da produção agropecuária no período de implementação do projeto.

#### 5.1 INCORPORAÇÃO DE NOVAS ÁREAS AOS ESTABELECIMENTOS RURAIS E USO DA TERRA

Quando foi definida a região a ser abrangida pelo PRO-RURAL, foi considerado que a porção leste/sudoeste do território paranaense apresentava condições para a incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Enquanto para o Restante do Estado a situação era de esgotamento da fronteira, em 1980, na Região Programa se observava a possibilidade de incorporação de terras, externa e internamente aos estabelecimentos rurais.

Entre 1980 e 1985, a área total dos estabelecimentos na Região Programa expandiu-se em quase 5%; de 4.643 mil ha passa a 4.863 mil ha.<sup>74</sup> No Restante do Estado, o movimento de incorporação de terras foi praticamente nulo, com exceção das micror-regiões Pitanga e Guarapuava que, juntas, registraram o incremento de quase 100 mil ha à área dos estabelecimentos rurais (tabela 30).

TABELA 30 - ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, VARIAÇÃO RELATIVA E PARTICIPAÇÃO NA ÁREA COM POTENCIAL AGRÍCOLA, SEGUNDO A REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1980-1985

(Em ha)

REGIÃO/ESTADO	ÁREA TOTAL			ÁREA TOTAL ESTABEL./ÁREA COM POTENCIAL AGRÍCOLA	
	Em hectares		Var. %	1980	1985
	1980	1985			
Região Programa	4.643.478	4.863.894	4,7	83,4	87,4
Restante do Estado	11.736.854	11.834.972	,8	89,6	90,3
TOTAL	16.380.332	16.698.866	1,9	88,1	89,8

PONTE: Censo Agropecuário - IBGE; IPARDES. Paraná: economia ..., tabelas 2-17

<sup>74</sup> Nos dois quinquênios anteriores, 1970-75 e 1975-80, essa variação para a Região Programa foi de 8,9% e 9,7%, respectivamente.

Observa-se, ainda, na tabela acima, que quase não há mais diferença entre a Região Programa e o Restante do Estado em termos da relação área total dos estabelecimentos/áreas com potencial agrícola,<sup>75</sup> o que indica que praticamente se concluiu o fechamento da fronteira externa aos estabelecimentos em todo o Estado, já no início dos anos 80.

O aumento da área total dos estabelecimentos na Região Programa deveu-se fundamentalmente à expansão verificada nas sub-regiões Litoral, Iguaçu e Tibagi que, juntas, registraram o aumento de área de 221 mil ha (tabela 31).

TABELA 31 - VARIAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA DA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS, SEGUNDO SUB-REGIÕES DA REGIÃO PROGRAMA, NO PARANÁ - 1980-1985

SUB-REGIÃO	VARIAÇÃO	
	Abs. (ha)	%
Metropolitana	(21.088)	(4,8)
Litoral	81.243	28,3
Ribeira	20.411	9,8
Iguaçu	64.534	4,4
Tibagi	75.316	3,3

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

A sub-região Litoral apresentou o maior incremento da área dos estabelecimentos em termos absolutos e relativos. Entretanto, isto não encontra suporte ao nível do processo produtivo; como veremos a seguir, esta sub-região foi a única a apresentar redução na área trabalhada,<sup>76</sup> além de ser a que apresenta o mais baixo coeficiente de uso produtivo da terra.

<sup>75</sup>As áreas com potencial agrícola foram definidas com base nas classes de declividade, por microrregiões (ver IPARDES. Paraná: economia..., tabelas 2-17).

<sup>76</sup>Áreas em que efetivamente ocorre investimento em trabalho e capital: somatório da área de lavoura total e de pastagens e florestas plantadas.

A sub-região Metropolitana foi a única a apresentar queda na área ocupada pelos estabelecimentos rurais. Este comportamento possivelmente encontra-se associado à continuidade do processo de urbanização nessa sub-região, principalmente nos municípios situados no entorno de Curitiba. Entre os municípios que apresentaram redução de área dos estabelecimentos, encontram-se os de Araucária, São José dos Pinhais e Campo Largo, os quais, segundo projeção demográfica, tiveram sua população urbana duplicada no período 1980-90. Outro município que apresentou acentuada redução de área foi Campina Grande do Sul.

Mais significativo em nível regional foi o processo de incorporação de terras ao processo produtivo. Na primeira metade dos anos 80, a expansão da área trabalhada na Região Programa foi de 322 mil hectares, um incremento de 18,0%, enquanto para o Restante do Estado a variação no mesmo período foi de 4,9%, totalizando 762 mil hectares (tabela 32).

TABELA 32 - ÁREA TRABALHADA TOTAL, EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO SUB-REGIÃO, REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1980-1985

(Em ha)

SUB-REGIÃO	ÁREA TRABALHADA (ha)				% NA ÁREA TOTAL DOS ESTABELEC.	
	1980	1985	Variação 85-80		1980	1985
			Abs.	%		
Metropolitana	154.523	178.145	23.622	15,3	34,8	42,1
Litoral	114.842	99.732	(15.110)	(13,1)	40,0	27,0
Ribeira	78.163	111.938	33.775	43,2	37,6	49,0
Iguaçu	439.656	519.134	79.476	18,0	30,1	34,0
Tibagi	1.005.275	1.205.821	200.546	19,9	44,8	52,0
Total da Região Programa	1.792.459	2.114.770	322.311	18,0	38,6	43,5
Restante do Estado	8.904.291	9.344.065	439.774	4,9	75,9	78,9
TOTAL	10.696.750	11.458.835	762.085	7,1	65,3	68,6

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

Na realidade, essa performance da Região Programa em termos de expansão produtiva apenas aprofunda um processo que

teve início na década de 70, quando sua área trabalhada cresceu em mais de 100%. A participação da Região Programa na área trabalhada total do Estado passou de 11%, em 1970, para 17%, no final dessa década, e para 18%, em 1985.

A observação da relação entre a área trabalhada e a área total dos estabelecimentos, na tabela acima, permite qualificar melhor o desempenho diferenciado no período 1980-85, entre a Região Programa e o Restante do Estado. A situação no Restante do Estado, em 1980, era de esgotamento da fronteira interna aos estabelecimentos; daí o menor incremento relativo da área trabalhada apresentado por essa região. Por outro lado, no mesmo ano, a área trabalhada na Região Programa representava apenas 38,6% da área dos estabelecimentos rurais; em 1985, essa participação alcançou 43,5%. Embora a Região Programa, comparativamente ao Restante do Estado, pareça dispor ainda de importante área a ser incorporada internamente aos estabelecimentos, há que se considerar as fortes restrições derivadas do quadro natural dessa Região, as quais condicionam o uso mais intensivo das áreas disponíveis.

O incremento observado da área trabalhada na Região Programa se concentrou na sub-região Tibagi. Esta teve sua área trabalhada ampliada em 200 mil ha, com um acréscimo relativo de 20%, no período 1980-85 (ver tabela 32), respondendo por 62% da ampliação verificada na Região Programa.

A sub-região Litoral foi a única a apresentar redução de área trabalhada, perdendo 15 mil ha. Entre as demais, merece destaque a sub-região Ribeira, que apresentou importante expansão da área trabalhada (43%).

Considerando-se a composição da área trabalhada em

termos dos tipos de uso da terra, verifica-se que na Região Programa, no período 1980-85, ocorreram algumas mudanças. Ampliou-se a participação relativa da área com pastagens plantadas, que passou a representar, em 1985, 23% da área total trabalhada.<sup>77</sup> A área com florestas plantadas teve também sua participação ampliada, enquanto caiu a de área com lavouras (tabela 33).

TABELA 33 - PARTICIPAÇÃO DA ÁREA COM LAVOURAS, PASTAGENS E FLORESTAS PLANTADAS NA ÁREA TRABALHADA TOTAL, SEGUNDO A REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1980-1985

REGIÃO/ESTADO	LAVOURAS TEMPORÁRIAS		LAVOURAS PERMANENTES		PASTAGENS PLANTADAS		FLORESTAS PLANTADAS		ÁREA TRABALHADA	
	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985	1980	1985
Região Programa	49,1	44,2	6,3	4,9	19,2	22,9	25,4	28,0	100,0	100,0
Restante do Estado	47,8	48,2	9,4	5,6	40,9	43,8	1,9	2,4	100,0	100,0
TOTAL	48,0	47,4	8,9	5,5	37,3	39,9	5,8	7,2	100,0	100,0

PONTE: Censo Agropecuário - IBGE

Entretanto, é preciso observar que o aumento da participação relativa da área com pastagens e florestas plantadas não se deu em detrimento da área com lavouras, pois esta se manteve em torno de 1 milhão de ha. Na realidade, com exceção de pequena redução da área com lavouras permanentes na Região Programa, todas as demais evoluíram positivamente no período 1980-85 (tabela 34). Registre-se, ainda, que no mesmo período não houve alteração da área com pastagens naturais, que permaneceu em torno de 770 mil ha.

<sup>77</sup> A participação da área com pastagens, na Região Programa, é maior do que sugerem os dados sobre área trabalhada. Essa região dispõe de importantes áreas com campos naturais, que permitem o desenvolvimento da pecuária bovina. Assim, se se incorpora à área trabalhada aquela ocupada com pastagens naturais, verifica-se que a participação das pastagens, em 1980 e 1985, ficou em torno de 40%. A participação da área com florestas plantadas permaneceu em torno de 20%, e a área com lavouras cai para aproximadamente 30%. Para o Restante do Estado não se coloca este problema, pois a quase totalidade da área com pastagens é plantada, e portanto está incluída na área trabalhada total.

TABELA 34 - ÁREA TRABALHADA POR TIPO DE USO DA TERRA E PARTICIPAÇÃO DAS SUB-REGIÕES, REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO, NO TOTAL DO PARANÁ - 1980-1985

(Em mil ha)

SUB-REGIÃO	LAVOURAS TEMPORÁRIAS				LAVOURAS PERMANENTES				PASTAGENS PLANTADAS				FLORESTAS PLANTADAS			
	1980		1985		1980		1985		1980		1985		1980		1985	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Metropolitana	83	1,6	89	1,6	5	0,5	7	1,1	16	0,4	21	0,4	51	8,1	62	7,6
Litoral	8	0,1	8	0,1	93	9,9	77	12,3	4	0,1	6	0,1	10	1,6	8	1,0
Ribeira	19	0,4	18	0,3	2	0,2	4	0,6	19	0,5	29	0,6	37	5,9	60	7,3
Iguaçu	283	5,5	333	6,2	6	0,6	7	1,1	56	1,4	74	1,7	94	15,0	105	12,8
Tibagi	486	9,5	485	9,0	7	0,7	8	1,3	249	6,2	354	7,8	263	42,1	359	43,8
Total da Região Programa	879	17,1	933	17,2	113	11,9	103	16,4	344	8,6	484	10,6	455	72,7	594	72,5
Restante do Estado	4.254	82,9	4.501	82,8	839	88,1	525	83,6	3.642	91,4	4.093	89,4	171	27,3	225	27,5
TOTAL	5.133	100,0	5.434	100,0	952	100,0	628	100,0	3.986	100,0	4.577	100,0	626	100,0	819	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

A área ocupada com lavouras permanentes concentra-se quase que totalmente na sub-região Litoral. Foi nesta também que se deu a redução da área com este tipo de lavoura.

Apesar de a sub-região Tibagi concentrar ainda metade da área com lavouras temporárias, a sub-região Iguaçu foi a única a apresentar, no período 1980-85, incremento dessa área; nesta sub-região, a área com lavouras temporárias aumentou em 18%, com a incorporação de mais 50 mil ha.

Na Região Programa, foi a área com pastagens plantadas a que apresentou maior incremento absoluto e relativo, com expansão de 40%, passando de 344 mil ha para 484 mil ha. A sub-região Tibagi concentra, em todo o período, quase três quartos da área com pastagens plantadas; do incremento observado no período, cerca de 75% se deu nesta sub-região. Entre as demais sub-regiões, a Ribeira e a Iguaçu apresentaram, relativamente, importante aumento de pastagens plantadas.

Quanto à área com florestas plantadas, que representa mais de 1/4 da área trabalhada total da Região Programa, essa

está concentrada nas sub-regiões Tibagi e Iguaçu. No período 1980-85, apresentou crescimento de 30%, com a incorporação de 139 mil ha, sendo que a sub-região Tibagi respondeu por mais de dois terços desse resultado. Importante, também, foi a evolução relativa verificada na sub-região Ribeira, cuja área com florestas plantadas aumentou em 62%.

Apesar de não se dispor de informações sobre a incorporação de terras desagregadas por estrato de área para os municípios e microrregiões, pode-se afirmar, dadas as características das atividades com maior expansão no período, que a ampliação de áreas em produção ocorreu predominantemente em estratos médios e grandes. Mesmo no caso das áreas com lavouras temporárias, se se considerar o movimento em termos de Estado,<sup>78</sup> tem-se que a incorporação de novas áreas de lavoura ocorreu de modo mais intenso entre os estratos com mais de 50 ha.

A observação da evolução da área total dos estabelecimentos e da área trabalhada, enquanto indicadores de disponibilidade e de incorporação de terras ao processo produtivo, permitiu verificar que, embora sem repetir as altas taxas de crescimento que caracterizou os anos 70, manteve-se a mesma tendência daquele período. Praticamente se concluiu, nesse período, o fechamento da fronteira externa aos estabelecimentos. Novas áreas foram incorporadas ao processo produtivo, com a expansão em 18% da área trabalhada no período 1980-85.

Porém, a expansão ocorreu basicamente com atividades que não são características da produção do público-alvo. O aumento da área com florestas plantadas concentrou-se nas sub-regiões

---

<sup>78</sup>No Paraná, no período 1980-85, o aumento da área com lavouras temporárias foi de 5,9%. Entretanto, nos estratos menores (até 50 ha) o crescimento médio foi de apenas 3,7%.

Tibagi e Ribeira, e esteve associado à expansão do distrito florestal ligado ao parque papaleiro aí localizado. A outra atividade responsável pela expansão verificada é a pecuária bovina, sendo que as pastagens plantadas aumentaram em todas as sub-regiões, embora permaneçam concentradas na sub-região Tibagi.

A área com lavouras não sofreu variação no período, mantendo-se em torno de 1 milhão de ha. Entretanto, como se verá a seguir, a esta relativa estabilidade da área ocupada com lavouras, na Região Programa, não correspondeu semelhante comportamento quanto à pauta agrícola. Houve importantes alterações na participação dos vários produtos e alguma especialização em nível de sub-regiões.

Outro fato que merece destaque é o de que, mesmo com a continuidade da expansão produtiva no período em foco, não se reproduz nessa Região o mesmo uso intensivo das terras, como se verifica no Restante do Estado. Na Região Programa, apenas a metade da área total dos estabelecimentos é ocupada produtivamente.

## 5.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Entre os setores da economia paranaense, foi o agropecuário que apresentou a maior taxa média de crescimento durante os anos 80. A ampliação da produção agropecuária ocorreu menos em função da incorporação de novas áreas ao processo produtivo e mais devido a alterações no uso do solo e à continuidade do processo de modernização tecnológica do setor.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup>A análise do desempenho do setor agropecuário paranaense, nos anos 80, encontra-se em IPARDES. Diagnóstico da base...



Verificou-se, por um lado, alterações na pauta de produção, que tornou-se menos concentrada, com vários produtos ampliando sua participação no valor da produção agropecuária do Estado: trigo, cana, algodão, aves e madeira de silvicultura.

Por outro lado, acentuou-se a concentração espacial dessa produção, com mais de dois terços do valor da produção agropecuária paranaense sendo gerados nas porções norte e oeste do Estado. Mesmo com a continuidade, durante os anos 80, do processo de incorporação de terras ao processo produtivo e de modernização tecnológica no Paraná Antigo (que inclui a Região Programa e microrregiões limítrofes a esta), o fato é que nestas áreas as condições do meio físico se constituem em barreiras efetivas à maior difusão tecnológica e ao melhor aproveitamento da tecnologia disponível.

A evolução do setor agropecuário se deu, também, no sentido de aprofundar a especialização regional da produção, tendência manifesta desde o *boom* da modernização agropecuária no Estado. No Norte e Oeste do Paraná encontram-se as principais áreas de lavoura do Estado, principalmente as culturas de soja, trigo, café, algodão e cana.

No caso da produção animal, há que se distinguir a situação da bovinocultura daquela apresentada pela suinocultura e avicultura. A primeira encontra-se concentrada nas regiões Norte/Noroeste do Estado, onde estão localizadas as maiores áreas de pastagens plantadas. A avicultura e a suinocultura, entre todas as atividades do setor agropecuário, são as que apresentam distribuição espacial menos concentrada.

A produção de madeiras extrativa e de silvicultura está concentrada exatamente na área de abrangência do PRO-RURAL.

Na Região Programa, a evolução do setor agropecuário acompanhou os principais movimentos observados no Estado. Como se analisou no item anterior, a incorporação de novas áreas ao processo produtivo se deu através da expansão das pastagens e florestas. As áreas com lavouras não foram ampliadas. Ocorreram, porém, mudanças na pauta de produtos agrícolas.

A Região Programa respondia, em 1980, por 15,3% do valor total da produção agropecuária estadual. Sua participação é mais acentuada na produção de madeira, atividades extrativas, silvicultura e horticultura. Estas, porém, são atividades com menor peso na produção agropecuária estadual (tabela 35).

TABELA 35 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA REGIÃO PROGRAMA E DO RESTANTE DO ESTADO NO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, POR CLASSES DE ATIVIDADES - 1980

REGIÃO/ESTADO	TOTAL DO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	VALOR DA PRODUÇÃO ANIMAL	VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	VALOR DA HORTICULTURA/FLORICULTURA	VALOR DA SILVICULTURA	VALOR DA PRODUÇÃO EXTRATIVA
Região Programa	15,3	15,1	12,2	64,9	77,4	56,9
Restante do Estado	84,7	84,9	87,8	35,1	22,6	43,1
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE

Os dados do Censo de 1985 indicam que a participação da Região Programa foi reduzida para 13,9% do valor da produção agropecuária estadual.

Embora a produção de lavoura constitua a principal atividade agropecuária desenvolvida na Região Programa, deve-se observar que sua participação no total da Região é bem menor do que a verificada no Restante do Estado. Na região do PRO-RURAL, a produção animal e de madeira representavam, em 1980, aproximadamente 43% do valor total da produção (tabela 36).

TABELA 36 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS CLASSES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ, RESTANTE DO ESTADO  
REGIÃO PROGRAMA - 1980

PRODUÇÃO	PARANÁ	RESTANTE DO ESTADO	REGIÃO PROGRAMA
Animal	26,9	27,0	26,5
Lavouras	68,4	70,9	54,6
Hortic./Floríc.	0,5	0,2	2,2
Silvicultura	0,8	0,2	4,1
Extrativismo	3,4	1,7	12,5
TOTAL	100,0	100,0	100,0

PONTE: Censo Agropecuário - IBGE

Para o ano de 1985, não se dispõe de informações sobre o valor da produção segundo classes de atividades, para os municípios e microrregiões. Entretanto, assumindo-se que a participação da Região Programa na produção estadual se manteve nos mesmos níveis de 1980,<sup>80</sup> nas várias classes de atividade, conclui-se que, no período recente, a produção agrícola e de madeira extrativa teve sua participação reduzida. A única atividade a apresentar crescimento importante foi a silvicultura, que triplica sua participação no valor da produção agropecuária da Região Programa. Dados referentes à evolução da produção estadual no período 1980-89 confirmam esta performance da silvicultura, que cresceu 189% no período.<sup>81</sup>

Esses mesmos dados indicam também que, na realidade, a produção extrativa de madeira, embora perdendo participação relativa no valor da produção, não sofreu redução absoluta no período. Assim, a produção de madeiras extrativa e de silvicu-

<sup>80</sup> Na realidade, a evolução do setor agropecuário se deu no sentido da especialização regional da produção; por este processo, em algumas atividades a Região Programa perdeu participação na produção estadual, o que parece ser o caso da produção agrícola, e em outras ela amplia seu peso, como é o caso da silvicultura. Isto, porém, não altera as conclusões derivadas da hipótese exposta acima.

<sup>81</sup> IPARDES. Diagnóstico da base..., subitem Setor Agropecuário, tabela 3.

tura acabou por adquirir, nos anos 80, maior peso na produção do setor agropecuário da Região Programa.

Estas atividades estão concentradas em duas sub-regiões: a silvicultura está localizada predominantemente na sub-região Tibagi, enquanto a produção extrativa se concentra na sub-região Iguaçu.

A produção agrícola, como já se mencionou, teve sua evolução caracterizada pelas alterações na pauta de produtos. Praticamente não houve acréscimo da área ocupada com lavouras, no Estado, em relação a 1980. A área com lavouras permanentes sofreu importante redução, compensada, porém, pelo aumento ocorrido com a área de lavouras temporárias.

Na Região Programa também não houve incremento importante na área de lavouras. Apenas a sub-região Iguaçu apresentou incremento na área com lavouras temporárias.

Assim, o desempenho da produção ficou associado às mudanças ocorridas na pauta de produtos e à continuidade do processo de incorporação tecnológica em termos de produtos.

Considerando-se a evolução da produção agrícola no Estado, pode-se distinguir três grupos de produtos com performance diferenciada.<sup>82</sup> Há aqueles produtos cujo desempenho esteve associado, no período recente, ao desenvolvimento de um parque processador de matéria-prima agrícola no Estado, como é o caso do algodão e da cana, e/ou que contaram com fortes estímulos para a ampliação e melhoria da produção, como se deu com o trigo. Estes produtos apresentaram importante incremento de área, no período 1980-89, e o trigo, em especial, foi o produto

---

<sup>82</sup>As considerações sobre o desempenho da produção agrícola têm por base o estudo IPARDES. Diagnóstico da base...

que apresentou o maior incremento de produtividade registrado no período.

O segundo grupo é constituído por aqueles produtos que, embora com um desempenho apenas razoável, conseguiram manter sua participação na produção estadual: milho, soja e café. Os dois primeiros devem ser considerados conjuntamente, pois, conforme as condições de mercado, tendem a competir entre si. O milho, principalmente na segunda metade dos anos 80, tornou-se alternativa à produção tecnificada da soja, registrando incremento de área neste período. Entretanto, quando se considera a área de ambas as culturas, verifica-se que esta se manteve, em todo o período, em torno de 4,3 milhões de ha, ocupando, assim, a metade de toda a área colhida no Estado com lavouras temporárias e permanentes.

O café vem sofrendo reduções de área desde meados dos anos 70. O que se destaca em sua performance, no período recente, é o incremento de produtividade apresentado pela cultura. Este fato tem permitido que o café mantenha uma posição de destaque na produção agrícola estadual.

Por fim, há os produtos, tais como o feijão e arroz, que, desde os anos 70, vinham perdendo peso na produção estadual, ao mesmo tempo em que eram deslocados para as piores terras. As duas culturas apresentavam redução de área, e sua participação no valor da produção tornou-se ínfima. Importa destacar, porém, a evolução da produtividade destas culturas. No caso do feijão, a tendência tem sido de rendimento decrescente em todo o período, o que não pode ser atribuído apenas a conjunturas de mercado e recessão econômica, mesmo porque, na segunda metade dos anos oitenta, uma série de mecanismos de política agrícola foi acionada para o incentivo de produtos alimentares.<sup>83</sup> A

---

<sup>83</sup> IPARDES. Diagnóstico da base..., subitem Setor Agropecuário, p.37.

produção de arroz, por sua vez, registrou importante crescimento de produtividade em algumas áreas do Restante do Estado, o que permitiu que a produtividade média desta cultura, no Estado, se mantivesse nos níveis de 1980.

Considerando-se a participação dos produtos no valor total da produção agrícola,<sup>84</sup> é possível verificar as mudanças na pauta agrícola da Região Programa.

Assim, o trigo passou a ser um dos principais produtos na geração de valor da Região Programa; em 1980, sua participação foi de 5% e, em 1988, passou a ser de 18% (tabela 37). Este desempenho esteve relacionado ao importante acréscimo de área ocupada com esta cultura, bem como à expressiva elevação na sua produtividade (gráfico 1).

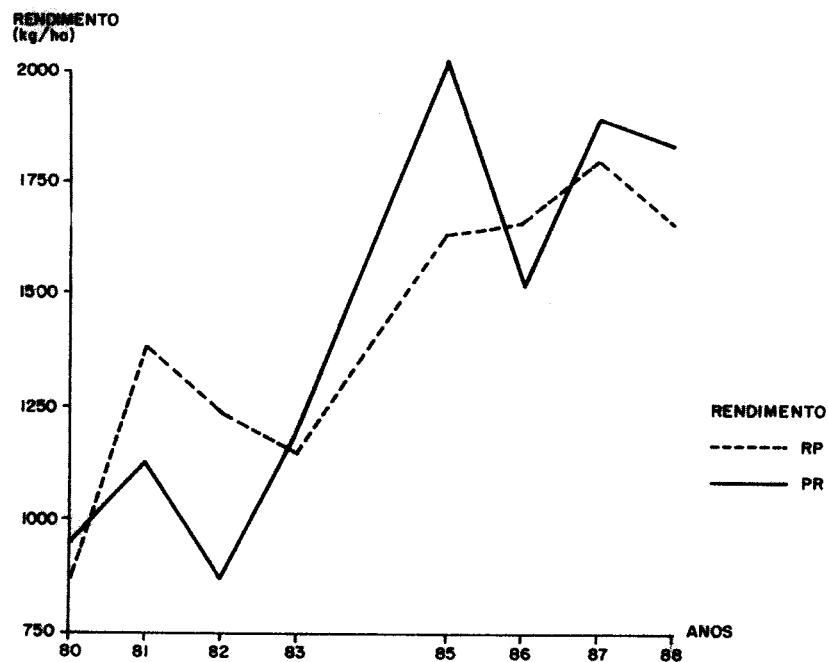
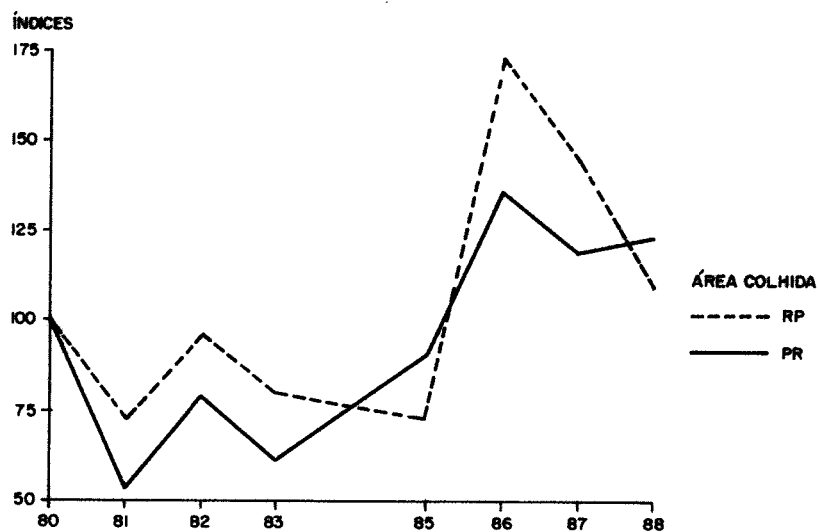
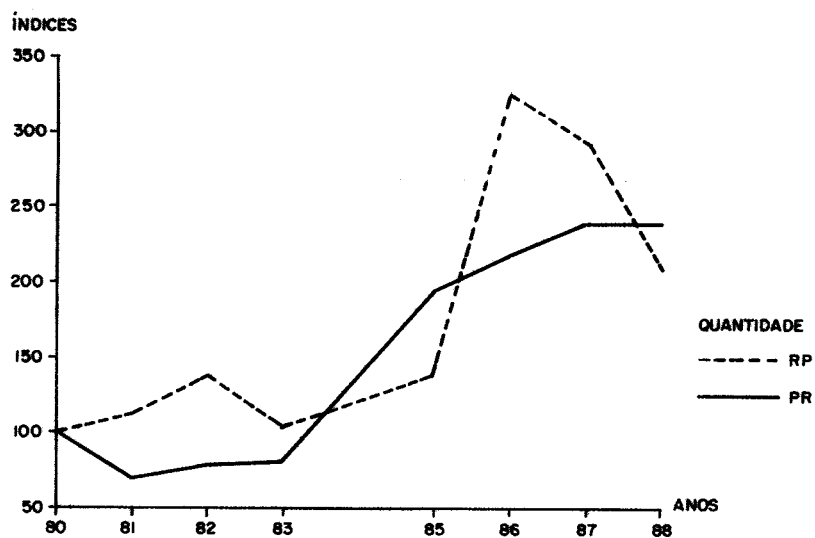
TABELA 37 - ÁREA MÉDIA COLHIDA, RENDIMENTO MÉDIO E PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO PROGRAMA E PARANÁ 1980-82 - 1986-88

PRINCIPAIS PRODUTOS	REGIÃO PROGRAMA						PARANÁ					
	Área Colhida e Rendimento				% no Valor da Produção		Área Colhida e Rendimento				% no Valor da Produção	
	1980-82		1986-88				1980-82		1986-88			
	ha	kg/ha	ha	kg/ha	1980	1988	ha	kg/ha	ha	kg/ha	1980	1988
Trigo	78.054	1.139	124.005	1.705	5,0	18,1	1.133.334	968	1.813.167	1.736	10,8	33,6
Soja	240.903	1.910	187.035	1.980	25,1	18,3	2.258.997	2.152	1.862.126	2.001	32,1	21,8
Milho	428.353	1.899	500.772	2.063	21,7	25,2	2.198.426	2.465	2.470.628	2.365	17,8	13,9
Algodão	672	1.729	4.101	1.911	-	-	337.097	1.860	423.667	1.875	7,0	7,2
Café	446	545	856	838	-	-	542.049	864	487.195	1.056	10,7	6,4
Cana	905	50.188	590	39.549	-	-	72.329	74.520	152.563	74.902	-	5,3
Mandioca	5.091	17.069	5.347	15.784	-	-	55.724	19.300	85.496	21.090	-	3,2
Feijão	224.362	754	218.794	555	14,0	7,9	849.304	667	708.061	500	6,1	2,6
Arroz	53.541	1564	40.798	1263	5,3	-	289.896	1.597	177.183	1.628	4,8	-
Batata Inglesa	39.018	10.882	42.438	11.814	20,1	11,3	44.079	11.946	46.709	12.367	3,0	-
Fumo	9.646	1.729	12.425	1.919	-	4,7	-	-	-	-	-	-
TOTAL												

FONTE: Produção Agrícola Municipal - IBGE

<sup>84</sup> As informações seguintes sobre a produção agrícola da Região Programa têm por fonte a Produção Agrícola Municipal, publicada pelo IBGE. Para se verificar a evolução da área colhida, produção e rendimento, optou-se por trabalhar com médias trienais, de modo a minimizar resultados de quebras de safra. Em relação ao uso dos dados sobre valor da produção, não se pretende aqui verificar sua evolução real, e sim a participação dos produtos no valor total da produção, nos anos imediatamente anterior e posterior ao período de implementação do PRO-RURAL - 1980 e 1988. Sempre que necessário, porém, se considerará aquela evolução, tomando-se por base as variações no valor da produção agropecuária do Paraná, no período 1980-89, conforme IPARDES. Diagnóstico da base..., subitem Setor Agropecuário.

GRÁFICO 1 - ÍNDICE SIMPLES DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE TRIGO\*, NA REGIÃO PROGRAMA (RP) E PARANÁ (PR) - 1980-88



FONTE: IBGE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

\* Os dados para 1984 apresentavam problemas de consistência.

Outro produto que adquiriu expressão no período recente foi o fumo, que em 1988 respondeu por cerca de 5% do valor da produção agrícola da Região Programa. A produção média desta região, no período 1980-82/1986-88, cresceu em 43%, contribuindo para que a participação desta região na produção estadual passasse de 49% para 62%, respectivamente (gráfico 2).

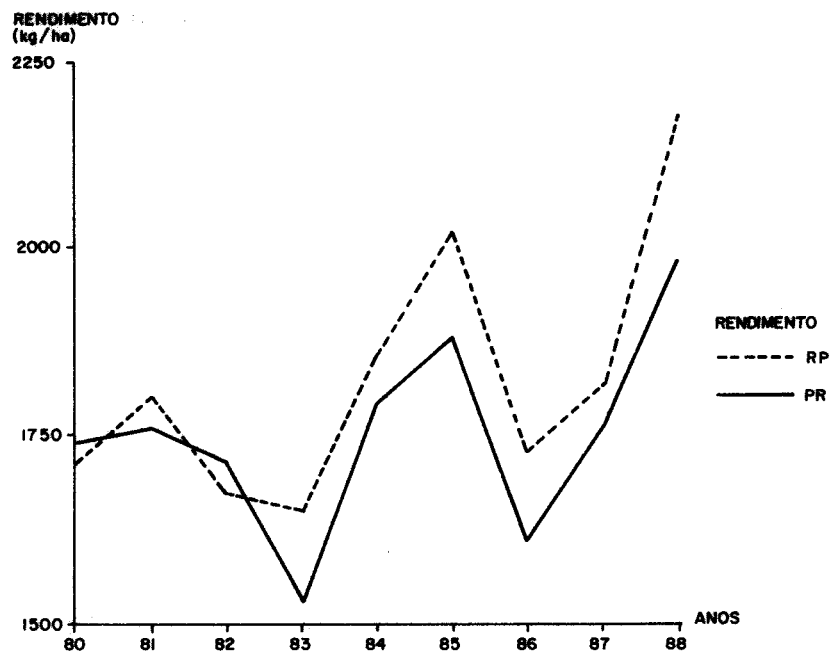
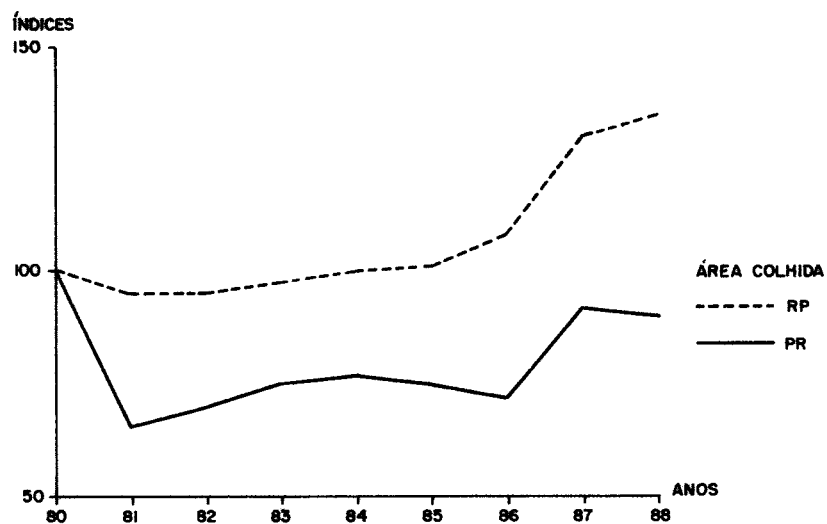
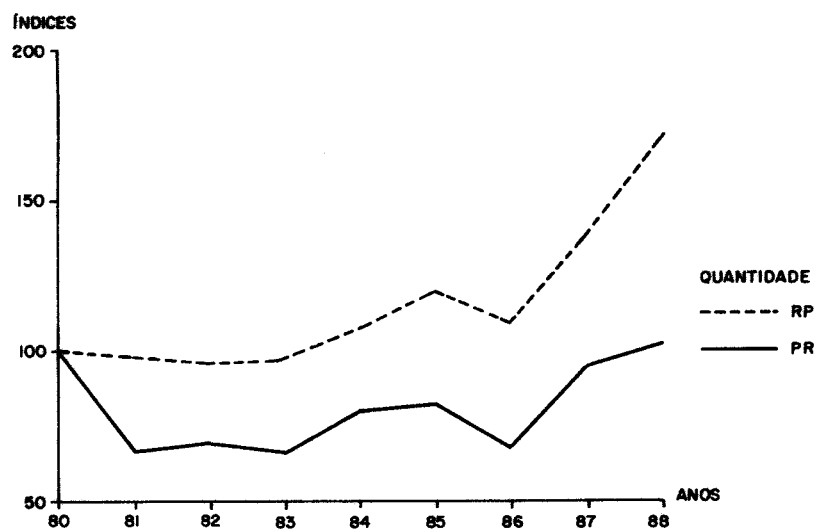
Por outro lado, o feijão e o arroz foram os produtos com pior desempenho. O feijão, mesmo ocupando uma área expressiva, teve sua participação na geração de valor bastante reduzida: de 14,0%, no início do período, caiu para 7.9%, ao final deste (ver tabela 37). É importante destacar, porém, que mesmo com a produção média sofrendo uma redução de quase 1/3, no período 1980-82/1986-88, a Região Programa ampliou sua participação na produção estadual, pois a queda da produção no Restante do Estado foi mais acentuada. A diferença de desempenho entre as duas regiões deve-se ao fato de, no Restante do Estado, a queda da produção estar associada à redução de área e diminuição de produtividade, enquanto na Região Programa o desempenho negativo esteve relacionado basicamente ao último fator (gráfico 3).

O arroz, que em 1980 respondia por 5% do valor da produção agrícola da Região Programa, teve sua participação bastante reduzida. Enquanto a área média colhida sofreu, no período 1980-82/1986-88, redução de quase 25%, a queda na produção foi mais acentuada, em torno de 39% (gráfico 4).

As culturas de soja e milho constituem, junto com o trigo, as principais geradoras de valor na agricultura da Região Programa. A área média colhida de soja, no período 1980-82/1986-88, foi reduzida em quase 1/4, acompanhando a tendência observada no Estado (gráfico 5). A participação da Região Programa na produção estadual manteve-se, durante o período, em torno de 10%.

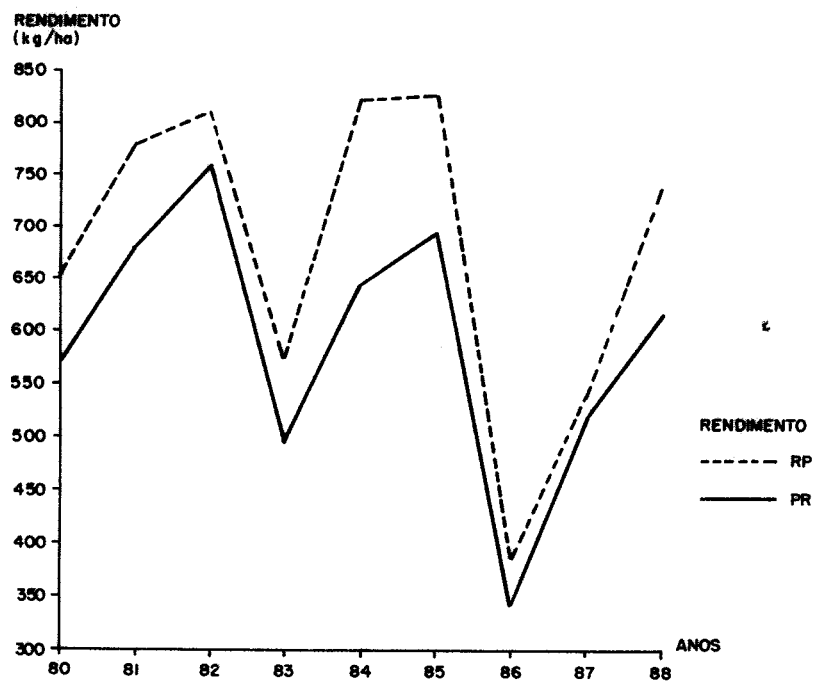
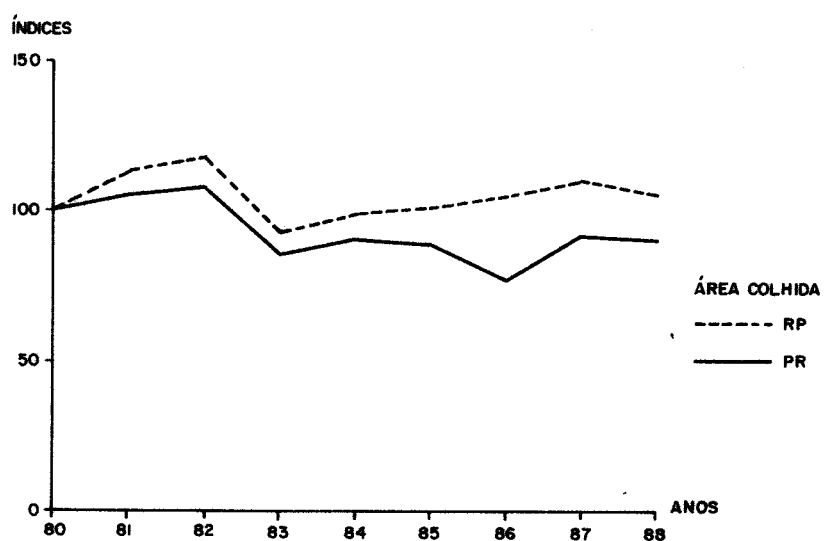
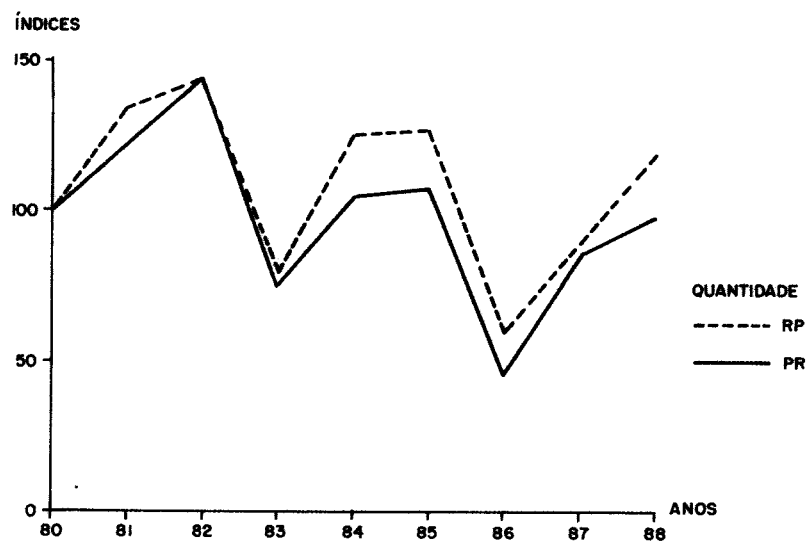


**GRÁFICO 2 - ÍNDICE SIMPLES DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE FUMO, NA REGIÃO PROGRAMA (RP) E PARANÁ (PR) - 1980-88**



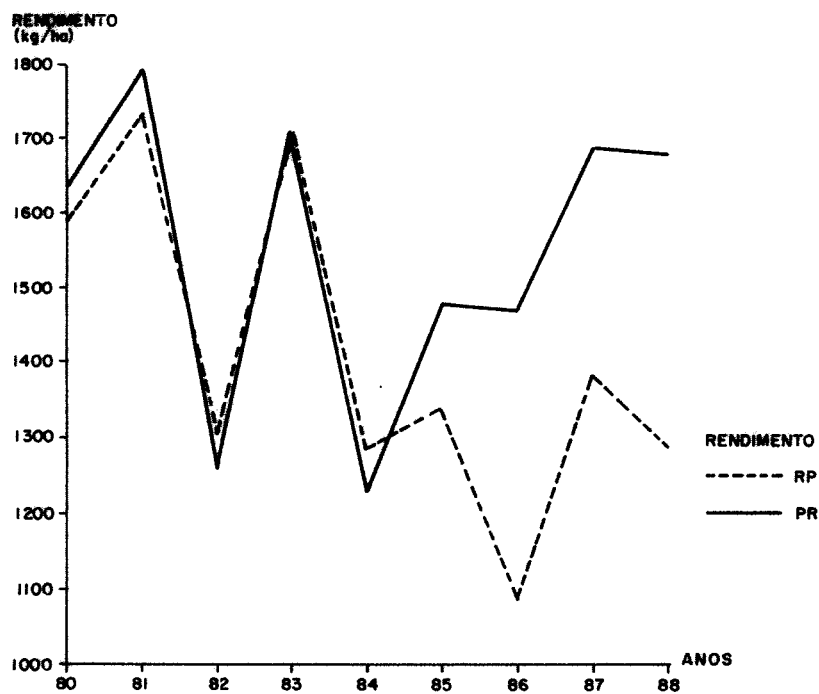
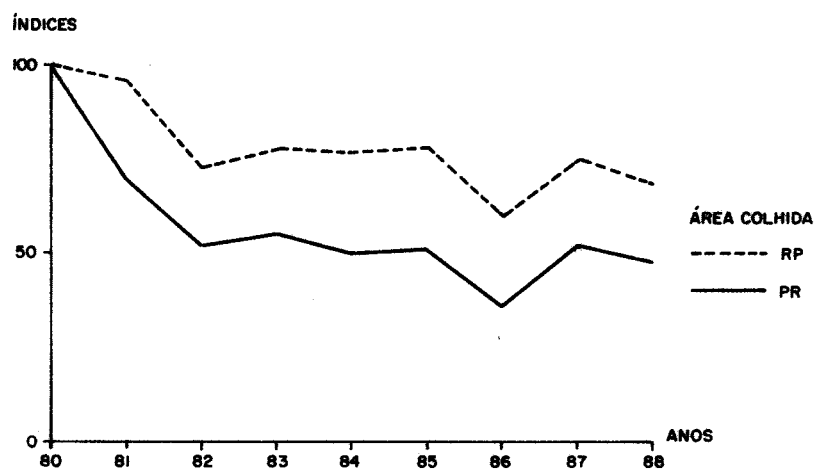
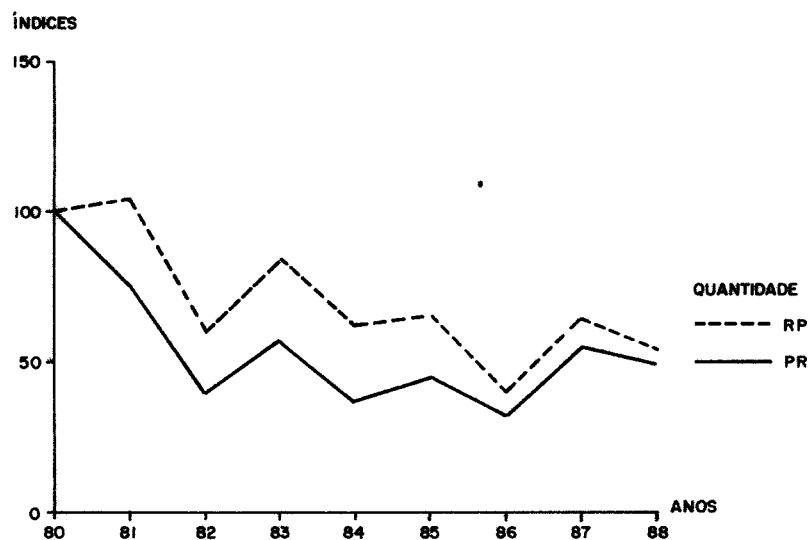
FONTE: IBGE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

GRÁFICO 3 - ÍNDICE SIMPLES DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE FEIJÃO, NA REGIÃO PROGRAMA (RP) E PARANÁ (PR) - 1980-88



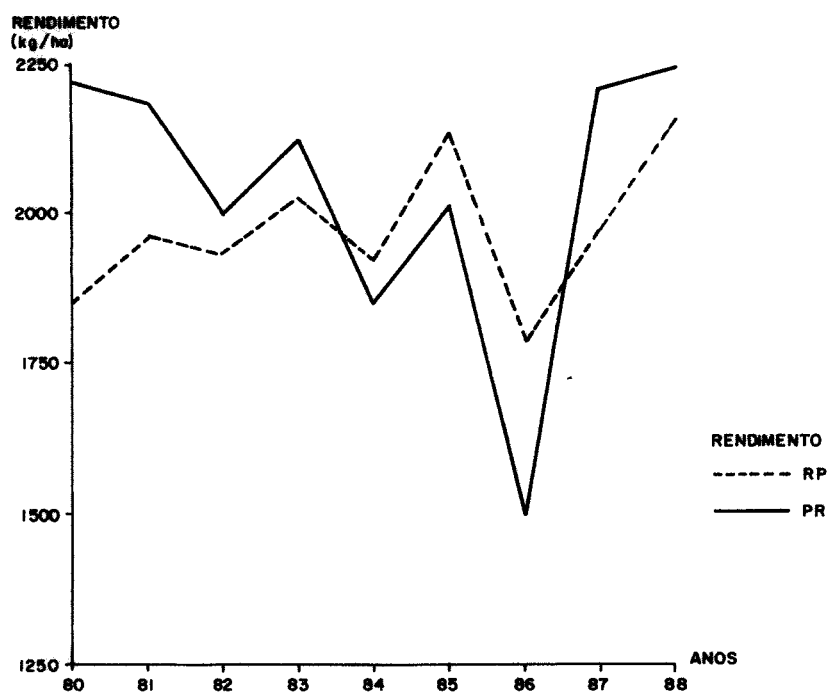
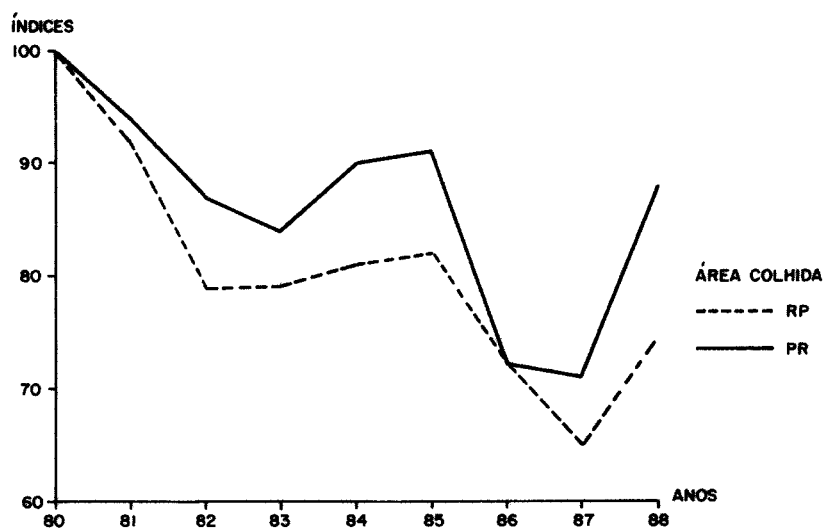
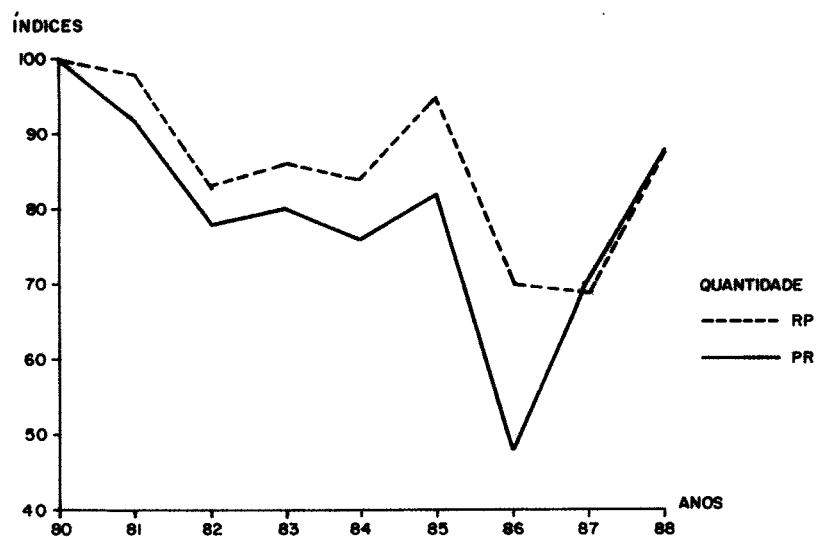
FONTE: IBGE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

**GRÁFICO 4 - ÍNDICE SIMPLES DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE ARROZ, NA REGIÃO PROGRAMA (RP) E PARANÁ (PR) - 1980-88**



FONTE: IBGE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

**GRÁFICO 5 - ÍNDICE SIMPLES DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE SOJA, NA REGIÃO PROGRAMA (RP) E PARANÁ (PR) - 1980-88**



FORNE: IBGE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

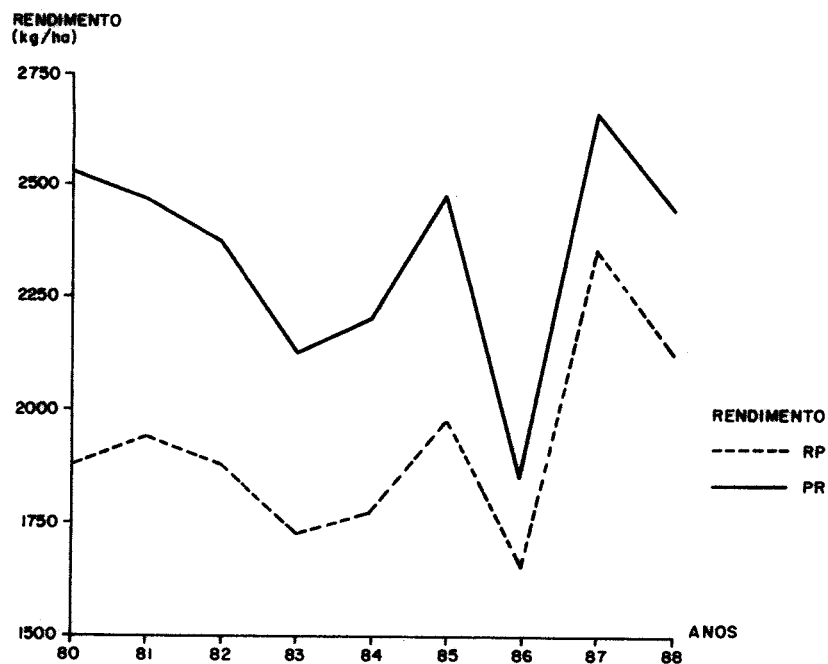
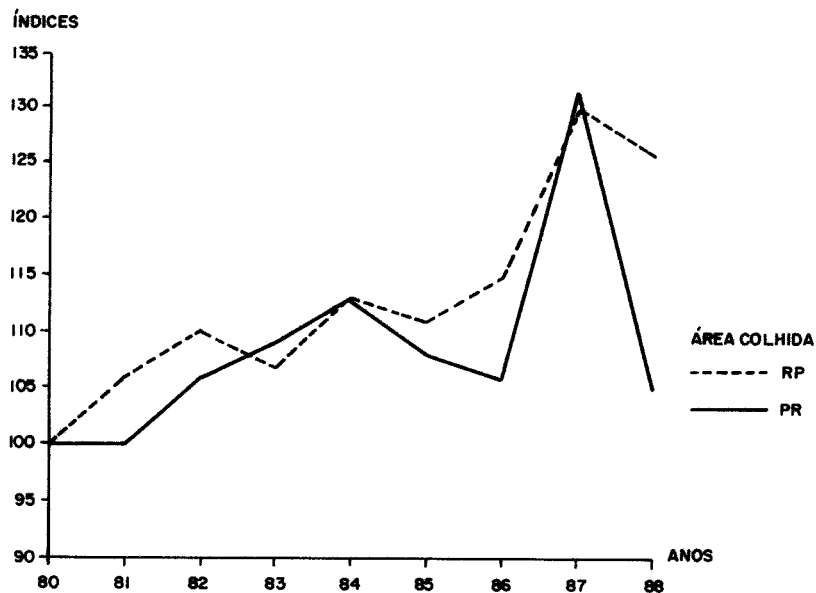
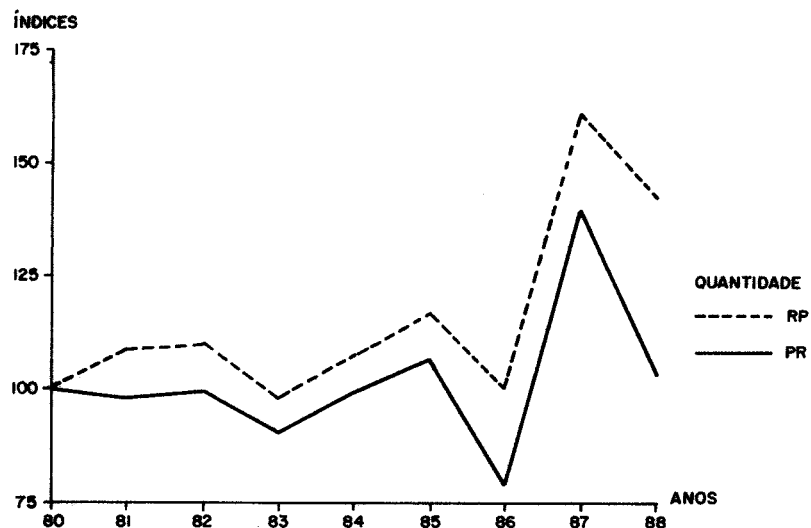
O milho ocupa, na Região Programa, a maior parte da área colhida total, e, juntamente com o feijão, é o produto com maior difusão nas diversas sub-regiões. Enquanto a área média colhida cresceu em 17%, no período 1980-82/1986-88, a produção cresceu 27% (ver tabela 37). Este desempenho favorável deve-se, em boa medida, a expansão do milho na sub-região Tibagi, enquanto opção à soja na produção tecnificada (gráfico 6).

Por fim, há que se destacar a importância da batata-inglesa na pauta agrícola da Região Programa. A participação deste produto no valor da produção agrícola da Região, no período 1980-88, sofreu importante redução. Essa participação, porém, permaneceu expressiva, representando 11% daquele valor (ver tabela 37). Note-se que, ao contrário do desempenho das produções de arroz e feijão, esta queda da participação relativa no valor da produção agrícola não esteve associada a um desempenho negativo da produção de batata.<sup>85</sup> Pelo contrário, mesmo sem registrar significativo incremento no período, essa produção manteve-se expressiva, quer a nível estadual, quer a nível nacional. A Região Programa responde por mais de 4/5 da produção estadual de batata, que representa 25% da produção nacional (gráfico 7).

---

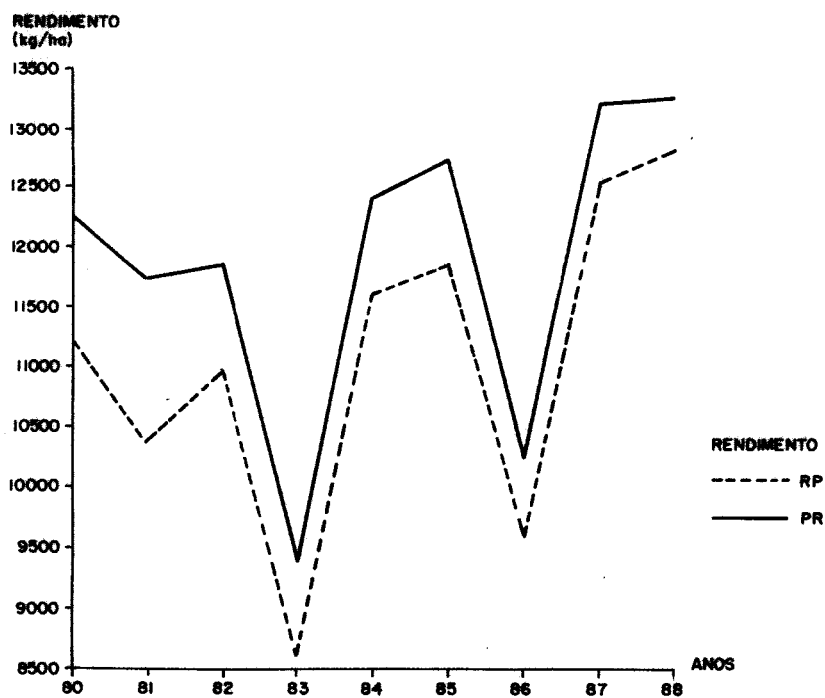
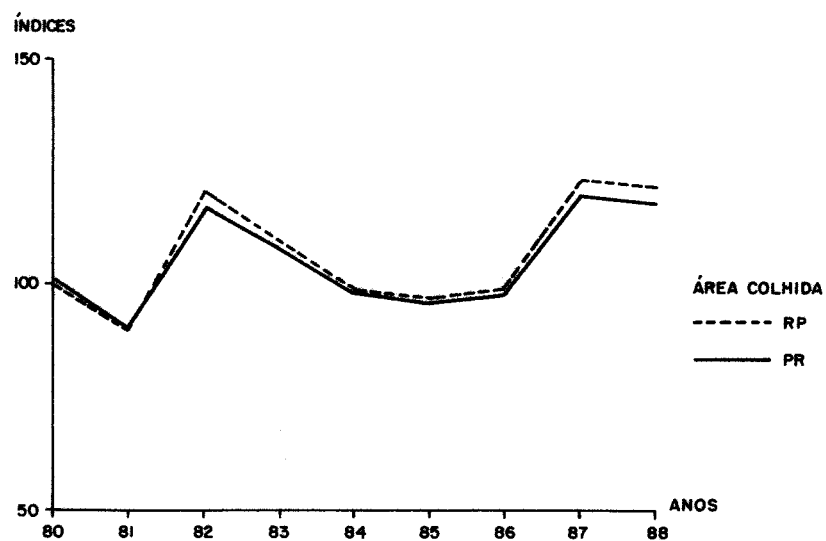
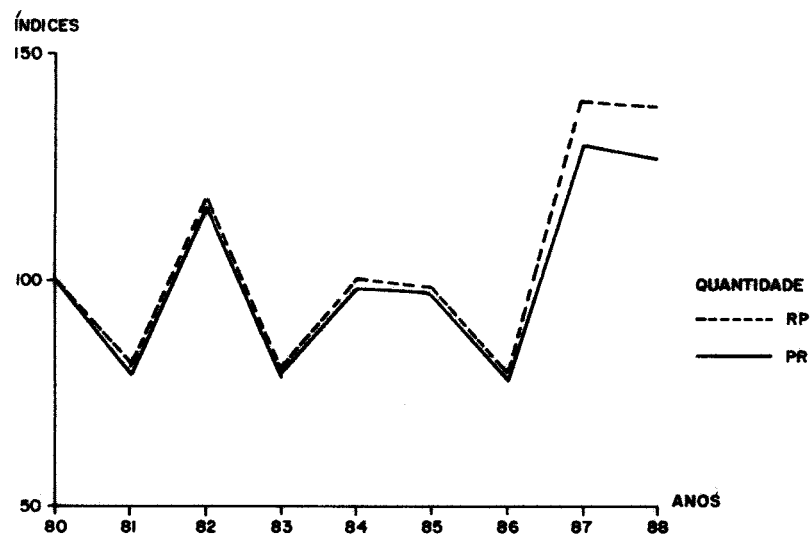
<sup>85</sup>Segundo IPARDES. Diagnóstico da base..., a nível estadual o valor da produção da batata-inglesa cresceu em quase 25%, enquanto o valor das produções de feijão e arroz foi reduzido em mais de 50%.

GRÁFICO 6 - ÍNDICE SIMPLES DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE MILHO, NA REGIÃO PROGRAMA (RP) E PARANÁ (PR) - 1980-88



FONTE: IBGE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

**GRÁFICO 7 - ÍNDICE SIMPLES DE EVOLUÇÃO DA ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE BATATA, NA REGIÃO PROGRAMA (RP) E PARANÁ (PR) - 1980-88**



FONTE: IBGE - PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL

A tabela seguinte mostra a distribuição da produção agrícola segundo as sub-regiões.<sup>86</sup> Com exceção da produção de batata-inglesa, que se concentra na sub-região Metropolitana, as demais estão concentradas nas sub-regiões Tibagi e Iguaçu.

Considerando-se os dois momentos focalizados, o período de 1980-82 e o de 1986-88, observam-se algumas variações na participação das sub-regiões em termos de produtos. No caso do milho, já se mencionou a expansão desta cultura no segmento tecnificado da sub-região Tibagi. Esta sub-região ampliou, também, sua participação nas produções de fumo e feijão. A área média colhida de fumo, nesta sub-região, aumentou em mais de 60% no período. No caso do feijão, porém, a maior participação desta sub-região se deve ao desempenho negativo observado na sub-região Iguaçu, onde o rendimento médio desta cultura foi reduzido de 862 para 564 kg/ha (tabela 38).

TABELA 38 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PRODUÇÃO MÉDIA DAS SUB-REGIÕES NO TOTAL DA REGIÃO PROGRAMADA, POR PRINCIPAIS PRODUTOS - 1980-82 - 1986-88

SUB-REGIÃO	MILHO		SOJA		TRIGO		BATATA-INGL.		FEIJÃO		FUMO	
	80-82	86-88	80-82	86-88	80-82	86-88	80-82	86-88	80-82	86-88	80-82	86-88
Metropolitana	12,0	8,9	0,4	0,4	0,5	0,8	49,7	58,5	9,7	10,8	1,2	1,3
Litoral	0,2	0,1	-	-	-	-	-	-	0,2	0,1	-	-
Ribeira	3,0	1,7	-	-	-	-	-	-	3,4	3,2	0,1	-
Iguaçu	34,2	28,8	21,5	22,3	3,6	18,1	28,8	33,4	55,5	49,6	75,0	68,4
Tibagi	50,6	60,5	78,1	77,3	95,9	81,1	21,5	8,1	31,2	36,3	23,7	30,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Produção Agrícola Municipal - IBGE

<sup>86</sup>Cabe registrar que a concentração da produção que, na tabela 10, aparece a nível de sub-regiões, para alguns produtos se dá em alguns poucos municípios. No caso da soja, 3/4 da produção são oriundos de 4 municípios da sub-região Tibagi (Castro, Palmeira, Ponta Grossa e Tibagi) e de 1 da sub-região Iguaçu (Mangueirinha). A mesma proporção da produção de trigo concentra-se em 6 municípios da sub-região Tibagi (os já citados, mais os de Arapoti e Palmeira). Quanto à produção de batata-inglesa, aproximadamente 2/3 provêm de 3 municípios da sub-região Metropolitana (Araucária, Campo Largo e Contenda) e de 1 da sub-região Iguaçu (Lapa).



No caso do trigo, registrou-se sua expansão para a sub-região Iguaçu, onde a área média cresceu em quase 500% no período.

Por fim, há que se registrar a importante queda da produção de batata na sub-região Tibagi. Esta sub-região respondia, no período 1980-82, por cerca de 20% da produção regional de batata, participação que foi reduzida para menos de 10%, no período de 1986-88. Neste período, a área média colhida foi reduzida pela metade. Ressalte-se que é nesta sub-região que a produção de batata-inglesa apresenta o maior rendimento por área, bem superior à média das demais sub-regiões.

Ocorreram importantes alterações na pauta agrícola das sub-regiões. Destaca-se inicialmente o caso das sub-regiões Litoral e Ribeira, onde se verificou certa especialização na produção de banana e cítricos; estas culturas passaram a representar, nas duas sub-regiões, mais de 2/3 do valor da produção agrícola (tabela 39). No ano de 1988, em área colhida, os principais produtos eram: no Litoral, a banana (54,4%) e o arroz (12,7%); e na Ribeira, o milho (55,3%), o feijão (28,2%) e a tangerina (10,1%).

TABELA 39 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRODUTOS QUE REPRESENTAM MAIS DE 80% DO VALOR DA PRODUÇÃO DAS SUB-REGIÕES DA REGIÃO PROGRAMA - 1980- 1988

PRODUTO	METROPOLITANA		LITORAL		RIBEIRA		IGUAÇU		TIBAGI	
	1980	1988	1980	1988	1980	1988	1980	1988	1980	1988
Milho	16,8	20,5	-	-	48,2	9,2	29,1	27,2	17,0	27,0
Feijão	12,1	6,6	-	-	22,1	-	20,8	14,9	-	-
Soja	-	-	-	-	-	-	16,3	14,7	40,9	25,9
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	8,1	10,1	28,7
Batata-Inglesa	58,5	52,0	-	-	-	-	14,2	11,6	12,6	-
Banana	-	-	44,1	70,8	-	-	-	-	-	-
Arroz	-	-	13,4	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	-	-	8,8	8,6	-	-	-	-	-	-
Tangerina	-	-	10,5	9,0	-	65,2	-	-	-	-
Mamão	-	-	5,1	-	-	-	-	-	-	-
Laranja	-	-	-	-	12,7	11,0	-	-	-	-
Tomate	-	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	10,0	-	-
TOTAL	87,4	82,4	81,9	88,4	83,0	85,4	80,4	86,5	80,6	81,6

FONTE: Produção Agrícola Municipal - IBGE

Na sub-região Tibagi, adquiriram maior peso as culturas de milho e trigo que, juntamente com a soja, responderam em 1988 por 80% do valor da produção agrícola. Pelas indicações disponíveis, pode-se afirmar que, em boa medida, essas culturas estão articuladas ao segmento de produtores tecnificados dessa sub-região. Nesta, os principais produtos quanto à área colhida, em 1988, eram o milho (42,6%), a soja (23,6%), o feijão (13,6%) e o trigo (12,6%).

A pauta agrícola da sub-região Iguaçu se diversificou, no período, com maior presença das culturas de trigo e fumo. Entretanto, deve-se observar que algumas das culturas - soja, trigo e batata-inglesa - estão concentradas num reduzido número de municípios. Note-se que esta é a única sub-região onde a produção de feijão é expressiva na pauta agrícola, com a ressalva de que o rendimento da mesma declinou no período. Em 1988, o milho representou 42,2% da área colhida total nesta sub-região, seguido pelo feijão (26,0%) e soja (12,9%).

No caso da sub-região Metropolitana, quase não houve alteração na pauta agrícola, permanecendo a batata-inglesa como o principal produto quanto ao valor da produção agrícola. Em área colhida, em 1988, têm-se os seguintes resultados: milho (52,3%), batata-inglesa (22,4%) e feijão (17,4%). Importa salientar que esta sub-região dispõe de uma importante produção de horticultura,<sup>87</sup> concentrada nos municípios no entorno de Curitiba.

Os principais segmentos produtores de carne - bovinocultura, suinocultura e avicultura - apresentaram, nos anos 80, desempenho diferenciado. No Paraná, a avicultura foi o segmento com maior expansão no período, com sua participação no

---

<sup>87</sup>A publicação Produção Agrícola Municipal, do IBGE, não contém informações sobre horticultura.

valor total da produção agropecuária passando de 1,67% para 4,53%; em termos reais, o valor da produção avícola cresceu mais de 200% (tabela 40).

TABELA 40 - PARTICIPAÇÃO MÉDIA RELATIVA DA PRODUÇÃO PECUÁRIA E DERIVADOS NO VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DO PARANÁ E EVOLUÇÃO RELATIVA DO VALOR MÉDIO DA PRODUÇÃO - 1980-82 - 1987-89

PRODUÇÃO	1980-82 (%)	1987-89 (%)	EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO 80-82 - 87-89
Bovino	6,11	5,99	12,8
Suíno	2,04	1,82	2,4
Aves	1,67	4,53	211,5
Ovos	4,46	4,96	27,7
Leite	4,59	4,56	14,3
Outros	81,13	78,14	-
Valor da Produção			
Agrop. do Paraná	100,00	100,00	-

PONTE: IPARDES. Diagnóstico da base..., tabela 3

Quanto ao desempenho, a bovinocultura manteve sua participação, no período 1980-89, no valor da produção agropecuária estadual. As informações sobre a evolução do efetivo bovino indicam um pequeno crescimento da pecuária bovina no Paraná (tabela 41).

TABELA 41 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA REGIÃO PROGRAMA (RP) NO EFETIVO DA PECUÁRIA ESTADUAL, E ÍNDICE DO EFETIVO DA PECUÁRIA DA REGIÃO PROGRAMA E PARANÁ (PR), CONFORME TIPO DE REBANHO - 1980-88

ANO	AVES			SUÍNOS			BOVINOS			VACAS ORDENADAS		
	% índice <sup>1</sup>			% índice <sup>1</sup>			% índice <sup>1</sup>			% índice <sup>1</sup>		
	RP	RP	PR	RP	RP	PR	RP	RP	PR	RP	RP	PR
1980	27,6	100	100	16,1	100	100	10,3	100	100	12,7	100	100
1981	29,0	112	107	17,5	97	89	10,4	103	102	12,5	98	100
1982	27,2	114	115	17,5	98	90	11,3	110	100	13,6	109	102
1983	24,6	99	112	19,4	89	74	11,3	111	101	13,8	108	100
1984	20,6	89	119	20,0	91	73	11,4	112	100	14,5	114	100
1985	22,5	103	127	19,2	93	78	12,1	120	102	15,2	124	103
1986	21,9	109	138	17,8	88	80	10,8	114	108	13,7	117	108
1987	21,7	110	141	19,3	87	73	11,1	117	108	13,4	117	111
1988	22,1	111	138	20,7	83	65	11,6	121	107	13,5	124	117

PONTE: Produção da Pecuária Municipal - IBGE

<sup>1</sup>Ano base: 1980 = 100.

A suinocultura praticamente manteve sua participação no valor da produção agropecuária estadual. Entretanto, as informações sobre a evolução do efetivo apontam, para o período, uma acentuada redução do rebanho suíno.

Fatores relacionados à situação de mercado de cada um desses segmentos, às características da produção e ao grau de vinculação com a indústria, concorreram para a situação acima descrita.<sup>88</sup> Entretanto, só serão referidos no trabalho à medida que contribuam para o entendimento da situação observada na Região Programa.

Não se dispõe de informações desagregadas sobre a produção de carnes para os municípios que permitisse o reagrupamento a nível das sub-regiões da área abrangida pelo PRO-RURAL. O modo de verificar a participação da Região Programa na produção estadual é observar a evolução do efetivo da pecuária (ver tabela 41), conforme os tipos de rebanho, com a ressalva de que se está trabalhando com dados de estoque do rebanho em cada ano.

A participação da Região Programa no rebanho bovino estadual manteve-se, durante o período, em cerca de 11% do efetivo. No caso da bovinocultura, devido ao padrão de manejo extensivo que a caracteriza, há uma forte relação entre evolução do plantel e disponibilidade de áreas de pastagens. No Paraná, a definição das principais áreas de pastagens ocorreu nos anos 70, com estas se concentrando nas regiões com menor disponibilidade de terras agricultáveis, entre as quais se encontra parcela importante da área de campo da Região

---

<sup>88</sup>O diagnóstico sobre esses segmentos, nos anos 80, foi objeto do relatório IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Complexo de produção de proteína animal : documento síntese. Curitiba, 1989.

Programa. Isto explica, em grande parte, a pequena variedade do plantel no Estado, no período recente.

Há que se registrar, porém, que mesmo com oscilações no período, o índice de evolução do efetivo bovino mostra que a tendência foi de crescimento desse rebanho na Região Programa (ver tabela 41). Esta tendência encontra respaldo nas informações sobre a evolução das áreas de pastagem da Região, no mesmo período.

No caso da suinocultura, constata-se uma maior participação da Região Programa no efetivo de suínos do Estado. Isto não se deve, porém, à ampliação do plantel de suínos, porque a evolução do efetivo de suínos na Região seguiu a tendência de descréscimo observada no Estado, mas sim ao fato de que a queda foi mais acentuada no Restante do Estado (ver tabela 41). Este comportamento diferenciado deve-se bastante às características distintas da suinocultura entre as duas regiões: no caso da Região Programa, parcela importante do efetivo de suínos era proveniente de sistemas de criação tradicionais, enquanto no Restante do Estado era mais difundida a produção de suínos integrada à indústria, sobre a qual foram mais acentuados os impactos da crise que atingiu este segmento produtor de carnes nos anos 80.

A Região Programa teve diminuída sua participação no efetivo de aves do Estado (ver tabela 41). Esta queda, porém, deve ser vista no contexto de expansão da avicultura integrada no Restante do Estado, principalmente no Sudoeste e Oeste. Este tipo de avicultura depende, para o seu desenvolvimento, da instalação de unidades de abates e industrialização da carne. No Paraná, a capacidade de abate do frango praticamente dobrou entre 1982 e 1988, sendo que, da capacidade ampliada no

período. apenas 25% deve-se à expansão verificada em empresas situadas na Região Programa.<sup>89</sup>

Entretanto, há que se observar que, também na Região Programa, parcela expressiva do efetivo de aves tem origem na avicultura integrada e que, no mesmo período, as duas principais empresas integradoras desta região - Batavo e Dagranya - ampliaram em mais de 50% sua capacidade de abate.

Além da carne, dois outros produtos de origem animal - leite e ovos - têm peso na pauta agropecuária do Estado (ver tabela 40). Estes dois produtos apresentaram importante crescimento entre 1980 e 1988 (tabela 42).

TABELA 42 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA REGIÃO PROGRAMA (RP) NA PRODUÇÃO ESTADUAL DE LEITE E OVOS E ÍNDICE DA PRODUÇÃO DE LEITE E OVOS DA REGIÃO PROGRAMA E PARANÁ (PR) - 1980-88

ANO	LEITE			OVOS		
	%		índice <sup>1</sup>	%		índice <sup>1</sup>
	RP	RP	PR	RP	RP	PR
1980	18,6	100	100	19,9	100	100
1981	22,1	129	109	19,3	102	106
1982	22,1	134	113	17,6	103	117
1983	20,6	126	114	15,8	84	106
1984	21,7	138	118	15,2	103	134
1985	22,9	151	123	14,9	111	148
1986	20,2	141	130	14,0	113	161
1987	19,5	140	133	14,8	121	163
1988	19,7	150	142	15,0	122	162

FONTE: Produção da Pecuária Municipal - IBGE

<sup>1</sup>Ano base: 1980 = 100.

A produção de leite na Região Programa cresceu em 50% no período de 1980 e 1985, mantendo-se relativamente estável nos anos seguintes. Este crescimento ocorreu principalmente entre

<sup>89</sup> BEM, J.S. de. Agroindústrias e produtores rurais integrados : análise das relações econômicas na avicultura do Paraná. Itaguai, 1991. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. tabela 2.

os produtores vinculados às cooperativas localizadas na Região Programa. Exatamente nos municípios em que as cooperativas atuam é que se observou o incremento da produção leiteira, originando-se desses municípios a maior parcela do leite produzido na Região.

É interessante observar que a participação da Região Programa na produção de leite (ver tabela 42) é superior à sua participação no rebanho leiteiro do Estado (ver tabela 41), o que indica uma maior produtividade do seu rebanho leiteiro.

Em relação à produção de ovos, observa-se que apesar do seu ligeiro crescimento na Região Programa, é no Restante do Estado que a produção apresentou maior acréscimo.

A tabela 43 fornece a participação das sub-regiões no efetivo da pecuária, conforme tipo de rebanho, e na produção de leite e ovos no total da produção da Região Programa. As principais alterações quanto à participação das sub-regiões ocorreu no caso de aves, leite e ovos.

TABELA 43 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS SUB-REGIÕES NO EFETIVO DE AVES, SUÍNOS, BOVINOS E VACAS ORDENHADAS E NA PRODUÇÃO DE LEITE E OVOS DA REGIÃO PROGRAMA - 1980-1988

SUB-REGIÕES	AVES			SUÍNOS			BOVINOS			VACAS ORDENHADAS			LEITE			OVOS		
	1980	1984	1988	1980	1984	1988	1980	1984	1988	1980	1984	1988	1980	1984	1988	1980	1984	1988
Metropolitana	16,4	23,2	18,7	14,7	17,2	16,6	8,8	7,9	7,8	16,3	14,6	14,5	12,8	14,6	13,6	29,3	45,5	41,8
Litoral	1,2	1,2	0,9	1,3	1,3	1,1	1,0	0,7	0,5	0,8	0,9	0,7	0,5	0,5	0,2	1,0	1,8	1,2
Ribeira	1,2	1,5	1,1	5,1	5,1	4,9	3,3	3,8	3,2	4,8	5,7	5,0	3,9	3,9	3,6	1,0	1,2	0,9
Iguaçu	17,4	23,9	24,0	31,2	31,2	35,3	29,5	28,9	27,0	31,9	33,2	32,4	24,2	24,2	22,6	17,7	19,1	21,0
Tibagi	63,8	50,2	55,3	45,2	45,2	42,1	57,4	58,7	61,5	46,2	45,6	47,4	56,8	56,8	60,0	51,0	32,4	35,1
Total da Região																		
Programa	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Produção da Pecuária Municipal - IBGE

No efetivo de aves, registrou-se uma maior participação da sub-região Iguaçu. Possivelmente isto esteve relacionado à atuação, nesta sub-região, de uma empresa integradora, com sede

no município da Lapa. Entre os anos de 1980 a 1988, esta empresa ampliou o número de produtores integrados em 175%, com um aumento do número de frangos produzidos de mais de 200%.<sup>90</sup>

Quanto à produção de ovos, há que se destacar o incremento na participação da sub-região Metropolitana, a qual passou a responder por mais de 40% da produção total da Região Programa.

Na produção de leite, observa-se que a sub-região Tibagi teve acrescida sua participação, que passou a ser de 60% da produção total da Região Programa. Cabe observar, contudo, que além da sub-região Tibagi, outras duas - Metropolitana e Ribeira - apresentaram importante crescimento de sua produção leiteira. Em todos os casos, trata-se de produção vinculada às cooperativas.

Pode-se concluir este item considerando que, no âmbito da produção agropecuária regional, as metas previstas no Plano de Produção eram modestas, incapazes mesmo de provocar alterações maiores. Entretanto, em relação a alguns produtos, e principalmente quanto ao impacto esperado pelo Plano de Produção, tais metas podem ser consideradas ambiciosas, ainda mais quando se consideram as condições estruturais<sup>91</sup> dos produtores-alvo do Programa e os contornos assumidos pela política agrícola no período de implementação do mesmo.

Efetivamente, ocorreu uma maior incorporação de terras ao processo produtivo na Região Programa. Porém, isto se deu

---

<sup>90</sup>BEM. Agroindústrias..., tabela 6. Na realidade, o número de produtores integrados - 330 produtores, em 1988 - é inexpressivo em relação ao conjunto de produtores dessa sub-região, possuindo, porém, uma enorme capacidade de produção.

<sup>91</sup>Depreende-se, do Plano de Produção, que o Programa não buscava atuar sobre estas condições; pelo contrário, assumia esta realidade e propunha algumas alterações que resultassem em melhoria das condições de vida do produtor e de sua família (PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980).



basicamente em função da ampliação das áreas ocupadas com florestas e pastagens plantadas, com excessão da sub-região Iguaçu, onde se observou também um importante acréscimo da área ocupada com lavouras temporárias.

Pelas características das atividades associadas a estes tipos de uso do solo - pastagens e florestas plantadas -, pode-se afirmar que a incorporação de terras ao processo produtivo ocorreu em estratos médios e grandes, tendência que predominou também no caso da área com lavouras temporárias.

Independente de informações mais precisas, sabe-se, porém, que as metas de incorporação de áreas projetadas no Plano de Produção não foram alcançadas. Segundo este Plano, ao cabo de cinco anos após o início das atividades cerca de 80 mil ha seriam incorporados à área de lavouras do público selecionado (ver tabela 29, exclusive pastagens e olerícolas). Os dados do Censo Agropecuário, contudo, indicam que a área com lavouras temporárias<sup>92</sup> na Região Programa, no período de 1980-85, cresceu apenas 54 mil ha (ver tabela 34).

As informações sobre o comportamento da produção agropecuária, no período de 1980-88, demonstram que, de modo geral, foram outros os condicionantes de evolução da mesma e não os estímulos decorrentes do Programa. Considerando-se apenas o caso da produção agrícola, sobre a qual o Plano de Produção se concentrou, verificou-se que os produtos com melhor performance no período foram aqueles que dispuseram, pelo menos de modo

---

<sup>92</sup>Caso se considerasse também a área com lavouras permanentes, o resultado seria menor ainda, devido à redução observada no Litoral. A opção por não incluí-la deve-se ao fato de que os dados sobre este tipo de lavoura, no Litoral, dão margem a dúvidas quando confrontados com outras fontes de informação e mesmo com observações de campo (o período de referência do Censo é o de 1980 a 1985, enquanto que o quinto ano de execução do Programa foi 1986).

predominante, de tecnologias avançadas, além de contarem com condições de mercado favoráveis. Neste sentido, a produção de milho é exemplar, pois, na Região Programa, tanto a ampliação da área com esta cultura como a melhoria no rendimento da mesma parece estar associada à sua expansão entre os produtores tecnificados, principalmente àqueles situados na sub-região Tibagi.

Situação contrária foi observada com a produção de feijão e arroz. Essa última apresentou importante redução de área e, como tendência, a redução de produtividade. No caso do feijão, a área colhida permaneceu, em todo o período, praticamente no mesmo nível de 1980, enquanto a previsão era de ampliá-la em 20 mil ha.

Todavia, há alguns casos em que a ação do Programa parece ter concorrido para ampliar a produção, até mesmo com resultados bem superiores aos estabelecidos no Plano de Produção. Trata-se das produções de banana, na sub-região Litoral, e de cítricos, na sub-região Ribeira, que registraram, nos triênios 1980-82 e 1986-88, crescimento da área média colhida de 65% e 499%, respectivamente. Embora se saiba que esses produtos, nestas sub-regiões, contam com a proximidade do mercado consumidor como importante fator de estímulo à produção, devem ter concorrido, para a obtenção dos resultados, o apoio técnico e a infra-estrutura propiciados pelo Programa.

verso

## 6 ANÁLISE DA INTERVENÇÃO ESTATAL ATRAVÉS DOS SUBPROJETOS

Neste item procura-se dimensionar os impactos diretos e específicos da intervenção e dos investimentos realizados através dos diversos subprojetos do PRO-RURAL.

Para esse estudo, os subprojetos foram reunidos em três grandes grupos: o de apoio ao processo produtivo, o social e o de apoio à comercialização de produtos agropecuários.

Não obstante os subprojetos terem sido agrupados, as análises enfocaram cada um deles em particular. Em geral, partiu-se dos problemas diagnosticados pelos técnicos de cada área, sobre os quais pretendiam intervir. Em seguida, são analisadas as possibilidades de as ações propostas ou efetivadas contribuírem para alterar as realidades em cada área de intervenção no sentido previsto.

Foram igualmente consideradas as dificuldades enfrentadas pelos técnicos das entidades responsáveis pelos subprojetos na operacionalização das ações, bem como a magnitude, a direção e os reflexos dos investimentos realizados em cada esfera específica.<sup>93</sup>

Do quadro 2 constam os subprojetos, as respectivas instituições responsáveis pela sua implementação, bem como o montante de recursos alocado para cada uma, por fonte, local e do BID.

---

<sup>93</sup> Não se trata, portanto, de uma análise quantitativa das metas; tal análise foi realizada pela Unidade Técnica Administrativa do PRO-RURAL e consta de um relatório de atividades. Ver PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. 185p.

QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRO-RURAL, POR FONTE E POR INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS, SEGUNDO GRUPOS DE SUBPROJETOS, NO PARANÁ - 1981-87

SUBPROJETO	RECURSOS INVESTIDOS (US\$ 1,000)			INSTITUIÇÕES BENEFICIÁRIAS
	TOTAL	BID	Local	
Apoio ao Processo Produtivo	77.703	16.552	61.151	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, EMATER-PR, Banco do Brasil S/A. EMATER-PR Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAPE DO PARANÁ Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF/ EMATER - PR Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR ITCF
Crédito	32.695	-	32.695	
Assist. Téc. e Ext. Rural	15.438	1.202	14.236	
Fomento Agropecuário	11.243	9.900	1.343	
Reflorestamento	6.562	2.147	4.415	
Pesquisa Agropecuária	6.299	2.057	4.242	Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR/ CETEPAR Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha - FSCMR Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR
Regularização Fundiária	5.466	1.246	4.220	
Sociais	56.375	27.596	28.779	
Educação	26.288	11.848	14.440	
Saúde	17.659	9.652	8.007	
Saneamento Básico	12.428	6.096	6.332	Departamento de Estradas de Rodagem - DER Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - COPASA Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP/EMATER-PR Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA-PR Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR
Infra-Estrutura de				
Apoio à Comercialização	46.553	22.261	24.292	
Estradas Rurais	35.259	15.533	19.726	
Armazenagem Coletora	6.614	5.646	968	
Cooperativismo	3.196	-	3.196	
Comercialização de				
Hortigranjeiros	836	528	308	
Classificação	648	554	94	
TOTAL	180.631	66.409	114.222	

FONTE: Tabelas 1, 2 e 3 do item 2.3

Esses dados mostram que foram priorizados os investimentos para as instituições de estímulo à produção agropecuária. O grupo de subprojetos de apoio ao processo produtivo recebeu cerca de 43% do total de recursos do PRO-RURAL.

Em segundo lugar encontram-se os subprojetos sociais, com 31% e, por último, os de infra-estrutura de apoio à comercialização, com 26%.

#### 6.1 SUBPROJETOS DE APOIO AO PROCESSO PRODUTIVO AGROPECUÁRIO

Foram agrupados como produtivos os subprojetos cujo objetivo da intervenção incidisse diretamente sobre a forma de produzir nas unidades rurais. Para tanto, receberam recursos

adicionais as instituições públicas com condições de intervir sobre o processo produtivo.

Conforme se pode observar no quadro 2, participam desse grupo as instituições que têm como responsabilidade a assistência técnica e a extensão rural (EMATER-PR), o fomento agropecuário (CAFE DO PARANÁ), as questões fundiárias e de reflorestamento (ITCF) e a pesquisa agropecuária (IAPAR).

Do total dos recursos desse grupo de subprojetos (US\$ 77.703 milhões), a maior parte (79%) foi contrapartida nacional, ficando apenas 21% cobertos com recursos internacionais. O contrário se verifica entre o grupo dos subprojetos sociais e de infra-estrutura, para os quais o volume de recursos externos e internos foi equilibrado (ver quadro 2).

No grupo dos produtivos foram priorizados o Crédito Rural (42%), a Assistência Técnica (20%) e o Fomento (14%). Aos demais subprojetos coube parcela menor de recursos: Pesquisa e Reflorestamento, ambos com 8%, e Regularização Fundiária, com 7% de participação.

Dos recursos locais alocados no grupo (US\$ 61.151 milhões), a maior parcela se destinou ao Crédito Rural, a saber, cerca de 50%. A aplicação de recursos em Crédito Rural foi uma das formas de contrapartida do governo em relação aos recursos captados via BID.

A alocação dos recursos por subprojetos está coerente com o diagnóstico elaborado pelo governo para justificar o Programa e, também, com a estratégia de intervenção, na medida em que parte do pressuposto de que um dos problemas da Região Programa advém da baixa produtividade das pequenas unidades produtivas, consideradas responsáveis pela maior parcela da produção agropecuária, a qual, por sua vez, decorre da insuficiência do crédito rural e dos serviços de assistência técnica.

Orientado por essa interpretação, o Programa tem como eixo os subprojetos produtivos, delegando à EMATER-PR papel relevante. Através de seus serviços seriam selecionados os produtores beneficiários e elaborados os projetos de aplicação do crédito dos beneficiários, viabilizando, assim, os objetivos do Plano de Produção.

Esse Plano deveria dirigir-se particularmente para o público-alvo, produtores com unidades até 50 ha, e previa uma elevação na produtividade e na produção dessas unidades, dados os estímulos do crédito, da assistência técnica e da atuação das demais instituições.

A EMATER caberia ainda a função de repassar aos produtores o resultado do subprojeto de Pesquisa Agropecuária, bem como orientar os produtores que deveriam receber os serviços da CAFE do Paraná (subprojeto de Fomento Agropecuário).

Na tabela 44 são apresentadas as informações sobre a distribuição dos investimentos entre os subprojetos produtivos, bem como as rubricas onde foram alocados.

TABELA 44 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRO-RURAL POR SUBPROJETOS DE APOIO AO PROCESSO PRODUTIVO AGROPECUÁRIO, SEGUNDO RUBRICAS - NO PARANÁ - 1981-87

(Em US\$ 1.000)

RUBRICA	TOTAL		CRÉDITO	ASSISTÊNCIA TÉC. E EXT. RURAL	FOMENTO AGROPE- CUÁRIO	REFLORES- TAMENTO	PESQUISA AGROPE- CUÁRIA	REGULA- RIZAÇÃO FUNDIÁRIA
	Abs.	%						
Crédito	36.353	46,8	32.695	-	-	3.658	-	-
Pessoal	16.943	21,8	-	10.949	-	582	2.051	3.361
Máquinas e Equipamentos	7.836	10,1	-	285	6.344	15	1.002	190
Gastos Operacionais	5.960	7,7	-	3.285	-	175	1.641	859
Construções	3.357	4,3	-	245	2.137	-	975	-
Veículos	2.858	3,7	-	672	1.451	63	406	266
Material	2.289	3,0	-	-	-	2.069	167	53
Capital de Giro	975	1,2	-	-	975	-	-	-
Serviços de Consultoria	737	,9	-	-	-	-	-	737
Terrenos	162	,2	-	-	162	-	-	-
Administração e Engenharia	210	,3	-	2	162	-	46	-
Treinamento	23	,0	-	-	12	-	11	-
TOTAL	77.703	100,0	32.695	15.438	11.243	6.562	6.299	5.466
%	100,0	-	42,1	19,9	14,5	8,4	8,1	7,0

FONTE: Tabelas 1, 2 e 3 do item 2.3

### 6.1.1 Subprojeto de Crédito Rural

O relatório de atividades do PRO-RURAL, elaborado pela Unidade Técnica Administrativa, demonstra que o subprojeto de Crédito Rural não só cumpriu com as metas quantitativas previamente estabelecidas, como até as superou.

Inicialmente foi prevista a aplicação de US\$ 28.400 milhões, entre 1981 a 1984, o que beneficiaria 29.080 pequenos produtores. Entretanto, o volume total de crédito atingiu um montante de US\$ 32.695 milhões, aplicados entre 1982 a 1986. Apesar desse aumento, o número de beneficiários se reduziu para 27.891.

Da ótica das metas qualitativas, os relatórios da EMATER-PR, entidade responsável pelas mesmas, revelam as dificuldades enfrentadas pelos técnicos alocados nesse subprojeto em atingi-las segundo a forma prevista.

Na proposta do subprojeto de Crédito Rural<sup>94</sup> foram estabelecidos alguns parâmetros para que fossem atingidos os objetivos específicos deste e do conjunto dos subprojetos produtivos. Em síntese, foi previsto que o crédito de custeio teria como finalidade a alocação dos recursos indispensáveis ao atendimento normal do ciclo produtivo das explorações agrícolas ou pecuárias eleitas, e visava atender às seguintes atividades: avicultura, apicultura, bovinocultura de leite, corte e mista, fruticultura, olericultura, pesca, suinocultura e culturas de arroz, feijão, milho, mandioca, soja e trigo.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto Crédito Rural. Curitiba, jun. 1980. p.5.

<sup>95</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto Crédito Rural. Curitiba, jun. 1980. p.10.



O crédito de investimento, destinado à formação de capital fixo e semifixo, visava à aquisição de animais para criação, engorda ou serviços; aquisição de máquinas, veículos, embarcações, implementos e instalações; culturas permanentes; pastagens; construções e reformas de benfeitorias; eletrificação rural; e irrigação, drenagem e destoca.<sup>96</sup>

Para se candidatar ao crédito, os produtores deveriam atender às seguintes pré-condições:

- a) administrar diretamente suas fazendas e destas tirar a maior parte de sua renda;
- b) ter uma produção anual não inferior a 200 MVR;
- c) ter capacidade de produzir excedentes comercializáveis;
- d) possuir título de suas propriedades ou licença de ocupação, emitidos pelo ITC, e comprovar, mediante contrato ou anuência do proprietário, ser arrendatário, meeiro, colono ou categoria semelhante;
- e) aceitar e ter potencial para assimilar a assistência técnica e, conseqüentemente, a tecnologia a ser proporcionada pela ACARPA.<sup>97</sup>

Com base nessas condições, os técnicos da EMATER-PR selecionariam os produtores que julgassem ter potencial para alcançar os objetivos pretendidos para o Plano de Produção, elaborando, assim, projetos integrados em nível de propriedade, que seriam a base para a obtenção do crédito. Ou seja, a proposta inicial tinha no crédito um dos elementos direciona-

---

<sup>96</sup>PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto Crédito Rural. Curitiba, jun. 1980. p.11.

<sup>97</sup>ACARPA era, à época, a sigla da EMATER-PR.

dores das transformações na forma de produzir, e impulsionadores da produção na Região. Tais elementos deveriam incidir, particularmente, sobre o público-alvo do PRO-RURAL, os produtores com unidades até 50 ha.

Todavia, segundo foi constatado pelos técnicos da EMATER-PR alocados nesse subprojeto, alguns fatores contribuíram para comprometer o atingimento dos objetivos qualitativos previstos inicialmente.<sup>98</sup>

Nas definições da política de crédito rural está a origem das maiores dificuldades em cumprir a sistemática de encaaminhamento do subprojeto de crédito. Isso porque apesar de o crédito fazer parte do PRO-RURAL, sua obtenção estava subordinada às normas vigentes em nível federal, ou seja, tal obtenção estava subordinada às decisões do Banco Central e, portanto, não regidas por critérios de ordem social.

Dessa forma, somente no ano de 1982 as taxas de juros estavam minimamente compatíveis com a capacidade de endividamento do público-alvo. A partir desse ano, os encargos financeiros se elevaram e restringiram-se os recursos do Banco do Brasil para o crédito rural. Além disso, uma resolução do BACEN (Circular 706 de 21/06/1982) desvincula a concessão de crédito à apresentação de um projeto ou plano de utilização, o que se constitui num grande empecilho à concretização dos objetivos estabelecidos para o subprojeto de crédito, na medida em que a execução do subprojeto estava consubstanciada na concessão do crédito conjugado à assistência

---

<sup>98</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

técnica, considerando a elaboração dos documentos supracitados, imprescindíveis como forma de planificar as atividades a nível de propriedade rural.<sup>99</sup>

Nessas circunstâncias, deduz-se que foram seriamente comprometidas as metas qualitativas do subprojeto. Inclusive, as quantitativas só foram cumpridas porque o BID aceitou que fossem incluídos no subprojeto todos os valores aplicados pelo Banco do Brasil nas propriedades agrícolas, dentro do parâmetro territorial máximo (50 hectares), independente de terem sido atendidas pela EMATER/ACARPA-PR.<sup>100</sup>

Nesse ponto cabe refletir que a concepção do subprojeto de Crédito Rural foi profundamente abalada por entraves advindos da política agrícola federal, na medida em que esta dissociou os empréstimos de uma orientação específica da assistência técnica e de um possível direcionamento exclusivo dos recursos para os produtores com reduzida capacidade de endividamento. Todavia, isso não significa que os recursos aplicados em crédito rural não tenham refletido positivamente sobre a produção agropecuária da Região Programa.

Em outras palavras, embora o crédito rural não tenha contribuído para alterar as condições de produção do público concebido como beneficiário direto e particular do subprojeto, deve ter contribuído para estimular a produção da Região, assim como qualquer outro recurso nela investido teria contribuído.

Detectar, dentre os produtores rurais, quais beneficiaram-se com o crédito injetado na Região e atribuído ao PRO-RURAL é quase impossível, na medida em que os relatórios oficiais apenas apresentam os dados agregados para o subprojeto (tabela 45).

---

<sup>99</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

<sup>100</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

TABELA 45 - NÚMERO DE PROJETOS E RECURSOS APLICADOS EM CRÉDITO DE CUSTEIO E INVESTIMENTO, NO PARANÁ - 1982-86

ANO	NÚMERO DE PROJETOS	RECURSOS APLICADOS (Em US\$ 1000)						
		Custeio		Investimento		TOTAL		
		US\$	%	US\$	%	US\$	%	%
1982	2.482	1.322	33,2	2.665	66,8	3.987	100,0	-
1983	1.047	568	51,2	542	48,8	1.110	100,0	(72,2)
1984	1.328	1.033	62,1	630	37,9	1.663	100,0	49,8
1985	1.063	798	70,5	333	29,5	1.131	100,0	(32,0)
1986 <sup>1</sup>	21.971	18.788	75,7	6.016	24,3	24.804	100,0	2.093,1
TOTAL	27.891	22.509	68,9	10.186	31,1	32.695	100,0	-

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986

<sup>1</sup>Parte dos Recursos e Projetos foi realizado no ano de 1985; entretanto, estes só foram contabilizados no ano de 1986.

São poucas as deduções que se pode extrair das informações da tabela 45. Em primeiro lugar se confirma que, ao término do Programa, foram computados como parte do PRO-RURAL (e conseqüentemente como contrapartida do governo frente aos recursos externos) todos os contratos efetuados pelo Banco do Brasil-PR com produtores até 50 ha, visto que em 1986 foi contabilizado cerca de 80% do total dos contratos. Em segundo lugar, confirma-se que a maior parcela dos recursos se destinou ao custeio agrícola, com exceção do que ocorreu no primeiro ano.

Na tentativa de levantar informações mais detalhadas, resgataavam-se as informações das Estatísticas de Aplicação, que são relatórios do Banco do Brasil-PR encaminhados à UTAD. Todavia, o número de contratos dessas estatísticas que foi possível recuperar é bem menor do que o número de contratos apresentado nos relatórios oficiais (tabela 46).

TABELA 46 - NÚMERO DE CONTRATOS OFICIAIS E NÚMERO DE CONTRATOS RECUPERADOS - PRO-RURAL, NO PARANÁ - 1982-86

ANO	CONTRATOS OFICIAIS		CONTRATOS RECUPERADOS	%
	NÚMERO (1)	%	(2)	
1982-83 <sup>1</sup>	3.529	12,6	717	20,3
1984	1.328	4,8	367	27,6
1985	1.063	3,8	245	23,0
1986	21.971	78,8	523	2,4
TOTAL	27.891	100,0	1.852	6,6

FONTE: Relatório de atividades do PRO-RURAL Governo do Estado - SEPL - UTAD - 1986  
Estatísticas de Aplicação - Banco do Brasil-PR, encaminhadas à UTAD

<sup>1</sup>Os dados dos contratos recuperados estão agrupados nos anos de 1982 e 1983.

Conforme se pode observar, recuperou-se apenas 6,6% do total de contratos do período. Esse percentual médio foi rebaixado em função de que, no ano de 1986, recuperou-se apenas 2,4% dos contratos; para os outros anos, recuperou-se em torno de 20% dos contratos.

Mesmo considerando a baixa representatividade média dos contratos recuperados, optou-se por tabular e verificar o que se pode extrair dessa "amostra". Os dados dos relatórios estavam organizados mês a mês, por destino do crédito e tamanho de propriedade, para os anos de 1982 a 1986 (os dados de 1982 estão contabilizados juntamente com os de 1983).

Para fins de tabulação, agregaram-se as informações ano a ano, por sub-regiões (tabela 47).

TABELA 47 - DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO DOS CONTRATOS RECUPERADOS POR SUB-REGIÕES, NO PARANÁ -1982-86  
(Em Cr\$ 1.000,00)<sup>1</sup>

SUB-REGIÃO	1982-83		1984		1985		1986	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Metropolitana								
Contratos	432	60,0	117	32,0	41	18,0	83	16,0
Valor	163.524	51,1	163.210	21,2	209.214	12,0	944.597	9,7
Litoral								
Contratos	58	8,0	1	,0	3	,0	35	7,0
Valor	30.876	9,7	2.400	,3	16.812	,9	1.423.078	14,6
Ribeira <sup>2</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-
Iguaçu								
Contratos	100	14,0	123	33,5	163	66,0	247	47,0
Valor	61.905	19,3	267.923	34,8	896.794	51,4	4.297.961	44,3
Tibagi								
Contratos	127	18,0	126	34,5	38	16,0	158	30,0
Valor	63.738	19,9	337.158	43,7	623.650	35,7	3.048.857	31,4
TOTAL								
Contratos	717	100,0	367	100,0	245	100,0	523	100,0
Valor	320.043	100,0	770.691	100,0	1.746.470	100,0	9.714.493	100,0

FONTE: Estatísticas de Aplicação - Banco do Brasil/PR - encaminhadas à UTAD

<sup>1</sup>Em valores correntes.<sup>2</sup>Na subregião do Ribeira não existia agência do Banco do Brasil. Consta apenas que o município de Adrianópolis faz parte dos jurisdicionados da agência do Banco do Brasil, Metropolitana do Portão.

A distribuição do crédito em nível de sub-regiões demonstra que nos dois primeiros anos, 1982 e 1983, há uma concentração na sub-região Metropolitana, tanto em número de contratos como em valor. Nos anos seguintes, de 1984 a 1986, a distribuição se mostra mais concentrada nas sub-regiões Iguaçu e Tibagi.

Em termos de estratos de área, o crédito dos contratos recuperados revela que houve, em geral, uma concentração nos estabelecimentos com até 10 ha, sendo que, considerando as áreas com até 20 ha, o volume concedido ultrapassa 90%. Como exceção tem-se o ano de 1984, quando é um pouco maior a participação dos produtores com estabelecimentos entre 20 e 50 ha.

A tabela 48, contendo a distribuição do crédito por destino, revela que este foi concedido predominantemente para custeio, em conformidade com as definições do Programa, para

todas as sub-regiões. Constitui uma exceção o Litoral, que, no período de 1982-83 e em 1986, apresenta um montante de recursos maior para investimento do que para custeio, e que em 1984 só apresenta recursos para investimento.

TABELA 48 - DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO DOS CONTRATOS RECUPERADOS POR DESTINO, CUSTEIO E INVESTIMENTO, SEGUNDO SUB-REGIÕES, NO PARANÁ - 1982-86

(Em Cr\$ 1.000,00)<sup>1</sup>

SUB-REGIÃO	1982-83		1984		1985		1986	
	Custeio	Invest.	Custeio	Invest.	Custeio	Invest.	Custeio	Invest.
Metropolitana	107.829	55.695	153.916	9.294	208.714	500	944.597	-
Litoral	5.718	25.159	-	2.400	16.812	-	189.292	1.233.786
Iguaçu	48.079	13.826	244.309	23.614	803.636	93.158	4.005.276	292.685
Tibagi	53.002	10.736	352.088	12.070	586.862	36.788	2.610.457	438.400
TOTAL	214.628	105.415	723.313	47.378	1.616.024	130.446	7.749.622	1.964.871

FONTE: Estatísticas de Aplicação - Banco do Brasil/PR - encaminhadas à UTAD

<sup>1</sup>Em valores correntes.

A distribuição do crédito por atividade econômica é preponderantemente voltada para lavouras temporárias. Com variações percentuais nos diversos anos, a maior concentração ocorre com o feijão, milho e batata; em alguns anos sobressaem também a olericultura, a soja e o trigo, porém em menor escala.

Esses principais produtos, objeto de financiamento, concentram-se em propriedades menores de 20 ha, sendo que 100% dos produtores de batata estão em propriedades com até 10 ha; excetua-se o caso da cultura da soja, em que a maioria dos contratos se concentrou em propriedades entre 20 e 50 ha.

Quanto à distribuição por sub-regiões, as culturas de feijão e de milho se concentram nas sub-regiões Iguaçu e Tibagi, e a da batata tem um predomínio quase absoluto na Metropolitana, durante todo o período.

Essas informações, como já foi ressaltado, não permitem elaborar uma avaliação criteriosa da aplicação de crédito rural

na área do PRO-RURAL, seja endogenamente, seja em comparação com outras regiões do Estado. Permitem apenas constatar que a pauta de produtos beneficiados está em consonância com o que foi previsto no Plano de Produção.

Apesar disso, não se pode afirmar que os resultados obtidos com a utilização desse volume de crédito aproximem-se dos pretendidos nos objetivos do subprojeto, uma vez que não houve, por parte da Assistência Técnica e Extensão Rural, condições de indicar os tomadores preferenciais e de orientar sua aplicação, comprometendo, desse modo, o principal instrumento de intervenção direta do Programa.

Tanto é assim que, nos quatro primeiros anos do Programa (de 1982 a 1985), conseguiram atingir apenas 20% das metas estabelecidas para o subprojeto de Crédito Rural, conforme demonstram os dados apresentados na tabela 46.

A superação das metas, ao final do Programa, só foi possível em função do acordo entre o governo e o BID, atribuindo ao PRO-RURAL todo o montante de crédito repassado pelo Banco do Brasil aos produtores localizados na Região Programa com unidades até 50 hectares.

#### 6.1.2 Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural

O objetivo geral do subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural, segundo consta do documento/proposta,<sup>101</sup> era aumentar a produção e a produtividade da agricultura, a renda do produtor e seu bem-estar, através da transferência de tecnologia agropecuária e gerencial.

---

<sup>101</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. p.6.



Esse objetivo seria atingido com os técnicos atuando com base em um modelo participativo de Extensão Rural, o qual se pautaria na organização que visa conseguir, através de meios e técnicas, que produtores e suas famílias, com problemas e interesses comuns, se reúnam e encontrem soluções e satisfação de interesses, para que os grupos evoluam e se conscientizem.<sup>102</sup>

O público a ser assistido foi definido como os produtores com unidades produtivas de até 50 ha, tendo como meta assistir diretamente a 32 mil produtores e indiretamente a 17.895, durante o período de vigência do Programa.<sup>103</sup>

Em termos de recursos humanos, para melhorar a assistência técnica, estava previsto passar da relação de 1 técnico para cada 801 produtores, existente antes do PRO-RURAL, para 1 técnico para cada 206 pequenos produtores.<sup>104</sup>

Essas propostas nunca chegaram a ser detalhadas por municípios ou sub-regiões da Região Programa, mas apenas por estratos de área (tabela 49).

TABELA 49 - PÚBLICO A ASSISTIR, POR ESTRATO, DURANTE A VIGÊNCIA DO PROJETO

ESTRATO (ha)	PÚBLICO EXISTENTE	PÚBLICO A ASSISTIR DIRETAMENTE	PÚBLICO A ASSISTIR INDIRETAMENTE	PÚBLICO A ASSISTIR (TOTAL)	% SOBRE O PÚBLICO EXISTENTE
0 até 10	39.227	15.180	8.777	23.957	61,0
10 até 20	19.488	7.920	4.664	12.584	64,6
20 até 50	20.698	7.620	4.454	12.074	58,3
Pescadores	3.113	1.280	-	1.280	41,1
TOTAL	82.526	32.000	17.895	49.895	60,5

FONTE: Plano de Produção - IPARDES, ACARPA

<sup>102</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. p.11.

<sup>103</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. p.8.

<sup>104</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. p.5.

No Relatório, em que são apresentados os resultados da fase final do subprojeto de Assistência Técnica, consta que foi alocado e contratado um total de 432 funcionários, ao longo do período de vigência do Programa, para atuar na estrutura funcional desse subprojeto.

Esse relatório apresenta, ainda, os resultados das metas quantitativas alcançadas. As informações são apresentadas de forma agregada para a Região Programa como um todo e, ao contrário da proposta, não são apresentadas por estratos de área (tabela 50).

TABELA 50 - RESUMO DAS METAS ALCANÇADAS PELO SUBPROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-1981-86

DISCRIMINAÇÃO	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Agricultores assistidos diretamente(nº)	20.590	38.039	37.171	36.500	55.061	35.700
Agricultores assistidos indiretamente(nº)	12.360	22.443	21.930	21.535	32.485	20.706
Donas de casa assistidas diretamente(nº)	10.520	23.130	19.904	25.591	20.915	15.575
Donas de casa assistidas indiretamente(nº)	5.786	12.721	10.947	14.075	11.503	9.033
Adoção de novas tecnologias em lavouras(ha)	47.400	71.793	89.677	90.012	92.941	86.000
Adoção de tecnologia em pecuária(cab)	17.000	168.796	250.297	240.000	198.000	175.000
Conservação de solos(ha)	21.150	31.091	9.714	11.300	20.147	21.703
Área com reflorestamento(ha)	2.533	10.258	9.629	9.240	2.254	2.125

PONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. p.10

O confronto entre as metas previstas e as metas alcançadas pelo subprojeto revela que, quantitativamente, estas não só foram alcançadas como até superadas. Todavia, essas informações não permitem que se façam deduções qualitativas. Na tentativa de obtê-las, solicitou-se à EMATER-PR dados mais detalhados, apresentados na tabela 51.

TABELA 51 - NÚMERO DE TÉCNICOS ATUANTES NO SUBPROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, NÚMERO DE PRODUTORES ASSISTIDOS, NÚMERO DE DONAS-DE-CASA ASSISTIDAS, ÁREA ASSISTIDA E REBANHO ASSISTIDO, SEGUNDO SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1982-1986

SUB-BREGIÃO	NÓMERO DE TÉCNICOS ATUANTES		AGRICULTORES ASSISTIDOS				DONAS-DE-CASA ASSISTIDAS				ÁREA ASSISTIDA (ha)		REBANHO ASSISTIDO (cabeças)	
			Diretamente		Indiretamente		Diretamente		Indiretamente					
	1982	1986	1982	1986	1982	1986	1982	1986	1982	1986	1982	1986	1982	1986
Metropolitana	54	49	6.463	6.714	3.228	3.962	2.022	2.500	1.008	1.451	14.048	17.936	43.574	30.241
Litoral	38	35	2.281	3.982	1.139	2.349	1.634	1.392	816	807	2.144	7.230	12.250	15.369
Ribeira	16	15	996	1.636	498	966	581	758	290	324	5.961	2.969	3.980	8.065
Iguaçu	100	97	9.593	11.263	4.792	6.673	6.748	5.360	3.367	3.224	30.319	51.500	60.668	42.890
Tibagi	91	85	6.792	11.405	3.392	6.756	4.461	5.565	2.227	3.227	82.664	30.193	48.324	78.435
TOTAL da Região														
Programa	299	281	26.125	35.000	13.049	20.706	15.446	15.575	7.708	9.033	135.136	109.828	168.796	175.000
Restante do Estado <sup>1</sup>	581	515	96.040	98.156	48.033	-	12.873	15.415	6.452	-	1.180.256	1.216.812	1.685.899	1.101.400
TOTAL do Paraná	880	796	122.165	133.156	61.082	-	28.319	30.990	14.160	-	1.315.392	1.326.640	1.854.695	1.276.400

FONTE: Listagens especiais - EMATER-PR

<sup>1</sup>Os dados para o Restante do Estado foram obtidos através da diferença entre o total do Paraná e o total da Região Programa.

Os dados da tabela 51 revelam que o número de técnicos atuantes diminuiu, entre 1982 e 1986. Por outro lado, parece ter aumentado a eficiência do pessoal alocado, uma vez que cresceu o número de produtores e donas-de-casa atendidos direta e indiretamente, bem como a área e o rebanho assistidos. Isso se verifica não apenas na Região Programa como um todo e em suas sub-regiões, mas também no Restante do Estado.

Em 1982, cada técnico atendia diretamente a uma média de 87 produtores na Região Programa; em 1986, essa relação passa para 124. No Restante, já era mais alta: em 1982, de 165 e, em 1986, de 190.

Se for considerada a meta estabelecida no documento/proposta do subprojeto de Assistência Técnica, que era passar de 1 técnico para cada 801 produtores a 1 técnico para cada 205 pequenos produtores, pode-se afirmar que a média do período já é bem inferior à média proposta. Entretanto, a média estabelecida na proposta foi pensada tendo por universo o número de pequenos estabelecimentos. Com o objetivo de veri-

ficar essa evolução no período de implementação do PRO-RURAL. levantou-se, através dos Censos Agropecuários de 1980 e 1985, o número de estabelecimentos com até 50 ha, para verificar a evolução entre o número de técnicos atuantes por pequenos estabelecimentos (tabela 52).

TABELA 52 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS ATÉ 50 HA, NÚMERO DE TÉCNICOS ATUANTES NO SUBPROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, RELAÇÃO ENTRE O NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR TÉCNICO, SEGUNDO SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ -1980-1982-1985-86

SUB-REGIÃO	1980	1982	1980-82	1985	1986	1985-86
	Nº de Estabelecimentos até 50 ha (A)	Nº de Técnicos Atuantes (B)	Nº de Estabelecimentos Técnico (A/B)	Nº de Estabelecimentos até 50 ha (A)	Nº de Técnicos Atuantes (B)	Nº de Estabelecimentos Técnico (A/B)
Metropolitana	14.359	54	266	14.912	49	304
Litoral	3.242	38	85	4.326	35	124
Ribeira	3.473	16	217	3.768	15	251
Iguaçu	26.768	100	268	31.273	97	322
Tibagi	28.299	91	311	31.055	85	365
Total da Região Programa	76.141	299	255	85.334	281	304
Restante do Estado	328.754	581	566	330.399	515	642
TOTAL do Paraná	404.895	880	460	415.733	796	522

FONTE: Censo Agropecuário - IBGE para o número de estabelecimentos  
Listagens especiais - EMATER-PR, tabela 51 para número de técnicos atuantes

Os dados da tabela 52 demonstram, em primeiro lugar, que a situação em 1982 estava bem melhor do que a indicada pela assistência técnica,<sup>105</sup> porque havia em média 1 técnico para cada 225 pequenos estabelecimentos na Região Programa. Em segundo lugar, as informações mostram que essa relação se alterou negativamente após a implementação do subprojeto, pois em 1986 passa a existir em média 1 técnico para cada 304 pequenos estabelecimentos, tanto porque reduziu-se o número de técnicos como porque aumentou o número de pequenos estabelecimentos.

<sup>105</sup>A afirmativa parte do princípio de que, quanto menor o número de produtores por técnico, maior é a possibilidade de um atendimento direto e efetivo.

Evolução similar se verifica no Restante do Estado, porém com uma relação bem maior de estabelecimento por técnico atuante.

Os dados apresentados e os cruzamentos realizados a partir desses não são suficientes para uma análise qualitativa da intervenção do subprojeto de Assistência Técnica sobre a organização da produção do público-alvo.

Mesmo do ponto de vista quantitativo, não se tem critérios para afirmar se o contingente de técnicos atuantes estava adequado ao desenvolvimento das atividades programadas. No documento/proposta não consta sob quais critérios foi definido o número de técnicos que deveria atuar em suas respectivas especialidades.

O Relatório Final da Fase de Implementação, por sua vez, não oferece elementos que possibilitem essa análise qualitativa. Apenas confirma que as metas quantitativas foram atingidas e afirma que o subprojeto atingiu todos os objetivos específicos.

Com relação ao "desempenho" da Extensão Rural, foi apontado no Relatório que, em 1984, foi realizada uma avaliação cujo resultado levou a um direcionamento do subprojeto, no sentido de que o atendimento dado pela ACARPA deveria ser mais concentrado nos bolsões, onde os problemas foram melhor diagnosticados, agora com uma ação bem mais participativa da comunidade carente.<sup>106</sup>

Todavia, esse tipo de orientação parece ter se defrontado com algumas limitações: Quanto ao desenvolvimento da comunidade, embora o PRO-RURAL tenha por objetivo o desenvolvimento da família rural e da comunidade como um todo, na prática a Extensão Rural inicialmente encontrou dificuldade para promover o envolvimento e

---

<sup>106</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. p.5.

comprometimento de lideranças formais e informais, com vistas a uma ação integrada, capaz de promover o desenvolvimento das comunidades e municípios.<sup>107</sup>

Analisar os resultados desse tipo de concepção e atuação da Extensão Rural passa, necessariamente, por questões relativas aos recursos humanos, em termos de contar com técnicos individualmente capacitados e coesos em torno dessa estratégia de intervenção e, também, em número suficiente para atuar sobre os objetos de intervenção (produtores e familiares).

Como não se dispõe de elementos que permitam analisar essas questões, serão analisados alguns fatores indiretos. Por exemplo, no caso do impacto da assistência técnica sobre a organização da produção do público-alvo, pode-se relacioná-la com o crédito rural.

O crédito rural, conjugado à assistência técnica através da obrigatoriedade de apresentação de um projeto ou plano elaborado por técnicos da EMATER-PR, constituía-se no elemento central com que contavam para direcionar a organização da produção.

Entretanto, a análise anterior sobre o subprojeto de Crédito Rural permite deduzir que os técnicos não puderam contar com esse elemento de intervenção direta sobre a organização da produção. Com isso, perderam a possibilidade de introduzir, entre o público-alvo, os insumos e práticas previstos (correção do solo, sementes melhoradas e adubação, entre outros).

Tal dedução se fortalece ao considerar-se que parcela

---

<sup>107</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun. 1980. p.5.

significativa<sup>108</sup> desse público não tem condições materiais para adquirir tais insumos, a não ser com o recurso do crédito rural concedido em condições especiais; assim, mesmo tendo recebido orientação técnica sobre a importância desses insumos, os produtores não poderiam adquiri-los.

Dessa forma, e para essa parcela do público em particular, não se viabiliza, na prática, a transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, através da qual o subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural previa atingir seus objetivos.

Entretanto, os produtores especializados com unidades de até 50 ha, igualmente incluídos como público-alvo, podem ter tido oportunidade de adotar as orientações da Assistência Técnica, por disporem de melhores condições materiais de produção e, conseqüentemente, de endividamento. Esses, representados pelos produtores de soja, trigo, hortifrutigranjeiros e outros produtos integrados aos mercados intermediários ou de consumo final, devem ter sido os maiores beneficiários do PRO-RURAL.

Tal dedução tem por apoio o conhecimento da realidade e os dados de crédito do próprio Programa. Os dados dos contratos recuperados do subprojeto de Crédito Rural permitem uma idéia aproximada de quais produtos/atividades receberam maior volume de recursos.

As informações apresentadas na tabela 53 demonstram que, durante o período de implementação do PRO-RURAL, os produtos que receberam maior volume de crédito são aqueles produzidos por produtores mercantis e especializados, com exceção do ano de 1985, quando o crédito foi concedido, em maior volume, para

---

<sup>108</sup>Conforme se verificou no item 4, os produtores com unidades de até 50 ha não constituem um contingente homogêneo; ao contrário, suas condições sócio-econômicas são bastante heterogêneas.

os produtores de arroz, feijão, mandioca e feijão/milho.<sup>109</sup> Na Região Programa, esses produtos são produzidos, em geral, porque se constituem em fonte de alimentos para a família dos produtores. Diferente é a situação dos produtores de soja, trigo e hortifrutigranjeiros, por exemplo, que produzem com objetivos mercantis e estão integrados à estrutura econômica de apoio à produção, inclusive à financeira.

TABELA 53 - DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO DOS CONTRATOS RECUPERADOS, POR PRODUTOS E ATIVIDADES, NO PARANÁ - 1982-86

(Em Cr\$ 1.000,00)<sup>1</sup>

PRODUTO/ATIVIDADE	1982-83		1984		1985		1986	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Soja	8.354	2,6	152.845	19,8	29.912	1,7	359.259	3,7
Trigo	10.457	3,2	16.652	2,2	32.382	1,8	1.563.579	16,1
Algodão	-	-	4.464	,6	-	-	-	-
Cevada	230	,1	4.770	,6	4.648	,3	224.410	2,3
Fumo	3.128	1,0	9.294	1,2	1.200	,1	67.320	,7
Milho	75.735	23,7	173.473	22,5	152.628	8,7	1.504.964	15,5
Subtotal	97.904	30,6	361.498	46,9	220.770	12,6	3.719.532	38,3
Olericultura	58.996	18,4	31.219	4,0	13.254	,8	218.266	2,2
Fruticultura	22.012	6,9	56.680	7,4	37.021	2,1	602.050	6,2
Batata	29.380	9,2	127.256	16,5	199.584	11,4	1.266.336	13,1
Subtotal	110.388	34,5	215.155	27,9	249.859	14,3	2.086.652	21,5
Arroz	4.994	1,6	18.113	2,4	24.584	1,4	255.257	2,6
Feijão	50.584	15,8	137.224	17,8	1.245.384	71,4	1.868.749	19,2
Mandioca	-	-	-	-	-	-	15.000	,2
Feijão/Milho	160	,0	2.956	,4	-	-	25.000	,3
Subtotal	55.738	17,4	158.293	20,6	1.269.968	72,8	2.164.006	22,3
Pequena Pecuária	9.774	3,0	3.258	,4	-	-	32.738	,3
Grande Pecuária	10.750	3,4	270	,0	-	-	-	-
Pesca	17.172	5,4	19.542	2,5	-	-	1.228.486	12,6
Piscicultura	498	,2	-	-	-	-	-	-
Apicultura	10.221	3,2	2.794	,4	-	-	260.202	2,7
Agüce e Destoca	-	-	-	-	1.833	,1	-	-
Construção de casa	500	,2	-	-	-	-	-	-
Eletificação rural	4.390	1,3	808	,1	-	-	-	-
Irrigação	1.393	,4	-	-	500	,0	-	-
Calcário	272	,1	9.073	1,2	3.540	,2	222.877	2,3
Outros	1.043	,3	-	-	-	-	-	-
TOTAL	320.043	100,0	770.691	100,0	1.746.470	100,0	9.714.493	100,0

PONTE: Estatísticas de Aplicação - Banco do Brasil-PR - encaminhadas à UTAD

<sup>1</sup>Em valores correntes.

<sup>109</sup> As informações do item 5 - Produção Agropecuária da Região Programa no período de vigência do PRO-RURAL - demonstram que as produções de feijão e arroz foram as que apresentaram o pior desempenho, nos anos 80.



Tais circunstâncias permitem deduzir que as orientações e os serviços prestados pelo subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural devem ter contribuído para que os produtores com acesso ao crédito ou melhores condições materiais adotassem as inovações técnicas adequadas, resultando em ganhos de produção e produtividade.

Quanto à qualificação dos técnicos, é possível levantar a hipótese de que o subprojeto não tenha conseguido manter ou atingir o nível esperado, com base no que vem ocorrendo com o funcionalismo público em geral, desde meados dos anos 80. Data desse período a queda dos salários reais dos técnicos, acompanhada pela evasão dos quadros mais qualificados do setor público.

Caso isso tenha ocorrido entre os técnicos da EMATER-PR, durante o período de implementação do PRO-RURAL, pode ter repercutido negativamente sobre a eficiência dos serviços prestados pela Assistência Técnica e Extensão Rural.

Atualmente esta situação está ocorrendo, tendo sido inclusive constatada e considerada preocupante pelos representantes do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), devido às suas repercussões sobre o quadro técnico dos órgãos envolvidos no programa que hoje o Estado implementa com recursos desse banco. Esses representantes manifestaram sua opinião sobre os seguintes aspectos, que sofrem influência direta da queda dos salários reais:

- No grau de motivação do pessoal e sua dedicação aos objetivos do Projeto;
- No grau de rotatividade do pessoal [...];
- Na perda de pessoal técnico, devidamente treinado pelo Projeto e conhecedor da realidade de suas regiões.<sup>110</sup>

---

<sup>110</sup> Este parecer consta da Minuta de Entendimento, resultado da Missão de Supervisão do BIRD, no período de 10 a 11 de novembro de 1991, e diz respeito ao empréstimo 3018-BR, realizado entre o governo do Paraná e o BIRD, para implementação do Paraná-Rural - Subprograma de Manejo e Conservação do Solo.

A gravidade dessas influências pode ser dimensionada quando se verifica que está na dependência do pessoal técnico atuante e não dos planejadores ou administradores a tarefa de execução final dos subprojetos. Desse modo, é na relação entre técnico e produtor que se efetivam, na prática, a intervenção pretendida e/ou os objetivos da Assistência Técnica. Essa relação, por sua vez, depende da capacidade individual de cada técnico para chegar a bom termo.<sup>111</sup>

Não é possível constatar se o subprojeto sofreu esses percalços através das informações disponíveis. Para tanto, seriam necessárias informações mais detalhadas sobre o nível de qualificação e grau de rotatividade dos técnicos atuantes para cada um dos 61 municípios da área de abrangência do Programa.

Independente da entidade executora ter conseguido manter seu quadro técnico, os recursos aportados pelo BID, US\$ 1.202 milhões, aplicados em instalações, veículos, máquinas, equipamentos e outros, concretamente contribuíram para modernizar e instrumentalizar a estrutura de apoio às atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural.

### 6.1.3 Subprojeto de Fomento Agropecuário

O documento/proposta do subprojeto de Fomento Agropecuário<sup>112</sup> apresentava como objetivo geral a promoção do desenvolvimento agropecuário da Região Programa, a ser atingida através da consecução de três objetivos específicos: serviços

---

<sup>111</sup>Aqui estão sendo consideradas a qualificação e experiência dos técnicos atuantes, e não a questão mais abrangente da adequação da orientação geral do subprojeto à realidade sobre a qual pretende provocar mudanças.

<sup>112</sup>PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Fomento Agropecuário. Curitiba, jun. 1980.

de motomecanização agrícola, abastecimento de insumos agropecuários, e apoio à pesca artesanal.

A responsabilidade pela execução desse subprojeto ficou com a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná-CAFE DO PARANÁ. Para tanto, coube a essa empresa 60% do total de recursos aportados pelo BID no grupo dos subprojetos produtivos. Dessa forma, dos recursos totais recebidos pela CAFE DO PARANÁ (US\$ 11.243 milhões), a participação do governo é residual, frente aos recursos aportados pelo BID (US\$ 9.900 milhões) - ver quadro 2.

A alocação desses recursos se destinou, em maior volume, ao incremento e modernização do parque de máquinas e equipamentos dessa empresa (US\$ 6.344 milhões); a construções de obras de infra-estrutura para prestação de serviços (US\$ 2.137 milhões); e à aquisição de veículos (US\$ 1.451 milhões) - ver tabela 44.

Esses investimentos realizados pela CAFE DO PARANÁ são o melhor exemplo de que os recursos externos, aportados pelo BID via PRO-RURAL, contribuíram para reequipar e modernizar as instituições de apoio à produção agropecuária.

Nesse sentido, pode-se deduzir que essa empresa se fortaleceu e adquiriu condições de atingir o objetivo geral do subprojeto de Fomento Agropecuário, a saber, o de impulsionar o desenvolvimento agropecuário na Região Programa.

Todavia, mesmo considerando essa possibilidade, outros aspectos são passíveis de questionamento. Por exemplo, parte das obras físicas destinadas à prestação de serviços foram concluídas no momento em que o próprio Programa chegou ao término (quadro 3).

QUADRO 3 - OBRAS, LOCALIZAÇÃO, DATA DE CONCLUSÃO E METRAGEM POR ATIVIDADE DO SUBPROJETO FOMENTO AGROPECUÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	LOCAL	DATA DE CONCLUSÃO	ÁREA (m <sup>2</sup> )
Posto de Mecanização	Curitiba	1984	655,00
	Irati	1984	655,00
	Morretes	1983	655,00
	União da Vitória	1984	655,00
	Ponta Grossa	1983	655,00
Unidade de Beneficiamento de Sementes	Ponta Grossa	1986	7.448,61
Unidade de Coleta e Beneficiamento de Mel	Ponta Grossa	1986/87	258,00
Posto de Coleta de Mel	Bocaiúva do Sul	... <sup>1</sup>	88,00
	União da Vitória		88,00
	Ortigueira		88,00
Peixaria	Paranaguá	... <sup>1</sup>	48,00
	Guaratuba		48,00
	Matinhos		48,00
Posto de Coleta de Pescado com Trapiche	Paranaguá	... <sup>1</sup>	113,20
	Ilha das Peças (Guaraqueçaba)		113,20
	Ilha Superagüi (Guaraqueçaba)		113,20
Entrepasto de Pescado	Pontal do Sul (Paranaguá)	... <sup>1</sup>	529,60
Estação de Produção de Alevinos	União da Vitória	1986	(2)436,30
		(3)	15.500,00
	Jaguariaíva	1986	(2)436,30
		(3)	15.500,00
	Palmas	1986	(2)114,00
		(3)	8.000,00

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.48, tabela 33; PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

<sup>1</sup>O relatório elaborado pela CAPE DO PARANÁ coloca que estas obras foram concluídas entre 1984 e 1986.

<sup>2</sup>Área construída.

<sup>3</sup>Área inundada.

O atraso na conclusão das obras é negativo não só porque significa que determinados serviços demoraram para ser prestados aos produtores, mas também porque os juros sobre o empréstimo externo estavam sendo contabilizados desde o início do Programa.

Outro questionamento diz respeito ao segmento de produtores beneficiados com os investimentos realizados pela CAFE DO PARANÁ. Sendo essa uma empresa de economia mista, os investimentos foram realizados pressupondo um retorno financeiro,<sup>113</sup> mesmo porque os recursos externos não se apresentavam como a fundo perdido. Portanto, apenas os produtores com condições de pagamento puderam ter acesso aos serviços de fomento agropecuário.

Nessas circunstâncias, mesmo que tais serviços tenham se dirigido aos produtores com unidades de até 50 hectares, não devem ter atingido os mais carentes desse segmento, mesmo tendo sido previsto que [...] os custos referentes à depreciação e juros sem financiamento do imobilizado não serão cobrados ao pequeno produtor rural.<sup>114</sup>

No caso dos serviços de motomecanização, foi previsto um desconto, em média de 35,7%.<sup>115</sup> Para as vendas da Unidade de Beneficiamento de Sementes, foi previsto comercializá-las a preço de custo.<sup>116</sup> Quanto aos insumos, não foram previstos subsídios.<sup>117</sup>

Ainda sobre o público beneficiado, os relatórios da CAFE e da UTAD não apresentam informações sobre sua localização, tamanho de unidade ou número de produtores. Desse modo, pode-se

<sup>113</sup>Tanto é assim que constam da proposta da CAFE DO PARANÁ os Resultados Operacionais do Subprojeto de Fomento, calculados com base na evolução das receitas e despesas da empresa, com o objetivo de verificar sua capacidade de pagamento.

<sup>114</sup>PARANÁ, Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Fomento Agropecuário. Curitiba, jun. 1980. p.64.

<sup>115</sup>PARANÁ, Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Fomento Agropecuário. Curitiba, jun. 1980. p.64

<sup>116</sup>PARANÁ, Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Fomento Agropecuário. Curitiba, jun. 1980. p.67

<sup>117</sup>PARANÁ, Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Fomento Agropecuário. Curitiba, jun. 1980. p.72

considerar, por dedução, que foram usuários dos serviços de motomecanização os produtores pequenos e médios com condições de pagar por esses serviços, particularmente aqueles localizados próximo ou nos municípios onde foram reformados ou construídos os postos de mecanização.

Foram beneficiados os produtores de mel, pela construção dos postos de Coleta e Unidade de Beneficiamento de Mel. Todavia, na parte de beneficiamento, devido ao atraso na construção da unidade destinada a esse fim, esta passou a ser utilizada somente após o término do Programa.

Situação mais séria ocorreu com a Estação de Produção de Alevinos que, mesmo após o término do Programa, não havia entrado em produção devido à necessidade de reparos e acertos em suas instalações.<sup>118</sup>

No caso dos pescadores artesanais do litoral, esses devem ter sido beneficiados, na medida em que as obras físicas contribuíram para solucionar alguns problemas relativos à comercialização dos produtos, esfera essa que, usualmente, revela-se precária para esses pescadores.

Não obstante esses questionamentos, os investimentos da CAFE DO PARANÁ permitiram a essa empresa revigorar e ampliar sua oferta de serviços na Região Programa.

#### 6.1.4 Subprojeto de Reflorestamento

O subprojeto de Reflorestamento foi elaborado com a intenção de implantar 10.000 ha de reflorestamento energético e 18.200 ha de essências nativas. Através desses reflorestamentos

---

<sup>118</sup>PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Fomento Agropecuário. Curitiba, jun. 1980. p.18.

seria atingido o objetivo de estimular o plantio de matéria-prima para utilização como fonte alternativa de energia, bem como atender à Lei Nº 7.055 (Lei de Terra), que prevê a manutenção e/ou recuperação florestal na ordem de 25% da área total do imóvel.<sup>119</sup>

Para tanto, coube às entidades envolvidas um montante de recursos no valor de US\$ 6.562 milhões, sendo de US\$ 2.147 milhões a participação do BID e de US\$ 4.415 milhões a contrapartida do governo (quadro 2, item 6). Os recursos provenientes do BID, US\$ 2.147 milhões, foram aplicados quase que exclusivamente em materiais, mudas florestais e sementes, e, os recursos locais, US\$ 3.658 milhões, em crédito de médio e longo prazos.<sup>120</sup>

A análise dos benefícios gerados por esses investimentos é bastante difícil, dado que não se dispõem de informações. Em princípio, as metas foram até superadas, na medida em que, com base na produção e comercialização de mudas, foi estimada como sendo de 6.637 ha a área reflorestada com eucalipto, de 9.875 ha com bracatinga e de 19.449 ha com essências nativas, entre 1980 e 1986.<sup>121</sup>

No caso do subprojeto de Reflorestamento, a falta de informações mais detalhadas pode ser consequência das dificuldades enfrentadas na execução deste. Segundo o relatório do subprojeto, tais dificuldades podem ser atribuídas ao arrojo das metas e abrangência da área do projeto.<sup>122</sup> Podem-se agregar a essas dificul-

---

<sup>119</sup>PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Curitiba, out. 1980. p.22.

<sup>120</sup>PARANA. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de Atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.66, tabela 49.

<sup>121</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. n.p.

<sup>122</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. n.p.

dades, ou ainda ser considerados como detonadores das demais, problemas operacionais decorrentes da falta de integração interinstitucional, dado o número de entidades envolvidas e o fato de estas não terem no reflorestamento sua atividade fim.

Na definição da proposta do subprojeto de Reflorestamento, foram estabelecidas a participação e as atribuições das seguintes instituições:

- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB (Coordenação das ações do subprojeto);
- Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - ACARPA:
  - . Motivação do produtor;
  - . Seleção dos beneficiários;
  - . Projeto de implantação a nível de propriedade;
  - . Assistência Técnica;
- Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF
  - . Coleta de sementes;
  - . Produção de mudas;
  - . Transporte de mudas até as comunidades;
- Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR
  - . Pesquisa Florestal.<sup>123</sup>

O fato de essas instituições não terem prática em reflorestamento e de não terem conseguido integrar suas ações se reforça quando se observam os dificuldades enfrentadas pelas mesmas na execução do subprojeto de Reflorestamento.

A seguir, pode-se observar uma síntese dos problemas operacionais observados por ocasião da implantação do reflorestamento.

- 1) Época inoportuna para entrega de mudas. Este fato propiciou que mudas em condição de campo tivessem que aguardar a execução das tarefas básicas a nível de propriedade, como colheita, capinas, etc., para serem plantadas, provocando, em muitos casos, a perda da época ideal para plantio.
- 2) Dificuldade de entrega. A inexistência de transporte disponível nas horas mais adequadas para essa atividade provocou algumas dificuldades junto ao público beneficiário, que adequava sua programação em função da chegada das mudas.
- 3) Espécies inadequadas. Pode-se afirmar que o adjetivo "inadequadas" é um pouco questionável, pois na verdade o que ocorreu foi a produção de algumas espécies pouco atraentes aos produtores.
- 4) Estrutura Técnica. A ausência de assistência técnica, principalmente nas fases mais críticas, coveamento, plantio, ocasionou a perda de mudas a nível de campo, pela adoção de práticas incorretas.

---

<sup>123</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. n.p.



5) Centralização na Produção de Mudas. Propiciou, além do elevado consumo de combustível decorrente das distâncias a serem percorridas, a perda de mudas durante o transporte, face às condições de tráfego de alguns trechos. Pode-se atribuir ainda à centralização na produção de mudas a grande dificuldade encontrada pelos técnicos locais no cumprimento do planejamento do seu trabalho.<sup>124</sup>

Ainda segundo esse Relatório, alguns dos problemas apontados foram sanados e outros atenuados, ao longo do período de implementação do Programa.

Dadas essas circunstâncias, existe a possibilidade concreta de que várias mudas tenham se perdido, ou por não terem sido plantadas, por plantio incorreto, por falta de assistência técnica ou por outras razões. Todavia, as que foram plantadas e atingiram a fase de aproveitamento produtivo devem se constituir em fonte alternativa de renda para os pequenos produtores, como é o caso da erva-mate, essência nativa que propicia exploração produtiva por muitos anos.

No caso da bracatinga e do eucalipto, sua comercialização significa, além de uma renda para o produtor, a possibilidade de preservação da mata nativa, na medida em que essas espécies podem ser usadas como lenha ou carvão para fins industriais, em lugar das nativas.

#### 6.1.5 Subprojeto de Pesquisa Agropecuária

A Fundação Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR) foi a entidade responsável pela execução do subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Para tanto, recebeu, ao longo do período de duração do PRO-RURAL (1982 a 1987), um montante de US\$ 6.299 milhões, sendo US\$ 2.057 milhões de recursos do BID e US\$ 4.242 milhões do governo (quadro 2, item 6).

Os recursos do BID foram empregados na construção de

---

<sup>124</sup>PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. n.p.

novas Estações Experimentais, na complementação de obras já existentes, na construção de um Centro de Pesquisa em Piscicultura e na aquisição de equipamentos laboratoriais, agrometeorológicos, agrícolas, veículos de transporte pesado e leve, móveis e utensílios, entre outros.

Esses investimentos representaram significativo incremento nas condições de infra-estrutura para as equipes de pesquisa e, conseqüentemente, na consecução dos objetivos do subprojeto.

Segundo consta do documento/proposta, o objetivo geral do subprojeto de Pesquisa Agropecuária é o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias adaptadas às condições ecológicas da região e as características do pequeno produtor rural, visando maior rentabilidade aos sistemas de produção.<sup>125</sup>

Esse objetivo geral seria atingido através de pesquisas desenvolvidas nas seguintes áreas:

- a) Manejo e Conservação do Solo - o objetivo previsto nas pesquisas desta área é o de dar maior enfoque a esse aspecto, através do uso de matéria orgânica e práticas conservacionistas.<sup>126</sup>
- b) Pesquisa Vegetal - o enfoque a ser dado visará estudos de adaptação de variedades e ajuste de técnicas de cultivo de espécies vegetais, em função das características físicas e sócio-econômicas da pequena propriedade.<sup>127</sup>
- c) Pesquisa Animal - com o objetivo de melhoria do rebanho animal da região e a pesquisa de opções de raças e espécies para a área de abrangência do Programa, propõem-se as seguintes atividades:

---

<sup>125</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Curitiba, jun. 1980. p.17

<sup>126</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Curitiba, jun. 1980. p.18.

<sup>127</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Curitiba, jun. 1980. p.20.

- formação e manejo das pastagens;
- produção e conservação de forragens;
- manejo animal;
- arraçãoamento;
- profilaxia e controle sanitário;
- higiene das instalações, tendo em vista um melhor desempenho do animal bem como o aproveitamento de estrume como adubo orgânico.<sup>128</sup>

d) Pesquisa em Engenharia Agrícola - a pesquisa a ser conduzida pretende fornecer à pequena propriedade máquinas e implementos para o cultivo do solo, adequado às suas condições, maximizando o uso da tração animal e maquinário para beneficiamento dos produtos.<sup>129</sup>

e) Inventário Tecnológico, Modelagem e Testes de Sistemas de Produção (Sistemas Agrícolas) - em vista do exposto, deverá a pesquisa proporcionar a esse público menos favorecido tecnologias alternativas que considerem a situação que o cerca e que promovam avanços graduativos e não produtividades prodigiosas de imediato.<sup>130</sup>

f) Produção de Sementes Básicas e Genéticas - visando oferecer ao agricultor sementes de qualidade, o IAPAR pretende melhor estruturar-se na produção de sementes, seja fiscalizada, seja certificada, dando prioridade a sementes de arroz, feijão, milho, batata, soja e trigo.<sup>131</sup>

Na fase inicial de implementação do subprojeto, foram definidos os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento das pesquisas propostas, ficando estabelecido que o desenvolvimento da

<sup>128</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Curitiba, jun. 1980. p.22.

<sup>129</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Curitiba, jun. 1980. p.23.

<sup>130</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Curitiba, jun. 1980. p.26.

<sup>131</sup> PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Curitiba, jun. 1980. p.28.

ação do IAPAR deveria, necessariamente, ser direcionado dentro do enfoque multidisciplinar e sistêmico, com vistas a oferecer as alternativas realmente capazes de proporcionar melhores condições de sobrevivência e desenvolvimento ao pequeno agricultor, embasado num esquema de alta sustentabilidade, através da ativação dos fatores de produção que lhe são mais abundantes.<sup>132</sup>

Se os recursos do BID forneceram a infra-estrutura física para o desenvolvimento das pesquisas, a contrapartida do governo (US\$ 4.242 milhões) foi utilizada de modo a garantir os recursos humanos. Assim, os técnicos do IAPAR foram alocados e, principalmente, treinados, com o intuito de formar uma massa crítica capaz de dar andamento às pesquisas.

O treinamento foi direcionado no sentido de capacitar os técnicos a adotarem o enfoque sistêmico como metodologia de pesquisa pelo IAPAR. Os técnicos participaram de cursos, em sua grande parte realizados em centros localizados no exterior, promoveram cursos internos, seminários, congressos e receberam consultoria especializada, objetivando capacitar-se em pesquisa de sistemas de produção e balanço ecoenergético.<sup>133</sup>

Durante a primeira fase de execução do subprojeto de Pesquisa Agropecuária (1981-83), o IAPAR ampliou sua base logística e organizacional, ao mesmo tempo em que desenvolveu um importante trabalho de diagnóstico em nível de produtor.<sup>134</sup>

Esse diagnóstico foi elaborado com a intenção de identificar os sistemas de produção predominantes na Região Programa.

---

<sup>132</sup>FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. Relatório final de execução do Subprojeto Pesquisa Agropecuária do PRO-RURAL. Londrina, 1987. p.4.

<sup>133</sup>PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. p.30.

<sup>134</sup>FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. Relatório final de execução do Subprojeto Pesquisa Agropecuária do PRO-RURAL. Londrina, 1987. p.6

Após essa fase, foi selecionado o município de Rio Azul, que se tornou o laboratório privilegiado de metodologia de pesquisa agrícola para o pequeno produtor do Paraná.<sup>135</sup>

Assim, entre 1984 e 1985, o esforço de pesquisa se concentrou no entendimento da problemática desses agricultores, através do acompanhamento de propriedades representativas dos sistemas de produção predominantes em Rio Azul. O resultado desses estudos significou um avanço no conhecimento das reais condições de produção dos agricultores, o que, por sua vez, subsidiou novas propostas de linhas de pesquisas agronômicas, para o próprio IAPAR, bem como de pesquisa em geração e adaptação de tecnologias para os pequenos produtores.

Nesse sentido, pode-se considerar que os resultados das pesquisas do subprojeto extrapolaram o âmbito da Região Programa, na medida em que podem ser aplicados para o Estado em geral. Extrapolaram também o âmbito dos técnicos envolvidos no subprojeto, pois se refletiram na instituição como um todo. Tanto é assim que, em 1985, houve uma reformulação na programação de pesquisas do IAPAR, com a instituição do Programa Sistemas de Produção, que promovia a adoção da metodologia desenvolvida via subprojeto, como concepção e operacionalização das atividades da instituição.

A partir dessa tentativa de difusão do enfoque sistêmico no IAPAR, verificou-se um movimento de discussão, crítica e reciclagem na própria metodologia aplicada em Rio Azul, resultando em seu aprimoramento e na agilização no diagnóstico com o objetivo de abranger o âmbito estadual. Resultou ainda na

---

<sup>135</sup>FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ. Relatório final de execução do Subprojeto Pesquisa Agropecuária do PRO-RURAL. Londrina, 1987. p.8.

confirmação da importância da multidisciplinaridade e da necessidade de interinstitucionalizar as ações da pesquisa com a assistência técnica e extensão rural.

Já na fase de conclusão do subprojeto (1986-87), alguns técnicos do IAPAR, envolvidos com o Programa Sistemas de Produção, e os da EMATER-PR, localizados no Escritório Regional de Irati, iniciaram um processo de discussão e interação, com vistas à implementação de trabalho conjunto Pesquisa/Extensão, com maior amplitude de ação tanto institucional como geográfica.<sup>136</sup>

Os trabalhos publicados pelo IAPAR, produto dos estudos realizados pelos técnicos envolvidos no subprojeto de Pesquisa Agropecuária, permitem deduzir que as pesquisas foram conduzidas de forma a detectar as demandas e atender às carências específicas dos pequenos produtores; ou seja, tais pesquisas foram efetivamente direcionadas para o público-alvo do PRO-RURAL.<sup>137</sup>

Quanto ao atingimento das metas do subprojeto, o Relatório Final de Atividades afirma que todas as metas previstas inicialmente foram alcançadas, com exceção daquela estabelecida para a produção de semente básica de batata. Revela também que algumas metas foram atingidas com atraso, devido à não-contr

<sup>136</sup>FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. Relatório final de execução do Subprojeto Pesquisa Agropecuária do PRO-RURAL. Londrina, 1987. p.15.

<sup>137</sup>VARASCHIN, Vitorio Manoel; LAURENTI, Antonio Carlos. Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência da Região Centro-Sul do Paraná. Londrina : IAPAR, 1991. 47p. (IAPAR. Boletim Técnico, 37); RODRIGUES, Aníbal dos Santos et al. Análise agroeconômica, ecoenergética e sócio-econômica de três unidades de exploração agrícola do município de Rio Azul, Paraná : propostas de sistemas agrícolas modificados. Londrina : IAPAR, 1989. 172p. (IAPAR. Boletim técnico, 18); MUNGUIA PAYÉS, Manoel A. Sistemas de produção predominantes no município de Rio Azul - Paraná : uma proposta teórico-metodológica. Londrina : IAPAR, 1989. 43p. (IAPAR. Boletim técnico, 27); FASIABEN, Maria do Carmo et al. Avaliação de alternativas tecnológicas introduzidas em sistemas de produção diversificados. Londrina : IAPAR, 1990. 39p. (IAPAR. Boletim técnico, 34).

tação e/ou demora na contratação de técnicos prevista dentro do cronograma aprovado.<sup>138</sup>

Além dessas dificuldades, também foram sentidos problemas relativos à implementação da metodologia de pesquisa em sistema de produção.<sup>139</sup> Todavia, estes podem ser considerados inerentes a toda proposta nova no interior de uma instituição. No caso do IAPAR, esse tipo de dificuldade se agrava, na medida em que a pesquisa em sistema de produção implica um trabalho multidisciplinar e interinstitucional, fato que esbarra em resistências.

No tocante à aplicação prática dos resultados da pesquisa, o subprojeto não chegou a ser testado nesse nível, pois a incorporação das recomendações técnicas, produto das pesquisas, só foi implantada em nove unidades produtivas do município de Rio Azul.

Nessas unidades, as condições de adoção podem ainda ser consideradas de laboratório, porque foram implantadas com todo o apoio material (sementes, mudas, vacinas e outros) e de assistência técnica especial do IAPAR.

Quando essas experiências foram testadas, os técnicos constatarem que:

[...] os agricultores foram unânimes em torno dos benefícios trazidos, principalmente, pela adubação verde de inverno e sua incorporação com implementos à tração animal, pelo plantio de pastagens anuais de inverno na área de lavouras e pela introdução de melhores pastagens perenes de verão aliadas a um programa de vacinação e mineralização, gerando inclusive excedentes de milho para comercialização.

Consideraram, entretanto, **que não teriam condições financeiras de realizar essas modificações por conta própria**, principalmente no que tange à obtenção de sementes de adubos verdes e pastagens anuais de inverno, obtenção de mudas de pastagens

---

<sup>138</sup>FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. Relatório final de execução do Subprojeto Pesquisa Agropecuária do PRO-RURAL. Londrina, 1987. p.27-40.

<sup>139</sup>FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. Relatório final de execução do Subprojeto Pesquisa Agropecuária do PRO-RURAL. Londrina, 1987. p.30.

perenes, aquisição de implementos à tração animal (rolo-faca), construção de cercas em torno das áreas de lavouras (possibilitando as pastagens anuais de inverno). Apesar de serem pequenos investimentos, dificultam a massificação de tais práticas.<sup>140</sup>

Essas observações, fruto da constatação dos próprios técnicos e produtores envolvidos nas experiências práticas do IAPAR, permitem concluir que algumas propostas, resultantes das pesquisas, encontraram restrições advindas das condições materiais dos produtores. Isso significa que, mesmo com as pesquisas tendo sido dirigidas para atender às demandas técnicas do público-alvo do PRO-RURAL, as limitações materiais desses produtores<sup>141</sup> são tão graves que os impossibilita de adquirir as inovações técnicas apropriadas, apesar de estas requererem reduzidos investimentos.

Entretanto, as dificuldades enfrentadas e o fato de as inovações propostas não terem sido testadas fora do âmbito laboratorial não invalidam o avanço teórico/metodológico nem comprometem o conhecimento acumulado sobre a pequena produção na Região, produtos das pesquisas desenvolvidas via subprojeto de Pesquisa Agropecuária.

Atualmente, o IAPAR dispõe de considerável arcabouço teórico e metodológico sobre o enfoque sistêmico; de um acervo sobre as condições, limites e possibilidades de intervenção agroecológica, social e econômica nas pequenas unidades de produção rural; e de uma massa crítica capaz de desenvolver novos

---

<sup>140</sup>FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. Relatório final de execução do Subprojeto Pesquisa Agropecuária do PRO-RURAL. Londrina, 1987. p.12, grifo nosso.

<sup>141</sup>O PRO-RURAL, em princípio, adotou como público-alvo os produtores mais carentes dentre aqueles com unidades de até 50 ha. Por esse motivo, com o objetivo de identificar os sistemas agrícolas e selecionar os produtores pesquisados, o IAPAR utilizou como indicadores os mesmos critérios do PRO-RURAL para definir seu público-alvo: área de propriedade menor ou igual a 50 ha; baixo índice de capitalização; uso de tecnologias tradicionais; uso intensivo da mão-de-obra familiar; renda "per capita" inferior a US\$ 400,00/ano; e produção voltada ao autoconsumo.



estudos e de aplicar o mesmo enfoque de pesquisa em outras regiões do Estado, ampliando o conhecimento sobre o meio rural do Paraná.

No que se refere aos recursos humanos, elemento estratégico para o desenvolvimento tecnológico, algumas questões merecem ser levantadas, as quais seguem a mesma linha das que foram levantadas quando da análise do subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural, e dizem respeito à evasão dos quadros técnicos mais capacitados do aparelho de Estado.

No caso do IAPAR, evidencia-se, pelas suas publicações, a evasão de técnicos treinados e qualificados através do subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Participaram da elaboração dos quatro livros, citados nas referências bibliográficas, treze técnicos do IAPAR. Destes, apenas oito ainda permaneciam no IAPAR à época da publicação dos livros (1989-91); cinco já constavam, nessa data, como ex-técnicos.

Esse exemplo demonstra que o Estado, através do PRO-RURAL, investiu na capacitação de seus técnicos mas não terá oportunidade de um retorno, na medida em que estes, ao se tornarem mais aptos a desenvolver suas funções, deixam a instituição. Conforme foi colocado, isso ocorre devido à queda dos salários reais dos servidores públicos, que obriga os técnicos a procurar trabalho compatível com sua qualificação técnica e remuneração compatível com seu padrão de vida.

#### 6.1.6 Subprojeto de Regularização Fundiária

O subprojeto de Regularização Fundiária, inicialmente concebido como parte do suprojeto de Posse e Uso da Terra, tinha como objetivo

agilizar o processo de regularização fundiária que o Estado vem desenvolvendo nestas áreas, diminuindo consideravelmente o tempo que se iria dispendar para o atingimento das metas aqui propostas [...].

Concomitante às ações de Regularização de Posse, o subprojeto objetiva a racional utilização dos Recursos Naturais Renováveis da Região, através de ações fiscalizatórias e educativas para preservação da flora e da fauna e da implantação de reservas florestais.

Em apoio às atividades acima, o subprojeto desenvolverá trabalhos de Engenharia Cartográfica.<sup>142</sup>

Segundo consta do Relatório de Atividades da Fase de Implantação dos Subprojetos Produtivos, o objetivo do subprojeto de Regularização passou a ser a ampliação dos instrumentos de ação que possibilitem a intervenção do Estado na ordenação de sua estrutura fundiária, buscando com este a melhoria das condições de vida da população rural.<sup>143</sup>

Para atingir esse objetivo, o ITCF recebeu do PRO-RURAL cerca de US\$ 5.466 milhões (quadro 2, item 6). Os recursos do BID, da ordem de US\$ 1.246 milhões, foram aplicados em máquinas e equipamentos, veículos e serviços de consultoria. Como contrapartida, o Estado aportou um montante de US\$ 4.220 milhões, alocado em quase sua totalidade com pessoal (salários e encargos dos funcionários desse órgão).

Na medida em que o subprojeto alterou seus objetivos, conforme foi indicado acima, não faz sentido verificar se as metas inicialmente estabelecidas foram atingidas. Por outro lado, quando se verifica o volume de área por tipo de atividades desenvolvidas, percebe-se que o subprojeto de Regularização Fundiária esteve voltado para as atividades que precedem a efetiva regularização (quadro 4).

---

<sup>142</sup>PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Posse e Uso da Terra. Curitiba, jun. 1980. p.8.

<sup>143</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. n.p.

QUADRO 4 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E ÁREA ATINGIDA PELO  
SUBPROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - 1981-86

ATIVIDADE	ÁREA ATINGIDA (ha)
Licenças de Ocupação Discriminatórias	44.889
Títulos Definitivos	250.600
Levantamento Topográfico e Aerofotogramétrico	101.260
	630.486

PONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

A área onde foram realizadas ações discriminatórias e os serviços topográficos e aerofotogramétricos é bem maior do que a área onde foram entregues títulos definitivos. Com isso se confirma que, através do subprojeto, o ITCF ampliou os instrumentos de ação que possibilitam a intervenção do Estado na ordenação de sua estrutura fundiária.

Nesse sentido, também evolui a aquisição de material de microfilmagem e de laboratório, adquirido com recursos do BID.

A conclusão a que se chega é de que os recursos alocados no ITCF, via PRO-RURAL, contribuíram para que a instituição avançasse no encaminhamento das questões fundiárias regionais.

## 6.2 SUBPROJETOS SOCIAIS

Parcela significativa dos recursos do PRO-RURAL foi destinada à ampliação da oferta e/ou da qualidade de alguns serviços básicos.

Dentre estes, o subprojeto de Educação foi o que recebeu a maior parcela dos recursos - 47%; os demais, saúde e saneamento, participaram, respectivamente, com 31% e 22% dos recursos alocados para a área social.

Na área de educação, a implantação das escolas consolidadas, que buscou "consolidar" as escolas isoladas, multisseriadas, foi a "alma" do subprojeto. Por essa particularidade, será feita uma análise mais ampla dos

indicadores educacionais e destacada a situação dos municípios que implantaram as referidas escolas comparativamente aos que não o fizeram.

Do mesmo modo que o subprojeto de Educação, o de Saúde investiu na ampliação da infra-estrutura, buscando simultaneamente consolidar uma nova prática médica baseada em princípios mais democráticos que os vigentes até então. Para avaliar a concretude da nova proposta, buscou-se comparar alguns indicadores, os quais, pela sua sensibilidade, refletissem as ações na área de saúde, ou seja, o potencial e o limite dessas ações no sentido de alterar o quadro de saúde da população.

Na área de saneamento, o PRO-RURAL concentrou os investimentos na expansão da rede de água, buscando atingir comunidades até então totalmente desprovidas desse serviço.

De um modo geral, os investimentos na área social reproduziram a histórica opção do setor público de realizar despesas de capital, ampliando a infra-estrutura. No quadro 5 verifica-se que 60% dos recursos investidos nos subprojetos sociais foram gastos com máquinas, veículos, construções e obras de saneamento.

Os critérios de distribuição dos empreendimentos segundo os municípios não foram explicitados. Contudo, considerando que o grau de carências da sociedade é suficientemente amplo para absorver os investimentos públicos e tendo em conta, ainda, a preocupação social, implícita nos vários subprojetos, tais critérios deveriam desempenhar um papel no sentido de aproximar os serviços da clientela. Nesse sentido, pode-se pressupor que embora as ações do PRO-RURAL não apresentem fôlego necessário para reverter o quadro geral de carências sociais da Região Programa, deverá atingir parcelas da população total que se encontram distribuídas nos vários municípios.

QUADRO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRO-RURAL POR SUBPROJETOS SOCIAIS, SEGUNDO RUBRICAS, NO PARANÁ - 1981-87

(Em US\$ 1000)

RUBRICAS	TOTAL		EDUCAÇÃO	SAÚDE	SANEAMENTO
	ABSOLUTO	%			
Máquinas e Equipamentos	5.824	10,3	1.826	3.998	-
Construções	14.352	25,5	7.567	6.785	-
Veículos	2.586	4,6	2.494	-	92
Administração e Engenharia	901	1,6	257	405	239
Gastos Operacionais	2.714	4,8	-	2.714	-
Treinamento	3.668	6,5	3.572	27	69
Terrenos	1.953	3,4	-	1.896	57
Capital de Giro	595	1,1	-	-	595
Pessoal	12.769	22,6	9.925	1.834	1010
Material	647	1,2	647	-	-
Obras de Saneamento	10.366	18,4	-	-	10.366
TOTAL	56.375	100,0	26.288	17.659	12.428
%	100,0	-	46,6	31,3	22,1

PONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986.

#### 6.2.1 Subprojeto de Saúde

O financiamento do BID para a área de saúde ocorreu num momento oportuno, na perspectiva das instituições afins.

No início da década de 80, vivenciava-se, em nível nacional, um redirecionamento da política de saúde com a criação das Ações Integradas de Saúde (AIS). Pode-se afirmar sobre seu conteúdo relativamente mais progressista, pois apresentava princípios de maior equidade e universalidade para os serviços de saúde, incorporando a valorização do atendimento básico e da atuação hierarquizada e reforçando o gerenciamento e a administração descentralizada.

A nível de Estado do Paraná, o financiamento do BID possibilitaria concretizar aqueles princípios e ações, particularmente na Região Programa.<sup>144</sup>

<sup>144</sup>Vale observar que a implantação da nova política de saúde no Estado extrapolou a Região Programa e foi estendida às várias regiões do Estado.

Os recursos oriundos do BID permitiriam a construção, ampliação e/ou reequipamento dos estabelecimentos de saúde (postos, centros, etc.), condição fundamental para a implantação da nova política. Os postos e centros construídos ou adequados conformariam a rede para o atendimento básico, enquanto os hospitais públicos ou particulares centralizariam o atendimento dos casos e exames mais complexos. A essa hierarquização corresponderia uma redivisão, entre o município, Estado e União, quanto ao gerenciamento e financiamento.

A implantação da nova estrutura de serviço de saúde no Estado tinha como principal objetivo - totalmente compatível com o PRO-RURAL - ampliar o raio de atendimento e racionalizar as funções públicas, a fim de tentar reverter, através da adequação dos serviços públicos, o quadro de doenças da população.

As informações contidas na tabela 54 indicam que o Estado realizou um esforço no sentido de ampliar a rede básica, entre os anos de 1982 e 1987, construindo postos e centros de saúde na Região Programa. O ritmo de crescimento dos postos foi mais acelerado que o dos centros. No entanto, ao final do período, o número de centros ainda era superior ao de postos.

Pode-se verificar que a distribuição dos centros de saúde é mais homogênea, com cada município dispondo de um ou dois centros. Em oposição, os postos de saúde estão mais concentrados e foram implantados, principalmente, na sub-região do Litoral, possivelmente pela necessidade de oferecer cobertura a um grande número de ilhas.

TABELA 54 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE CADASTRADOS SEGUNDO SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA. RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1982-1987

SUB-REGIÃO	HOSPITAIS		POSTOS DE ASSIST. MÉDICA (POLICLÍNICA)		POSTOS DE SAÚDE		CENTROS DE SAÚDE		OUTROS	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
<b>Metropolitana</b>										
1982	4	18	7	8	1	-	15	-	1	1
1987	5	19	7	8	1	-	17	-	-	-
<b>Litoral</b>										
1982	3	6	4	10	5	-	7	-	-	-
1987	3	6	5	10	16	-	7	-	1	1
<b>Ribeira</b>										
1982	-	1	2	2	-	-	2	-	-	-
1987	-	1	2	2	-	-	2	-	-	-
<b>Iguaçu</b>										
1982	7	15	22	44	15	-	20	-	-	-
1987	8	18	24	49	20	-	21	-	-	-
<b>Tibagi</b>										
1982	7	15	19	11	12	10	16	6	-	-
1987	7	22	21	20	14	10	22	7	1	1
<b>Total da Região Programa</b>										
1982	21	55	54	75	33	10	60	6	1	1
1987	23	66	59	89	51	10	69	7	2	2
<b>Curitiba</b>										
1982	7	55	12	39	18	-	8	-	-	-
1987	7	55	11	38	19	10	8	-	-	-
<b>Restante do Estado</b>										
1982	38	413	248	97	171	4	220	-	1	1
1987	37	458	280	109	385	3	261	-	1	3
<b>TOTAL do Paraná</b>										
1982	66	523	314	211	222	14	288	6	2	2
1987	67	579	350	236	455	13	338	7	3	5

FONTE: SESA

A tabela 54 permite também avaliar os investimentos na Região Programa comparativamente ao Restante do Estado. Constatou-se que, em termos absolutos, ocorreu proporcionalmente uma maior velocidade na implantação dos estabelecimentos de saúde do tipo postos, fora dos limites da Região Programa.

Quanto aos centros de saúde, a distribuição foi mais equitativa, sugerindo que a estratégia foi a mesma, possivelmente implantando-se, no mínimo, um centro de saúde por município. O fato de a Região Programa dispor de um financiamento específico não lhe garantiu um padrão diferenciado e

positivo quanto aos investimentos públicos na área de saúde que a distinguisse das demais regiões do Paraná.

Como se verifica, ainda pela tabela 54, o Estado investiu apenas nos estabelecimentos de saúde do tipo postos e centros; não se constata a expansão do número de hospitais públicos.<sup>145</sup> Ao que parece, acentuou-se, nessa década, a divisão entre o público e o privado, sendo que o investimento público se fez presente na atividade de atendimento básico, enquanto o privado praticamente se concentrou nos estabelecimentos hospitalares. A estratégia da política de saúde vigente, de hierarquização do atendimento médico, pode estar refletida nesse quadro. No entanto, a evolução do atendimento hospitalar relativamente ao acelerado crescimento populacional, específico da Região Programa, é problemática, na medida em que se reduz a disponibilidade de leitos públicos por habitante, mesmo considerando que o Estado está buscando redirecionar sua atuação, compensando a decisão de não investir na construção de novos hospitais através da contratação de um maior número de leitos particulares.

Embora as informações da tabela 55 devam ser vistas com reservas,<sup>146</sup> elas confirmam que a oferta de leitos públicos ou contratados sofreu, no Paraná, uma sensível redução no período 1981-86. Na Região Programa, apenas a sub-região Metropolitana apresenta situação favorável, em razão do aumento dos leitos

---

<sup>145</sup> Não se dispõe de informações que permitam avaliar se no período houve melhora das condições de infra-estrutura dos estabelecimentos de saúde, seja em termos de materiais/equipamentos, seja de pessoal qualificado.

<sup>146</sup> Os levantamentos de fontes diferentes podem responder a critérios diversos, tornando as informações discrepantes.



públicos. Esta informação, contudo, pode estar superestimada.<sup>147</sup> Muito provavelmente a evolução foi semelhante para as várias sub-regiões.

TABELA 55 - LEITOS PRIVADOS CONTRATADOS PELO INAMPS E PÚBLICOS E NÚMERO DE LEITOS, SEGUNDO SUB-REGIÕES TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1981-1986

SUB-REGIÃO	HOSPITAL PRIVADO		HOSPITAL PÚBLICO				TOTAL	
	Número	Total de Leitos Contrat.	Estadual		Municipal		Hospital	Leitos Contr. + Públicos
			Número	Total Leitos	Número	Total Leitos		
<b>Metropolitana</b>								
1981	14	981	-	-	1	12	15	993
1986	18	1.503	2	611	1	16	21	2.130
<b>Litoral</b>								
1981	8	323	2	141	-	-	10	464
1986	6	225	4	148	-	-	10	373
<b>Ribeira</b>								
1981	1	22	-	-	-	-	1	22
1986	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Iguaçu</b>								
1981	17	735	1	45	2	26	20	806
1986	15	384	2	334	2	29	19	747
<b>Tibagi</b>								
1981	27	1.976	4	372	-	-	31	2.348
1986	30	1.707	4	323	-	-	34	2.030
<b>Total da Região Programa</b>								
1981	67	4.037	7	558	10	596	77	4.633
1986	69	3.819	12	1.416	3	45	84	5.280
<b>Curitiba</b>								
1981	-	-	-	-	-	-	-	-
1986	46	4.134	5	686	-	-	51	4.820
<b>Restante do Estado</b>								
1981	488	22.770	6	532	28	3.744	616	26.514
1986	323	10.137	-	-	26	565	349	10.702
<b>TOTAL do Paraná</b>								
1981	555	26.807	13	1.090	38	4.340	693	31.147
1986	438	18.090	17	2.102	29	610	484	20.802

FONTE: INAMPS, SESA

De qualquer modo, a evolução da oferta dos serviços médicos é fundamental na alteração do quadro de saúde da população. Para avaliar a efetividade da política de saúde proposta e consolidada nos anos 80 tomaram-se dois indicadores - causas

<sup>147</sup> Para o ano de 1981 já deveria constar a oferta de leitos públicos, como a existente em Piraquara, por exemplo.

da mortalidade geral e causas da mortalidade infantil - que, pelo seu grau de sensibilidade, podem demonstrar o rumo das condições médico-sanitárias na Região Programa e no Paraná.<sup>148</sup>

De um modo geral, pode-se dizer que os indicadores sofreram uma evolução favorável, ou seja, as informações das tabelas demonstram que houve uma alteração no rol das causas de mortalidade (geral e infantil), além da redução do número de mortes por mil habitantes.

Em relação ao perfil das causas da mortalidade geral, tanto na Região Programa como no Restante do Estado, têm um peso significativo as mortes por "causas mal definidas". Estas estão associadas não só a atestados de óbitos imprecisos, mas possivelmente, também, ao grande número de pessoas que morrem sem acompanhamento médico, característica de estruturas sociais excludentes ou com níveis de pobreza acentuados. Tanto é assim que esse fenômeno é menos significativo no município de Curitiba e na sub-região Metropolitana, onde o grau de urbanização assegura maior nível de atendimento, pela maior difusão de serviços públicos. O contrário se verifica na sub-região do Ribeira, onde as causas mal definidas se destacam de modo acentuado.

Verifica-se também que, no período analisado, o grupo de *causa mortis* das "doenças infecciosas e parasitárias" ficou num patamar secundário em relação às mortes causadas por "disfunção do aparelho circulatório", "neoplasmas", "lesões", e "envenenamento e causas externas".

Assim, permanece o quadro das principais causas de

---

<sup>148</sup>A qualidade dessas informações estão relacionadas com a efetividade da redução e controle dos sub-registros e com a aproximação das estimativas de população, nos anos intercensitários.

mortalidade, havendo, contudo, uma inversão de posições: as doenças consideradas "evitáveis" - por serem suscetíveis de tratamento e cura - estão perdendo importância em relação às "não-evitáveis".

Esta alteração de ordem no quadro das causas mortis está presente tanto na Região Programa como no Restante do Estado. Pode-se verificar que as médias estaduais se apresentam ainda mais favoráveis. No entanto, os indicadores da Região Programa evoluíram no mesmo sentido.

Quanto às causas de mortalidade infantil, as informações disponíveis, referentes apenas aos anos de 1984 e 1986, não permitem avaliar com profundidade sua evolução. Pode-se constatar seguramente, apesar das oscilações entre os municípios, que ainda são significativamente presentes grupos de doenças evitáveis, como "afecções do período perinatal", "doenças infecciosas e parasitárias" e "doenças do aparelho respiratório".

Esse quadro é preocupante, pois demonstra o elevado nível de doenças passíveis de controle através de programas de atenção à infância, particularmente as perinatais. Esta não é uma situação específica da Região Programa; no Restante do Estado essas doenças também são as mais constantes.

Vale observar a evolução diferenciada dos quadros de mortalidade geral e infantil. Percebe-se que o primeiro vem sofrendo uma alteração positiva mais acelerada, enquanto o de mortalidade infantil apresenta alteração menos acentuada, indicando que esta parcela da população é ainda muito vulnerável à precariedade das condições de vida, particularmente em termos de saúde.

Em síntese, pode-se supor que a evolução dos indicadores de saúde caminharam na mesma direção, para o Estado como um todo. A condição da Região Programa, coberta por um financiamento específico, não lhe garantiu uma evolução diferenciada. De qualquer modo, os investimentos públicos, na década de 80, com a reorientação em termos de ampliação do atendimento básico - reduzindo acentuadamente o internamento hospitalar, medido pela menor disponibilidade de leitos - parece estar contribuindo para a evolução favorável dos indicadores, particularmente em relação à mortalidade geral.

#### 6.2.2 Subprojeto de Educação

Em relação a esse subprojeto, será dada ênfase à avaliação do ensino de 1º grau das escolas públicas. Em primeiro lugar, porque este é considerado ensino fundamental e, conforme dispositivos constitucionais federal e estadual, sua oferta é obrigatória e gratuita para a totalidade da população que ainda não lhe tenha tido acesso. Em segundo lugar porque, em relação ao 1º grau, a participação das escolas particulares é pouco significativa. Ao longo dos anos 80, a rede pública de ensino foi responsável pelo atendimento de 92% do total de alunos matriculados no 1º grau.<sup>149</sup>

Inicialmente, pode-se constatar, conforme as informações da tabela 56, que durante os anos 80, no Paraná, houve um aumento do número de escolas nas áreas urbanas. Nesse sentido, verifica-se que a expansão das escolas acompanha a tendência do crescimento populacional, que ocorre basicamente nas áreas

---

<sup>149</sup>IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Situação social da população do Paraná nos anos 80. Curitiba, 1991. 75p. p.21.

urbanas. Considerando-se o ensino público de 1º grau, o número de alunos matriculados confirma essa observação.

TABELA 56 - TOTAL DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO DE 1º GRAU POR ZONA, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1981-1988

SUB-REGIÃO	1981			1988		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
Metropolitana	117	507	624	240	399	639
Litoral	60	130	190	77	118	195
Ribeira	7	106	113	6	96	102
Iguaçu	125	874	999	142	872	1.014
Tibagi	162	789	951	158	767	925
Total da Região Programa	471	2.406	2.877	623	2.252	2.875
Curitiba	214	6	220	264	-	264
Restante do Estado	1.413	8.049	9.462	1.634	6.970	8.604
TOTAL	2.098	10.461	12.559	2.521	9.222	11.743

PONTE: SIE - FUNDEPAR

No ano de 1980, os alunos matriculados nas escolas rurais já era inferior aos matriculados nas urbanas, tanto no Estado como na Região Programa. Em 1988, esta situação torna-se mais acentuada. Nesse período, o número de alunos nas áreas rurais, que já era relativamente menor, ficou mais reduzido frente ao crescimento dos alunos das áreas urbanas, principalmente no Restante do Estado. Na Região Programa, a sub-região Metropolitana acompanha esse comportamento, no sentido da redução acentuada das matrículas rurais e crescimento das urbanas. Os municípios em torno de Curitiba que receberam o impacto da metropolização se destacam, pois nas demais sub-regiões as mudanças não foram tão significativas.

O fato de o Estado estar sofrendo um acelerado processo de urbanização, como o próprio crescimento das escolas e das matrículas demonstra, deveria contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais, partindo-se do pressuposto de que a

implantação de equipamentos ou serviços dessa natureza tendem a se concentrar nos espaços urbanos, pressionados pela própria demanda, melhorando, desta forma, a performance do quadro social.

O primeiro indicador nesse sentido é a relação aluno/professor, entendendo-se que o menor número de alunos por professor é indicativo de melhor funcionamento escolar em termos das condições de transmissão de conhecimento e da interação professor/aluno.

As informações referentes ao 1º grau das escolas públicas, tanto urbanas como rurais, apresentaram uma evolução bastante favorável entre os anos de 1980 e 1988 (tabela 57). Verifica-se que o corpo docente foi ampliado nas escolas das várias sub-regiões, contribuindo para reduzir o número de alunos por professor. No entanto, comparando a evolução do indicador da Região Programa com o do Restante do Estado e a própria média estadual, verifica-se que esta evolução foi mais positiva fora dos limites da Região Programa.

TABELA 57 - RELAÇÃO MATRÍCULA INICIAL POR PESSOAL DOCENTE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE 1º GRAU POR ZONA, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1981-1988

SUB-REGIÃO	1980		1988	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Metropolitana	24,9	23,3	23,7	20,1
Litoral	27,8	23,8	22,3	16,2
Ribeira	30,1	24,4	24,2	20,8
Iguaçu	25,1	21,5	21,8	19,9
Tibagi	28,8	24,7	23,6	19,2
Total da				
Região Programa	26,7	23,2	23,1	19,2
Curitiba	22,3	22,8	19,9	-
Restante do Estado	30,1	31,9	23,5	17,8
TOTAL	28,0	29,8	22,8	18,2

PONTE: SIE - FUNDEPAR, IPARDES

Contudo, não é suficiente, da ótica do desempenho das escolas, apenas uma maior disponibilidade de professores. O grau de qualificação dos mesmos é outra condição fundamental para a melhoria do nível educacional (tabela 58).

TABELA 58 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DE 1º GRAU COM DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA PÚBLICA POR ZONA E FORMAÇÃO, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ-1981-1988

SUB-REGIÃO	1º GRAU				2º GRAU						3º GRAU						TOTAL	
	Urbana		Rural		Urbana		Rural		Urbana		Rural							
					Magistério		Outros	Magistério		Outros	Licença		Outros	Licença		Outros		
	C	I	C	I	C	I		C	I		C	I		C	I		Urb.	Rural
Metropolitana																		
1981	4,43	5,41	9,66	18,11	38,27	9,06	4,37	32,86	24,48	5,99	23,47	4,50	10,50	5,31	1,42	2,17	100	100
1988	0,88	1,28	6,08	12,16	44,18	3,32	2,02	58,37	11,35	1,83	37,86	9,54	0,93	6,31	3,56	0,34	100	100
Litoral																		
1981	1,50	1,32	10,42	10,42	28,20	0,56	1,50	62,50	2,08	-	53,20	8,46	5,26	4,17	10,42	-	100	100
1988	0,48	0,55	3,33	25,42	24,86	0,71	1,03	40,42	1,25	2,08	56,77	10,53	5,07	16,25	10,83	0,42	100	100
Ribeira																		
1981	7,08	8,33	65,22	30,43	12,50	12,50	-	-	-	4,35	25,00	2,08	12,50	-	-	-	100	100
1988	3,08	-	4,66	38,34	27,69	1,54	1,54	35,23	12,95	0,52	36,92	29,23	-	6,22	2,07	-	100	100
Iguaçu																		
1981	2,81	4,69	13,31	24,85	32,65	5,54	1,71	44,97	14,20	1,48	42,88	6,22	3,50	0,30	0,90	-	100	100
1988	1,16	0,51	11,31	19,94	29,00	2,07	3,03	44,03	9,62	3,79	49,77	12,08	2,37	5,27	5,83	0,21	100	100
Tibagi																		
1981	1,81	5,75	6,05	44,76	34,48	1,94	2,54	39,92	2,42	1,61	43,56	6,35	3,57	1,21	0,81	3,23	100	100
1988	1,19	0,61	6,81	19,23	24,72	2,63	1,08	44,50	10,57	5,39	56,77	11,66	1,34	6,88	6,10	0,50	100	100
Total da Região																		
Programa																		
1981	2,79	4,66	10,91	22,25	33,04	3,96	2,23	36,09	16,25	5,12	41,21	6,03	6,08	5,05	1,83	2,49	100	100
1988	0,99	0,83	3,32	8,09	33,06	2,53	1,83	46,59	9,98	3,67	48,00	10,90	1,86	6,72	5,56	0,34	100	100
Curitiba																		
1981	3,05	1,92	3,57	7,14	34,45	1,52	1,86	53,57	10,71	25,00	39,49	4,85	12,87	-	-	-	100	100
1988	0,23	0,05	-	-	18,37	0,30	1,14	-	-	-	64,08	12,62	3,21	-	-	-	100	-
Restante do Estado																		
1981	1,45	2,04	3,73	10,51	25,89	3,00	2,23	31,28	9,06	4,81	43,69	11,67	10,03	25,06	8,34	7,22	100	100
1988	0,56	0,58	9,18	11,41	20,74	1,85	0,24	40,86	12,03	4,42	62,18	10,48	1,25	14,03	7,70	0,36	100	100
TOTAL																		
1981	1,95	2,45	6,25	14,61	28,54	2,90	2,16	33,13	11,60	5,07	45,26	9,56	9,87	17,85	6,00	5,50	100	100
1988	0,59	0,54	8,88	13,28	22,80	1,72	2,04	42,23	11,54	4,24	59,66	10,94	1,71	12,28	7,19	0,36	100	100

FONTE: SIE - FUNDEPAR, IPARDES

Tomando-se o ano de 1981 para as várias sub-regiões na zona urbana, percebe-se que, do total dos professores, entre

27% e 40% eram licenciados ou estavam em processo de formação; ou seja, o corpo docente com formação superior para o magistério era restrito, particularmente se comparado com os professores do Restante do Estado, que apresentavam melhor qualificação, considerando que a participação de licenciados aí era mais elevada.

Em 1981, a participação dos docentes com menor qualificação (apenas com o 1º grau), na zona urbana, era inexpressiva em todo o Estado. Entretanto, quando se consideram as sub-regiões da Região Programa, verifica-se que, na Ribeira, a participação dos docentes com baixa qualificação era expressiva, representando mais de um terço do total de professores em escolas urbanas.

No ano de 1988, verificou-se que houve uma mudança razoável do quadro docente. Aumentou sensivelmente a participação dos professores com curso de licenciatura ou cursando-o, e diminuiu ainda mais a participação dos professores sem habilitação. Contudo, no sentido de avaliar essa evolução, vale ressaltar que o crescimento relativo do número de professores com formação específica é mais acelerado no Restante do Estado. Ou seja, entre os anos de 1981 e 1988, na Região Programa, a participação dos professores com curso ou formação para o magistério passou de 42,7 para 48,9%. No Restante do Estado, esse salto foi de 55,2% para 72,5% e a média do Estado passa de 52% para 70,5% (tabela 58).

Na zona rural, para o ano de 1981, os indicadores são menos positivos. Verifica-se que, do total de professores de áreas rurais, poucos possuem formação específica para o magistério, particularmente na Região Programa. A participação mais



significativa é de professores com curso de 2º grau, completo ou incompleto. Nas sub-regiões do Ribeira e do Litoral a situação é mais precária, pois aí predominam professores que possuem apenas o 1º grau.

Durante os anos 80, as mudanças na zona rural foram muito lentas, pouco se alterando o grau de qualificação do magistério, particularmente na Região Programa. Em 1988, os professores com formação específica passaram de 6,8% para 12,2%. No Restante do Estado aconteceu uma involução: a participação relativa de professores com qualificação passou de 33,3% para 21,75. De qualquer modo, a qualificação dos professores de escolas rurais da Região Programa encontra-se bastante aquém da dos professores do Restante do Estado.

O processo verificado de ampliação do número de escolas, em particular das urbanas, e de crescimento e qualificação do corpo docente, sugere que as escolas podem estar incrementando os níveis de ensino e reduzindo as desigualdades na prestação deste serviço, historicamente explicitadas por taxas elevadas de reprovação ou evasão escolar, geralmente mais elevadas na zona rural.

No entanto, verifica-se que a taxa de reprovação não sofre alteração significativa entre os anos de 1980 e 1988. Nesse período, em torno de 18 ou 19 alunos, de cada 100, foram reprovados, tanto na zona rural como urbana, na Região Programa e fora dela. Vale destacar que duas sub-regiões, Litoral e Ribeira, se distinguem por sua elevada taxa de reprovação; o processo de implantação do PRO-RURAL não foi suficiente para alterar essas taxas no sentido de aproximá-las das demais sub-regiões (tabela 59).

TABELA 59 - TAXA DE REPROVAÇÃO E TAXA DE EVASÃO DO ENSINO PÚBLICO DE 1º GRAU POR ZONA SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1980-1988

SUB-REGIÃO	TAXA DE REPROVAÇÃO						TAXA DE EVASÃO					
	Total		Urbana		Rural		Total		Urbana		Rural	
	1980	1988	1980	1988	1980	1988	1980	1988	1980	1988	1980	1988
Metropolitana	18,0	19,3	17,2	19,3	19,0	19,4	13,2	12,0	10,9	12,1	16,1	11,6
Litoral	27,8	29,9	28,1	29,7	26,5	31,2	16,0	16,7	15,4	16,9	19,6	15,1
Ribeira	34,4	20,9	21,7	10,4	40,4	24,9	20,4	13,1	15,7	13,8	22,6	12,8
Iguaçu	18,1	17,8	16,3	16,8	20,2	19,5	14,6	13,5	13,4	14,7	12,6	11,5
Tibagi	16,6	18,1	16,5	16,8	16,6	20,8	14,5	14,9	13,4	14,6	18,0	15,5
Total da Região												
Programa	18,9	19,7	18,4	19,3	19,7	20,8	14,4	13,7	13,1	13,9	16,1	13,1
Curitiba	20,1	21,2	20,2	21,2	16,1	-	9,1	11,0	9,1	11,0	12,7	-
Restante do Estado	19,1	18,6	18,4	18,2	20,2	19,6	14,4	14,8	13,2	15,1	16,5	13,9
TOTAL do Paraná	19,2	19,1	18,7	18,9	20,1	19,9	13,9	14,1	12,5	14,2	16,4	13,7

FONTE: SIE - FUNDEPAR, IPARDES

Em relação às taxas de evasão, pode-se traçar observações semelhantes. Não houve grandes alterações entre os anos 1980 e 1988; manteve-se a proporção de que, em cada 100 alunos, 12 a 14 abandonam a escola. Apenas quanto à zona rural pode-se dizer que ocorreu uma queda do número de alunos, os quais, precocemente, deixam de frequentar a escola. Nesse mesmo sentido, particularmente, as sub-regiões Ribeira e Litoral apresentaram uma mudança positiva das taxas (tabela 59).

Assim, verifica-se que foram mínimas as variações das taxas de reprovação e evasão entre os dois períodos, tanto na Região Programa como no Restante do Estado. Isto faz supor, quanto ao desempenho das escolas, que foi atingido um limite estrutural e que um novo patamar de indicadores somente se estabelecerá a partir de mudanças mais profundas do sistema educacional e, particularmente, de mudanças nas condições de vida da maioria da população.

De certo modo, o PRO-RURAL pretendeu essa performance em relação à participação das escolas, embutindo na proposta de educação uma experiência inédita, as escolas consolidadas.

Fundamentalmente, constava da nova proposta a preocupação em reduzir o desnível educacional vivenciado entre as escolas urbanas e rurais. A preocupação era de estender o ensino de 1º grau até a 8ª série, na área rural, praticamente concentrada na 4ª série nas várias escolas. Além disso, se propunha a qualificar o corpo docente e torná-lo mais disponível também nas áreas rurais.

Também fez parte da concepção do projeto que as escolas consolidadas disporem de instalações ou espaços extra-escolares que atenderiam às demandas da comunidade, como centros de saúde, área de lazer, etc.

Foram construídas 36 escolas em vários municípios, basicamente na metade dos que pertenciam à Região Programa, sendo que alguns municípios puderam usufruir a instalação de mais de uma escola. Dentro dos municípios elas deveriam estar localizadas estrategicamente, para serem acessíveis a um grande número de crianças. Contaram ainda, para seu pleno funcionamento, com microônibus - comprados com recursos do Programa e doados às prefeituras - para o transporte dos alunos.

Alguns estudos foram realizados e várias críticas foram feitas sobre as condições de acesso às escolas consolidadas, que, em última instância, prejudicavam o seu pleno funcionamento.<sup>150</sup> Foram destacadas, em particular, as grandes distâncias que as crianças passaram a realizar para cumprir o trajeto

---

<sup>150</sup>Esses estudos e críticas constam nos seguintes textos: PEREIRA, Roberval Eloy. The consolidated school movement in Brazil and analysis of the Parana experience. London, 1990. 456p. Thesis (Ph.D), University of London; TOLEDO, Verônica da Silveira. Escolas Consolidadas: há saída? Jornal da Educação, Curitiba, v.1, n.2, out.1983. O artigo comenta a situação precária de algumas escolas, no entanto, pode-se supor que parte das críticas estejam sustentadas pela época em que foi escrito o artigo. RAMOS, Lilian Maria Paes de Carvalho. A democratização do ensino na zona rural: uma experiência pioneira. Educação e Sociedade, São Paulo, v.10, n.32, p.103-110, abr.1989.

casa-escola-casa. Os ônibus disponíveis não eliminaram o desgaste infantil resultante desses deslocamentos. Foram também destacadas as dificuldades de tráfego, principalmente nos meses de chuva, quando as estradas vicinais ficam intransitáveis, impedindo o acesso das crianças às escolas.

No entanto, é importante avaliar - não desconsiderando esses problemas e supondo que possam ser superados no curto prazo - as escolas pelo seu objetivo central, isto é, verificar se houve recuperação do nível educacional. Isto não só porque os investimentos em educação se concentraram na construção das escolas, mas principalmente pela introdução de uma experiência nova na área rural. Assim, é preciso analisar o quanto as escolas consolidadas contribuíram na alteração do quadro educacional rural, que, como foi visto anteriormente, apresentou de modo geral uma evolução pouco satisfatória. Por essa razão, será feita uma comparação desses indicadores nos municípios que implantaram as escolas em relação aos que não as implantaram.<sup>151</sup>

Inicialmente, vale constatar o papel das escolas em relação à qualificação do corpo docente. O movimento foi no sentido de reduzir relativamente a participação dos professores com formação apenas de 1º grau, aumentando significativamente o número de professores qualificados para o magistério e, num ritmo menor, professores com licenciatura. Comparando essa evolução dentro da Região Programa, ela foi muito mais positiva nos municípios que implantaram as escolas consolidadas (tabela 60).

---

<sup>151</sup>Deve-se esclarecer que não foi possível comparar o desempenho dos diferentes tipos de escolas. Por isso, a comparação é feita entre os indicadores de municípios que possuem e entre os que não possuem escolas consolidadas; portanto, tais indicadores refletem o movimento escolar do município.

TABELA 60 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES DE 1º GRAU, COM DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA PÚBLICA RURAL POR FORMAÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS COM ESCOLAS CONSOLIDADAS, OUTROS MUNICÍPIOS E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA - 1981-1988

ANO	1º GRAU		2º GRAU		3º GRAU			TOTAL	
	Completo	Incompleto	Magistério		Outro	Licenciatura			Outro
			Completo	Cursando	Completo	Completo	Cursando		Completo
Municípios com escolas consolidadas									
1981	8,1	48,2	26,7	11,9	1,6	1,4	,8	1,3	100,0
1988	8,3	20,3	41,3	12,2	3,8	7,4	6,3	,4	100,0
Outros Municípios									
1981	10,9	21,2	36,3	21,0	4,7	3,2	1,3	1,4	100,0
1988	7,2	17,4	55,8	6,2	3,4	5,6	4,3	,1	100,0
TOTAL da Região									
Programa									
1981	9,4	36,0	31,1	16,0	3,0	2,2	1,0	1,3	100,0
1988	7,9	19,2	46,6	10,0	3,7	6,7	5,6	,3	100,0

PONTE: SIE - FUNDEPAR, IPARDES

Considerando-se a taxa de reprovação, verifica-se que em 1980 essa estava em torno de 19,7% em toda a Região Programa, e em 1988 se apresentava diferenciada. Nos municípios que não possuíam escolas consolidadas houve uma queda para 17,7%, e nos que implantaram a escola a taxa subiu sensivelmente para 22,5%. Neste caso, a hipótese é de que as dificuldades de aprovação escolar tenham aumentado a partir de um maior grau de exigência, imposto por um corpo docente mais qualificado (tabela 61).

TABELA 61 - POPULAÇÃO RURAL DE 7 A 14 ANOS, TAXA DE REPROVAÇÃO, TAXA DE EVASÃO E TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO SEGUNDO OS MUNICÍPIOS COM ESCOLAS CONSOLIDADAS, OUTROS MUNICÍPIOS E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA - 1980-1988

REGIÃO	POPULAÇÃO RURAL DE 7 A 14 ANOS		TAXA DE REPROVAÇÃO		TAXA DE EVASÃO		TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO	
	1980 <sup>1</sup>	1988 <sup>2</sup>	1980	1988	1980	1988	1980	1988
<b>Municípios com escolas Consolidadas</b>								
	90.950	77.088	19,6	22,5	18,0	13,9	46,0	59,1
<b>Outros Municípios</b>								
	43.258	35.539	19,8	17,7	13,6	11,7	81,5	71,6
<b>TOTAL da Região</b>								
	134.208	112.627	19,7	20,8	16,1	13,1	57,4	63,0

PONTE: SIE - FUNDEPAR, IPARDES

<sup>1</sup>Censo Demográfico - IBGE.

<sup>2</sup>Projeção IPARDES.

Em relação à taxa de evasão, verifica-se não só uma

situação inicial crítica, como uma evolução diferenciada dentro da Região Programa. Nos municípios que implantaram a escola, a taxa de evasão era bem superior à dos municípios que não a implantaram. Em 1988, essa taxa tinha se reduzido sensivelmente, particularmente nos municípios que ofertaram escolas consolidadas.

Acompanhando a evolução dos indicadores, pode-se inferir o papel positivo das escolas consolidadas no sentido de recuperar os níveis educacionais rurais e, conseqüentemente, de aproximá-los dos urbanos, como pretendia a proposta do subprojeto de Educação.

Comprova essa afirmação a taxa de escolarização, indicativa da maior absorção dos alunos pela escola de 1º grau. Verifica-se, pela tabela 62, que a taxa de escolarização total da Região Programa superou, em 1988, a do Restante do Estado e a própria média estadual; em 1980, a taxa era bastante inferior. Esse desempenho tão favorável se deu não só pela recuperação da taxa de escolarização urbana mas também pela evolução positiva da taxa rural. Tal desempenho não foi verificado no Restante do Estado.

TABELA 62 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO DE 1º GRAU POR ZONA, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, CURITIBA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1980-1988

SUB-REGIÃO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO					
	TOTAL		Urbana		Rural	
	1980	1988	1980	1988	1980	1988
Metropolitana	71,2	84,9	53,9	87,9	116,6	72,0
Litoral	95,0	82,7	91,6	89,3	46,4	54,4
Ribeira	52,7	80,6	165,6	90,6	39,9	77,4
Iguaçu	69,5	79,9	98,1	101,5	50,8	60,2
Tibagi	63,1	69,0	84,1	73,6	40,4	61,0
Total da Região						
Programa	68,2	78,1	76,8	85,6	57,4	63,0
Curitiba	80,6	70,1	80,6	70,1	-	-
Restante do Estado	74,9	75,5	99,1	92,4	53,7	48,6
TOTAL do Paraná	74,2	75,3	91,1	86,6	54,4	51,7

FONTE: SIE - FUNDEPAR, IPARDES

## 6.2.3 Subprojeto de Saneamento

A proposta do PRO-RURAL para a área de saneamento contemplava investimentos para a implantação de rede de água em cidades de pequeno porte e em núcleos rurais ou pequenas comunidades nos vários municípios. A realização dessa proposta significou acrescentar aproximadamente mais 20 mil ligações à rede de água em toda a Região Programa (tabela 63).

TABELA 63 - EXPANSÃO DA REDE DE ÁGUA NA ZONA RURAL, COM RECURSOS DO PRO-RURAL, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA - 1981-89

SUB-REGIÃO	PROGRAMAS										
	PRO-RURAL					Minicomunidades			Outros		
	Ligações Previstas	Ligações Implantadas	População Abastecida	Rede de Distr.(m)	Número Comunid.	Ligações Implantadas	Rede de Distr.(m)	Número Comun.	Ligações Implantadas	Rede de Distr.(m)	Número Comun.
Metropolitana	4.149	6.750	32.259	230.492	36	1.143	83.887	15	-	-	-
Litoral	597	548	2.740	30.557	8	529	36.949	8	-	-	-
Ribeira	313	321	1.605	8.860	2	239	14.456	3	73	12.997	1
Iguaçu	2.692	3.197	15.815	158.309	36	1.416	159.412	19	67	4.403	1
Tibagi	2.698	3.615	16.790	189.169	32	980	93.463	15	82	6.498	1
TOTAL da Região Programa	10.449	14.431	69.209	617.387	114	4.307	388.167	60	222	23.898	3

PONTE: SANEPAR

Em termos absolutos ou mesmo relativos não é um número significativo, pois o total existente em 1981 era de 110 mil ligações, ou seja, o Programa contribuiu no sentido de ampliar a rede em apenas 13,0%. Contudo, o importante é que essas ações se deram em novos espaços, em comunidades adensadas, distantes ou não das sedes dos municípios, mas que praticamente não dispunham de infra-estrutura de água.

Observando-se a distribuição dos investimentos na Região Programa,<sup>152</sup> parece que estes procuraram resolver duas ordens de

<sup>152</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. 185p.

problemas. Foram realizados primeiramente em municípios que durante os anos 80 receberam o impacto do crescimento populacional. Isto é válido principalmente para os municípios da sub-região Metropolitana (Colombo, Piraquara e Quatro Barras), além de Castro, na sub-região do Alto e Médio Tibagi. A localização desses investimentos se deu em espaços adensados de população, que cresceram em função principalmente do intenso processo de metropolização. Fluxos significativos de população se dirigiram para novos loteamentos criados nesses municípios periféricos em relação a Curitiba, com a perspectiva de resolver a questão habitacional, contornando os fenômenos de aluguéis e imóveis supervalorizados nas sedes urbanas, particularmente no município de Curitiba.

Em segundo lugar, esses investimentos se dirigiram para os municípios que possuíam pequeno montante de população, como Bocaiúva do Sul, na sub-região Metropolitana; Antonio Olinto, Paula Freitas, Paulo Frontin, Piên. Tijucas do Sul, na sub-região do Alto e Médio Iguaçu; e Arapoti, Ivaí, Porto Amazonas, Sengés, do Alto e Médio Tibagi. Em sua maioria, esses municípios não dispunham de rede de água até essa época. Verifica-se, no entanto, pelo elevado número de municípios atendidos pelo Programa e pela quantidade de ligações realizadas, uma tendência à pulverização dos investimentos.

Contudo, durante os anos 80, os investimentos do Estado em água e esgoto não se resumiram às ações do PRO-RURAL. Foram mais amplos, expandindo-se com ritmo variado na Região Programa e Restante do Estado.

A área de saneamento fez parte do rol de políticas



públicas que, durante os anos 80, sofreu uma expansão em função ainda das decisões de investimentos da década anterior e do nível de crescimento - embora pequeno e espasmódico - presente nas economias brasileira e paranaense.

Em termos de cobertura dos serviços de água e esgoto, financiados pelo conjunto das demais políticas do Estado, foi visível a expansão, em particular, da rede de abastecimento de água (tabelas 64 e 65). Entre os anos de 1981 e 1989, as economias residenciais, que expressam o número de ligações domiciliares de água e esgoto, cresceram sensivelmente nas várias sub-regiões, principalmente na sub-região Metropolitana, onde o aumento foi de 170%. Cresceram num ritmo superior ao das economias residenciais do município de Curitiba e num ritmo praticamente igual ao do Restante do Estado.

TABELA 64 - SITUAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS DE REDE DE ÁGUA, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1981-1989

SUB-REGIÃO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA									
	Economias Existentes		Economias Residenciais		Pop. Abastecida (A)		Pop. TOTAL (B)		Pop. Abast. % (A/B)	
	1981	1989	1981	1988	1981	1989	1980	1991	1980	1991
Metropolitana	34.730	91.957	32.078	85.982	140.502	376.208	420.159	677.762	33,44	55,51
Litoral	10.263	21.909	9.510	20.612	41.653	90.282	138.412	174.782	30,09	51,65
Ribeira	698	1.472	587	1.302	2.571	5.703	31.474	30.755	8,17	18,54
Iguaçu	29.757	53.583	25.467	48.185	111.546	210.971	355.158	395.288	31,41	53,37
Tibagi	58.651	95.822	51.726	87.558	227.019	383.504	555.176	632.445	40,89	60,64
TOTAL da Região										
Programa	134.099	264.743	119.368	243.549	523.291	1.066.668	1.500.379	1.911.032	34,88	55,82
Curitiba	242.266	372.353	220.967	337.947	967.835	1.480.208	1.033.826	1.290.142	93,62	114,73
Restante do Estado	423.027	787.285	367.416	703.797	1.608.823	3.082.707	5.169.500	5.174.759	31,12	59,57
TOTAL do Paraná	799.392	1.424.381	707.751	1.285.293	3.099.949	5.629.583	7.703.705	8.375.933	40,24	67,21

PONTE: SANEPAR, Censo Demográfico 1980 e Dados Preliminares do Censo Demográfico 1991 - IBGE

TABELA 65 - SITUAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ESGOTO POR TOTAL DE ECONOMIAS EXISTENTES, ECONOMIAS RESIDENCIAIS, POPULAÇÃO ATENDIDA E PERCENTUAL DE ATENDIMENTO SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1981-1989

SUB-REGIÃO	ATENDIMENTO DE ESGOTO									
	Economias Existentes		Economias Residenciais		Pop. Atendida (A)		Pop. Total (B)		Pop. Atendida % (A/B)	
	1981	1989	1981	1988	1981	1989	1980	1991	1980	1991
Metropolitana	3.822	9.667	3.377	8.750	14.791	38.325	420.159	677.762	3,52	5,65
Litoral	426	5.230	353	4.932	1.547	21.602	138.412	174.782	1,12	1,24
Ribeira	-	-	-	-	-	-	31.474	30.755	-	-
Iguaçu	3.825	6.096	3.147	5.282	13.784	23.135	355.158	395.588	3,88	5,85
Tibagi	18.458	39.338	14.798	34.845	64.815	152.782	555.176	632.445	11,67	24,16
Total da Região										
Programa	26.531	60.331	21.675	53.809	94.937	235.844	1.500.379	1.911.032	6,33	12,34
Curitiba	124.865	200.950	109.258	176.745	478.550	774.143	1.033.826	1.290.142	46,29	60,00
Restante do Estado	139.540	175.250	64.209	149.081	281.235	652.814	5.169.500	5.174.759	5,44	12,62
TOTAL do Paraná	290.936	436.531	195.142	379.635	854.722	1.662.801	7.703.705	8.375.933	11,09	19,85

PONTE: SANEPAR, Censo Demográfico 1980 e Dados Preliminares do Censo Demográfico 1991 - IBGE

As informações sobre cobertura dos serviços de água e esgoto, isto é, sobre a disponibilidade desses serviços em relação à população total, evidenciam o nível de carências ainda presente na sociedade paranaense. Embora na década de 80 o Estado tenha realizado seu papel no sentido de expandir a infra-estrutura urbana,<sup>153</sup> contribuindo para a não-deterioração das condições de vida da população, a questão do esgoto é ainda preocupante.

As taxas referentes à população atendida por esgoto são extremamente baixas para as várias sub-regiões, não havendo tal serviço na sub-região do Ribeira. Distingue-se apenas Curitiba, tomada como parâmetro; em 1981, 50% de sua população já dispunha do serviço de esgoto. Como o município não conta com população rural, essa participação se refere ao conjunto da população urbana.

<sup>153</sup>As taxas de população abastecida e atendida por rede de água e esgoto foram calculadas sobre a população total, dada a disponibilidade de informação censitária (população total para o ano de 1991) e por considerá-la mais indicativa do nível real de carências dos serviços.

As taxas referentes à população abastecida por água são sensivelmente melhores. Os investimentos para a ampliação desse serviço acompanham os processos de concentração urbana num ritmo sensivelmente mais acelerado que o serviço de esgoto. Observando a tabela 66, verifica-se a disponibilidade desses serviços para a população urbana no ano de 1981. Verifica-se também a situação relativamente mais precária da Região Programa.

TABELA 66 - TOTAL DE ECONOMIAS RESIDENCIAIS, POPULAÇÃO URBANA ABASTECIDA E ATENDIDA E PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA COM REDE DE ÁGUA E ESGOTO, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES, TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1981

SUB-REGIÃO	TOTAL DE ECONOMIAS RESIDENCIAIS		POPULAÇÃO URBANA ATENDIDA E ABASTEC.		% DA POPULAÇÃO ATENDIDA	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	30.279	3.096	131.409	13.437	46,34	4,74
Litoral	9.379	352	40.705	1.527	103,68	7,64
Litoral	582	-	2.526	-	77,31	-
Iguaçu	25.405	3.144	110.258	13.646	76,67	9,49
Tibagi	50.999	14.155	221.334	61.431	76,07	2,11
Total da Região						
Programa	116.644	20.747	506.232	90.041	68,26	12,14
Restante do Estado	579.162	166.374	3.289.755	870.752	88,15	23,33
TOTAL do Paraná	695.806	187.121	3.795.987	960.793	85,00	21,48

FONTE: Relatório de Atividades 1981 - SANEPAR

NOTA: (-) Convenção, o dado não existe.

Para o ano de 1989, observa-se uma evolução bastante favorável em termos da ampliação do grau de cobertura dos serviços. Embora a taxa da população abastecida e atendida em 1989 esteja calculada sobre a população censitária de 1991, pode-se estimar que este procedimento contribuiu para avaliar o real nível de cobertura dos serviços.<sup>154</sup>

<sup>154</sup>A população de 1991 é aproximadamente 1,19% maior que em 1989, considerando-se que no período a taxa geométrica de crescimento populacional foi de 0,8 a.a.

Todavia, existe uma superestimativa do grau de cobertura dos serviços, resultante do critério adotado pela instituição que presta serviço de saneamento básico. Durante os anos 80, o grau de cobertura ou a população atendida e/ou abastecida foi calculado a partir do número de economias residenciais multiplicado pela taxa de 4,3 - estimativa da ocupação domiciliar. Esse resultado era dividido pela população urbana, chegando-se assim ao percentual de população urbana atendida e/ou abastecida. O problema é que essa taxa de ocupação domiciliar sofreu sensível redução durante os anos 80. Segundo a PNAD, o tamanho médio das famílias diminuiu, no período 1983-89, apresentando os seguintes resultados: 4,28; 4,22; 4,18; 4,15; 4,06; 3,96 e 3,87, ano a ano. Mantendo-se constante a taxa de ocupação domiciliar, a estimativa da população abastecida fica superestimada em 11% ao final da década, como indica a tabela 67.

TABELA 67 - TOTAL DE ECONOMIAS RESIDENCIAIS E ESTIMATIVAS DE POPULAÇÃO ATENDIDA, SEGUNDO A REGIÃO PROGRAMA E TOTAL DO ESTADO - PARANÁ - 1989

POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ATENDIDA			
	Economias Residenciais	Estimativa Populacional (A)	Estimativa Populacional (B)	DIFERENÇA (A - B)
Região Programa				
Rede de Água	243.549	1.066.668	942.534	124.134
Rede de Esgoto	53.809	235.844	208.240	27.604
Total do Paraná				
Rede de Água	1.285.635	5.629.583	4.974.083	655.500
Rede de Esgoto	397.635	1.662.801	1.469.187	193.614

FONTE: SANEPAR, IPARDES

NOTA: Hipóteses: A - estimativa de 4,3 pessoal/domicílio; B - estimativa de 3,8 pessoal/domicílio.

Mesmo descontando-se essa diferença, percebe-se a sensível evolução entre os anos 1981 e 1989, embora ainda permaneçam as disparidades intra Região Programa. Particularmente as

condições da sub-região Ribeira encontram-se ainda bastante distantes das condições relativamente mais favoráveis das demais sub-regiões.

Em termos globais, verifica-se que, ao final da década, a Região Programa ficou mais próxima do Restante do Estado. Na Região Programa, tanto o atendimento de esgoto como o de água ficam aquém apenas da média do Estado, mais elevada em razão do peso de Curitiba que, destacadamente, usufrui de melhor infraestrutura.

Caso houvesse informações mais recentes sobre o atendimento da população urbana, tal como se dispõe para 1981, possivelmente se verificaria a maior cobertura desse serviço, com alterações positivas no padrão de habitabilidade e de saúde da população.

Em síntese, percebe-se que os recursos do PRO-RURAL na área social fizeram parte do conjunto de investimentos mais amplos realizado pelo Estado durante os anos 80. De um modo geral, a situação de crise presente na década passada, no Paraná e no Brasil, refletiu-se com menor intensidade sobre a população paranaense, graças aos investimentos públicos realizados, que consolidaram a implantação e funcionamento de alguns serviços básicos. Os indicadores sociais refletiram a redução dos níveis de carência social, em particular nas áreas de saúde, educação e saneamento.

Sem dúvida, o PRO-RURAL contribuiu para aumentar os níveis de investimento em serviços básicos da Região Programa. Pode-se verificar que, de modo geral, esses serviços foram ampliados e reduziram as distâncias entre a Região Programa e o Restante do Estado. No entanto, vale ressaltar que o processo

de urbanização que se consolida no Estado e, de modo particular, na sub-região Metropolitana, atua decisivamente no sentido de atenuar o quadro social de carências, pela própria expansão dos serviços básicos, que atende à população concentrada em espaços relativamente delimitados.

### 6.3 SUBPROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Este grupo de subprojetos congregou uma série de investimentos que incidiam, em particular, sobre a esfera de comercialização de produtos agropecuários. O direcionamento dessas ações está coerente com o diagnóstico realizado pelos planejadores do PRO-RURAL, o qual atribuía aos esquemas de intermediação comercial um dos problemas dos pequenos produtores rurais localizados na área de abrangência do Programa.

Assim, pretendendo ter garantidos os "requisitos da produção" através das ações dos subprojetos de apoio ao processo produtivo, os subprojetos de infra-estrutura deveriam [...] se voltar para a esfera de comercialização, através de ações que dêem ao produtor uma certa segurança quanto à realização do excedente obtido.<sup>155</sup>

Da ótica dos planejadores do Programa, essa falta de segurança na realização da produção decorria de problemas derivados das características mesmas em que se desenvolve a produção entre esses produtores: falta de informações de mercado; ausência de autonomia no transporte dos produtos e conseqüente dependência de intermediários; ausência de armazenagem nas unidades de produção, levando o pequeno produtor a ter que comercializar seu produto em época de maior oferta e conseqüen

---

<sup>155</sup> PARANÁ, Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL : projeto preliminar. Curitiba, mar. 1980. v.1, item 2.1.7 Considerações finais.

temente menor preço; impossibilidade de atender a certas exigências de beneficiamento e classificação exigidos pelo mercado.<sup>156</sup>

Para sanar tais deficiências, as ações seriam orientadas no sentido de implantar

esquemas do tipo de cooperativas de forma tal que os reais beneficiados sejam os produtores e não os grandes proprietários, como geralmente ocorre nas cooperativas [...].

Deve-se ressaltar que a garantia na comercialização do produto não significa apenas criar canais de comercialização, mas também intensificar medidas no sentido de, pelo menos, possibilitar ao pequeno produtor a obtenção do preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Nesse sentido, são necessárias ações do Governo do Estado no campo dos entraves citados, como armazenagem, classificação e transporte da produção, evitando as ligações do pequeno produtor com os intermediários que acabam se apropriando da parte da produção, devido ao caráter subordinado dessa agricultura ao capital comercial.<sup>157</sup>

Essa visão está na origem dos subprojetos de Infra-Estrutura de Apoio à Comercialização Agropecuária, os quais receberam 26% do total de recursos nacionais e internacionais alocados no PRO-RURAL (quadro 2, item 6).

A distribuição do montante de recursos destinados aos subprojetos de Infra-estrutura, bem como em que foram investidos, encontram-se no quadro 6.

Se for tomada a distribuição dos recursos como demonstrativo de priorização no enfrentamento dos problemas detectados como entraves à realização da produção, verifica-se que a questão das estradas foi eleita como central. Tanto é assim que o subprojeto de Abertura e Melhoramento das Estradas recebeu 75,7% do total dos recursos do grupo de infra-estrutura.

---

<sup>156</sup> PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL : projeto preliminar. Curitiba, mar. 1980. v.1, item 2.1.7 Considerações finais.

<sup>157</sup> PARANA. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL : projeto preliminar. Curitiba, mar. 1980. v.1, item 2.1.7 Considerações finais.

QUADRO 6 - DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRO-RURAL POR SUBPROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - PARANÁ - 1981-87

(Em US\$ 1.000)

RUBRICAS	TOTAL		ESTRADAS	ARMAZENAGEM	COOPERA- TIVISMO	COMERC. DE HORTIGRAN- JEIROS	CLASSI- FICAÇÃO
	Abs.	%					
Construções	7.854	16,9	-	5.225	2.315	314	-
Veículos	953	2,0	-	398	235	180	140
Maq. e Equip.	15.107	32,4	13.779	392	433	89	414
Admin. e Engenh.	557	1,2	-	433	-	124	-
Gastos Operacionais	83	0,2	-	-	-	10	73
Treinamento	16	0,0	-	-	-	-	16
Terrenos	98	0,2	-	59	-	39	-
Capital de Giro	192	0,4	-	107	-	80	5
Estradas	18.328	39,4	18.328	-	-	-	-
Obras de Arte	3.152	6,8	3.152	-	-	-	-
Outros	213	0,5	-	-	213	-	-
TOTAL	46.553	100,0	35.259	6.614	3.196	836	648
%	100,0	-	75,7	14,2	6,9	1,8	1,4

PONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986.

Os outros subprojetos receberam: Armazenagem Coletora, 14,2%; Apoio ao Cooperativismo, 6,9%; Comercialização de Horti-granjeiros, 1,8%, e Classificação, 1,4%.

Em seguida, serão analisados os subprojetos individualmente, respeitando a prioridade verificada na alocação dos recursos.

#### 6.3.1 Subprojeto de Abertura e Melhoramento de Estradas

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) recebeu um montante de US\$ 35,259 milhões para executar o subprojeto, estabelecendo como objetivo:

Assegurar condições de transporte permanente mais rápido e seguro às produções agropecuárias, de suas fontes produtoras aos centros armazenadores e de comercialização, servindo como incentivo à produção e proporcionando melhores condições de vida ao Pequeno Produtor Rural.

Além desta função de apoio à produção primária, o sistema de transporte assume importância de cunho social, fazendo com que as pessoas de pequenos núcleos tenham



acesso a serviços, que, dada sua natureza, são prestados em centros urbanos de maior porte.<sup>158</sup>

Para atingir esse objetivo, foram abertos ou melhorados 5.277,81 km de estradas e construídos 5.046,75m de obras de arte especiais (pontes, bueiros celulares e placas de concreto).<sup>159</sup> Esses investimentos absorveram aproximadamente 60% dos recursos totais do subprojeto. Os 40% restantes foram empregados pelo DER na aquisição de caminhões basculantes, tratores de esteira, motoniveladoras, retro-escavadeiras e outros veículos e equipamentos.<sup>160</sup>

A distribuição das estradas abertas ou melhoradas são apresentadas na tabela 68.

No período de 1980-88, o governo do Estado do Paraná construiu um total de 3.658,20 km<sup>161</sup> de estradas asfaltadas no Estado, sendo alguns desse trechos na Região Programa. De certo modo, isto pode-se constituir num parâmetro de análise para mostrar o impacto positivo do PRO-RURAL, através de construção e melhorias de 5.277 km de estradas na Região, entre 1982 e 1988. Apesar de, em sua maioria, tratar-se de estradas de revestimento primário, com limitação ao tráfego em dias chuvosos, estas estradas facilitaram a circulação entre os municípios e encurtaram distâncias em toda a Região Programa.

---

<sup>158</sup>PARANA. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.73

<sup>159</sup>PARANA. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.77.

<sup>160</sup>PARANA. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.77.

<sup>161</sup>IPARDES-FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Diagnóstico da base ... p.102. tabela 1.

TABELA 68 - ABERTURA, MELHORAMENTO E REVESTIMENTO PRIMÁRIO EXECUTADO PELO PRO-RURAL, SE-  
GUNDO OS MUNICÍPIOS, SUB-REGIÕES E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, PARANÁ -1982-88

SUB-REGIÃO MUNICÍPIOS	Km	SUB-REGIÃO MUNICÍPIOS	Km
<b>Metropolitana de Curitiba</b>		<b>Alto e Médio Iguaçu</b>	
Almirante Tamandaré	116,50	Paulo Frontin	83,90
Araucária	78,80	Pien	63,60
Balsa Nova	63,80	Porto Vitória	56,20
Bocaiúva do Sul	145,30	Quitandinha	72,20
Campina Grande do Sul	72,40	Rebouças	76,10
Campo Largo	82,80	Rio Azul	82,30
Colombo	51,70	Rio Negro	84,00
Contenda	43,50	São João do Triunfo	79,00
Mandirituba	102,80	São Mateus do Sul	126,70
Piraquara	40,50	Tijucas do Sul	61,00
Quatro Barras	43,90	União da Vitória	46,70
Rio Branco do Sul	119,60	<b>TOTAL</b>	<b>1.969,50</b>
São José dos Pinhais	36,60	<b>Alto e Médio Tibagi</b>	
<b>Total</b>	<b>998,20</b>	Arapoti	89,26
<b>Litoral Paranaense</b>		Candido de Abreu	144,40
Antonina	47,50	Castro	83,30
Guaraqueçaba	95,00	Imbituva	104,20
Guaratuba	72,60	Ipiranga	115,80
Matinhos	28,40	Ivaí	77,00
Morretes	62,50	Jaguariaíva	111,50
Paranaguá	35,20	Ortigueira	195,00
<b>Total</b>	<b>341,20</b>	Palmeira	85,80
<b>Alto Ribeira</b>		Piraí do Sul	77,40
Adrianópolis	70,00	Ponta Grossa	53,20
Cerro Azul	96,40	Porto Amazonas	40,10
<b>Total</b>	<b>166,40</b>	Prudentópolis	90,00
<b>Alto e Médio Iguaçu</b>		Reserva	168,00
Agudos do Sul	58,00	Senges	94,00
Antonio Olinto	88,50	Teixeira Soares	101,95
Bituruna	52,30	Telemaco Borba	45,10
Campo Tenente	46,10	Tibagi	125,80
Clevelândia	60,00	<b>TOTAL</b>	<b>1.801,81</b>
Cruz Machado	89,60	<b>TOTAL da Região Programa</b>	<b>5.277,81</b>
General Carneiro	40,00		
Inácio Martins	65,00		
Irati	146,10		
Lapa	91,50		
Mallet	68,60		
Mangueirinha	131,00		
Palmas	122,80		
Paula Freitas	78,30		

FONTE: PARANÁ. Secretaria do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.74, tabela 55

Um outro fator importante dessa malha viária foi o de que tais melhorias e construções de estradas atingiram todos os municípios da Região, particularmente aqueles com maior potencial agrícola, onde a abertura e reparação da malha foi mais significativa. Em consequência, pode-se considerar que um número significativo de produtores rurais - que antes enfrentavam dificuldades para o escoamento da produção, aquisição de insumos e outras - foi beneficiado. Os benefícios também podem ser estendidos para a população rural de modo geral, pois a melhoria da malha viária representa o acesso a bens e serviços não disponíveis em seus municípios.

Por último, cabe mencionar que os investimentos do PRO-RURAL foram positivos, ao se dotar o DER de melhores condições para executar suas funções, na medida em que lhe permitiu renovar seu parque de máquinas, veículos e equipamentos.

#### 6.3.2 Subprojeto de Armazenagem Coletora

Inicialmente, a proposta de armazenagem foi pensada de modo integrado à questão dos transportes, recebendo a designação de Armazenagem e Rodovias Coletoras. Nesse momento, a justificativa era de que atualmente, 29 dos 61 municípios abrangidos pelo projeto (PRO-RURAL) não contam com nenhuma estrutura armazenadora. Por esse motivo, com a implantação do subprojeto de Armazenagem, 15 novos municípios serão atendidos através de uma rede de 8 unidades armazenadoras e 16 minipólos coletores e de uma frota de 8 caminhões.<sup>162</sup>

Devido a questões técnicas (tipo de unidades armazenadoras, tamanho e localização) e financeiras (descompasso entre variação cambial e preços dos equipamentos entre janeiro de

---

<sup>162</sup>PARANÁ. Governo do Estado. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Curitiba, out. 1980.

1979 e julho de 1982), o subprojeto de Armazenagem passou por ajustes e reformulações.<sup>163</sup>

Durante esse processo de reciclagem ocorreu também uma alteração em sua ótica de implantação. Inicialmente, as questões de armazenagem estavam mais articuladas às dos transportes, passando então a se articular diretamente às de comercialização.

Assim, o subprojeto de Armazenagem Coletora manteve maior integração com o de Apoio ao Cooperativismo e o de Comercialização de Hortigranjeiros.

A Companhia Paranaense de Silos e Armazéns (COPASA) ficou responsável pela execução do subprojeto, recebendo, para tanto, recursos da ordem de US\$ 6.614 milhões. A distribuição dos recursos (quadro 6, item 6.3) revela que 79,0% foram investidos em construções e 11,9% em veículos, máquinas e equipamentos.

O subprojeto de Armazenagem Coletora apresentou certa particularidade em relação à maioria dos Produtivos e ao de Estradas, a saber: nenhuma parcela dos investimentos beneficiou diretamente a entidade executora.

É possível observar que, das 21 unidades construídas e equipadas, apenas 4 ficaram a cargo operacional da COPASA. As demais foram repassadas em comodato às cooperativas e associações de produtores (tabela 69).

---

<sup>163</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. n.p.

TABELA 69 - DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE ARMAZENAGEM CONSTRUÍDAS  
PELO SUBPROJETO DE ARMAZENAGEM COLETORA, POR ENTIDADES  
BENEFICIADAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS, NO PARANÁ - 1983-87

SUB-REGIÃO MUNICÍPIO	ENTIDADE BENEFICIADA	CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM (t)
Metropolitana		
Rio Branco do Sul	COPASA	600
Litoral		
Guaratuba	COPASA	600
Ribeira		
Cerro Azul	Assoc. CERRANA	600
Iguaçu		
Agudos do Sul	Assoc. HORTSUL	600
Antonio Olinto	Coop. BOM JESUS	600
Bituruna	Coop. COAMO	4.800
Campo Tenente	Assoc. APROCAMPO	600
Inácio Martins	Coop. COAMIG	1.200
Quitandinha	Assoc. ASS. QUITANDINHA	2.400
Rebouças	Coop. CAIL	600
Rio Azul	Coop. CAIL	2.400
São João do Triunfo	Coop. BOM JESUS	600
São Mateus do Sul	Coop. BOM JESUS	2.400
Tijucas do Sul	Assoc. ARTSUL	600
Tibagi		
Castro	COPASA	600
Cândido do Abreu	Coop. CANORPA	600
Ipiranga	Coop. COOPAGRÍCOLA	2.400
Jaguariaíva	COPASA	2.400
Sengés	Assoc. ASS. SENGÉS	1.200
Teixeira Soares	Coop. CAIL	1.200
Tibagi	Coop. BATAVO	600
TOTAL da Região Programa	-	27.600

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.10, tabela 2.

NOTA: As Unidades Armazenadoras estão dotadas de todos os equipamentos necessários ao beneficiamento da produção, ou seja: máquinas de pré-limpeza, limpeza, secador, tolha de ensaque e outros. As unidades de 600 a 1.200t contam com secadores de 8 t/hora e nas Unidades de 2.400 e 4.800 t a capacidade é de 15 t/hora.

Dessa forma, os investimentos reforçaram a estrutura e a atuação destas entidades e beneficiaram os produtores a elas vinculados. Isso não significa, contudo, que os benefícios atingiram em particular o público-alvo do Programa. Algumas cooperativas beneficiadas estão entre as maiores do Estado, tal como ocorre com a COAMO, COPAGRÍCOLA, CANORPA e CAIL.<sup>164</sup> Todavia, beneficiaram os produtores localizados nos municípios onde as obras foram construídas.

<sup>164</sup>Ver item seguinte, sobre o Subprojeto de Apoio ao Cooperativismo.

Nesse sentido, deve-se considerar que o subprojeto não pretendia equacionar um problema regional de armazenagem, mas sim suprir as deficiências localizadas de armazenagem. Tanto é assim que, em geral, foram construídas unidades de pequeno porte. Ou seja, receberam estruturas de armazenagem os municípios mais carentes, porém com potencial de produção. Tais unidades foram dotadas com equipamentos necessários à preservação da produção armazenada e com veículos para transporte dos produtos, também comoditados às cooperativas e associações. Além disso, visando expandir o atendimento de armazenagem àquelas regiões não abrangidas pelas Unidades construídas com recursos do BID, o PRO-RURAL repassou recursos do Tesouro do Estado a Associações de Produtores e prefeituras, para a construção de 35 armazéns de pequeno porte e secadores de baixo custo.<sup>165</sup>

Essas informações confirmam que o subprojeto pretendia resolver pequenas e localizadas deficiências de armazenagem, mesmo porque o Paraná não é um estado com grandes problemas de armazenagem, assim como a Região Programa.

Nesse sentido, é importante destacar que as questões de armazenagem no Estado não estão sendo conduzidas ou resolvidas pela atuação direta do Estado, mas sim pela atuação das cooperativas e iniciativa privada (tabela 70).

No conjunto de armazenagem do Estado, o crescimento da capacidade segundo entidades mostra uma queda na participação oficial, enquanto o maior crescimento deve-se às cooperativas, seguidas das entidades privadas. Essa evolução estadual se deve ao comportamento do Restante do Estado, pois na Região Programa a capacidade de armazenagem oficial aumenta devido ao crescimento no tipo sacaria.

---

<sup>165</sup> PARANA. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.11

TABELA 70 - EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM POR ENTIDADE E TIPO E TOTAL POR TIPO, SEGUNDO O TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ, 1981-1988

(Em t)

REGIÃO ESTADO	ENTIDADES						TOTAL			
	Oficial		Cooperativas		Privada		Sacaria		Granel	
	Sacaria	Granel	Sacaria	Granel	Sacaria	Granel	Abs.	%	Abs.	%
Região Programa										
1981	194.142	361.010	119.864	419.796	774.648	1.047.185	1.088.654	15,70	1.827.991	23,70
1988	327.081	299.980	187.245	536.077	774.630	1.179.494	1.288.956	16,98	2.015.551	20,91
Restante do Estado										
1981	1.933.367	303.037	789.815	2.656.133	3.123.280	2.925.280	5.846.462	84,30	5.884.450	76,30
1988	1.622.361	230.668	1.439.329	4.166.269	3.241.947	3.224.629	6.303.637	83,02	7.621.566	79,09
TOTAL do Paraná										
1981	2.127.509	664.047	909.679	3.075.929	3.897.928	3.972.465	6.935.116	100,0	7.712.441	100,00
1988	1.949.442	530.648	1.626.574	4.702.346	4.016.577	4.404.123	7.592.593	100,0	9.637.117	100,00

FONTE: CIBRAZEM, 16/1/82; Listagem - CIBRAZEM, 24/1/89

O maior crescimento na capacidade de armazenagem graneleira no Restante do Estado está coerente com a capacidade e o perfil produtivo dessa área do Paraná, cabendo fazer um esclarecimento sobre esse aspecto: a estrutura de armazenagem disponível na Região Programa está mais vinculada à produção do Restante do Estado do que à da própria Região. Na sub-região Litoral, no município de Paranaguá, encontra-se o Porto de Paranaguá, único do Estado, por onde escoam a produção de grãos e subprodutos do Paraná; na sub-região Tibagi, município de Ponta Grossa, está localizado e concentrado o maior complexo esmagador de soja e de industrialização de óleo e farelo. Essas duas estruturas independem da produção na Região Programa.

Tanto é assim que, como demonstram os dados da tabela 4, durante o período de 1981 a 1988 a capacidade de armazenagem de grãos na Região Programa supera em quase 50% a produção da Região, verificando-se o contrário no Restante do Estado, onde se concentra cerca de 79% da produção de soja e milho - produ-

tos que utilizam este tipo de armazenagem no Estado<sup>166</sup> - e onde havia déficit de armazenagem em 1981, para esses produtos.

TABELA 71 - TOTAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE SOJA E MILHO E TOTAL DA ARMAZENAGEM ADEQUADA A ESSES PRODUTOS POR REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1981-1988

(Em t)

REGIÃO ESTADO	1981			1988		
	Produção Agrícola <sup>1</sup> (A)	Capacidade de Ar- mazenagem de Grãos (B)	(B/A)	Produção Agrícola <sup>1</sup> (C)	Capacidade de Ar- mazenagem de Grãos (D)	(D/C)
Região Programa	1.274.065	1.827.991	1,43	1.403.478	2.015.551	1,44
Restante do Estado	9.007.134	5.884.450	0,65	8.167.850	7.621.566	0,93
TOTAL do Paraná	10.281.199	7.712.441	0,75	9.571.328	9.637.117	1,01

FORTE: CIBRAZEM, 16/1/82; Listagem - CIBRAZEM, 24/1/89; Produção Agrícola Municipal - IBGE

<sup>1</sup>Consideraram-se os produtos agrícolas: soja e milho, utilizando-se as médias trienais: 80/82 e 86/88.

Com relação à capacidade de armazenagem de sacaria, sua evolução no Estado tem sido favorável, devido aos investimentos realizados particularmente no Restante do Estado. Mesmo na Região Programa como um todo não se pode considerar que existam problemas de armazenagem no período considerado (tabela 72).

TABELA 72 - TOTAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E TOTAL DA ARMAZENAGEM ADEQUADA A ESSES PRODUTOS POR REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1981-1988

(Em t)

REGIÃO ESTADO	1981			1988		
	Produção Agrícola <sup>1</sup> (A)	Capacidade de Arma- zenagem de Sacaria (B)	B/A	Produção Agrícola <sup>1</sup> (C)	Capacidade de Arma- zenagem de Sacaria (D)	(D/C)
Região Programa	678.904	1.088.654	1,60	682.915	1.288.956	1,89
Restante do Estado	1.973.024	5.846.462	2,96	1.846.584	6.303.637	3,41
TOTAL do Paraná	2.651.928	6.935.116	2,61	2.529.499	7.592.593	3,00

FORTE: CIBRAZEM, 16/1/82; Listagem - CIBRAZEM, 24/1/89; Produção Agrícola Municipal - IBGE

<sup>1</sup>Produtos que são armazenados em sacaria - feijão, arroz, batata inglesa, algodão, café; considerou-se a produção média trienal para 80/82 e 86/88.

Essas informações confirmam que o subprojeto não pretendia ampliar a capacidade de armazenagem da Região Programa, mas

<sup>166</sup>O Paraná produz também o trigo, que usa esse tipo de armazém: todavia, seu período de armazenagem não coincide com o da soja.



sim solucionar problemas localizados de coleta da produção, na medida em que, conforme já se observou, a capacidade de armazenagem da Região está concentrada em poucos municípios - Ponta Grossa e Paranaguá (tabela 73).

TABELA 73 - PERCENTUAL DA CAPACIDADE ESTATICA DE ARMAZENAMENTO DE SACARIA E GRANEL POR REGIÃO PROGRAMA, MUNICÍPIOS SELECIONADOS E TOTAL DO PARANÁ - 1981-1988

REGIÃO ESTADO	1981		1988	
	Sacaria	Granel	Sacaria	Granel
Região Programa menos os municípios de Ponta Grossa e Paranaguá	5,56	3,43	6,92	5,63
Municípios de Ponta Grossa e Paranaguá	10,14	20,27	10,06	15,28
Total da Região Programa	15,70	23,70	16,98	20,91
TOTAL do Paraná	100,00	100,00	100,00	100,00

PONTE: CIBRAZEM, 16/1/82; Listagem - CIBRAZEM, 24/1/89

No período de 1981 a 1988, observou-se melhoria na distribuição da capacidade de armazenamento na Região Programa, devido à maior participação das sub-regiões Metropolitana e Iguaçu (tabelas 74 e 75). Observa-se, todavia, que existe uma tendência à concentração de armazenagem graneleira segundo municípios com maior capacidade de produção, como é o caso de Mangueirinha, na sub-região do Alto e Médio Iguaçu.

TABELA 74 - CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM POR ENTIDADE E TIPO E TOTAL POR TIPO, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES E PRINCIPAIS MUNICÍPIOS E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, NO PARANÁ - 1981

(Em t)

SUB-REGIÃO	ENTIDADES						TOTAL			
	Oficial		Cooperativas		Privada		Sacaria		Granel	
	Sacaria	Granel	Sacaria	Granel	Sacaria	Granel	Abs.	%	Abs.	%
Metropolitana	18.900	-	6.912	4.500	25.225	12.356	51.037	4,69	16.856	0,92
Araucária	-	-	2.100	-	342	-	2.442	0,22	-	-
Litoral	45.000	100.400	-	110.000	535.933	307.896	580.933	53,36	518.296	28,35
Paranaguá	45.000	100.400	-	110.000	535.933	294.696	580.933	53,36	505.096	27,63
Ribeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cerro Azul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iguaçu	4.002	2.300	45.249	24.420	36.950	21.431	86.201	7,92	48.151	2,63
Mangueirinha	-	-	9.600	12.000	-	-	9.600	0,88	12.000	0,66
Tibagi	126.240	258.310	67.703	280.876	176.540	705.502	370.483	34,03	1.244.688	68,09
Ponta Grossa	41.400	258.310	11.903	149.346	69.289	650.751	122.592	11,26	1.058.407	57,90
TOTAL Região Programa	194.142	361.010	119.864	419.796	774.648	1.047.185	1.088.654	100,00	1.827.991	100,00

PONTE: CIBRAZEM, 16/1/82; Listagem - CIBRAZEM, 24/1/89

TABELA 75 - CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM POR ENTIDADE E TOTAL POR TIPO, SEGUNDO AS SUB-REGIÕES E PRINCIPAIS MUNICÍPIOS E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, NO PARANÁ - 1988

(Em t)

SUB-REGIÃO	ENTIDADES						TOTAL			
	Oficial		Cooperativas		Privada		Sacaria		Granel	
	Sacaria	Granel	Sacaria	Granel	Sacaria	Granel	Abs.	%	Abs.	%
Metropolitana	25.325	8.462	7.987	4.077	30.757	99.401	64.069	4,97	111.940	5,55
Araucária	-	-	2.321	-	1.774	93.272	4.095	0,32	93.272	4,63
Litoral Paranaense	146.285	101.037	-	106.080	476.856	393.885	623.141	48,34	601.002	29,82
Paranaguá	144.517	101.037	-	106.080	476.856	387.915	621.373	48,21	595.032	29,52
Ribeira	600	-	-	-	1.168	-	1.768	0,14	-	-
Cerro Azul	600	-	-	-	1.168	-	1.768	0,14	-	-
Iguaçu	2.970	-	85.054	89.880	90.708	60.931	178.732	13,87	150.811	7,48
Mangueirinha	-	-	17.386	77.676	6.814	19.440	24.200	1,88	97.116	4,82
Tibagi	151.901	190.481	94.204	336.040	175.141	625.277	421.246	32,68	1.151.798	57,15
Ponta Grossa	56.533	190.481	18.854	102.147	66.560	585.418	141.947	11,01	878.046	43,56
TOTAL Região Programa	327.081	299.980	187.245	536.077	774.630	1.179.494	1.288.956	100,00	2.015.551	100,00

FONTE: CIBRAZEM, 16/1/82; Listagem - CIBRAZEM, 24/1/89

A grande diferença da Região Programa, no período observado, ocorre em relação ao aumento da capacidade de armazenamento de sacaria oficial, o que não acontece, como já foi visto, no Restante do Estado.

Pode-se afirmar que enquanto na Região os investimentos das cooperativas e investimentos privados dirigiram-se para o granel, o Estado assegurou uma via de investimentos na capacidade de sacaria.

Os dados da tabela 76 comparam o crescimento da capacidade de armazenamento de sacaria construída pelo Programa com o total do acréscimo da Região, o qual mostra a pequena participação da construção pelo PRO-RURAL. Revelam também uma concentração da capacidade de armazenamento construída pelo Programa na sub-região Iguaçu.

TABELA 76 - ACRÉSCIMOS NA CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DA REGIÃO E ARMAZENAGEM CONSTRUÍDA PELO PRO-RURAL, POR SUB-REGIÕES E TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, NO PARANÁ, NOS ANOS DE 1981 E 1988

(Em t)

SUB-REGIÃO	ACRÉSCIMO NA CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE SACARIA (A)	ARMAZENAMENTO CONSTRUÍDO PELO PRO-RURAL (B)	% B/A
Metropolitana	13.032	600	4,60
Litoral	42.208	600	1,42
Ribeira	1.768	600	33,94
Iguaçu	92.531	16.800	18,16
Tibagi	50.763	9.000	17,73
TOTAL Região Programa	200.302	27.600	13,78

PONTE: Listagem - CIBRAZEM, 24/1/89; PARANÁ. Secretaria do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986.

Com relação ao impacto do subprojeto de Armazenagem Coletora, pode-se concluir que, mesmo não tendo um peso quantitativo sobre a Região, permitiu aos produtores associados às cooperativas e associações beneficiadas a oportunidade de armazenar suas produções em condições adequadas, em particular nos municípios das sub-regiões Iguaçu e Tibagi (tabela 69).

Deve-se considerar ainda que esse subprojeto está integrado, em certa medida, aos demais subprojetos de infra-estrutura voltados para as questões da esfera de comercialização da produção.

### 6.3.3 Subprojeto de Apoio ao Cooperativismo

O subprojeto de Apoio ao Cooperativismo seguiu a mesma concepção do de Armazenagem Coletora: dotar determinadas cooperativas e associações de produtores de infra-estrutura para atender às necessidades de captação e armazenagem da produção de seus associados. Os investimentos desses dois subprojetos foram destinados, quase que em sua totalidade, a construções, veículos, máquinas e equipamentos (ver quadro 6, item 6.3).

A diferença entre esses subprojetos reside na magnitude

e fonte dos recursos e na forma de repasse às entidades. Enquanto que para o subprojeto de Armazenagem Coletora os recursos foram quase que exclusivamente do BID, para o de Apoio ao Cooperativismo foram exclusivamente do governo; quanto ao montante, o de Apoio ao Cooperativismo recebeu metade dos recursos, repassados na forma de crédito às entidades e não na forma de comodato das benfeitorias - construções, veículos, máquinas e equipamentos -, como no caso das Armazenagens Coletoras.

Os recursos do subprojeto de Apoio ao Cooperativismo tiveram um caráter de contrapartida do governo do Estado no Programa. Foram recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), administrados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP).

A EMATER-PR, juntamente com o BADEP, foi a entidade responsável pela execução do subprojeto, seleção dos beneficiários, elaboração dos projetos de viabilidade econômico-financeira, bem como pela assistência técnica na implantação dos mesmos.

O fato de os recursos provirem do Tesouro do Estado acarretou uma série de percalços em sua aplicação, decorrentes de modificações em seu montante e, em particular, nas normas de utilização vigentes durante o período de implementação do Programa.<sup>167</sup>

Em julho de 1981, quando foi firmado o Termo de Convênio entre as Secretarias de Estado do Planejamento e da Agricultura e o BADEP, foram também estabelecidas as normas e condições

---

<sup>167</sup> Nesse sentido, as dificuldades foram semelhantes às enfrentadas na execução do subprojeto de Crédito Rural, item 5.1.1.

para a utilização dos recursos. Essas condições, à época bastante favoráveis, estipulavam: taxa de juros de 14,25% ao ano; carência de pagamento de 3 anos; e prazo de amortização de 10 anos.<sup>168</sup>

Dadas essas condições, atraentes aos tomadores de empréstimos, criou-se certa expectativa entre as entidades com as quais já haviam sido estabelecidos contatos - quatro cooperativas e uma associação.

Todavia, essas expectativas não se concretizaram de imediato, já que o Estado do Paraná não alocou os recursos necessários ao FDE para a implementação do Subprojeto, e conseqüentemente o mesmo não foi desencadeado, criando sérios problemas para os beneficiários.

Em 1983, toma posse o novo governo do Estado. O PRO-RURAL passa por reformulações, bem como o subprojeto de Apoio ao Cooperativismo, por necessidade de adaptação à nova realidade.

Assim é que foram alteradas as condições para utilização dos recursos, bem como a relação dos possíveis beneficiários, sem alterar objetivo proposto pelo Subprojeto, que era de levar aos pequenos produtores da área de ação do PRO-RURAL os serviços básicos das cooperativas e associações de produtores, provocando uma sensível diminuição nos custos de intermediação existentes, promovendo o fortalecimento econômico e social das organizações de produtores, fazendo com que tivessem condições de se tornarem verdadeiros agentes de desenvolvimento para a região considerada.<sup>169</sup>

Alterações na política econômica nacional impediram que as condições inicialmente previstas para a concessão dos financiamentos fossem mantidas. A taxa de juros, prevista em 14,25% ao ano, passou para 60% ao ano. Assim, utilizando-se esta taxa de 60% ao ano, é que foram feitos os primeiros investimentos, tendo sido contemplados vários beneficiários.<sup>170</sup>

---

<sup>168</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

<sup>169</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987. Grifo nosso.

<sup>170</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

Em 1986, nos últimos anos de vigência do PRO-RURAL, o governo federal implanta o Plano Cruzado. Para a entidade responsável pela execução do subprojeto, as alterações provocadas pelo Plano significaram um desestímulo à tomada de empréstimos, criando novo impasse, já que se mantida a taxa de juros em 60% em vez de incentivarmos a participação da iniciativa privada, estaríamos penalizando-a por se incorporar ao Plano de Desenvolvimento Regional Integrado. Novamente o Subprojeto teve que ser reformulado dentro da nova realidade econômica vivida então pelo País.<sup>171</sup>

A coordenação do Programa tentou contornar, mais uma vez, esses problemas decorrentes de decisões federais. Entretanto, em março de 1987 o governo federal baixa novas determinações para corrigir os saldos devedores dos financiamentos, com aplicações de correção monetária plena, para o período do Plano Cruzado (28.02.86 a 01.03.87).<sup>172</sup>

Nessas circunstâncias adversas é que foi executado o subprojeto de Apoio ao Cooperativismo. Contudo, ainda assim foram realizadas várias ações.

Antes de verificar quais foram as entidades beneficiadas pelo subprojeto, é interessante que se tenha um quadro de referência do setor cooperativo da Região Programa em relação ao Restante do Estado.

O processo de origem e fortalecimento do cooperativismo no Paraná surge, na sua região Norte, ligado ao café, e na Oeste, ligado à soja. Na Região Programa o processo é mais recente, ligado à sua bacia leiteira.

---

<sup>171</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

<sup>172</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

Como consequência de o cooperativismo ser um movimento relativamente recente na Região Programa, e por estar menos vinculado à produção dos produtos mais significativos no Estado - café, soja e trigo -, as cooperativas da Região são pouco expressivas em termos de número de produtores. Durante a década de 80, o aumento no número de produtores filiados às cooperativas foi pequeno.

Do total de produtores da Região, apenas 7% era filiado às cooperativas, em 1980, percentual que passa para 8% em 1988. No Restante do Estado esse percentual passa de 27% para 51%, no mesmo período (tabela 77).

TABELA 77 - NÚMERO DE PRODUTORES TOTAL, NÚMERO DE PRODUTORES FILIADOS ÀS COOPERATIVAS, SEGUNDO REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ NA DÉCADA DE 80 - PARANÁ

REGIÃO ESTADO	Nº TOTAL DE PRODUTORES (A)		Nº DE PRODUTORES FILIADOS ÀS COO- PERATIVAS (B)		PARTICIPAÇÃO (B/A)	
	1980	1985	1980	1988	1980	1988
Região Programa	88.757	98.177	7.002	8.318	7,9	8,5
Restante do Estado	365.346	368.220	99.741	188.261	27,3	51,1
TOTAL do Paraná	454.103	466.397	106.743	196.579	23,5	42,1

PONTE: A - Censo Agropecuário - IBGE

B - Banco de Dados Cooperativista - ACARPA/EMATER

Apesar de inexpressivas em número de produtores, as cooperativas da Região se capitalizaram, avançando no processo de agroindustrialização. Conforme demonstram os dados da tabela 78, as cooperativas da Região Programa dobraram o valor da produção industrializada entre os anos de 1980 e 1988.

TABELA 78 - VALOR TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS IN NATURA E INDUSTRIALIZADOS, SEGUNDO O TOTAL DA REGIÃO PROGRAMA, RESTANTE DO ESTADO E TOTAL DO PARANÁ - 1980-1988

(Mcz\$ 1,00)

REGIÃO ESTADO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS			
	In Natura		Industrializados	
	1980 <sup>1</sup>	1988	1980 <sup>1</sup>	1988
Região Programa	56.627.864	39.170.394	27.568.313	62.493.541
Restante do Estado	349.396.399	378.137.769	61.053.756	262.606.362
TOTAL do Paraná	406.024.263	417.308.163	88.622.069	325.099.903

PONTE: Banco de Dados Cooperativista - ACARPA/EMATER

<sup>1</sup>Valores correntes de 1980 corrigidos a preços constantes de 1988 pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - Coluna 2 - Conjuntura Econômica - FGV - jul.1991.

Quanto à participação das cooperativas da Região sobre o valor da produção in natura, essa é declinante e pouco expressiva, na década.

Certas particularidades do cooperativismo da Região Programa explicam o fenômeno de um reduzido número de produtores obter um alto valor de produção comercializada, especialmente sobre os produtos industrializados.

Existem, na Região, dois tipos de cooperativas: aquelas fundadas por imigrantes ligados às colônias de holandeses e alemães e, as outras, fundadas por produtores locais.

As cooperativas ligadas às colônias congregam um reduzido número de produtores. Contudo, são produtores modernizados e especializados. Essas cooperativas, localizadas na sub-região Tibagi, controlam e concentram a produção e comercialização do leite pasteurizado e dos produtos lácteos do Estado.

Além do leite, as cooperativas da Região têm como principais produtos a soja, rações, suínos e aves. Essas atividades apresentam certa concentração em uma central das cooperativas das colônias - CCLPL/Batavo.



A representatividade das cooperativas das colônias pode ser observada através dos dados da tabela 79. Esses dados demonstram também sua evolução no sentido de agroindustrialização da produção; em 1988, 92% do valor da produção de produtos industrializados é de responsabilidade das cooperativas das colônias.

TABELA 79 - VALOR TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS IN NATURA E INDUSTRIALIZADOS, SEGUNDO COOPERATIVAS PERTENCENTES AS COLÔNIAS DE IMIGRANTES E ÀS DEMAIS DA REGIÃO PROGRAMA - 1980-1988 (NCz\$ 1,00)

SEDE E SIGLA COOPERATIVA	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS							
	In natura				Industrializados			
	1980 <sup>1</sup>		1988		1980 <sup>1</sup>		1988	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Grupo 1 - Colônias								
Arapoti/CAPAL	4.243.109		4.013.646		1.326.883		1.643.229	
Castro/BATAVO	10.521.414		14.895.138		4.096.740		4.715.074	
Castro/CASTROLANDA	6.831.374		9.241.844		2.307.896		3.159.111	
Castro/CCLPL	7.548.440		72.448		12.262.262		28.144.665	
Palmeira/WITMARSUM	1.102.684		727.500		2.307.923		5.849.983	
P. Grossa/COOPERSUL	19.883.833		1.439.880		-		14.548.301	
Subtotal	50.130.854	88,5	30.390.456	77,6	22.301.704	80,9	58.060.363	92,9
Grupo 2 - Outras								
Irati/CAIL	281.110		2.385.833		-		-	
Irati/LACTISUL	268.579		75.523		-		-	
Lapa/BOM JESUS	286.274		2.246.975		-		85.942	
P.Grossa/COOPAGRÍCOLA	5.661.047		4.071.607		2.606		256.305	
S. José Pinhais/CLAC	-		-		5.264.003		4.090.931	
Subtotal	6.497.010	11,5	8.779.938	22,4	5.266.609	19,1	4.433.178	7,1
TOTAL Região Programa	56.627.864	100,0	39.170.394	100,0	27.568.313	100,0	62.493.541	100,0

PONTE: Banco de Dados Cooperativista - ACARPA/EMATER

<sup>1</sup>Valores correntes de 1980 corrigidos a preços constantes de 1988 pelo Índice Geral de Preços.

Disponibilidade Interna - coluna 2 - Conjuntura Econômica - FVG - jul.1991.

Quando se compara o valor da produção comercializada com o número e a composição do quadro social das cooperativas é possível perceber que os produtores filiados às cooperativas das colônias respondem por um valor per capita superior ao das demais cooperativas da Região Programa.

Em 1980, o valor per capita da produção comercializada pelas cooperativas das colônias era de Nc\$ 46.253,22. e o das demais cooperativas era de Nc\$ 2.164,02.

O valor per capita nas cooperativas das colônias é cerca de 21 vezes superior ao das demais cooperativas e se acentua, na década, pois em 1988 a diferença é de 23 vezes, com os produtores das colônias respondendo por um valor per capita de Nc\$ 48.439,65 e os das demais cooperativas por Nc\$ 2.035,29.<sup>173</sup>

As disparidades entre os valores per capita dos dois grupos de cooperativas se deve não só à magnitude do valor da produção comercializada pelas cooperativas das colônias mas também ao seu reduzido quadro social (tabelas 79 e 80).

TABELA 80 - NÚMERO DE PRODUTORES ASSOCIADOS ÀS COOPERATIVAS POR ESTRATOS DE ÁREA, SEGUNDO GRUPOS DE COOPERATIVAS, E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR GRUPOS - 1980-1988

GRUPO DE COOPERATIVA	TOTAL		Nº PRODUTORES ASSOCIADOS POR ESTRATOS DE ÁREA							
			Até 10 ha		10 a 50 ha		50 a 100 ha		+ de 100 ha	
	1980	1988	1980	1988	1980	1988	1980	1988	1980	1988
Total do Grupo 1 - Colônias	1.566	1.826	266	453	491	782	249	260	560	331
Total do Grupo 2 - Outras	5.436	6.492	1.524	2.040	1.944	3.007	918	789	1.050	656
Total da Região Programa	7.002	8.318	1.790	2.493	2.435	3.789	1.167	1.049	1.610	987
Participação Percentual do										
Grupo 1 - Colônias	100,0	100,0	17,0	24,8	31,4	42,9	15,9	14,2	35,7	18,1
Grupo 2 - Outras	100,0	100,0	28,0	31,4	35,8	46,3	16,9	12,2	19,3	10,1
Total da Região Programa	100,0	100,0	25,5	30,0	34,8	45,6	16,7	12,6	23,0	11,8
Evolução do										
Grupo 1 - Colônias		260		187		291		11		(229)
Grupo 2 - Outras		1.056		516		1.063		(129)		(394)
Total da Região		1.316		703		1.354		(118)		(623)

FONTE: Banco de Dados Cooperativista - ACARPA/EMATER

Essas informações atestam, além da produtividade e rentabilidade dos produtores filiados às cooperativas das colô-

<sup>173</sup> Dados trabalhados a partir das tabelas 79 e 80 deste item.

nias, a capacidade dessas cooperativas de agregar valor à produção, através de sua agroindustrialização.

Quanto ao seus quadros de filiados, a grande diferença reside no número. Tanto no ano de 1980 como em 1988, as cooperativas das colônias representam cerca de 22% do total dos produtores cooperados da Região Programa; 78% são cooperados das demais cooperativas da Região.

A composição do quadro social, que no início da década apresentava certa diferença entre os dois grupos, se reduz ao final da década. Em 1980, aproximadamente 52% dos produtores filiados às cooperativas das colônias possuíam unidades produtivas com área superior a 50 ha, enquanto nas demais cooperativas os produtores desse segmento respondiam por 36%. Já em 1988, a participação desse grupo de produtores se reduz mais acentuadamente entre o grupo das colônias. Em consequência, em 1988, nos dois grupos de cooperativas, passam a predominar os produtores com unidades de até 50 ha.

Essa configuração do quadro social das cooperativas se deve, no dois grupos, à redução no número de produtores com unidades acima de 50 ha e ao aumento entre os estratos até 50 ha, entre 1980 e 1988 (tabela 80). Essa evolução coincide com o período de implementação do PRO-RURAL e pode ter sido influenciada pelas ações do subprojeto de Apoio ao Cooperativismo e, como foi visto, do subprojeto de Armazenagem Coletora. Os investimentos desses subprojetos beneficiaram diretamente as cooperativas.

A seguir, serão analisadas as entidades que receberam recursos do subprojeto de Apoio ao Cooperativismo - coopera-

tivas e associações de produtores.<sup>174</sup> Tais recursos tinham por objetivo criar uma infra-estrutura de forma a atender às necessidades de coleta e armazenagem da produção.

Vale considerar que, de maneira geral, não está muito claro o modo como as ações previstas se adequariam ou atingiriam o público-alvo do Programa (produtores rurais com unidades de até 50 ha de área). No interior da estrutura de financiamento do subprojeto, tem-se que a maior parte dos recursos (93%) foram empregados na construção de infra-estrutura de armazenamento, veículos, máquinas e equipamentos, os quais pressupõem um uso comum das diferentes categorias de produtores (tabela 82).

Em princípio, parece ter ocorrido um acordo, entre técnicos do subprojeto e entidades beneficiadas, segundo o qual a contrapartida dos financiamentos se daria através da ampliação do quadro social nos estratos de até 50 ha, o que, como se observou, coincide com os acréscimos verificados entre os associados das cooperativas. Entretanto, deve-se considerar que os estabelecimentos com até 50 ha predominam na Região Programa.<sup>175</sup>

O objetivo do subprojeto foi não só associar a ampliação das ações das cooperativas sobre essas categorias de produtores, mas também assegurar as condições de comercialização, dados os aumentos de produção esperados em função do próprio Programa.

---

<sup>174</sup>Essas associações de produtores foram criadas em regiões onde não havia atuação das cooperativas ou em produtos nos quais as cooperativas não demonstravam interesse em atuar.

<sup>175</sup>Tais estabelecimentos predominam não só na Região, mas também no Estado. Todavia, esse predomínio é relativo ao número de estabelecimentos e não à área ocupada por estes.

A distribuição dos recursos do subprojeto revela que, de maneira geral, foram beneficiadas as cooperativas não ligadas às colônias, e que agregam um número significativo de pequenos e médios produtores. Pelos dados de seu faturamento bruto, observa-se que não são cooperativas de grande porte, comparativamente às das colônias e mesmo do Restante do Estado (tabela 81).

TABELA 81 - RECURSOS REPASSADOS ÀS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES PELO SUBPROJETO DE APOIO AO COOPERATIVISMO - PARANÁ - 1983-87

(Em US\$ 1.000)

COOPERATIVAS/ ASSOCIAÇÕES	RECURSOS		FATURAMENTO BRUTO EM 1988	
	Abs.	%	Abs.	%
Grupo 1 - Colônias				
Castrolanda	47	1,5	29.800	7,9
Witmarsum	57	1,8	12.874	3,4
Grupo 2 - Outras				
Cail	517	16,2	5.827	1,5
Bom Jesus	492	15,4	7.971	2,1
Cíac	424	13,3	6.905	1,8
Lactisul	67	2,1	183	0,0
Coopagrícola	160	5,0	9.198	2,4
Coop. com Sede no Restante do Estado <sup>1</sup>				
Valcoop	509	15,9	19.598	5,2
Canorpa	640	20,0	14.712	3,9
Canorp	48	1,5	1.176	0,3
Coamo	96	3,0	271.360	71,5
Associações				
PRÓ-HORTA	44	1,4	-	-
Cerrana	20	0,6	-	-
Agroazul	23	0,7	-	-
Assoc. Prod. de Reserva	12	0,4	-	-
Assoc. Apicult. Cruz Machado	5	0,1	-	-
Acomgrasul	19	0,6	-	-
Assoc. P. Adrianópolis	16	0,5	-	-
TOTAL	3.196	100,0	379.604	100,0

FONTE: PARANÁ. Secretaria do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.21, tabela 13

<sup>1</sup>São cooperativas de outras regiões com associados e coleta de produtos na área do PRO-RURAL

Nesse sentido, pode-se deduzir que foram beneficiadas as

cooperativas menores, com número significativo de filiados entre os pequenos produtores.

Particularmente no caso da CLAC, LACTISUL e Associação dos Produtores de Reserva, os investimentos estimularam a implantação de uma bacia leiteira com posto de coleta e resfriamento de leite. Na maioria dos casos, os recursos se destinaram à implantação ou ampliação da capacidade de armazenagem das cooperativas ou associações (tabela 82).

TABELA 82 - DISTRIBUIÇÃO DOS FINANCIAMENTOS DO SUBPROJETO DE APOIO AO COOPERATIVISMO PARA AS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES AGRÍCOLAS ENTRE 1982 E 1987, NO PARANÁ

TIPO DE ESTRUTURA	VALOR (%)	ENTIDADE BENEFICIADA
Implantação de Armazenagem	31,0	CAIL, BOM JESUS, AGROAZUL, CANORPA, COOPAGRÍCOLA, ASSOC. PROD. ADRIANÓPOLIS
Ampliação de Armazenagem	43,3	CASTROLANDA, VALCOOP, CANORPA, COAMO BOM JESUS
Aquisição de Caminhões	7,0	CANORP, CAIL, LACTISUL, ACOMGRASUL, CANORPA, CLAC, COOPAGRÍCOLA
Implantação de Bacia Leiteira, Posto de Coleta e Resfriamento de Leite	14,3	CLAC, LACTISUL, ASSOC. PROD. DE RESERVA
Aquisição de Conjunto de Fenação e Silagem	1,8	WITMARSUM
Aquisição de trator	0,6	CERRAMA
Implantação de Postos de recebimento de mel e oficina de colméia	0,6	BOM JESUS, SOC. APIC. CRUZ MACHADO
Outros	1,4	PRÓ-HORTA

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba, 1986. p.21, tabela 13.

Uma das características do subprojeto de Apoio ao Cooperativismo foi a de reforçar as estruturas já existentes, pois não houve estímulos para a formação de novas cooperativas. O mesmo não ocorreu em relação às associações de produtores

rurais, que receberam estímulos para a criação de novas entidades, ao mesmo tempo em que reforçaram as já existentes.

Em relação aos benefícios gerados pelo subprojeto, pode-se considerá-los como tendo impacto positivo, na medida em que entidades vinculadas diretamente aos produtores rurais conseguiram, através desse, ampliar e reforçar sua atuação. Entretanto, fica a dúvida sobre se essas entidades conseguiram arcar com os encargos devidos, dadas as várias alterações nas normas do sistema financeiro, conforme foi exposto. Isso se aplica, em especial, às associações de produtores que, diferentemente das cooperativas, são entidades mais vulneráveis.

Tanto é assim que a equipe responsável pelo subprojeto enfrentou sérias dificuldades em executá-lo, devido a essas constantes modificações nas normas de utilização dos recursos [...] afora a não correção dos montantes para a execução dos investimentos programados.

Essas circunstâncias foram motivo de sérias preocupações entre os técnicos que trabalharam no subprojeto, uma vez que as constantes mudanças nas normas acertadas desgastam a imagem do Governo junto aos beneficiários que foram chamados a participar do PRO-RURAL, dentro de normas pré-estabelecidas; porém, à medida que a economia do País sofre alterações, estas modificam as normas vigentes, criando descontentamento e falta de credibilidade na administração pública.<sup>176</sup>

#### 6.3.4 Subprojeto de Comercialização de Hortigranjeiros

O subprojeto de Comercialização de Hortigranjeiros segue a mesma orientação dos demais subprojetos que pretendem interferir na esfera de comercialização da produção, com a diferença de que o montante de recursos alocados (US\$ 836 mil) é relati-

---

<sup>176</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

vamente residual frente aos recursos aportados nos outros subprojetos (quadro 2, item 6).

Um outro ponto de similaridade com esses sub-projetos é o fato de que 69% dos recursos foram investidos em construções, veículos, máquinas e equipamentos (quadro 6, item 6.3). Esses investimentos, realizados pela entidade executora do subprojeto - Centrais de Abastecimento do Paraná/CEASA-PR -, foram cedidos em comodato às associações já existentes e às associações criadas a partir dos estímulos do subprojeto.

O subprojeto teve como objetivo facilitar a comercialização dos produtos hortigranjeiros de pequenos produtores, com a implantação de infra-estrutura e recepção, processamento e expedição dos produtos, além de meios de transporte, informação de mercado e áreas específicas de venda no mercado terminal de Curitiba, para que o pequeno produtor possa negociar de forma organizada e mais competitiva.<sup>177</sup>

Desse modo, o subprojeto teve como público-alvo o segmento específico dos pequenos produtores de hortigranjeiros, localizados nos municípios do "Cinturão Verde" de Curitiba e do Litoral. Contudo, aqui cabe esclarecer que esse segmento de produtores não é homogêneo. Dele fazem parte pequenos produtores em termos de área da unidade produtiva, mas grandes em termos de escala de produção, na medida em que são produtores especializados, tecnificados, podendo mesmo serem considerados capitalizados.

No outro extremo encontram-se os produtores também pequenos, porém sem condições materiais de produção, os quais não conseguem competir com os primeiros e, conseqüentemente, estão à margem dos esquemas de comercialização.

---

<sup>177</sup> PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.



É sobre essa parcela de pequenos produtores, excluídos e débeis, que o subprojeto pretendia intervir, estruturando alternativas de comercialização. A justificativa para isso baseou-se no que foi considerado como os principais fatores restritivos ao acesso desses produtores ao mercado:

- a) pequena escala de produção e não constância na oferta de produtos;
- b) os produtores dependem exclusivamente da mão-de-obra familiar, fato que impede que um ou mais membros dedique algum tempo para a comercialização;
- c) os produtores não possuem veículos de transporte, o que faz com que dependam dos intermediários;
- d) o mercado é oligopolizado, resultando em que os produtores, isolados, não tenham poder de barganha.<sup>178</sup>

ASSIM, verifica-se que a proposta de organização dos citados produtores em Associações, com apoio inicial do governo, pressupõe que ao atuarem coletivamente, podem alcançar maior poder de negociação, tanto na aquisição de insumos, como na defesa dos aspectos sócio-econômicos de interesse comum da comunidade produtora, com destaque para a venda da produção em maior escala e constância de oferta.<sup>179</sup>

A atuação do subprojeto restringiu-se a cinco municípios da Região Metropolitana, um deles da sub-região Ribeira, outro da Iguaçu e mais os quatro da sub-região Litoral (quadro 7).

---

<sup>178</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

<sup>179</sup>PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS POR MUNICÍPIOS E TIPO DE OBRAS, REALIZADOS PELO SUB-PROJETO DE COMERCIALIZAÇÃO DE HORTIGRANJEIROS, PARANÁ - 1985-87

OBRA/MUNICÍPIO	METRAGEM (m <sup>2</sup> )	VEÍCULO (Caminhão)	TELEFONE (comerc.)	EQUIPAMENTOS	OUTROS
<b>Mercado do Produtor</b>					
Agudos do Sul	250	-	-	1 máq. lavar/escovar batata salsa	-
Almirante Tamandaré	252	1	1	-	Móveis e utensílios
Araucária	252	1	-	1 máq. lavar/escovar/ classificar batata inglesa	Móveis e utensílios
Cerro Azul	382	1	-	2 máq. para beneficiar/ classificar citros	-
Colombo	252	1	1	-	Móveis e utensílios
São José dos Pinhais	252	1	1	-	Móveis e utensílios
Tijucas do Sul	250	-	-	1 máq. de lavar/escovar batata salsa	-
Morretes	(1)160	2	-	2 balanças p/ plataforma p/ 200 kg	-
<b>Fabriqueta de Doces</b>					
Morretes	(2)119	-	-	6 balanças (para 15 e 1kg) 1 tacho a vapor 1 despolpadeira 1 caldeira 1 conjunto trocador de calor 1 máquina fechamento sacos plásticos	Móveis e utensílios
<b>Barracão para recepção de produtos - Posto de Coleta para a PROHORTA</b>					
Antonina	50	-	-	-	-
Guaraqueçaba	50	-	-	-	-
Paranaguá	50	-	-	-	-
<b>Pavilhão das Associações</b>					
Curitiba	870	4	1	Câmara Climatizadora 2 célu- las c/ capacidade p/ 10t cada 1 balança para plataforma para 200 kg	Móveis e utensílios

FONTE: PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos; relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

<sup>1</sup>Ampliação.

<sup>2</sup>Reforma e adequação.

As informações do quadro 7 permitem deduzir que a CEASA-PR procurou atender aos produtores de determinados produtos: batata salsa, nos municípios de Agudos do Sul e Tijucas do Sul; batata inglesa, em Araucária; banana, em Morretes; citros, em Cerro Azul; e olerícolas, em Almirante Tamandaré, Colombo, São José dos Pinhais, Antonina e Paranaguá.

Através da construção dos Mercados dos Produtores, dota-

dos de equipamentos simples de beneficiamento, móveis e utensílios, havia a intenção de organizar os produtores e coletar seus produtos, facilitando para os produtores o acesso ao mercado terminal. Com esse intuito foi também construído um Pavilhão das Associações na própria CEASA-PR, de forma a abrir um espaço para os produtores organizados nessa Central de Abastecimento, por ser esta o maior mercado terminal do Estado, além de estar localizada no município de Curitiba, próximo dos municípios produtores.

Por considerar que alguns produtores preferem comercializar individualmente sua produção, foi também construído um pátio pavimentado de 4.000 m<sup>2</sup> na CEASA-PR, para estacionamento e comercialização da produção em caminhões.

Essas iniciativas da CEASA-PR, entidade responsável pelo subprojeto, forneceram a infra-estrutura para que as Associações de Produtores dessem início às suas atividades: a EMATER-PR designou alguns técnicos para prestarem assistência às mesmas.

Quanto aos resultados dessas iniciativas, estes foram pouco efetivos no sentido de consolidar as associações. Isso se deu, em princípio, porque os investimentos, por questões operacionais, só se realizaram em 1985, quase ao término do Programa. Desse modo, não decorreu um tempo para que se consolidassem e caminhassem sem o apoio do Estado.

Um segundo aspecto diz respeito às próprias condições dos produtores, cujas dificuldades transcendem a esfera da circulação de mercadorias. Tais restrições se encontram na esfera da produção, e são decorrentes de suas precárias condições materiais. Conseqüentemente, esses produtores não são

especializados e não têm competitividade na esfera da comercialização.

Alguns desses problemas são do conhecimento dos próprios técnicos da CEASA-PR. Porém, na visão destes, a forma de enfrentar os problemas passa pelo voluntarismo de alguns produtores: [...] na seqüência das operações comerciais tudo depende mesmo é da ousadia, paciência e determinação dos abnegados que assumiram cargos diretivos nas Associações, para enfrentar um mercado fortemente oligopolizado e que exige sobretudo conhecimento, tradição no ramo, capital de giro, experiência comercial, etc.<sup>180</sup>

Pode-se contestar essa visão na medida em que desconsidera o fato de que enfrentar um mercado fortemente oligopolizado não é tarefa fácil e que as restrições na esfera da produção - escala, regularidade e padronização na oferta - dificultam ainda mais a possibilidade de os produtores atuarem na esfera da circulação, por si só já bastante complexa.

#### 6.3.5 Subprojeto de Classificação de Grãos

O subprojeto de Classificação de Grãos foi executado pela Empresa Paranaense de Classificação de Produtos-CLASPAR. Dentre todos os subprojetos, foi o que recebeu menor montante de recursos (US\$ 648 mil), sendo em sua quase totalidade da fonte BID (quadro 2, item 6).

Esses recursos internacionais foram aplicados em equipamentos para a classificação dos produtos e em veículos, incluindo três *trailers* para complementação das atividades classificatórias. Os equipamentos foram colocados nos oito Postos de Classificação da CLASPAR, já existentes nos municí-

---

<sup>180</sup> PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

prios da Região Programa: Ortigueira, Quitandinha, União da Vitória, Cândido de Abreu, Jaguariaíva, Mallet, Cerro Azul e São Mateus do Sul.

Os recursos do governo foram utilizados nos gastos operacionais e no treinamento dos oito classificadores que foram designados para atuarem nos Postos de Classificação.

Tais investimentos ampliaram a capacidade da CLASPAR realizar suas atividades de rotina na Região, beneficiando um número maior de produtores que fazem uso dos armazéns da COPASA.

Este subprojeto não distingue o público-alvo do Programa na sua forma de implementação, dirigindo-se para o atendimento, na área de classificação e fiscalização, de toda a produção armazenada pela COPASA. Conforme se deduz do que foi colocado como objetivo do subprojeto no Relatório de Atividades, essa classificação interna teve como objetivo fundamental atingir toda a produção armazenada pela COPASA que fez parte de outro subprojeto de armazenagem coletora e ainda, como intenção final do projeto, objetivou dar continuidade às atividades normais de classificação, ampliando a assistência na área de classificação e informando, principalmente, sobre a qualidade dos produtos.<sup>181</sup>

O que se pode inferir, nessas circunstâncias, é que os recursos do subprojeto foram significativos, por dotarem a CLASPAR de melhores equipamentos e veículos, permitindo que sua atuação na Região seja mais efetiva.

---

<sup>181</sup> PARANA. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l., 1987.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base as análises realizadas nos itens anteriores, pretende-se concluir este estudo através de um esforço de reflexão no sentido de responder a duas questões centrais: o que pretendia o PRO-RURAL e o que se constatou como resultado dos investimentos e das ações realizadas através desse Programa.<sup>182</sup> Para responder a essas questões, serão retomados de forma conjunta aspectos relativos aos impactos dos subprojetos.

Inicia-se com os dois grupos de subprojetos cujas ações pretendiam intervir sobre a produção e comercialização por parte dos pequenos produtores da Região Programa.

Conforme consta da proposta do Programa, o público-alvo das ações ou seus beneficiários imediatos deveriam ser os produtores com unidades de até 50 ha, tidos como os mais carentes e também como os responsáveis pela produção de alimentos básicos na Região.

Assim, ao dirigir as ações para esse público em particular, os técnicos governamentais pretendiam solucionar dois problemas considerados como os principais na Região: a pobreza no meio rural e os baixos níveis da produção de alimentos. Ao solucionar esses problemas, o Programa contribuiria para equacionar o quadro de disparidades regionais existente no Estado. Conforme o diagnóstico elaborado pelo governo, a Região Programa se apresentava como reduto de atraso e pobreza do Paraná.

---

<sup>182</sup> Este item não constitui uma síntese das conclusões parciais dos diversos elementos, informações e temas abordados. Assim, os comentários que se seguem não substituem a leitura do estudo de modo completo.

Nesse sentido, os subprojetos de corte produtivo pretendiam alterar a forma de produzir entre as pequenas unidades, contando para isso com o crédito rural, concedido em condições especiais, como elemento indutor. Todavia, essa estratégia esbarrou com a falta de autonomia do governo estadual frente às decisões de políticas para o setor agropecuário, definidas a nível federal.

A perda desse instrumento repercutiu sobre as demais ações que pretendiam intervir sobre a forma de produzir, aumentando o volume e a produtividade da produção entre os produtores menores - meta principal da Assistência Técnica e Extensão Rural e Fomento Agropecuário.

Quanto ao subprojeto de Reflorestamento, questões operacionais dificultaram sua consecução. Na falta de integração entre as várias instituições atuantes nesse subprojeto se encontra o ponto central dessas dificuldades. Em consequência, verificou-se a produção de algumas espécies pouco atraentes aos produtores, grande perda de mudas por entrega em períodos inadequados e falta de assistência técnica especializada.

A Pesquisa Agropecuária, apesar dos avanços no conhecimento e na geração de tecnologias apropriadas às pequenas unidades, também esbarrou nas precárias condições materiais dos pequenos produtores para a difusão dos resultados obtidos.

Concluiu-se, desse modo, que as ações de corte produtivo não atingiram preferencialmente o público-alvo. Contudo, devem ter repercutido sobre o segmento de produtores pequenos e médios com capacidade - mesmo que reduzida - de endividamento. Isso porque é inegável que os recursos internos e externos alocados e investidos pelos diversos órgãos envolvidos no Programa

foram aplicados na modernização dos mesmos, repercutindo positivamente sobre suas atuações.

Pode-se aplicar o mesmo raciocínio às ações de Apoio à Comercialização, com a diferença de que os investimentos não realimentaram diretamente as instituições públicas, na medida em que as obras e equipamentos foram repassados às cooperativas e associações de produtores. Dessa forma, tais instituições tiveram fortalecida sua infra-estrutura de apoio à comercialização, beneficiando os produtores que conseguiam superar os problemas na esfera da produção; novamente se vêem excluídos os produtores com condições mais precárias.

Tanto é assim que, para conseguir sobreviver sem o amparo do Programa, as menores associações, congregadoras de pequenos produtores, filiaram-se a estruturas maiores, principalmente às cooperativas, na tentativa de manter o patrimônio obtido via PRO-RURAL. Entretanto, algumas se extinguíram.

Confirma estas deduções a evolução da produção na Região Programa, dado que essa evidencia o fato de que o PRO-RURAL não foi capaz de imprimir uma nova dinâmica a essa Região através do estímulo à produção de alimentos básicos. Não se confirmou a intenção de, ao apoiar a pequena produção na Região, garantir a oferta de produtos básicos - arroz, feijão, mandioca, etc. -, num contexto em que a tendência, no Estado, era a substituição dessas culturas por outras de valor comercial mais elevado.

Quando se considera a utilização das terras na Região Programa no período de vigência do PRO-RURAL, verifica-se que a incorporação produtiva de novas áreas se deu basicamente com reflorestamentos realizados por grandes empresas e também com pastagens. Por outro lado, as alterações na pauta agrícola



ocorreram pelo incremento de produtos com cotação comercial mais elevada, tais como o trigo e o fumo, enquanto as lavouras de arroz e feijão apresentaram desempenho negativo.

Do mesmo modo, as indicações obtidas quanto à participação do público-alvo na produção regional não são alentadoras. Por um lado, as informações sobre o quadro fundiário da Região Programa mostram que a sobrevivência de parcela expressiva desse público continua a ocorrer em condições precárias, num processo de minifundização. Por outro lado, as informações sobre a participação dos estratos na área de lavouras temporárias, bem como a evolução das várias culturas indicam também que a pequena produção tradicional continuou a perder espaço frente àqueles segmentos de produtores que conseguiram atingir e manter um nível mínimo de tecnificação e mercantilização em suas unidades produtivas.

Na realidade, como foi possível verificar através da avaliação dos subprojetos produtivos, a intervenção no âmbito das unidades produtivas do público-alvo ficou muito aquém da esperada, devido, entre outros fatores, à perda de controle do principal instrumento de intervenção, o crédito, por parte da assistência técnica.

Ressalte-se, porém, que as informações sobre a produção regional apontam resultados localizados, como é o caso da evolução da produção de cítricos, na Ribeira, e da produção de banana, no Litoral, para os quais concorreram o apoio técnico e a infra-estrutura propiciados pelo Programa.

Um aspecto que não pode deixar de ser considerado diz respeito à vinculação da Região Programa, enquanto base produtiva, à dinâmica econômica estadual, nacional e até mesmo internacional.

Tais influências, não consideradas pelo diagnóstico e, conseqüentemente, pela estratégia do Programa, se sobrepõem a uma intervenção estadual localizada, setorializada e fragmentada.

Como se observou, as forças e regras estabelecidas pelas políticas agrícolas e pelos mercados contribuíram para imprimir um novo padrão agrícola no Brasil e Paraná, repercutindo diretamente sobre a produção e comercialização agropecuária. Com isso, também foram influenciados os rumos e os ritmos de transformação na esfera da produção e comercialização da Região Programa. Portanto, não se pode desconsiderar que tais influências são superiores àquelas que podem advir de um PDRI.

Comprova os argumentos da intensidade da modernização rural o movimento populacional do Estado ou a densidade dos fluxos migratórios que, desde os anos 70, esvaziam as áreas rurais. Neste contexto, a Região Programa apresentou um movimento particular. Diferentemente das demais regiões rurais do Estado, que expulsaram um contingente elevado de pequenos produtores - especificamente os que detinham a posse precária da terra e/ou que não se incorporaram aos novos esquemas produtivos -, a Região Programa, pela própria condição natural do solo e relevo, representou um espaço para abrigar uma parcela dessa categoria em movimento.

Desse modo, a Região Programa recebeu um contingente de migrantes que acelerou a consolidação e/ou ampliação de novos espaços urbanos e possibilitou a manutenção, nas áreas rurais, daqueles segmentos mais empobrecidos da população total. A possibilidade de reprodução desses segmentos no espaço da Região Programa gerou, ao mesmo tempo, a necessidade de

ampliação dos investimentos de caráter social, em particular nas áreas de educação, saúde e saneamento, na perspectiva de melhorar os níveis de bem-estar, reduzindo as desigualdades sociais na Região Programa e frente ao Restante do Estado.

Na área educacional, os investimentos se concentraram na expansão de escolas, do corpo docente e, principalmente, na qualificação destes. Sobrepuôs-se a esses investimentos uma nova proposta, a escola consolidada, que indiscutivelmente contribuiu para aumentar os níveis de escolarização na Região Programa.

Na área de saúde houve uma maior difusão dos centros de saúde, componente básico de uma estrutura de prestação de serviços mais complexa que se implantou e consolidou nos anos 80, com os investimentos do PRO-RURAL, entre outros programas. Sem pretender estabelecer uma correlação direta, foi visível, em relação à mortalidade geral, uma mudança no quadro de *causas mortis*. O mesmo movimento não foi observado em relação à mortalidade infantil. Essa disparidade está possivelmente associada à maior sensibilidade das crianças em face de condições de vida socialmente precárias.

Os investimentos na área de saneamento foram bastante razoáveis em termos de expansão da rede de água, tornando menos desiguais os níveis de atendimento entre as várias sub-regiões da Região Programa.

No entanto, deve-se considerar que o PRO-RURAL apresentou limites no sentido de reverter o quadro de carências sociais. Os recursos do Programa, mesmo somados aos de outras fontes com os mesmos objetivos, não foram suficientes para exercer o papel de política social compensatória. Os indica-

dores sociais relativos aos vários sub-programas refletem, ainda ao final dos anos 80, a longa distância com relação a um quadro socialmente satisfatório. O Programa esbarrou em dois níveis de dificuldades:

- a) o mais geral é a opção histórica de desenvolvimento do país, a qual cria e recria situações de pobreza, descartando projetos de reformas mais profundas;
- b) e, o particular, é a dificuldade de se difundir programas e políticas sociais na atual conjuntura econômica. Há falta de disponibilidade de recursos financeiros, a qual vem se agravando nos últimos anos, induzindo a ações socialmente restritas e espacialmente localizadas.

Com a intenção de complementar estas reflexões, analisou-se o PRO-RURAL sob uma perspectiva mais ampla, no contexto dos demais financiamentos dos Bancos Multilaterais de Fomento e das necessidades dos países que se utilizam desses programas para tratar dos efeitos contraditórios da expansão econômica e da modernização das atividades agropecuárias.<sup>183</sup>

Nesse sentido, constatou-se que esses programas tentam resolver problemas díspares, muitas vezes incorporando objetivos conflitantes, haja vista o fato de colocarem num mesmo plano problemas de produção e problemas sociais. No entanto, os problemas sociais não se resolvem na esfera das políticas orientadas para elevar a produção e a produtividade, mas quase sempre dependem de ações específicas das políticas compensatórias dirigidas para atenuar os efeitos desiguais do crescimento econômico.

---

<sup>183</sup>Atualmente, a tônica dos investimentos desses bancos têm se concentrado nas áreas de meio ambiente e recursos naturais, e não mais nos pequenos produtores rurais.

A conjunção entre as várias frentes de intervenção - a do aumento da produção agrícola, a de manutenção dos pequenos produtores e de elevação do padrão de vida da população rural - é de difícil realização, podendo mesmo implicar resultados contraditórios. Assim, acionar mecanismos que repercutam sobre a produção - crédito, assistência, etc. - pode propiciar a alguns segmentos a inserção num processo de transformação das condições de produção com resultados positivos sobre a oferta de produtos agrícolas, mas, esse mesmo processo pode acirrar ainda mais a exclusão dos segmentos mais vulneráveis. Por outro lado, a efetiva expansão de serviços básicos pode alcançar resultados positivos, sem que as condições que determinam a frágil inserção dos pequenos produtores tenham sido alteradas.

Assim, na medida em que pretendem atuar em várias frentes, esses programas dificilmente alcançam a integração dos objetivos desejados. Por isso, torna-se difícil uma apreciação de seus resultados em termos apenas do seu sucesso ou fracasso. Como foi visto, o PRO-RURAL, embora sem alterar o processo de minifundização que se verifica na Região Programa - o que significa a manutenção de um segmento de produtores em condições precárias e sem conseguir alterar a pauta agrícola dessa Região -, contribuiu para a expansão da infra-estrutura de apoio à produção. Considere-se, ainda, que quando analisado no conjunto das políticas sociais, o Programa contribuiu, também, para o acesso, pela população rural, a serviços essenciais como os de saúde, saneamento e educação.

Além desses aspectos, o impacto mais significativo que se pode atribuir ao PRO-RURAL foi, durante os anos 80, a recuperação da "máquina" estatal, refazendo suas condições de operacionalidade.

Em síntese, conclui-se que as mudanças observadas na Região Programa foram impulsionadas fundamentalmente pela dinâmica econômica mais ampla e, residual e localizadamente, por reflexo do Programa. Nesse sentido, foi superestimada a possibilidade de impacto do Programa sobre a Região, uma vez que o montante de recursos disponíveis era irrisório frente à magnitude dos problemas que pretendia resolver e, também, porque a estratégia de ação delineada desconsiderou tendências macroeconômicas que definiam o rumo do desenvolvimento regional.

verso

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ANGULO, Rodolfo José. A agricultura paranaense e os recursos naturais. Análise Conjuntural, Curitiba : IPARDES, v.8, n.4, p.14-18, abr.1986.
- 2 BAGGIO, Elizabeth Cosmala. Agricultura nos anos 80. Análise Conjuntural, Curitiba : IPARDES, v.12, n.2, p.4-5, fev.1990.
- 3 BANCO DE DADOS COOPERATIVISTA. Curitiba : ACARPA/EMATER, 1980, 1988.
- 4 BEM, Jorge S. de. Agroindústrias e produtores rurais integrados : análise das relações econômicas na avicultura do Paraná. Itaguaí, 1991. 137p. Dissertação (Mestrado), UFRRJ.
- 5 CONTRATO de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Estado do Paraná - Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Madri, abr.1981. 10p.
- 6 DINIZ, Clélio Campolina; LEMOS, Maurício Borges. Dinâmica regional e suas perspectivas no Brasil. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Planejamento. Para a década de 90 : prioridades e perspectivas de políticas públicas: políticas sociais e organização do trabalho. Brasília : IPEA/IPLAN, 1990. p.161-199.
- 7 \_\_\_\_\_. Mudança no padrão regional brasileiro : determinantes e implicações. Análise Conjuntural, Curitiba : IPARDES, v.8, n.2, p.32-42, fev.1986.
- 8 FASIABEN, Maria do Carmo et. al. Avaliação de alternativas tecnológicas introduzidas em sistemas de produção diversificados. Londrina : IAPAR, 1990. 39p. (IAPAR. Boletim técnico, 34).
- 9 FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Angelina M. Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas : um quadro de referência teórica. São Paulo : IDESP, 1986. 57p.
- 10 FLEISCHFRESSER, Vanessa. Modernização tecnológica da agricultura : contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70. Curitiba : Liv. do Chaim : CONCITEC : IPARDES, 1988. 154p. Originalmente apresentado como Dissertação (Mestrado), UFRRJ.
- 11 FUNDAÇÃO IBGE. Censo agropecuário, Paraná : 1970, 1975, 1980, 1985. Rio de Janeiro : IBGE, 1975, 1979, 1983, 1991.



- 12 \_\_\_\_\_. Censo demográfico, Paraná : 1970, 1980. Rio de Janeiro : IBGE, 1973, 1982.
- 13 FUNDAÇÃO INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ. Relatório final de execução do Subprojeto Pesquisa Agropecuária do PRO-RURAL. Londrina : IAPAR, 1987.
- 14 FUNDAÇÃO IPARDES. Avaliação ex-post do PRO-RURAL : proposta de estudo. Curitiba : IPARDES, 1981. 63p.
- 15 HOFFMANN, R. Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Org.). Agricultura e políticas públicas. Brasília : IPEA, 1990. 565p. (Série IPEA, 127).
- 16 IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Apa de Guaraqueçaba : caracterização sócio-econômica dos pescadores artesanais e pequenos produtores rurais. Curitiba : IPARDES, 1989. 87p. Convênio Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, SEMA.
- 17 \_\_\_\_\_. Complexo de produção de proteína animal : documento síntese. Curitiba : IPARDES, 1989. 47p. Convênio OCEPAR, SENACOOOP, IPARDES.
- 18 \_\_\_\_\_. Diagnóstico da base produtiva do Paraná : anos 80. Curitiba : IPARDES, 1991. 129p.
- 19 \_\_\_\_\_. As migrações e a transformação da estrutura produtiva e fundiária no Paraná. Curitiba : IPARDES, 1983. 81p. Convênio SEPL, IPARDES.
- 20 \_\_\_\_\_. Nova configuração espacial do Paraná. Curitiba : IPARDES, 1983. 140p. Convênio MINTER, CNDU, IPARDES.
- 21 \_\_\_\_\_. Paraná: economia e sociedade. Curitiba : IPARDES, 1982. 72p. Convênio SEPL, IPARDES.
- 22 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL : avaliação do impacto regional. 1.fase. Curitiba : IPARDES, 1983. 4v. em 5.
- 23 \_\_\_\_\_. Situação social da população do Paraná nos anos 80. Curitiba : IPARDES, 1991. 75p.
- 24 LICHTENSZTEJN, Samuel; BAER, Monica. Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial : estratégias e políticas do poder financeiro. São Paulo : Brasiliense, 1987. 239p.
- 25 MUNGUIA PAYÉS, Manuel A. Sistemas de produção predominantes no município de Rio Azul - Paraná : uma proposta teórico-metodológica. Londrina : IAPAR, 1989. 43p. (IAPAR. Boletim técnico, 27).

- 26 PARANÁ. Governo do Estado. PARANÁ RURAL - Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - missão de supervisão do BIRD, período 01.11.91 a 11.11.91 - empréstimo 3018-PR : minuta de entendimento. Curitiba, nov.1991. n.p.
- 27 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Curitiba, maio 1979. 65p. Versão preliminar.
- 28 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Curitiba, jun.1980.
- 29 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Curitiba, out.1980. 3v.
- 30 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL : projeto preliminar. Curitiba, mar.1980. 3v.
- 31 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor : Subprojeto de Apoio ao Cooperativismo. Curitiba, jun.1980.
- 32 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Assistência Técnica e Extensão Rural. Curitiba, jun.1980. 118p.
- 33 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Classificação de Grãos. Curitiba, jun.1980. 27p.
- 34 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Comercialização de Hortigranjeiros. Curitiba, jun.1980. 118p.
- 35 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Crédito Rural. Curitiba, jun.1980.
- 36 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Fomento Agropecuário. Curitiba, jun.1980. 158p.
- 37 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Pesquisa Agropecuária. Curitiba, jun.1980. 133p.
- 38 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Posse e Uso da Terra. Curitiba, jun.1980. 74p.
- 39 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Reflorestamento. Curitiba, jun.1980. n.p.
- 40 \_\_\_\_\_. Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural : Subprojeto de Regularização Fundiária. Curitiba, jun.1980.

- 41 \_\_\_\_\_. Relatório do projeto BR-0059 - Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Sudeste do Paraná. Curitiba, ago.1980.
- 42 \_\_\_\_\_. Síntese do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRO-RURAL. Curitiba, jun.1980. n.p.
- 43 PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. PRO-RURAL : subprojetos produtivos: relatório final - fase de implantação. s.l. : SEAB, 1987. p.irr.
- 44 PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Unidade Técnica Administrativa. Relatório de atividades do PRO-RURAL. Curitiba : SEPL, 1986. 185p.
- 45 PASSOS, Carlos Roberto. A política agrícola na década de 80. Análise Conjuntural, Curitiba : IPARDES, v.12, n.2, p.5-6, fev.1990.
- 46 PEREIRA, Roberval E. The consolidated school movement in Brazil and analysis of the Parana experience. London, 1990. 456p. Thesis (Ph.D) University of London.
- 47 PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL. Rio de Janeiro : IBGE, 1980-1982; 1986-1988.
- 48 RAMOS, Lilian M.P. de Carvalho. A democratização do ensino rural : uma experiência pioneira. Educação e Sociedade, São Paulo, v.10, n.32, p.103-111, abr.1989.
- 49 RODRIGUES, Aníbal dos Santos et al. Análise agroeconômica, ecoenergética e sócio-econômica de três unidades de exploração agrícola do município de Rio Azul, Paraná : propostas de sistemas agrícolas modificados. Londrina : IAPAR, 1989. 172p. (IAPAR. Boletim técnico, 18).
- 50 TOLEDO, Verônica da S. Escolas Consolidadas : há saídas? Jornal da Educação, Curitiba, v.1, n.2, out. 1983.
- 51 VARASCHIN, Vitorio Manoel; LAURENTI, Antonio Carlos. Fatores limitantes ao desenvolvimento da agricultura familiar de subsistência da região centro-sul do Paraná. Londrina : IAPAR, 1991. 47p. (IAPAR. Boletim técnico, 37).
- 52 WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo : HUCITEC; Salvador : CEPA, 1986. 219p.